FORMAS DE LIBERDADE E RESISTÊNCIA NA AMÉRICA LATINA

ANDRÉ AUGUSTO DA FONSECA
LAIANA PEREIRA DOS SANTOS
LUCAS ENDRIGO BRUNOZI AVELAR
(ORGS.)



EDIÇÕES
FAPERR
FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE RORAIMA
GOVERNO DE RORAIMA

Formas de liberdade e resistência na América Latina. *Copyrigth* ® 2026 by André Augusto da Fonseca, Laiana Pereira dos Santos, Lucas Endrigo Brunozi Avelar.
Esta obra está licenciada sob a *Creative Commons* Atribuição 4.0 Internacional CC BY



Esta obra pode ser reproduzida, copiada e compartilhada, desde que mencionada a fonte e a autoria. A violação dos direitos do autor é crime estabelecido pelas leis penais brasileiras (Lei Nº 9.610/98 e Código Penal Brasileiro).

UERR Edições
Universidade Estadual de Roraima
Rua 7 de Setembro, Nº 231.
Bairro Canarinho. CEP. 69306-530.
CNPJ: 08.240.695/0001-90
contato@edicoes.uerr.edu.br

Presidência
Dr. Elemar Kleber Favreto

Vice-Presidência
Dr. Josias Ferreira da Silva e
Dr. Huarley Mateus do Vale Monteiro

Conselho Editorial
Dra. Márcia Teixeira Falcão, Dr. Mário Maciel de Lima Júnior, Dr. Serguei Aily Franco de Camargo, Dr. Rodrigo Leonardo Costa de Oliveira.

Equipe Editorial
Magdiel dos Santos da Silva, Patrick Florêncio Rodrigues de Alencar, Vinícius Bueno de Melo.

Conselho Científico
Dr. André Augusto da Fonseca, Dra. Cleiry Simone Moreira da Silva, Dr. Fernando César Costa Xavier, Dra. Iara Leão Luna de Souza, Dra. Josimara Cristina de Carvalho Oliveira, Dra. Marta Cacilda de Carvalho Rufino, Dra. Sandra Kariny Saldanha de Oliveira, Dra. Tatiane Marie Martins Gomes de Castro, Dr. Vinícius Denardin Cardoso, Dr. Waldemar Moura Vilhena Junior.

Universidade Estadual de Roraima
Cláudio Travassos Delicato, Reitor; Edson Damas da Silveira, Vice-Reitor; Everaldo Barreto da Silva, Pró-Reitor de Ensino e Graduação; Leila Chagas de Souza Costa, Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação; Robson Oliveira de Souza, Pró-Reitor de Extensão e Cultura; Gabriela Layse de Souza Lemos, Pró-Reitora de Planejamento e Administração; Mariano Terço de Melo, Pró-Reitor de Orçamento e Finanças; Rosa Maria da Silva Malta, Pró-Reitora de Gestão de Pessoas.

Diagramação: Raquel Maciel

Capa: Mateus Guedz Ferreira

FORMAS DE LIBERDADE E RESISTÊNCIA NA AMÉRICA LATINA

ANDRÉ AUGUSTO DA FONSECA
LAIANA PEREIRA DOS SANTOS
LUCAS ENDRIGO BRUNOZI AVELAR
(ORGS.)



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Formas de liberdade e resistência na América Latina [livro eletrônico] / organização André Augusto da Fonseca, Laiana Pereira dos Santos, Lucas Endrigo Brunozi Avelar. -- Boa Vista, RR : UERR Edições, 2026.
PDF

Vários autores.
ISBN 978-65-89203-99-5

1. América Latina - Aspectos políticos 2. América Latina - História 3. Artigos - Coletâneas 4. Liberdade 5. Movimentos sociais - América Latina 6. Política 7. Resistência I. Fonseca, André Augusto da. II. Santos, Laiana Pereira dos. III. Avelar, Lucas Endrigo Brunozi.

26-409109.0 CDD-305.098

Índices para catálogo sistemático:
1. América Latina : Sociologia 305.098
Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

APRESENTAÇÃO

André Augusto da Fonseca
Laiana Pereira dos Santos
Lucas Endrigo Brunozi Avelar

Produto de contribuições de investigadores(as) de diversos estados e países, reunidos no Simpósio de História da UERR em 2025, evento organizado pelos estudantes e docentes do curso de História, este livro nasce de um imperativo: compreender as múltiplas formas através das quais a liberdade foi desejada, conquistada, negada e reinventada na América Latina. Longe de ser um conceito abstrato, a liberdade se manifesta aqui como uma força concreta e plural, que se articula em respostas igualmente plurais às diversas faces da dominação. Os trabalhos que compõem esta coletânea percorrem um arco temporal que vai dos alicerces coloniais do poder aos desafios do tempo presente, revelando que a resistência é uma constante vital na história do continente.

Para organizar este rico e diverso mosaico, agrupamos os capítulos em quatro eixos temáticos que dialogam intensamente entre si. A primeira parte, **"Modernidade, Dominação e Contestação"**, remonta às estruturas fundadoras do poder, com foco em seus alicerces coloniais e imperiais, e as primeiras formas de resistência e concepções de autonomia. Do Forte São Joaquim no século XVIII, um ponto de interseção de violências e sociabilidades na fronteira amazônica, às

expedições científicas que produziam representações sobre a Amazônia por um olhar estrangeiro, e aos planos urbanísticos da ditadura no século XX, vemos a lenta construção de um Estado e de um projeto de nação. É neste cenário de dominação que emergem as primeiras formas de resistência, analisadas com profundidade por Mark Harris, em sua conferência *Moments of freedom: between individual autonomy and collective Independence*, que nos convida a pensar a liberdade para além dos cânones ocidentais, entrelaçando a Cabanagem com filosofias indígenas de autonomia. Harris oferece uma análise teórica profunda sobre os conceitos de liberdade, articulando as experiências locais (como a Cabanagem) com filosofias indígenas e correntes de pensamento globais. Nessa reflexão brilhante sobre uma "ecologia da liberdade", o autor oferece uma chave de leitura para toda essa parte do livro.

O capítulo *Cotidiano, violência e conexões em uma fronteira amazônica: uma fortaleza esquecida no sertão do rio Branco (1775-1920)* mostra as várias dimensões da violência da ocupação portuguesa (e depois do Estado nacional brasileiro) nessa região fronteiriça e as estratégias de sobrevivência e negociação de indígenas, soldados e outros grupos nesse contexto. Continuando na década de 1920, *Uma expedição e uma cidade: cem anos da Boa Vista de Hamilton Rice* é o capítulo em que Claudia Nascimento e Renato Barbosa ilustram a visão externa e "civilizatória" sobre a Amazônia, contrastando com a realidade local e servindo como contraponto ao capítulo anterior.

O instigante estudo de Claudia Nascimento e Giovanna de Freitas intitulado *Utopia, plano ou*

discurso? O plano de desenvolvimento urbano de Caracaraí, registros e realidade aprofunda a discussão sobre projetos modernizadores e suas contradições, agora no último quartel do século XX, e seus impactos na (re)organização do espaço. Em um trabalho de fôlego, as autoras buscam no passado colonial algumas das estruturas que condicionaram os projetos urbanísticos ao longo dos séculos na região e oferecem uma rara discussão sobre utopia urbana no interior de Roraima.

A segunda parte, **"Insurgências, Memória e classes sociais",** reúne movimentos que desafiaram a ordem estabelecida de forma explícita e a construção de suas memórias. Da apropriação da Revolução Chinesa pelo PCB às reivindicações feministas de Nair de Teffé, da esperança no pós-Trujillo na República Dominicana às cicatrizes literárias da ditadura chilena na obra de Bolaño, estes capítulos mostram que a rebelião circula por vias partidárias, de gênero, jornalísticas e literárias.

Com um texto ágil e um interessante corpus documental, Fernanda Nascimento analisa como uma revolução global foi interpretada e apropriada localmente, mostrando a circulação de ideias de resistência, no capítulo *Revolução Chinesa no Brasil – os desdobramentos e interpretações no partido comunista brasileiro a partir do jornal Voz Operária (1949 – 1969)*. Articulando microanálise (a trajetória de Nair de Teffé) e macrocontexto (movimento sufragista), Bethânia Werner apresenta uma forma de resistência e atuação política no campo dos direitos e do feminismo em uma esfera de elite, na Primeira República, em seu trabalho intitulado *O problema palpitante do voto*

feminino": política e feminismo na trajetória da primeira-dama Nair de Teffé (1924).

A esperança em tempos de ruínas: o pós-trujillismo nas páginas da revista Ahora é o capítulo em que Alexandre Santos examina a construção da esperança e da memória coletiva após uma ditadura, focando no papel da imprensa. Passando da República Dominicana para o Chile, e dialogando com a crítica literária e manejando habilmente as categorias criadas pelo próprio escritor analisado, Eduardo Campos articula os diferentes níveis da violência e analisa as relações entre literatura e história em *três cenas da obra de Bolaño: a violência e a literatura se aproximam o suficiente para se tornar um só*. Trata-se de explorar as marcas da violência ditatorial e a complexa relação entre arte, intelectuais e poder.

Se a segunda parte trata de levantes, a Terceira Parte, **"Resistências Cotidianas e a Luta pelo Território"**, volta-se para as batalhas silenciosas e persistentes. É a resistência inscrita nos corpos e nos muros da escola, na luta histórica pela terra – da Revolta da Vacina ao movimento antivacina, e dos direitos constitucionais indígenas aos neozapatistas. Aqui, a liberdade é defendida no espaço mais imediato: o próprio corpo, a comunidade, o território ancestral. A luta é pelo direito de existir e de definir o próprio modo de vida. Nádia Farage, com sua conferência *O pacifismo na teoria social anarquista: uma genealogia*, a partir do mote *A Revolução será incruenta*, propõe uma rara discussão sobre os projetos não-violentos de reforma e revolução a partir do século XVIII, produzindo um texto que já nasce clássico. Já Lucas Avelar, em um

estudo comparativo original e articulado, conciliando erudição, domínio claro da historiografia e texto fluido, explora em *Tabernas e pulperias no mundo ibero-americano (séculos XVIII e XIX)* as formas de resistência das classes populares do mundo ibérico nas tavernas, espaços de sociabilidade dos pobres, vistos com desconfiança pelas elites. Voltando à antiga capital brasileira, o capítulo *Das ruas do Rio de Janeiro ao whatsapp: resistência e desinformação da revolta da vacina à pandemia de covid-19*, de Vitória Carramilo e Alberto Oliveira Filho, estabelece um diálogo histórico instigante entre duas formas opostas de resistência à intervenção estatal na saúde, inquirindo sobre as ferramentas de protesto e desinformação com aportes de diferentes áreas do conhecimento como o Jornalismo e o Direito.

Transitando para o mundo da educação escolar, o capítulo *A Geração do Fracasso* desmonta o rótulo midiático que associa a assim chamada "Geração Z" à preguiça, ao descompromisso e ao fracasso profissional. A partir de uma análise histórica e econômica, os autores demonstram que as dificuldades enfrentadas por esses jovens — precarização do trabalho, instabilidade, falta de perspectivas — não decorrem de características geracionais, mas sim de transformações estruturais do capitalismo. O texto propõe, assim, uma reflexão crítica sobre o papel da juventude na sociedade contemporânea, articulando debates sobre trabalho, identidade e crise da modernidade. Em *Juventude em movimento: representação do corpo e relações de gênero no cotidiano escolar*, Eduarda Cardoso e Raimunda Silva mostram a resistência

individual e a afirmação identitária no micro espaço da escola, através do corpo e do gênero, usando as paredes das salas de aula e corredores escolares como textos, com rico material empírico. Transitando do espaço urbano para o rural, este livro destaca que a educação do campo configura-se historicamente como espaço de resistência e contestação na teoria e na prática. Não é surpreendente, portanto que em *Narrativas: egressos da LEDUCARR e os desafios do professor iniciante*, Maria de Nazaré Nunes e Sérgio Lopes se engajem em um estudo empírico sobre os desafios enfrentados pelos(as) egressos(as) do curso de Licenciatura em Educação do Campo e suas dificuldades para colocar em prática, no campo, os conhecimentos construídos na universidade. Também em um espaço rural, mas no México, *Neozapatistas: descendentes maias em uma "guerra pós-moderna" há 3 décadas* é o trabalho de autoria de Adrián Padilla Fernández, que apresenta um caso paradigmático de resistência indígena contemporânea que combina a luta pela terra com novas estratégias de comunicação e ação política global.

Por fim, a quarta parte, **"Autoritarismo, Memória e Justiça de Transição"**, concentra-se no legado das ditaduras do século XX e na luta permanente pela democracia. Abrindo com uma reflexão sobre a Ditadura, a Anistia e o Negacionismo na Amazônia, esta seção encerra-se com um olhar sobre o presente, onde professores-historiadores reinventam, no Instagram, a trincheira da memória contra o apagamento e a desinformação. Em sua conferência de abertura, *Ditadura, Anistia e História do Tempo Presente na Amazônia*,

César Queirós apresenta o arcabouço conceitual (Ditadura, Anistia, História do Tempo Presente, Negacionismo) que será detalhado nos capítulos seguintes. Articulando passado e presente de maneira eloquente e dialogando com a produção historiográfica recente sobre a ditadura na Amazônia, César Queirós nos lança nas questões atuais da cidadania e da democracia após a tentativa de golpe de Oito de Janeiro de 2023.

Rômulo da Silva, em *Memória, política e reparação: a universalidade dos direitos humanos, regressão normativa e ameaças aos direitos dos povos indígenas*, oferece uma investigação sobre a resistência jurídica e política contemporânea ao desmonte de direitos territoriais, ligando memória e reparação. Em seguida, Hudson de Araújo, em *Narrativas históricas digitais na Amazônia: professores-historiadores e a reinvenção da imprensa cultural no Instagram* conclui o livro com um olhar para o presente, mostrando como a memória e o combate ao negacionismo (tema da conferência inicial) são travados hoje, em novas frentes e com novas ferramentas.

Juntos, estes trabalhos demonstram que a liberdade na América Latina nunca foi um destino, mas uma travessia. Uma travessia marcada por conflitos, mas também por uma impressionante capacidade de agência, criação e resiliência. Esperamos que esta coletânea contribua não apenas para a compreensão deste passado complexo, mas também para a reflexão sobre os caminhos que se abrem, no presente, para a construção de futuros mais justos e verdadeiramente livres.

Boa Vista, junho de 2026.

SUMÁRIO

PARTE I: MODERNIDADE, DOMINAÇÃO E CONTESTAÇÃO

17 **Moments of freedom between individual autonomy and collective independence**

MARK HARRIS

46 **Cotidiano, violência e conexões em uma fronteira amazônica: uma fortaleza esquecida no sertão do rio Branco (1775-1920)**

ANDRÉ AUGUSTO DA FONSECA
BIANCA SILVA
HUGO DE SOUSA MENDES
JOSÉ VICTOR DORNELLES MATTIONI
NADSON LEITÃO DE OLIVEIRA JÚNIOR

117 **Uma expedição e uma cidade: cem anos da Boa Vista de Hamilton Rice**

CLAUDIA HELENA CAMPOS NASCIMENTO
RENATO VICENTE BARBOSA

158 **Utopia, plano ou discurso? O plano de desenvolvimento urbano de Caracaraí, registros e realidade**

CLAUDIA HELENA CAMPOS NASCIMENTO
GIOVANNA SOUSA GUEDÊLHA DE FREITAS

PARTE II: INSURGÊNCIAS, MEMÓRIA E CLASSES SOCIAIS

191 **Revolução Chinesa no Brasil – os desdobramentos e interpretações no Partido Comunista Brasileiro a partir do jornal Voz Operária (1949 – 1969)**

FERNANDA DE SOUSA NASCIMENTO

222 **“O problema palpitante do voto feminino”: política e feminismo na trajetória da primeira-dama Nair de Teffé (1924)**

BETHÂNIA LUISA LESSA WERNER

249 **A esperança em tempos de ruínas: o pós-trujillismo nas páginas da revista Ahora**

ALEXANDRE FIRMO DOS SANTOS

270 **Três cenas da obra de Bolaño: a violência e a literatura se aproximam o suficiente para se tornar um só**

EDUARDO CAMPOS SILVA

PARTE III: RESISTÊNCIAS COTIDIANAS

296 **O pacifismo na teoria social anarquista: uma genealogia**

NÁDIA FARAGE

317 **Tabernas e pulperias no mundo ibero-americano (séculos XVIII e XIX)**

LUCAS BRUNOZI AVELAR

352 **Das ruas do Rio de Janeiro ao WhatsApp: Resistência e desinformação da Revolta da Vacina à Pandemia de COVID-19**

VITÓRIA MOURA CARRAMILO

ALBERTO CORREIA DE OLIVEIRA FILHO

389 **A geração do fracasso**

YBIS DANIEL PEREIRA SILVA

EDUARDO SALES DA SILVA

405 **Juventude em movimento: representação do corpo e relações de gênero no cotidiano escolar - diálogos necessários**

EDUARDA PEREIRA CARDOSO

RAIMUNDA GOMES DA SILVA

430 **Narrativas: egressos da LEDUCARR e os desafios do professor iniciante**

MARIA DE NAZARÉ DA SILVA NUNES
SÉRGIO LUIZ LOPES

469 **Neozapatistas: descendentes maias em uma "guerra pós-moderna"há 3 décadas**

ADRIÁN PADILLA FERNÁNDEZ

PARTE IV: AUTORITARISMO E JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

494 **Ditadura, anistia e história do tempo presente na Amazônia**

CÉSAR AUGUSTO B. QUEIRÓS

513 **Memória, política e reparação: a universalidade dos direitos humanos, regressão normativa e ameaças aos direitos dos povos indígenas**

RÔMULO TERMINELIS DA SILVA

553 **Narrativas históricas digitais na Amazônia: professores-historiadores e a reinvenção da imprensa cultural no Instagram**

HUDSON REZENDE DE ARAÚJO

PARTE I:

MODERNIDADE, DOMINAÇÃO E CONTESTAÇÃO

MOMENTS OF FREEDOM BETWEEN INDIVIDUAL AUTONOMY AND COLLECTIVE INDEPENDENCE

Mark Harris, Monash University, October 2025

This text was originally delivered as an oral presentation in Portuguese. In writing it out in English for publication, I have kept the character—and limitations—of the original talk by moving between broad theoretical contexts and micro-level examples drawn from various Amazonian historical situations. These examples span a relatively long period, from the mid-seventeenth to the mid-nineteenth century. By interrogating notions of freedom, I bring together groups of Amazonians who are not usually analysed within the same conceptual frame. This is a deliberate strategy, grounded in foundations I explore more fully in other publications. While this text may not fully achieve its ambitious, wide-ranging vision, I hope it offers suggestive insights into substantive cultural and intellectual connections that cut across epochs, continents, and peoples.

The core question I want to explore is: What is the place of the Cabanagem rebellion in regional, national, continental, and transatlantic history?

Much has been written about the Cabanagem, and it has been examined from many angles. Yet one

perspective remains underdeveloped—particularly when compared to analyses focused on its internal dynamics. To my mind, what makes the Cabanagem especially significant in the broader context of early nineteenth-century revolutions is the convergence of internal and external dimensions. Like much of South America and the Atlantic world at the time, the region was gripped by revolutionary fervour. These upheavals led to independence from the Spanish and Portuguese crowns. In the lead-up to independence—and after it was achieved—each Brazilian region articulated its own version of freedom, shaped by local contexts. Grão-Pará, as the Portuguese speaking Amazon was then known, was no different. So why did it experience the longest, most widespread, and most violent repression of all the Regency rebellions of the 1830s?

In what follows, I explore my answer to this question. It involves tracing the interplay of transatlantic, continental, national, and regional currents—and how they converged in a moment of massive popular resistance. Each of these strands fed into the movement to overthrow the provincial government, assert self-determination, elect local leaders, and defend the homeland from abuse and tyranny. The rebellion was a fight for freedom from an oppressive regime, one perceived as indifferent to the people and the land and waters of the region. The rebels' vision of freedom was shaped by European liberalism—filtered through local priests and intellectuals—and by an anti-colonial culture that

had developed over two centuries. These influences brought together a diverse array of Amazonians—Indigenous people living independently or near towns like Belém, enslaved Afro-Brazilians, mestiços, and poor whites. For a moment, their horizons aligned to create the Cabanagem.

The Cabanagem, as an expression of a fight for freedom, is a unique rebellion in how local, regional, and transatlantic influences came together in the early 1830s. Although the rebellion was brutally repressed and the region's workers were subjected to an oppressive regime of control and surveillance—known as the *corpo de trabalhadores*—I would argue that the rebels still won their call for freedom. They secured the right to live their daily lives in the way they wanted.

This freedom didn't necessarily take a visible political form. Instead, it was grounded in the ability to make a living from their surroundings. It involved coordinating seasonally based activities and moving between them in tune with environmental changes. It depended on open access to freely available resources—forests for gathering and hunting, land for planting, rivers and lakes for fishing. At its core, it was about the freedom to work on one's own terms.

In short, this can be seen as an "ecology of freedom," to borrow Murray Bookchin's phrase. In this context, the term signals the particularity of the Amazon's ecology and the cultural and historical forms of human life that developed there during specific periods. If we can better understand the rich and

complex political character of the Cabanagem, we might also gain deeper insight into the Amazon's long history of entanglement—between externally driven ambitions and internally generated communities with their own cultures and histories. Put another way, we need to understand how external influences, such as liberalism, gained such a powerful and widespread foothold among a diverse group of people in the eastern Amazon during the early nineteenth century.

UNDERSTANDING THE CABANAGEM IN A WIDER CONTEXT

In this next section, I want to take a step back from the Cabanagem itself and move toward looking at the broader notion of freedom. I will briefly outline what scholars—particularly in the global North—have said about freedom and liberty. With a few exceptions, such as Moisés Lino e Silva and Huon Wardle in *Freedom in Practice* (Routledge, London, 2016), historical or anthropological approaches to comparing expressions of freedom are rare. Much of the writing assumes a universalist or socio-evolutionary foundation for the concept of freedom (e.g., Isaiah Berlin and Murray Bookchin), or it traces the development of political thought across time and space (e.g., Quentin Skinner).

A useful starting point is Isaiah Berlin's well-known and often debated distinction between two kinds of liberty, as outlined in *Liberty: Incorporating Four Essays on Liberty* (Oxford, 2002). Berlin's definitions of negative and positive liberty come from a Western—

specifically, global North—philosophical tradition. They reflect long-standing debates that can be put into dialogue with other traditions from the global South, including Indigenous philosophies passed down through myth and ritual, anti-colonial struggles for independence, and decolonial intellectual movements seeking to develop their own genealogies.

Berlin defined positive liberty as self-government and self-mastery. In this sense, Brazil and other South American regions lacked positive liberty before independence, as they were subject to European colonial rule. Similarly, an enslaved person cannot be said to be the master of their own life. Negative liberty, on the other hand, is a more recent and typically liberal notion, defined as freedom from interference—especially from the state. The negative aspect refers to the absence of restrictions. For Berlin, both forms of liberty were necessary for a person or group to be truly free.

However, Berlin's framework has faced criticism. One key critique is that a group or nation might achieve self-rule (positive liberty) but still become authoritarian, disregarding the internal freedoms of its citizens. In response, other scholars have refined Berlin's categories while remaining within the Western tradition, distinguishing between an older, "ancient" notion of freedom and a more modern one that emerged in the seventeenth century. These debates continue to explore the balance between economic freedom (e.g., free markets), political emancipation from colonial rule, and religious freedom.

Quentin Skinner's recent book, *Liberty as Independence: The Making and Unmaking of a Political Ideal* (Cambridge, 2025), argues that all definitions of liberty are historically situated and context-dependent. While I cannot claim to grasp the full depth of his argument, Skinner's work offers valuable insights for those of us working in the global South. He encourages us to trace the specific trajectories of freedom in independence struggles and to examine how liberalism took on distinct forms in the nineteenth century as newly independent regimes and intellectuals sought to cast off colonial domination.

Skinner enhances our understanding of liberty by distinguishing between two traditions. The ancient tradition, rooted in the Mediterranean republican model, defines freedom as non-domination—the security of not living at the mercy of others. The more recent tradition, by contrast, emphasizes non-interference by the state or other authorities. Skinner devotes much of his book to tracing how these debates in England crossed the Atlantic and influenced American independence, particularly in the constitutional emphasis on individual freedom from restriction.

Although Skinner focuses on European and North American thought, his framework is useful for identifying parallels in the global South. In early nineteenth-century South America, both traditions of liberty were present. On one hand, there was an anti-colonial emphasis on freedom as independence

and freedom from tyranny. On the other, there was a growing vision of freedom as equality—where each citizen could define their own decolonized identity. Skinner's work pushes scholars in the global South to think more critically about how freedom was shaped not just by political independence, but also by ongoing economic and trade relationships that often reproduced colonial dynamics under new guises.

POLITICAL INFLUENCES IN GRÃO-PARÁ AND THE ATLANTIC REVOLUTIONARY WORLD

To understand the broader context of the Cabanagem, we need to consider the direct political influences that shaped the region of Grão-Pará during the revolutionary period in the Atlantic world. One striking example involves Brazilian soldiers based in Belém who were sent to Cayenne to prevent French revolutionaries from entering northern Brazil. According to historical sources, these soldiers were themselves radicalized through contact with French prisoners held in Cayenne. Upon returning to Belém, they were suspected of spreading revolutionary ideas among the urban poor and were eventually arrested for inciting insurgency.

At the same time, an active commercial network connected coastal ports from Belém to northern South America and the Caribbean. These routes became conduits for revolutionary ideas and liberal

discourses, circulating news of political upheavals and independence movements elsewhere. This flow of information played a significant role in shaping local political consciousness in the years leading up to Brazilian independence.

Since the 1980s, a wave of historiographical revisionism in Brazil has pushed for a more continentally integrated view of the country's past. This has led to a rich body of social, political, and economic histories of the Amazon, moving beyond elite narratives focused on territorial control or the limited success of national development policies. Within this broader scholarly shift, one study stands out: Camila Loureiro Dias's rethinking of slavery and freedom from the perspective of northern Brazil.

While most studies of Brazilian slavery focus on African enslavement, Dias highlights the massive scale of Indigenous enslavement in the North prior to the 1750s, when such practices were officially banned. After that point, the region saw a rise in the importation of enslaved Africans. Even conservative estimates suggest that hundreds of thousands of Indigenous people were captured and taken to the metropolis. More likely, the numbers were double or even triple that, based on statistical analyses of prisoner expeditions, private raids, and export records.

This work, along with other contributions from scholars like Rafael Chambouleyron, André Machado, José Maia Bezerro Neto, and Magda Ricci, opens up new ways of thinking about freedom and its historical

and political lineages. By examining both Indigenous and European influences—and their intersections in the Amazon—these studies offer a framework for reinterpreting resistance and revolution. They move us beyond nationalist or elite-centred narratives and toward a more inclusive understanding of Amazonian history.

INDIGENOUS PERSPECTIVES ON FREEDOM AND AUTONOMY

This brings me to the final—but by no means least important—approach that informs this retelling of Amazonian history and anthropology. A number of scholars have explored Amerindian political philosophy, offering insights into how Indigenous peoples conceptualize freedom in ways that differ significantly from Western traditions.

Thinkers like Joanna Overing and Pierre Clastres have shown that Indigenous perspectives often emphasize communal autonomy and individual self-determination, rather than freedom as a defence against coercive power. Clastres, for instance, famously described Indigenous societies as "societies against the state," highlighting how power is deliberately decentralized to prevent domination. In these communities, individuals are not forced into obedience or collective identity; instead, autonomy is a core value, and leadership is often based on persuasion rather than coercion. In a similar vein, and most fruitfully,

Carlos Fausto has reconsidered asymmetric relations, such as ones between masters and pets, or owners and property from an Amerindian point of view, making for a rethinking of power and domination.

From a related angle, Heather Roller, in her book *Contact Strategies*, demonstrates how some Indigenous societies maintained significant autonomy by strategically managing their interactions with colonial powers. These groups would engage with colonial authorities when it suited their interests—such as gaining material goods or political leverage—but would also withdraw when necessary to avoid exploitation or violence. This ability to move in and out of contact was a key strategy for preserving autonomy.

Similarly, Peter Gow, in his contribution to *Freedom in Practice*, explores how the Piro people of the Peruvian Amazon conceptualize freedom and its opposites. Through an analysis of Piro language, Gow shows that their terms for freedom differ significantly from those used by outsiders or Spanish speakers. Over time, these meanings have become somewhat blended, but within the Piro language, it's still possible to distinguish between conceptually distinct traditions. This linguistic evidence points to the plurality of freedom—that is, the idea that freedom is not a universal concept but one that takes on different meanings in different cultural and historical contexts.

Taken together, these perspectives challenge the dominance of Western liberal definitions of freedom. They suggest that Indigenous peoples in the Amazon

have long held their own understandings of autonomy and independence —understandings that are deeply embedded in their social structures, cosmologies, and relationships with the environment.

Through all these interconnections, we can begin to ask whether there is a distinct global South discourse on freedom, autonomy, and independence—one that contributes to and extends dominant Northern paradigms. Was the Cabanagem an example of this unique political and cultural trajectory?

In what follows, I look at three types of freedom as they were expressed in different historical periods. These examples come from Indigenous people and their descendants. Some, like the Cabanagem proclamation, are drawn from rich sources that deliberately brought together people from diverse backgrounds. The first category involves the impulse toward collective self-determination, understood in a broad cultural sense that includes work and environmental preferences. The second centres on the drive for individual autonomy—the desire to live life on one's own terms. The third focuses on more familiar notions of political freedom and independence, and the efforts to defend them.

This framework allows us to explore how different expressions of freedom—rooted in Indigenous traditions, colonial encounters, and revolutionary ideologies—interacted and overlapped in the Amazon. It also helps us see how the Cabanagem was not just a rebellion against a provincial government, but a moment when

diverse understandings of freedom converged into a powerful, if temporary, collective movement.

CULTURAL INDEPENDENCE AND PERSONAL AUTONOMY IN THE EARLY COLONIAL PERIOD

The following examples come from a period when various external forces were competing for control in colonial Amazonia: the Portuguese Crown and its agents, powerful missionary orders like the Jesuits, and colonists eager for Indigenous labour. Laws were constantly shifting to support one side or another, all based on how best to access and govern Indigenous populations. Seventeenth-century Iberian and Christian notions of freedom and slavery underpinned these legal frameworks. The central question was: how could Indigenous people be made to work for the colony?

The answers varied depending on whether Indigenous groups were seen as hostile to the Portuguese or their allies, or whether they were in peaceful relations. A key policy for those in peaceful relations was to invite Indigenous people to relocate in so-called *descimentos*—voluntary or semi-voluntary movements from their homelands to missions or towns. As we'll see, these relocations had mixed outcomes. What's important to note is that colonists were heavily dependent on Indigenous labour, skills, and cultural knowledge to survive. This dependency drove them to raid missions and villages for new recruits. Settlers

often took more people than they were authorized to, and because many Indigenous people died from disease, hunger, or abuse—or simply ran away—the demand for labour remained constant.

One example comes from a voluntary *descimento* by the Nhunhun people of the Xingu region, who approached a Jesuit missionary, Pedro Pedrosa, in the late 1660s. They expressed interest in relocating closer to the Gurupá fort and village, but only under specific conditions: they wanted to send scouts ahead to assess the land and choose a suitable location, and they demanded that gardens be prepared in advance in fertile soil. In other words, they sought to maintain control over the cultural and material terms of their relocation. Pedrosa agreed, but whether he intended to follow through is unclear. Ultimately, the Nhunhun disappear from the historical record, suggesting they may have chosen not to settle near the Portuguese after all.

Here are the relevant extracts in Portuguese from Bettendorff's letter:

> *"[E]les queriam mandar à sua frente observadores que fossem tomar conhecimento da terra e que se familiarizassem com aquilo que encontrassem."*
> *"Além disso, eles exigiram que as roças fossem feitas primeiramente na região onde elas ficassem mais próximas ao mar [isto é, nas margens do rio Amazonas] e onde o solo fosse bem fértil e propício ao plantio de todas as espécies."* (The main reference for this descent is ARSI, Brasiliana 9, 259r–267v, Annual letter of 1671 by João

Bettendorff, which has a French translation in Karl Arenz, *De l'Alzette à l'Amazone*, pp. 612–32, especially 613–19)

What do we know about a relocation that actually happened from an Indigenous point of view? A number of examples could be cited here, some of which Heather Roller in *Amazonian Routes* has explored and analysed (*Amazonian Routes: Indigenous Mobility and Colonial Communities in Northern Brazil*, Stanford, Stanford University Press, 2014). One account, from Jesuit Jacinto Carvalho in the early 1700s, describes Indigenous people from the lower part of Xingu River in the late 1710s, possibly near where the descendants of the Nhunhun lived who had relocated but later returned to their homelands, disillusioned by the harsh treatment they received. Carvalho recounts how the headmen warned their people not to leave their native lands and "make themselves slaves of foreign people," emphasizing that life under Portuguese control was one of misery and struggle. This reflects a clear Indigenous critique of colonial promises and a reaffirmation of the value of autonomy.

"*These poor people were complaining that, having accepted to be under the sweet yoke of Christ, they were forced to carry such a heavy burden and sustain such exhausting fatigues. For this reason, they returned scarred to their own provinces where, if great was the good they were disseminating about us and our teachings, also bad was the talk against the Portuguese and other Christians who had offended them. Thus, all the natives who had remained*

rejoiced, as they had escaped a substantial danger that the others had encountered. While lauding themselves of their own benevolence, the headmen advised their subjects to realize and learn from the mistakes of others, and how much more kind was their government in comparison to the government of the Portuguese; [the subjects] should in the future be more mature in their own decisions, not to leave their native land where they live in freedom to go make themselves slaves of foreign people and lead a life full of misery and struggles." Jacinto Carvalho (ARSI, BRAS 10 I, ff. 198v-199r), 1710 (original in Italian).

A third example comes from João Acuti, a leader of the Cahicahi people in the southeastern Amazon. In 1739, he was negotiating with a Jesuit missionary about resettling near the Munim River. While he expressed willingness to ally with the Portuguese, he insisted that his people should not be forced to paddle canoes, carry wood, or obey colonial masters. His demands were explicit: they wanted to help on their own terms, not as subordinates. This was a clear assertion of autonomy, even within the context of cooperation.

"*Escreve lá (as disse em portuguez) Cahicahi não há de remar canoa; Cahicahi não ha de carregar páo: escreve. E se isentou de ser obrigado a servir; e o dizia com coragem porque já tinha andado na campanha, por tempo de dous annos, e estado no Maranhão muitos mezes, e visto o tratamento dos Indios. O referido juro in verbo sacerdotis".* (Biblioteca Nacional de Portugal, codice 4517, folio 85, Animdyba, 23 de Julho de 1739).

Finally, there is a striking account of an Indigenous woman who had been captured by an enemy group and was about to be ritually killed. When missionaries intervened to save her, she resisted, saying she would rather die in the ritual than become a slave to the whites. Even in the face of death, she rejected the colonial world, which she saw as a fate worse than death. This moment powerfully illustrates how deeply the value of autonomy was embedded in Indigenous worldviews.

> "E achando-se em outra ocazião uma índia amarrada a um esteio, e os naturaes em beberronia para a matar fazendo paracê, que é o seu baile, como elles costumam, chegavam a ella bebendo e dançando e a convidavam para que também bebesse, e voltando elles ficava ella, assim com os pés fazendo a mesma menção de paracê e cantando em voz sumiça. Trataram os brancos de a contratar com os principaes, tendo por sorte haverem chegado n'aquelle tempo, para atalhar o maleficio; o que com dificuldade conseguiram. Mas tanto que a moça o soube, vendo que a desamarravam voltou o contentamento em lagrimas, mostrando queria mais morrer e deixar nome em tão celebrada festa do que ser escrava dos brancos." João de Souza Ferreira, *America Abreviada* [1693], RIHGB 1894, vol. 57, part 1, p. 130.

These scattered but telling examples show how Indigenous people actively sought to shape their relationships with colonial powers. Whether through negotiation, strategic relocation, or outright resistance, they consistently asserted their right to

determine the conditions of their lives. While the sources are fragmented and often biased, they still convey a strong sense of Indigenous values around freedom and autonomy—values that resonate with the anthropological work of scholars like Clastres and Overing. What emerges is a picture of communities committed to maintaining independence and the ability to choose their own future paths.

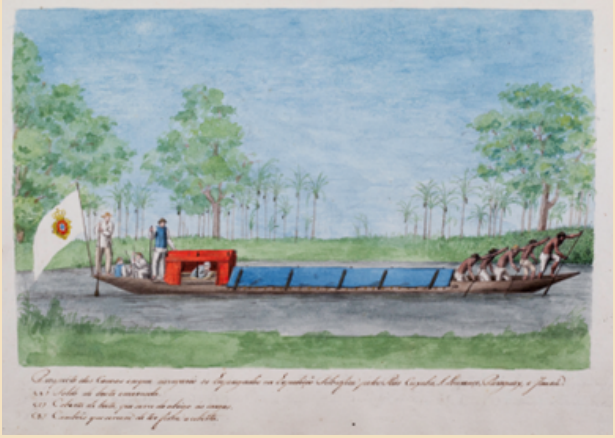
FREEDOM AND INDEPENDENCE IN THE AMAZON AFTER 1750

In 1751, the Portuguese Crown issued a series of reforms aimed at more tightly integrating the Amazon into the colonial system. These reforms, which we might now call early efforts at economic and social development, were implemented by Francisco Xavier Mendonça Furtado, a powerful and well-connected administrator who arrived in the region later that year. His mission was to bring order and profitability to the Amazon, and he did so by introducing sweeping changes: expelling the Jesuits, secularizing the missions, banning Indigenous slavery, promoting mixed-race marriages, establishing a state-run trading company, and even bringing in a board from the Lisbon Inquisition to oversee religious conformity.

These policies were rooted in the Iberian Enlightenment and paved the way for liberal political and cultural ideas to enter the Amazon by the end of the eighteenth century. But while the laws changed on paper,

what did this mean for actual experiences of freedom and slavery in the villages, rivers, gardens, and forests?

To get a sense of this, we can turn to a striking visual source: a watercolour by Joaquim José Codina, depicting the canoe of Alexandre Rodrigues Ferreira during his *Viagem Filosófica* (Philosophical Voyage) around 1785. The image shows a large canoe on a river, with a lush forested bank in the background. At the front, about five Indigenous rowers are standing hunched over their paddles. At the back, four clothed figures stand, one steering with a large paddle. In the centre sits Ferreira himself, under a canopy, while a large Portuguese imperial flag flies at the stern. The message is clear: this is Portuguese territory, and colonial order reigns.



But anyone familiar with the Amazon at the time would recognize this image as a fiction. Written reports from the same period—especially during the so-

called Directorate era—paint a very different picture: disorder in the villages, widespread disobedience, and daily life marked by disease, hunger, abuse, and hardship. Far from being orderly, many expeditions to collect *drogas do sertão* (backlands products) were plagued by resistance. Indigenous paddlers often refused to comply or fled, as Heather Roller and others have documented.

A particularly revealing source is the work of João Daniel, a Jesuit who was imprisoned in Lisbon after the expulsion of his order. From his cell, he wrote a detailed account of life in the Amazon, offering insights into its people, environment, economy, and politics. In one passage, he describes the central role of Indigenous people in sustaining the colonial economy: they cultivated the land, rowed canoes, fished, hunted, and served as guides and pilots. Without them, Daniel argued, the forest couldn't be cleared, rivers couldn't be navigated, and the interior couldn't be accessed. He even suggested that if Indigenous people had the will, they could easily expel the Europeans, since they were the true inhabitants and owners of the land.

Os índios são os que cultivam a terra, os que remam as canoas, e com que se servem os brancos; são também os que extraem dos matos as riquezas; os que fazem as pescarias, e finalmente são as mãos, e pés dos europeos. São os práticos, e pilotos da navegação, e os marinheiros, ou remeiros das canoas, e são tudo: Sem eles se não podem roçar as matas, senão podem navegar os rios; senão podem penetrar os centros, e

senão podem subjugar os levantados. Servem-se com eles os brancos; servem-se os missionários; com eles, e por meio deles se praticam as nações bárbaras, e se fazem os descimentos : porque são os prácticos do país, os habitantes, e senhores daquelas terras, de sorte, que se fizessem ânimo, e quisessem podiam estrafegar, e lançar fora quantos europeos se lhes avantajassem; para que vejam estes quantos enteressam na sua amiúde, e boa correspondência. João Daniel, *Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas*, Parte III, Capitulo 3.

Daniel's reflections echo the older republican idea of freedom as self-determination and non-domination. While his perspective was undoubtedly shaped by his own political grievances, his observations point to the enduring autonomy and power of Indigenous communities. Although they didn't immediately unite to expel the colonizers, within a few generations, local uprisings and eventually the Cabanagem would emerge. In this sense, the Cabanagem might be seen as the realization of Daniel's speculation—not merely an Indigenous uprising, but a broad-based movement rooted in long-standing traditions of autonomy and resistance.

The entanglement of Indigenous and liberal ideas becomes especially clear in two powerful examples from the Cabanagem period. The first is a petition from the municipal council of Alter do Chão, a village in the Lower Tapajós, some distance from Belém. The councillors, mostly Indigenous, expressed frustration at their treatment by their white neighbours in the larger town of Santarém. They asked: if independence

had come, why were they still being exploited? Who was this independence really for, if not for all Brazilians—especially those who were *filhos da terra*, sons of the land?

In their petition, they complained about unfair taxation, the forced provision of Indigenous labor to Santarém, and the continued abuse by Europeans who claimed to defend the Fatherland but treated Indigenous people as inferior. They wrote, "Freedom came for all those who are sons of Brazil, not the Europeans, who say they defend the Fatherland only to deceive the native sons." They also demanded the right to appoint their own militia captain and to decide who would serve in labor duties. Their words reflect a strong identification with the new Brazilian nation and its liberal ideals, but also a clear demand that these ideals be applied equally to Indigenous people. They were asserting their rights as citizens, taxpayers, and loyal subjects of the Emperor, while also calling out the hypocrisy of those who continued to treat them as second-class.

Nos abaixo asignado fazemos ver aos Ill. Senhores do Governo Geral, q' esta V^a sempre anda huns pocos de annos muito pobre, e como sabemos, o q' nos recommenda o nosso Amabelissimo Imperador o S^r D. Pedro Primeiro, para q' nos enteresse nos Negocios, e Lavouras motivo p^r q' queremos q' o arrecadador dos Dizimos queremos de hoje p^r diante q' seja f^o [filho] da terra, e nao Contratador, q' nao faz senao roubar promiscuam^te de viuvos, e viuvas q' tudo o

anno levao a dar Dizimos, e sempre fiquemos a dever[;] outro sim sempre está este Camara a receber officios da V^a de S^em [Santarém] p^a dar-çe Indios p^a elles servirem-ce com os d^os pois asim perde muito a V^a pois a Liberd^e veio p^a tudo aquelle q' for f^o do Brazil / e aquelles q' digo[?] nao aos Europeus dizendo q' defendem a Patria tudo hé p^a inganar aos f^os da terra; em fim E^mos S^nes fazem prometem^tos com santid^e, e depois q' apanhe [ilegivel] dos pez nao faz se nao vexar a nos tirando nossos terez, e averez [teres e haveres], pois deste modo andara sempre esta V^a como dantes[;] outro sim pozemo-nos em Armas Seg^do o q' se dezia dos faciozos constou isto a V^a de S^em [Santarém] fomos logo abatidos com amiassa ... esta V^a em geral[;] outro sim fizemos aqui huma prizao a dois Europeos [ilegivel] camarada p^r nao aprezentar guia ao S^r Juis p^r ordem delle e q' presedemos pois estes vierao da V^a de S^em[Santarém] pois se asim obramos ha' pella razao delles nao fazerem sinao amiassar dizendo q' sumos Macacos, e Araras, pois nos q' temos a Liberd^e do Nosso Augosto Imperador de podermos falar qd^o ellez pello contrario q' a Imdependençia q' he delles, e nao para os Indios, pois nos apezar de seremos Indios sempre somos Baptizados taobem como ellez pois de hoje p^r diante deregimos alcanssar de V. E^cias huma ordem p^a q' elles nao conttendao com este V^a[;] outro sim esperamos [ilegivel] em V. Ex^cias um Capitao [por] q' este q' aqui tem estado nao queremos mais p^r modo nemhum p^r q' hé homem libertino[;] outro

sim qd^o mandar ordem p^a algum Servisso seja a este Illustre Camara p^a este despor dos q' estemos prompto p^a servir. Arquivo Público do Estado do Pará, Cod. 789, Doc. 2.

The second example comes from a speech by Eduardo Angelim, the third and most prominent Cabano president, delivered in front of the governor's palace in Belém in 1835. After declaring victory over the imperial forces, Angelim addressed the crowd: "Courageous people of Pará, valiant defenders of the homeland, and of liberty! After nine days and nights of murderous fire, we are the lords of the fair city of Belém, capital of this province." He denounced the imperial-appointed president as a rebel without a mandate and called on the people to protect the innocent and shape the future of the *pátria*—the homeland.

Corajosos Paraenses, valentes defensores da Pátria e da Liberdade! ... Seja cada um de vós um pai, um protetor da inocência desvalida! Procedendo assim bem teremos merecido da pátria ... teremos que aclamar um presidente que mereça a nossa estima, confiança e respeito. Dignos chefes de tôdas as colunas, vós todos sois merecedores dos maiores louvores e elogios pelo vosso valor, firmeza de caráter e lealdade. Vivam os descendentes dos Ajuricabas e Anagaíbas! Vivam os paraenses livres! Viva o Pará. The whole speech is reproduced in *Brasil, 500 Anos em Documentos*, 195–198, Ivan Alves Filho (ed.), Mauad Editora, Rio de Janeiro, 1999].

What is especially striking is how Angelim invoked two legendary Indigenous leaders—Ajuricaba and Anagaiba—figures from a century earlier who had resisted Portuguese domination. By referencing them, Angelim placed the Cabanagem within a longer oral tradition of anti-colonial resistance. He was not just making a political statement; he was appealing to a shared cultural memory that resonated with his audience. This wasn't just about liberal ideals—it was about reclaiming a legacy of Indigenous defiance and linking it to the present struggle for justice and autonomy.

Angelim himself was well-versed in liberal politics, having participated in earlier petitions and uprisings. Yet he managed to bridge radical liberalism with a colonized Amazonian culture that included Indigenous and mixed-heritage populations. His speech combined Enlightenment language—liberty, homeland, leadership by consent—with local values of courage, loyalty, and resistance. It was a powerful synthesis of political traditions, one that helped galvanize a diverse coalition of rebels.

REPRESSION, LEGACY, AND THE ENDURING SPIRIT OF AUTONOMY

As is well known, the Cabanagem was brutally repressed by the imperial regime based in Rio de Janeiro. Rebels were arrested—some tried locally, others sent to Belém and imprisoned aboard ships, which were effectively death sentences due to disease, neglect, and lack of food. Many were likely

executed without trial. Those who survived and were classified as labourers were forced into the *corpos de trabalhadores* from 1837 onward. These were semi-militarized labour teams overseen by army captains and deployed on public and private projects. The captains had near-total control, and failure to comply could result in arrest. This system was a form of coerced labor that closely resembled slavery.

Yet, even under these harsh conditions, many people continued to assert their autonomy. When not conscripted into forced labor, they returned to their homes, managing their own households and engaging in a variety of seasonal activities—fishing, farming, gathering, and small-scale trade. These riverbank communities, often ethnically mixed, formed a kind of semi-autonomous peasantry, living between towns and villages, marketing their own produce, and striving to control their labour and livelihoods.

So what became of the political demands voiced by the petitioners from Alter do Chão and the rebels of the Cabanagem, ten or twenty years later? In official circles, their demands were largely ignored. The Brazilian elite—now occupying positions in municipal councils, the judiciary, and the military—saw themselves as the true bearers of independence, even as they continued to rely on enslaved labour. But outside these elite spaces, tens of thousands of people were living in ways that reflected the very ideals the Cabanagem had fought for: autonomy, self-sufficiency, and freedom from domination.

After the rebellion, a wave of visitors—scientists, soldiers, missionaries—arrived to 'rediscover' the Amazon. Their travel narratives offer glimpses into this post-Cabanagem world. These accounts are peppered with the voices of survivors—sometimes defiant, sometimes resigned, but always shaped by the memory of struggle. One particularly vivid example comes from Alfred Russel Wallace, who arrived in Belém in 1848 with Henry Bates to explore the Amazon's biodiversity. In 1849, Wallace hired locals to paddle his canoe. At one point, a man was forced aboard at bayonet point after refusing to join the expedition. Furious and humiliated, he declared he would leave at the first stop and take revenge on those who had forced him. True to his word, he disembarked at sunset, politely said goodbye to Wallace, and disappeared into the forest.

Uma semana se passou, e os homens não vieram, e como eu estava muito ansioso para partir, o Padre concordou com um comerciante em me deixar três de seus indígenas, ele tomando em vez daqueles que o comandante provavelmente logo mandaria me chamar. Um dos indígenas, no entanto, não escolheram vir e foram levados para o canoa por chicotadas severas e na ponta da baioneta. Ele ficou muito furioso e mal-humorado quando ele subiu a bordo, jurando que ele não iria comigo e se vingaria de aqueles que o forçaram a embarcar. Ele reclamou amargamente de ser tratado como um escravo, e eu não podia culpá-lo muito. Tentei o que pude para acalmá-lo, oferecendo-lhe um

bom salário e muito para comer e beber, mas sem propósito; ele declarou que voltaria do primeiro lugar em que paramos e mataria o homem que o atingiu. Ao mesmo tempo, ele era muito civil, assegurando-me que ele não sentia má vontade contra mim, como eu tinha não nada a ver com isso. Era tarde quando começamos, e por volta do pôr do sol ficamos para fazer o jantar; e então o miserável indígena educadamente me desejou adeus, e tomando suas roupas voltou pela floresta para a aldeia. Alfred Russell Wallace, *A Narrative of Travels on the Amazon and Rio Negro*, p. 110, December 1849, Vila Nova da Rainha [Parintins] minha tradução

This moment captures something essential: the fierce insistence on individual autonomy. The man didn't blame Wallace personally, but he refused to be coerced. His reasons for resisting might have been personal—family obligations, spiritual commitments, or seasonal work—but the principle was clear. He wanted to decide for himself how to spend his time and labor. This impulse, I would argue, is part of the cultural legacy of the ecology of freedom. It reflects a deep-rooted way of life that values independence, flexibility, and the ability to live in tune with the environment. It's the same spirit that fuelled the Cabanagem—and that continued to shape Amazonian life long after the rebellion was crushed.

CONCLUSION

In conclusion, the history of freedom in the Amazon emerges as a complex interplay of autonomy, resistance, and adaptation across centuries. From early colonial encounters to the Cabanagem and beyond, Amazonian peoples consistently asserted their right to shape their own lives—whether through negotiation, strategic withdrawal, rebellion, or everyday practices of self-sufficiency. What becomes clear is that freedom in the Amazon was never just a political ideal that came with liberalism. It was lived and negotiated in the forests, rivers, and villages. It was shaped by seasonal rhythms, environmental knowledge, and the need to maintain control over labour and livelihood. This was a freedom grounded in place—what we have called an **"ecology of freedom"**—and it was expressed through both collective and individual acts of autonomy.

The Cabanagem stands out as a moment when diverse social groups—Indigenous communities, Afro-Brazilians, mestiços, and poor whites—came together around shared aspirations for self-determination. It was a convergence of local, regional, and transatlantic influences that produced a powerful, if short-lived, movement. And while the rebellion was violently suppressed, its legacy lived on in the ways people continued to resist domination and assert their independence in everyday life.

Ultimately, these histories challenge the idea of the Amazon as a passive or peripheral space.

Instead, they reveal it as a **vibrant site of political imagination**, where freedom was not only desired but actively pursued—on Indigenous terms, in Indigenous languages, and through Indigenous strategies. Understanding these struggles helps us see the Amazon not just as a region of ecological richness, but as a place of deep historical agency and cultural resilience

COTIDIANO, VIOLÊNCIA E CONEXÕES EM UMA FRONTEIRA AMAZÔNICA: UMA FORTALEZA ESQUECIDA NO SERTÃO DO RIO BRANCO (1775-1920)

André Augusto da Fonseca[1]
Bianca Silva[2]
Hugo de Sousa Mendes[3]
José Victor Dornelles Mattioni[4]
Nadson Leitão de Oliveira Júnior[5]

INTRODUÇÃO

Como vestígio mais conhecido do período colonial em Roraima, o forte São Joaquim – do qual só restam ruínas em meio à mata ciliar do rio Tacutu – já foi objeto de diversos trabalhos mais ou menos descritivos (Costa et al., 2017; Rosa; Thompson, 2015; Vieira; Gomes Filho, 2015), calcados na obra de Nádia Farage (1991) e nos registros portugueses setecentistas (Almada, 1861; Ferreira, 1994; Sampaio, 1850), ou se ocupando de aspectos patrimoniais (Ramalho;

1 UERR
2 Centro de Memória e Cultura do Poder Judiciário
3 Centro de Memória e Cultura do Poder Judiciário
4 Instituto Federal de Roraima Campus Amajari
5 Centro de Memória e Cultura do Poder Judiciário

Ramalho, 2015) e turísticos. Um esforço de reflexão teórica foi empreendido por Gomes Filho em sua dissertação de mestrado (2012), tentando associar as dinâmicas dos sujeitos indígenas e europeus no processo colonial do final do século XVIII no rio Branco aos modelos explicativos da monarquia polissinodal ou corporativa (HESPANHA, 1994) e do Antigo Regime nos Trópicos (FRAGOSO; BICALHO, 2001), infelizmente sem oportunidade de aprofundamento.

Os livros de memorialistas locais, como era de se esperar, trataram do tema de forma superficial e ufanista, em linha com uma historiografia tradicional no estilo de Arthur César Ferreira Reis (REIS, 1931, 1940, 2006). Compreensivelmente, apresentam muitos erros factuais e conceituais, não apenas situando "fora da história" os milhares de anos de culturas originárias na região como afirmando que as demais nações respeitaram e referendaram o Tratado de Tordesilhas, que Pedro Teixeira teria conhecido a foz do rio Branco, batizando-o com esse nome em 1639, que os geógrafos Almeida Serra e Antônio Pires da Silva Pontes teriam construído currais nas fazendas de gado, que o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira teria estudado botânica, zoologia e etnografia da região "sob orientação de Lobo D´Almada", ou que a povoação colonial de Nossa Senhora do Carmo (baixo rio Branco) teria se localizado onde hoje se encontra a cidade de Boa Vista, que os "portugueses" expulsaram o missionário inglês Thomas Youd do Pirara em 1839 (FREITAS, 2000, p. 87, 89, 94, 97, 101).

Confusões como atribuir a criação dos aldeamentos laicos (Carmo, Santa Maria, São Felipe, Conceição etc.) aos missionários carmelitas em 1725, quando na verdade foram estabelecidos depois de 1775 e sob o regime do Diretório dos Índios, por iniciativa de principais (líderes indígenas) e militares portugueses, ou que Francisco Xavier de Mendonça Furtado em 1775 (seis anos depois de seu falecimento) teria ordenado a construção do forte a Felipe Sturm (MAGALHÃES, 1997, p. 17-19), ou que o forte teria sido construído em 1765 [SIC] e que os espanhóis invadiram a região em 1788 (SOUZA, 1969), são alguns entre muitos equívocos que em parte podem ser explicados pela dificuldade de acesso a documentos históricos e à ausência de formação profissional de historiadores em Roraima, até a última década do século XX. O estado até hoje não conta com um arquivo histórico e seu único museu foi demolido pelo governo estadual em maio de 2023, funcionando em um prédio improvisado enquanto aguarda a construção das novas instalações.

Desde o final do século XX, entretanto, com o projeto Resgate e sua consolidação, organizando, digitalizando e facilitando o acesso a dezenas de milhares de documentos coloniais do Arquivo Histórico Ultramarino - AHU (ARRUDA, 2006)[6], além da digitalização da coleção da Revista do Instituto

6 Acesso aos documentos, organizados por capitania e com mecanismo de busca eficiente, em http://resgate.bn.br/docreader/docmulti.aspx?bib=resgate&pagfis=

Histórico e Geográfico Brasileiro[7] e de parte dos acervos do Arquivo Nacional e do Arquivo Público do Estado do Pará, da Biblioteca Nacional do Brasil (incluindo fácil acesso a jornais do Amazonas no século XIX) e da Biblioteca Nacional de Portugal[8] e Torre do Tombo, paralelamente ao crescimento dos programas de mestrado e doutorado em História na região Norte do Brasil, as possibilidades para a escrita da história têm se modificado substancialmente. Em 2023, a criação do Centro de Memória e Cultura do Tribunal de Justiça em Boa Vista, empregando acadêmicos de História empenhados em projetos de digitalização de fontes primárias do poder judiciário, também abriu algumas possibilidades interessantes para a pesquisa historiográfica.

É com algumas dessas novas possibilidades – e revisitando algumas fontes já bem conhecidas, mas com uma nova abordagem – que este capítulo se apresenta como um estudo da vida cotidiana no forte São Joaquim e de alguns aspectos da história militar[9] nesse sertão remoto do Estado do Grão-Pará

7 https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/itemlist/filter.html?category=9&moduleId=147

8 Para algumas possibilidades de acesso a documentos coloniais e imperiais, ver *Um concurso imenso de caudalosos rios" no Projeto Resgate: a capitania do Rio Negro entre o Pará, as minas de Mato Grosso e os domínios espanhóis e holandeses* (Fonseca, 2023).

9 Na perspectiva da chamada Nova História Militar, "Não se pretende reduzir a compreensão da instituição militar a fenômenos sociais de outra ordem, que a determinariam, e sim prestar grande atenção à interação entre Forças Armadas e sociedade" (Castro; Izecksohn; Kraay, 2004).

e, posteriormente, do Império do Brasil, em uma tentativa de produzir uma história conectada com o que ocorria no resto da monarquia pluricontinental portuguesa, no mundo atlântico e além[10]. A história do cotidiano se articula com algumas tendências recentes interessantes da pesquisa histórica, como os estudos sobre a cultura material e a vida privada, a micro-história e as histórias conectadas.

> *A vida cotidiana não está 'fora' da história, mas no 'centro' do acontecer histórico: é a verdadeira 'essência' da substância social. [...] As grandes ações não cotidianas que são contadas nos livros de história partem da vida cotidiana e a ela retornam. Toda grande façanha histórica concreta torna-se particular e histórica precisamente graças a seu posterior efeito na cotidianidade. O que assimila a cotidianidade de sua época assimila também, com isso, o passado da humanidade, embora tal assimilação possa não ser consciente, mas apenas 'em-si'* (Heller, 2000).

Era nessa pequena fortificação que agentes régios trocavam correspondência e informações com Barcelos, Manaus, Belém, Rio de Janeiro e Lisboa; era para ela que convergiam líderes indígenas para negociar alianças e obter bens manufaturados; era ali que geógrafos portugueses e brasileiros estabeleciam suas bases para as expedições de mapeamento e demarcação da fronteira setentrional, e onde

10 Trata-se de seguir a linha de trabalhos como os de Gruzinski e Oliveira (Gruzinski, 2001; IFILL; OLIVEIRA, 2014).

naturalistas e etnógrafos de diferentes países passavam para contratar indígenas como guias, remadores, carregadores rumo às nascentes do Uraricoera e do Orinoco, ao Monte Roraima e além. Essa praça-forte improvisada também serviu como base para as *pressgangs*[11] do recrutamento forçado de marinheiros e trabalhadores na província do Amazonas, bem como para a função associada de prisão. Como diria Laura de Mello e Souza (Souza, 2010), vale a pena investigar as "privacidades insólitas e improvisadas" que se estabeleceram ali ao longo de mais de cem anos.

UM FORTE NO SERTÃO DA GUIANA BRASILEIRA: LOGÍSTICA E PRECARIEDADE

> *O forte Bastiani, com suas muralhas baixas, não era imponente, nem mesmo bonito, nem pitoresco por suas torres e bastiões; não havia absolutamente nada que consolasse aquela nudez, que lembrasse as doces coisas da vida.*
> *Entretanto, como na tarde anterior, do fundo da garganta, Drogo o fitava hipnotizado, e uma inexplicável excitação penetrava em seu coração. E atrás, o que havia? Além daquele inóspito edifício, além das ameias, das casamatas, do paiol, que barravam a vista, que mundo se abria? Como era o reino do Norte, o pedregoso deserto por onde*

11 *Pressgangs* eram equipes empregadas para forçar homens ao serviço naval (Johnson, 1853; Sheridan, 1797), muito comuns em vários países ocidentais e em suas colônias – esse foi o termo usado por Schomburgk quando viu indígenas serem forçados ao trabalho perto do Forte São Joaquim em 1835. No período imperial, era usada no Brasil a versão aportuguesada "presiganga" (Nascentes, 1955).

> *ninguém nunca passara? O mapa — lembrava-se Drogo vagamente — assinalava para além da fronteira uma vasta região com pouquíssimos nomes, mas será que do alto do forte se veria pelo menos algum povoado, algum prado, uma casa, ou apenas a desolação de uma terra desabitada?* (Buzzati, 2018).

O forte Bastiani, ficcional, seria possivelmente tão pouco impressionante quanto o forte São Joaquim, cuja precariedade era um lugar-comum em quase todas as descrições deixadas por viajantes ao longo de mais de um século. Os mapas (como o da figura 1, que mostra várias povoações desertas em 1787), a iconografia e as descrições do forte São Joaquim por viajantes no alto rio Branco, nos séculos XVIII e XIX, podem lembrar um pouco da atmosfera de absurdo, abandono e desolação evocada por Dino Buzzati em seu romance *O Deserto dos Tártaros* (2018). Mas, na mesma perspectiva colonialista, tanto na ficção quanto na realidade histórica do rio Branco, os narradores falavam em vastidões desertas quando na verdade o que não havia era uma população europeia. Gente, havia muita, mas eram indígenas.

Não cabe no espaço deste trabalho a discussão sobre o conceito de fronteira, mas podemos usar a categoria setecentista de sertão: "região, apartada do mar, & por todas as partes, metida entre terras" (Bluteau, 1716, p. 613, v. VII). As regiões de selvas e campos distantes de centros urbanos do litoral eram comumente denominadas sertões na documentação da

época, como o "sertão do rio Branco". Eram distritos pouco conhecidos e escassamente mapeados pelos brancos, com poucos ou nenhum morador cristão, ainda que bem povoados pelo "gentio". Nenhuma vila (povoação com autogoverno, com câmara de vereadores) foi estabelecida no rio Branco durante o período colonial ou imperial. O núcleo com status de cidade mais próximo era Belém, a milhares de quilômetros de distância.

As espantosas extensões e dificuldades nas comunicações e transportes de pessoas e bens na Amazônia do século XVIII são dificilmente imagináveis para a maioria das pessoas do século XXI. A título de exemplo, quando foi incumbido de levar uma carta do príncipe regente a Paramaribo, pelos rios Amazonas, Negro, Branco e Essequibo, o porta-bandeira Barata saiu de Belém em 30 de março de 1798, levando um mês para atingir Santarém (primeiro de maio) e mais três semanas para chegar à barra do Rio Negro (atual Manaus). Chegou ao forte de São Joaquim do rio Branco somente em 3 de agosto (Barata, 1846). Quase todo deslocamento dependia da navegação a remo e o planalto Central, ao sul, e o Planalto das Guianas, ao norte, delimitavam os trechos navegáveis da imensa depressão amazônica com cachoeiras muitas vezes intransponíveis (figura 2). Durante todo o período colonial, imperial e grande parte do século XX, as embarcações típicas eram a igarité, a ubá, a

canoa de meia coberta (figuras 3, 4, 5 e 6)[12]. O vento era às vezes favorável para embarcações a vela que subiam o Amazonas, porém contrário para quem subia o rio Branco, por exemplo, e os navios a vapor chegariam apenas na segunda metade do século XIX, exercendo papel semelhante ao das ferrovias em outras regiões do império em termos de barateamento do frete das mercadorias primárias exportadas, aumento da velocidade e subsídios estatais (Gregório, 2009; Marin, 2004).

Mas, fosse com vela, remo ou vapor, na época das cheias da Amazônia a navegação em direção às fronteiras setentrionais podia ficar perigosa em alguns trechos, pela força da correnteza, enquanto na estiagem grandes rochedos emergiam dificultando ou impedindo a navegação (figuras 2 e 3). Não causa surpresa que o pedido de Diogo Roiz Pereira para obter o posto de sargento-mor da fronteira e de uma nova fortaleza do rio Branco em 1721 (Nabuco, 1903, p. 32–33) tenha sido infrutífero e que a provisão régia determinando a construção de um forte no mesmo

12 A igara (do Tupi 'por cima da água') é a canoa pequena ou esguia, ou ainda o termo usado para qualquer embarcação; igarapé, portanto, é 'o caminho da igara'. Igarité é a canoa de grande porte, do Tupi 'canoa verdadeira'. Ubá é a embarcação sem quilha e banco, de um só lenho ou de uma casca inteiriça de árvore", também do Tupi, significando 'o que se colhe da árvore' (Chiaradia, 2008, p. 299–300, 668). Todos esses termos foram trazidos ao sertão do rio Branco por falantes de português e/ou nheengatu (a Língua Geral Amazônica), pois para as línguas da família Aruaque o termo é exatamente *canaua,* que deu origem a "canoa". O caminho da canoa seria *Canauanin*. No lugar de ubá, nas Guianas historicamente sempre se usou o termo *corial*, do Macuxi *curiara,* canoa feita da casca de árvore.

rio em 1752 não tenha sido obedecida. A praça militar do rio Branco somente seria construída, às pressas, em 1776, em meio ao alarme causado pela tentativa de colonização espanhola.

Figura 1: Detalhe de CARVALHO, José Simões de. Carta do Rio Branco e suas confluentes levantada e construida pelo Dr. em Matemática e Cap. Engenheiro, José Simoens de Carvalho, na ocasião de exame que por ordem regia se executou.... 1787[13]



Figura 2: Catarata de Purumama ou Purumame, no furo Santa Rosa, rio Uraricoera, próximo à foz do rio Uraricaa - atualmente na área da Estação Ecológica Maracá e da Floresta Nacional do Parima (Bentley, 1841)



13 Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart325607/cart325607.html. Acesso em: 19 Dec. 2023.

Figura 3: A navegação no alto rio Negro, diante do forte de São Gabriel da Cachoeira (Bentley, 1841)



Figura 4: Uma igarité (Ferreira, 1971a); no leme se lê a palavra *Jacumá* (leme na Língua Geral Amazônica), de onde vem o termo que designa o piloto: jacumaúba

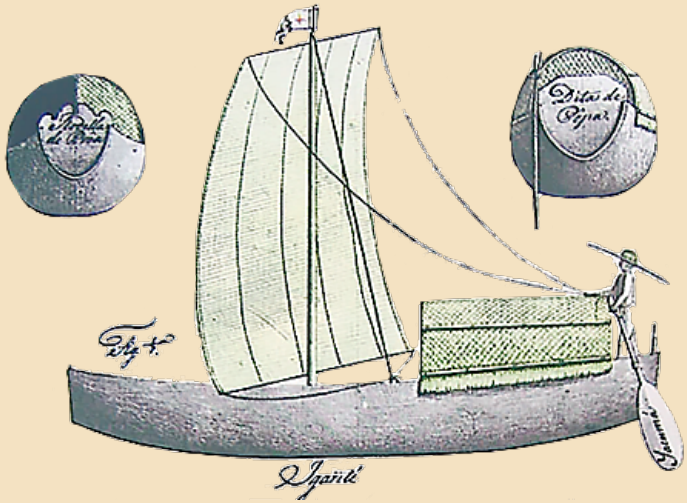


Figura 5: Uma canoa de meia-coberta (Ferreira, 1971a)

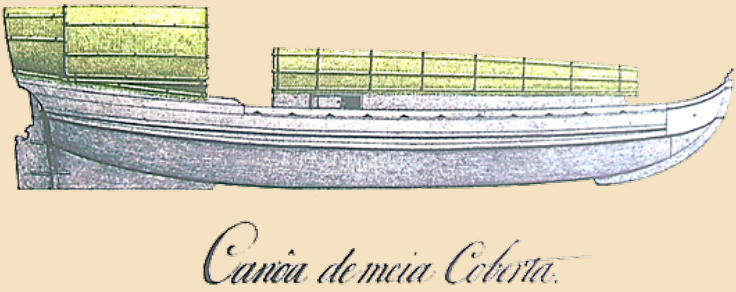
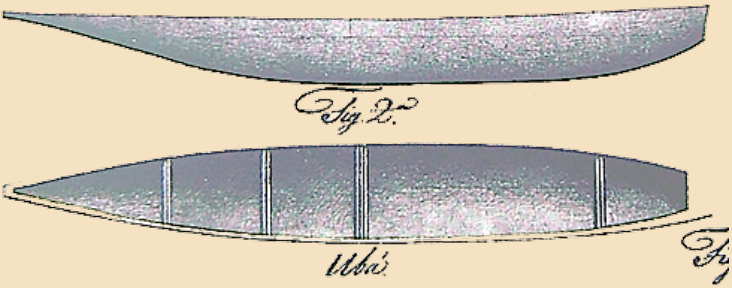


Figura 6: Uma ubá (Ferreira, 1971a)



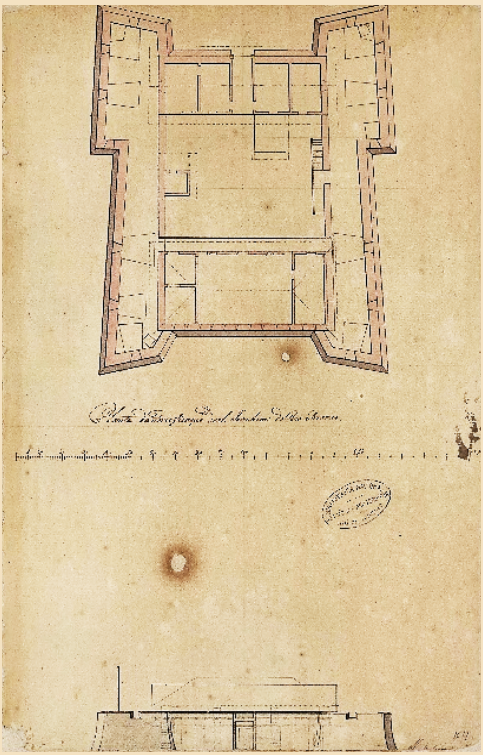
Havia, portanto, muitos obstáculos para sustentar um forte oneroso, que sempre enfrentou mais expectativas do que inimigos, de modo que a importância do Forte São Joaquim foi mais simbólica que militar (Costa et al., 2017; Gomes Filho, 2012), durante toda a sua existência (ver figura 7).

Isso não significa, de forma alguma, que ele fosse irrelevante. O interesse espanhol na bacia do rio Branco era indiscutível. As incursões castelhanas de missionários em 1770 e, depois, de militares, chegando

até os rios Uraricoera, Tacutu e Mucajaí pouco antes de 1775, visavam à catequese e, para motivo de pilhéria do ouvidor Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, também à busca do Eldorado. Os primeiros foram repelidos a bala pelos próprios indígenas e os segundos pela expedição despachada pelo governo do Rio Negro (Armellada, 1960; Sampaio, 1850). A leste do rio Branco, o governo da colônia holandesa[14] enviou vários prospectores investigarem os rumores de jazidas de metais e pedras preciosas desde o início do século XVIII (Gravesande, 1911; Hulsman, 2012; Sampaio, 1850) mas, como testemunha até hoje a quase absoluta concentração demográfica no litoral da Guiana e Suriname, não tinha um projeto de expansão territorial ou de conversão religiosa em massa, ao contrário do colonialismo ibérico.

14 Os holandeses (ou mais propriamente neerlandeses) formaram as colônias do Essequibo, Demerara e Berbice no século XVII, organizadas por companhias privadas; somente durante as guerras da Revolução Francesa e do período napoleônico é que a região passou ao controle britânico, ratificado pelo Congresso de Viena em 1815. Na década de 1830, as três colônias foram unificadas como a Guiana Britânica.

Figura 7: CODINA, Joaquim José. Planta da fortificação de São Joaquim do Rio Branco [Alçado da frente da fortaleza]



Fonte: https://acervobndigital.bn.gov.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=1416

Na tabela 1, no apêndice deste capítulo, vemos que a guarnição oscilou entre 20 e 50 soldados no século XVIII, o que é bastante significativo se comparado a outros rios da capitania do Rio Negro, que teve entre 49 e 124 homens no rio Negro, 14 a 43 no Solimões, 12 a 18 no Madeira, na mesma época (Silva, 2023, p. 86). Em 1798, o porta-bandeira Barata assinalou que o comandante, os suboficiais e vinte soldados eram dos regimentos de

Macapá e Belém (portanto, da tropa de linha, soldados profissionais), mas também na guarnição servia um número indeterminado de "índios, que são mudados todos os mezes, e pertencem ás povoações do Rio Negro" (Barata, 1846, p. 20). Isso significava que parte da guarnição era de tropas auxiliares, as ordenanças. Diferentemente das capitanias vizinhas do Mato Grosso e do Pará, as fortificações desta capitania subordinada eram muito improvisadas, razão pela qual restaram poucos vestígios de todas elas.

Apenas dez anos depois da construção do forte, já se notava que o armazém, dentro do forte, encontrava-se arruinado "do cupim que tem consumido as tábuas do assoalho" (FERREIRA, 2007a, p. 48). Sujeito aos terrenos vizinhos que eram mais altos e, portanto, favoreciam eventuais atacantes, o forte construído na várzea do rio

> chega todavia a alagar-se de modo que pelo cano dirigido à porta da fortaleza sobe a água para dentro dela apenas sobressai um curto e estreito lombo de terra, sobre o qual estão alguns quartos particulares, cujos pavimentos se escavam e arruínam anualmente, mais e menos, tendo chegado a haver ocasião de enchente tal que do seu quartel saiu o principal em canoa para entrar para a fortaleza onde dava água pelo meio da perna (p. 31-32).

Ou seja, além de se inundar com as cheias mais intensas do rio, a faixa de terra firme adjacente permitia a construção de não mais do que quatro casas, razão pela qual nunca se desenvolveu uma vila ou cidade

junto ao forte São Joaquim (ver figura 8). Alexandre Rodrigues Ferreira também observou que o forte poderia muito bem ter sido construído na margem oposta do rio Branco (ou seja, na margem direita, junto à foz do Uraricoera): "Nele se coangusta o rio em menor distância, nele se levanta a margem de modo que nunca alaga, com a vantagem de ser guarnecida de pedra, nele se encontram os que sobem e entram para qualquer dos 2 rios, porque domina ambas as suas bocas, nele teve roças o mesmo capitão Sturm, dentro do igarapé que corre para dentro e nele se queria situar agora o principal Pixaú, quando desceu" (p. 32). Ora, o mesmo naturalista anotou ao menos três vezes que o Igarapé do Gentio (o último antes do local escolhido para a fortaleza) foi a base inicial onde operou Felipe Sturm ao comandar as surtidas contra os espanhóis ao logo de 1775. O nome do igarapé não deve ser fortuito: possivelmente assinala uma antiga base das tropas de resgate que atuaram na área no início daquele século e, portanto, próximo a principais (tuxauas) aliados. Ao sair de Barcelos, a expedição comandada por Sturm já estava certamente informada sobre possíveis pontos de apoio e sobre a geografia básica do alto rio Branco, pois muitos veteranos das antigas tropas de resgate viviam agora naquela capital (Valente; Sampaio, 1775). Em 1812, o viajante inglês Charles Waterton testemunhou que o forte, muito negligenciado, já tinha perdido o portão principal, carregado pelas cheias, assim como o muro do lado sul, mas o comandante de então estava começando a fazer os reparos (Waterton, 1828, p. 50).

Já no início do Segundo Reinado, o oficial João Henrique de Matos (1790-1857)[15], nascido no rio Negro e filho de um importante oficial colonial português, tinha bastante conhecimento daquelas fronteiras do norte do Império. Ele informou, em 1845, que o forte estava em uma posição bem escolhida, mas continuava sendo apenas um pequeno forte de campanha (isto é, provisório), "construído de pedra e barro", como era desde o início (Almada, 1861; Matos, 1979). Era muito estreito, o que impossibilitava fogo de apoio e proteção; o terrapleno era de terra solta e sem ladrilhos, o que impedia manobrar a artilharia. Havia apenas seis peças pequenas e antigas, de três a seis libras[16]. Algumas das armas, no início do forte, não

15 Sócio do Instituto histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Matos reformou-se no posto de coronel, depois de explorar inúmeros rios da Amazônia. Faleceu descendo o rio Cucuí.

16 Em comparação, na Guerra da Crimeia (1854), os britânicos utilizavam canhões com projéteis de 18 libras. Com a Revolução Industrial em curso, novos canhões raiados (que lançavam projéteis a uma distância muito maior e com maior precisão) de carregar pela culatra, feitos de ferro forjado e aço (mais leves e confiáveis que os de bronze ou ferro fundido) eram usados para atirar obuses cônicos (e não balas esféricas e pedras), com recuo controlado (a peça voltava à posição depois do tiro por um mecanismo que aproveitava a gravidade, ao invés de ter de ser reposicionada pela força humana). O responsável por essa revolução técnica fora o inventor de maquinaria hidráulica William Armstrong, sob o estímulo de James Rendel (engenheiro chefe do almirantado inglês), que observava poucas mudanças na artilharia do século XVII até então. Na mesma época, avanços semelhantes eram promovidos na Alemanha pelo famoso industrial Alfred Krupp (Bastable, 1992). Armstrong desenvolveu canhões posteriormente que lançavam projéteis de 25, 40, 70, 110 libras e o "canhão monstro" de 600 libras em 1863.

eram propriamente canhões, mas simples pedreiros[17]. Os dois únicos baluartes não permitiam mais de uma peça de artilharia em cada, de tão acanhados que eram (figura 8). Não havia cisterna, pavimentação ou rampas adequadas à artilharia no estabelecimento, que se alagava com as cheias do rio com até quatro palmos de água (Matos, 1979, p. 153). A descrição de Matos é, aliás, quase idêntica à de Lobo D´Almada, que escrevera 60 anos antes. Dessa forma, assim como outras fortalezas amazônicas, o forte já era militarmente obsoleto na primeira metade do século XIX, fato bem conhecido pela elite dirigente do país. O político liberal Aureliano Cândido Tavares Bastos advertia peremptoriamente que

> Gastamos inutilmente alguns contos de réis com o chamado forte de Tabatinga, e com os do Principe da Beira e do Rio Branco; ahi colocamos commandantes que são quasi sempre o flagelo da população da fronteira. Entretanto, qual a vantagem real de taes fortificações em fronteiras despovoadas ou desertas, onde o inimigo póde reduzir os guardas á fome? Si deve haver fórtes, que os haja reaes (BASTOS, 1866, p. 26).

17 Um pedreiro era uma pequena peça de artilharia "mais própria para disparar pedras, que balas. Não o assentam em caixa, como o canhão, mas só em cavalete, porque neste estado o manejão facilmente, para fazer a pontaria alta, ou baixa, ou horizontal, & de ponto em branco" (Bluteau, 1716, p. 362, v. VI).

Figura 8: O forte São Joaquim e a pequena comunidade de seu entorno em 1835, período da Regência



Fonte: (Rivière, 2006)

Penosamente reformado de tempos em tempos, o edifício militar sofreu com a negligência que ia se acentuando, até o ponto em que, no ano de 1884, o explorador francês Henri Coudreau encontrou ali uma guarnição reduzida a cinco militares que se abrigavam, na maior parte do tempo, na fazenda de São Bento, passando anos sem soldo. “No inverno, a fortaleza fica inundada, no verão, as formigas de fogo a tornam inabitável” (Coudreau, 1886, p. 25). Mais ou menos na mesma época, o comandante da comissão de limites do império confirmava essa afirmação: “O forte de S. Joaquim, quando a commissão de limites chegou ao Rio Branco, servia de estabulo e curral para o gado do commandante. As formigas têm-se apossado delle de tal fôrma que póde-se dizer que é inhabitavel. Mandei limpal-o e fiz nelle aquartelar o contingente

da comissão" (Bueno, 1887, p. 90). As figuras 9 e 10 mostram as ruínas e a barraca de palha a que estava reduzida a guarnição em 1904.

Figuras 9 e 10: Fotografias do forte São Joaquim e sua guarnição em 1904



Fonte: (Ourique, 1906)

Esse retrato de incúria era recorrente. Enquanto o mundo agonizava no final da Primeira Guerra Mundial, era assim que o advogado e político amazonense Luciano Pereira descrevia o forte São Joaquim: "O que existe hoje são quatro barracas de palha, ocupadas por uma dúzia de praças, sob o comando de um sargento. É uma fortaleza, uma praça de guerra, sem artilharia, defendida por doze fuzis, com os atiradores protegidos por barracas de palha!" (Pereira, 1917). Em 1919, o próprio prelado do rio Branco, o beneditino dom Gerardo Caloen, pediu audiência com o ministro da Guerra para interceder por ajuda aos pobres praças do forte, que se encontrava completamente arruinado.[18]

Essa era a descrição material do forte, tão semelhante a seus congêneres na fronteira noroeste. Vejamos, agora, como eram descritos os seus ocupantes.

A GUARNIÇÃO: ENTRE A HIERARQUIA E A REBELDIA

A vida da soldadesca em todo o mundo português era marcada pela precariedade e opressão. O recrutamento era brutal, arbitrário e temido pela população pobre e mestiça[19], realidade que persistiu

18 Jornal do Commercio, Manaus, 18 de março de 1919, p. 3. Disponível em https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=170054_01&pesq=%22FORTE%20S%C3%83O%20JOAQUIM%20+%20PRA%C3%87AS%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=144703

19 "No fim do período colonial, o Brasil era um território fortemente militarizado, pois todos os homens, entre os 60 e os 16 anos, ou serviam na tropa de linha, ou nas milícias ou nas ordenanças.

durante o período imperial, após a Independência (Carvalho, 2003, p. 189). O envio de unidades militares regulares (as chamadas "tropas de linha") da metrópole para a América portuguesa e a reorganização das defesas e fortificações geralmente ocorriam somente depois de catástrofes, como na invasão holandesa a Salvador em 1625 (depois da qual foi enviado o primeiro terço de infantaria regular para a Bahia) ou após as derrotas frente à Espanha na Guerra do Pacto de Família (Guerra dos Sete Anos, 1756-1763), quando o rei Dom José decidiu confiar ao conde alemão de Lippe-Schaumburg a reorganização do exército português e enviou vários regimentos de infantaria do Reino para o sul da América Portuguesa, sob o comando do também alemão General João Henrique Böhm (Mello, 2009; Nogueira, 2004).

Não se podia esperar que a situação fosse muito melhor nas lonjuras dos rios Negro e Branco. Nos fortes do Estado do Maranhão e Grão-Pará, como o da barra do Rio Negro (futura Manaus), a remuneração dos soldados na primeira metade do século XVIII era

---

Na prática, contudo, sobretudo no que se refere à tropa paga, os recrutamentos tinham que ser feitos de surpresa e à força e muitos soldados não hesitavam perante a deserção, pois o serviço militar era demasiado longo (prejudicando portanto as atividades profissionais dos recrutas) e o soldo era baixo e geralmente pago com atraso" (Silva, 1994, p. 602). Métodos muito semelhantes de recrutamento forçado também ocorriam em outros países europeus na época, como na Prússia e no Reino Unido – onde, assim como em Portugal, juízes condenavam pessoas pobres em massa, que podiam "escolher" entre o alistamento militar e a prisão (Boxer, 1977, p. 297).

> [...] paga em generos, ou em Cacáo, que o dinheiro que corre mal bastava aquelles pobres soldados para se vestirem, e entende que lhe não chega e muito menos aos Officiaes para se tratarem com a limpeza que convem aos seus Postos, e principalmente com a proibição de qualquer negocio, e que como tem trabalho não os podia ver mal pagos, que bem sabia que assim tem servido athegora [...] – *Consulta sobre a carta do governador do Estado do Maranhão e Grão-Pará, João da Maia da Gama, pedindo 200 soldados por não poder sem eles assistir às fortificações do Cabo do Norte, do Rio Branco e do Nápos que se deviam mandar fazer* – 2/12/1722 (Nabuco, 1903, p. 33).

O forte São Joaquim, como vimos, foi construído às pressas depois do governo da capitania do Rio Negro ser informado, por acaso, da conquista espanhola em andamento na fronteira do rio Branco. Em uma região em que tanto indígenas quanto não indígenas não deixaram muitos documentos escritos, são os processos judiciais, notícias de jornais do Amazonas e relatos de visitantes que lançam luz sobre alguns aspectos do cotidiano do forte e sobre a organização social da população do rio Branco. Na tabela 1, no apêndice, pode-se ver uma lista de seus comandantes, cujos nomes orientaram a busca que permitiu encontrar vestígios desse passado.

Arranjos improvisados para lidar com essa realidade dura eram inevitáveis, tanto no século XVIII quanto no XIX. De alguma forma, era necessário conseguir alimento, pois o escasso soldo, mesmo quando chegava, não permitiria comprar nada em

uma região tão remota e as queixas sobre a falta de alimentos nas praças militares eram constantes. No rio Branco, ao menos, eram fartas a pesca e a caça, o que por algum tempo afastava o fantasma da fome. Segundo o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, essa era "a melhor e também a única vantagem deste destacamento. Durante a minha estada, o comum que se caçava eram 4 – 5 veados por dia; houve dias de 8 e 9. Há bastantes peixe[s]-boi(s), de que houve dia de 3. Tem-se chegado em mês e meio pescarem-se no Uraricoera 30 peixe[s]-boi(s) (FERREIRA, 2007a, p. 48). Um pouco mais tarde, haveria também o gado das fazendas nacionais:

> Nem sob o ponto de vista da subsistência, nem sob o de meios de transporte ou de alojamento para a tropa, a deserta fronteira de Venezuela offerece a menor vantagem. Os pequenos destacamentos, que ahi existem, os próprios indios e mesmo os moradores civilisados, que possuem maiores recursos, passam nesta região selvagem uma vida miserável. Vivendo á mercê da caça e do peixe passam dias e até semanas, principalmente na época das enchentes dos rios, alimentando-se quasi exclusivamente de farinha e beijú. Só nos campos do Rio Branco, onde existem algumas mil cabeças de gado vaccum, é que uma expedição, ou força militar numerosa poderá encontrar alguns recursos para a sua subsistência (Bueno, 1887, p. 84).

Em meio à precariedade, o garbo dos fardamentos representados nas figuras 11, 12 e 13 provavelmente era a exceção, e não a regra, nas guarnições do norte da América Portuguesa e, posteriormente, do império

brasileiro. As privações, o recrutamento forçado e injusto, as violentas regras disciplinares e castigos corporais abriam as portas para deserções, motins, assassinatos de oficiais.

Figura 11: Desenho de José Joaquim Freire uniformes dos terços auxiliares dos distritos de Belém em 1784 (Ferreira, 1971b)

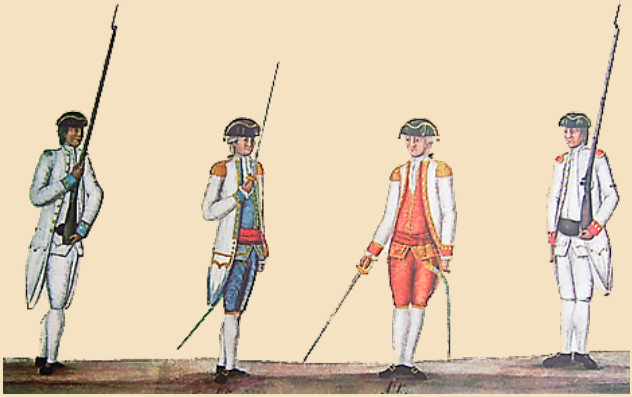


Figura 12: A tropa de linha em 1785: uniformes do regimento de Extremoz, que atuou no sul do continente e no Pará (Rodrigues; Barroso, 1922)



Figura 13: Trajes de oficiais do exército brasileiro em 1881
(Rodrigues; Barroso, 1922)



João Henrique de Matos, ao fazer seu relatório para o governo imperial em 1845, foi informado de que havia mais de cinquenta desertores do rio Branco no Demerara (Guiana Britânica). Significativamente, ele misturava nesse rol "soldados, vaqueiros e paisanos" (Matos, 1979, p. 164), o que mostra uma população militarizada na fronteira. Poucos anos antes, em 1842, soldados do forte São Joaquim tinham assassinado seu comandante (o alferes Antônio José Bragança) e desertado. Outro comandante, o tenente-coronel Manoel Machado da Silva Santiago, foi envenenado em 1857. No final dos anos 1860, o viajante Barrington Brown mencionava casualmente que, quando ele retornava do forte para a Guiana Britânica, um soldado e um indígena Macuxi o alcançaram e perguntaram se ele tinha topado com três soldados que tinham desertado na noite anterior (Brown, 1876, p. 298).

Os militares do forte podiam ser chamados a auxiliar nas diligências de autoridades civis, o que às vezes terminava muito mal, como ocorreu em 18 de junho de 1877: ao tentar cumprir um mandado de prisão, acompanhado do comandante e um destacamento do forte, o subdelegado de polícia do rio Branco morreu em um tiroteio, junto com outros civis, ficando feridos o comandante Serrão Botelho e um soldado:

> A 18 de junho deu-se um conflito na fazenda S. Pedro no rio Branco da propriedade de D. Cecília Rodrigues Brazil por ocasião do subdelegado de polícia effectuar a prisão de Francisco Joaquim Telles de Menezes, resultando do mesmo a morte do subdelegado Tenente Manoel Martinho dos Santos Abreu, do cidadão Domingos Lopes de Magalhães, de D. Cecília Brazil e de seu filho Adolpho Marques Brazil, e ferimentos na pessoa do Tenente do 3º batalhão de artilharia a pé Viríssimo Serrão Botelho, comandante da fronteira do rio Branco e do soldado do mesmo Batalhão Joaquim José dos Santos. Procedeu-se o respectivo inquérito policial o qual foi remetido ao Juiz competente para formação da culpa[20].

Um oficial do final do império notou uma situação estrutural de abandono, indisciplina e maus tratos ou "relações imoralíssimas" entre comandantes e praças na Amazônia:

> São situados alguns [destacamentos de fronteira] como S. Gabriel, Cucuhy e Rio Branco em regiões sem recursos e muito distantes da

20 Jornal Amazonas, 2 de outubro de 1878.

> capital. Os soldados recebem as etapes em dinheiro e como não há para alli nada que possam comprar, passam uma vida miseravel, chegando muitas vezes a não terem o que comer [...]. Os commandantes dos destacamentos, em regra geral, constituem-se os fornecedores dos soldados, e negociam com elles infringindo os severos preceitos da disciplina militar, que nestes lugares não existe (Bueno, 1887, p. 91).

A tensão entre militares, assim, podia explodir a qualquer momento. Em 1905, o Jornal do Commercio do Amazonas noticiava que o alferes Arthur Américo Cantalice estava prestes a reassumir o comando do forte São Joaquim, depois de ter enfrentado suspeitas de corrupção em outro estado, três anos antes[21]. O antecessor, alferes Álvaro de Figueiredo Mendonça, que tinha presidido sindicância contra irregularidades de Cantalice (que tinha se retirado do forte por uma sublevação da tropa), recusou-se a passar o comando alegando falta de instruções formais de seus superiores e deslocou-se com Cantalice para a Fazenda São Marcos, de canoa. Lá, os ânimos se exaltaram rapidamente. Cantalice, de acordo com as testemunhas nos autos do inquérito, teria dito a Mendonça: "Eu só não te matei ontem porque não dou murro em ponta de faca"[22]. Ato

21 Jornal do Brasil, 275, Rio de Janeiro, 2 de outubro de 1902: submetido a investigação por "extravio de gêneros, da arrecadação e de sobras do rancho", acabou não sendo condenado, pois os juízes foram afastados.

22 Inquérito sobre o assassinato cometido pelo alferes Arthur Américo Cantalice, sete de julho de 1905, Arquivo Geral do Tribunal de Justiça de Roraima.

contínuo, disparou um tiro no peito de Mendonça, matando-o. O assassino foi recolhido, preso, ao forte, aguardando julgamento, mas foi absolvido no mesmo ano em Conselho de Guerra por unanimidade[23] e, no ano seguinte, pelo Supremo Tribunal Militar[24].

O forte São Joaquim e sua guarnição não estavam isolados, por certo, de um quadro de violência e impunidade endêmicas na fronteira. Não obstante algum exagero, o escritor britânico Evelyn Waugh contava em 1933 que em Boa Vista "todo homem, mesmo que pobre, portava uma arma; apenas a universal apatia impedia que os banhos de sangue fossem frequentes". O prelado dos Beneditinos dormia com uma arma carregada junto à cama e ficou surpreso quando Waugh disse que ia às compras na vila sem um revólver. Segundo o escritor, homicídios quase sempre ficavam impunes nesta fronteira e eram quase tão banais quanto divórcios na Inglaterra (Waugh, 2007).[25]

23 Jornal Do Commercio, 583, Manaus, 3 de novembro de 1905, p. 1.

24 Jornal Do Commercio, 656, 27 de abril de 1905, p. 1.

25 As próprias fontes locais confirmam os muitos crimes mencionados pelo escritor inglês e ainda acrescentam muitos outros homicídios provocados pelas desenfreadas rixas entre famílias de pecuaristas, alegando-se mesmo que o próprio delegado de polícia teria armado e libertado os presos da cadeia pública para assassinarem um desafeto (Silva, 1934).

AS CONEXÕES COM AS REDES INDÍGENAS E O MUNDO ATLÂNTICO

Mesmo sendo uma praça tão remota, o forte se inseria em conexões indígenas regionais e nas redes atlânticas de informações, comércio e política. Temos poucas informações sobre as trajetórias de alguns comandantes, que se mostram muito heteróclitas, mas podem ser um índice da oscilante importância atribuída pelo exército e pelo governo a essa fronteira. Contudo, fossem simples alferes comandando quatro ou cinco praças, fossem experimentados tenentes e capitães que passaram por outras posições fronteiriças importantes do Noroeste, esperava-se de todos uma extraordinária resiliência aos rigores dos mais remotos sertões amazônicos e capacidade de lidar com subordinados maltratados, pouco equipados e treinados, que sofriam rotineiramente até três anos de atraso nos soldos – e eram, como vimos, muito propensos à deserção ou ao amotinamento. Era necessário, igualmente, uma grande habilidade política para manter boas relações com os tuxauas das diversas etnias vizinhas, tanto para manter o fluxo de informações sobre incursões de holandeses ou britânicos, quanto para seguir o rastro de soldados desertores e, principalmente, para obter peixe, carne de caça, farinha e trabalhadores. Por último, mas não menos importante, com uma guarnição de uma dúzia de soldados mal equipados e mal pagos, qualquer comandante da pequena fortaleza sabia que era melhor ser prudente em uma

região onde viviam dezenas de milhares de indígenas ciosos de sua autonomia.

Tuxauas como Surusuraimé viram a aliança com os portugueses como um trunfo político, negociando o descimento de centenas de indígenas de várias etnias para as povoações (aldeamentos) estabelecidas no rio Branco, denunciando incursões holandesas e permanecendo nelas mesmo depois das rebeliões de 1781 e 1790.

> "Dos principais gentios, que mais serviço têm feito, são Surusuraimé, que deu princípio aos descimentos; Manoel Antônio, que tem feito mais descimentos, e os maiores, como foi o de 79 pessoas em companhia da escolta, e de que se espera o novo; o Miquiapá, pelas boas práticas que de nós espalhou por todo o gentio e frutificaram muito; Iriamá, que fez 2 descimentos e dele se espera que continue" (FERREIRA, 2007a, p. 39).

Felipe Sturm, fundador do forte, um militar alemão que tinha vindo para o Estado do Grão-Pará com outros engenheiros, astrônomos e matemáticos para os trabalhos da demarcação do Tratado de Madri na década de 1750, fora diretor na Vila de Barcelos (capital da Capitania), onde projetou diversos edifícios públicos (Fonseca, 2020). Graças a sua diplomacia com os tuxauas próximos ao local escolhido para o forte, foi possível obter o trabalho necessário para sua construção. O comandante seguinte, tenente Tomé Ferreira de Morais Sarmento, participara da devassa

presidida pelo Ouvidor Geral Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio sobre a tentativa de motim dos soldados em Marabitanas em 1777[26] (FERREIRA, 2007a). Pedro Maciel Parente, quando ainda era cabo-de-esquadra de granadeiros em 1758, fora diretor do Lugar de Poiares, também no rio Negro. Borralho, que era do regimento de Macapá, tinha sido comandante do forte de Marabitanas, e Sturm comandara o forte de São Gabriel (também projetado por ele), ambos no alto rio Negro. Tomé Ferreira e o então sargento Nicolau Sarmento participaram das operações de expulsão e captura dos espanhóis nos rios Tacutu e Uraricoera em 1775-1776, sob o comando de Felipe Sturm.

Não se pode subestimar o impacto regional dessa ação, para além de garantir a posse do rio Branco para Portugal (e, depois, para o Brasil). O comandante espanhol Vicente Dias da Fonte, em carta datada de 29 de janeiro de 1777, queixava-se de que a expulsão de seus soldados pelos portugueses tinha provocado a rebelião de cinco aldeamentos que os espanhóis tinham principiado do lado norte da cordilheira de Pacaraima, nos rios Paraná, Parabamussi e Curaricoara, inclusive com mortes de soldados (Ferreira, 1994). Esse episódio, ocorrido a centenas de quilômetros de distância, sugere a medida do impacto desproporcional da pequena fortaleza.

Além disso, em uma amostra do quanto as funções do comandante do forte ultrapassavam a esfera meramente militar, em 1778 o capitão Felipe

26 A mesma guarnição já tinha protagonizado um levante oito anos antes.

da Costa Teixeira escrevia à Rainha informando que no rio Branco ele se empregara em "catequizar muitas nações de gentios bravos, que abitam por aqueles destritos, reduzindo-os ao gremio da Igreja e à sujeisam de V. Majestade, em cujas deligencias fez o suplicante grossas despesas, nam só com os Índios, mas com os donativos... e isto em tempo que nam cobrava soldos, sendo por isso obrigado a contrair empenhos".[27] Os "donativos" eram os manufaturados sempre muito procurados pelos indígenas, como machados e facas de metal. É fácil perceber que Teixeira buscava obter mercês ao alegar a prestação de serviços à Coroa, a suas próprias custas, como um bom vassalo – ainda mais em uma época na qual as ordens missionárias já tinham cessado seus serviços havia décadas.

O já mencionado Pedro Maciel Parente pertencia ao famoso clã paraense fundado pelo capitão de guerra Bento Maciel Parente, que participara da conquista do Pará no início do século XVII e chegou a ser governador do Estado do Maranhão (que então compreendia as capitanias do Maranhão, Pará e Ceará), durante a guerra com os holandeses. Essa família se destacou na elite paraense daí em diante, como sesmeiros, senhores de engenho (Manuel Maciel Parente) e assumindo posições destacadas nas forças militares (na cidade de Belém e em fortalezas do interior, como

27 REQUERIMENTO do capitão de Infantaria do Regimento da cidade de Belém do Pará, Filipe da Costa Teixeira, para a rainha [D. Maria I], solicitando ordem ou provisão para poder justificar-se no Pará acerca das funções que tem exercido nos sertões do Rio Branco. AHU_CU_013, Cx. 79, D. 6561

o capitão da fortaleza de Pauxis em 1740, Manuel Maciel Parente), na Câmara de Belém, no governo e no clero (Antonio Maciel Parente foi vigário-Geral do bispado do Pará no início do século XVIII[28]), muitas vezes de forma controvertida, como se depreende das numerosas devassas, processos e pedidos de prisão contra seus integrantes, encontrados na documentação do Arquivo Histórico Ultramarino.

Em contraste com o prestígio familiar de Maciel Parente, Nicolau de Sá Sarmento foi reformado em 1797, não tendo passado da patente de alferes[29]. Digno de nota foi o fato de lhe ter sido concedido apenas meio soldo, enquanto outros oficiais foram contemplados com soldo integral ao serem reformados. O fato da rebelião dos Macuxi e Wapishana ter ocorrido enquanto Sarmento era o comandante daquela fronteira, em janeiro de 1790 (Nabuco, 1903, p. 288–291), pode ter pesado para que o então governador Lobo D´Almada, muito rigoroso e exigente, não o tenha recomendado para promoção. É difícil comprovar, porém, se

28 1705, Dezembro, 19, Belém do Pará. CERTIDÃO da petição apresentada pelo vigário-geral do bispado do Pará, António Maciel Parente, sobre a denúncia feita por Manuel de Oliveira Pantoja contra o padre Francisco Soares de Albergaria. AHU_CU_013, Cx. 5, D. 411. REQUERIMENTO do capitão da Fortaleza dos Pauxis, Manuel Maciel Parente para o rei [D. João V], solicitando certidão na qual conste que exerce aquele cargo. Anexo: requerimentos e certidão. AHU_CU_013, Cx. 23, D. 2189.

29 CARTA PATENTE de 27 de janeiro de 1797 do príncipe regente D. João, concedendo reforma o alferes do Regimento da cidade de Belém do Pará, Nicolau de Sá Sarmento, com direito ao recebimento de meio soldo. AHU_CU_013, Cx. 108, D. 8529.

realmente a falta de promoções para esse militar se deveu a esse incidente, a faltas disciplinares ou a um drástico rebaixamento da importância relativa dessa fronteira na virada do século XVIII para o XIX.

Era no forte que viajantes estrangeiros apresentavam seus passaportes, buscavam contratar carregadores e procuravam comprar alimentos – principalmente os beijus e a farinha de mandioca dos Wapishana (ver figura 14) e a carne seca da Fazenda São Marcos (figura 15). O francês Adam de Bauve partiu do forte para contratar grandes quantidades de farinha com os Wapishana do rio Cauamé (Bauve, 1837). Do ponto de vista indígena, o forte era, desde o início, uma fonte importante de manufaturados (ferramentas, facas, miçangas etc.) muito valorizados. O acesso a esses manufaturados era sempre um importante trunfo político e fonte de prestígio para tuxauas que podiam repassar esses produtos para outras comunidades.

Figura 14: Watu Ticaba, aldeia Wapishana (hoje na margem guianense do Tacutu) – observe-se o tacho de farinha no primeiro plano à direita e os beijus secando sobre o telhado de palha



Fonte: (Bentley, 1841)

Figura 15: Castração do gado na Fazenda Nacional São Marcos, 1904



Fonte: (Ourique, 1906)

Na falta de missões permanentes, os padres residentes no forte eram a referência para a precária e limitada catequese no rio Branco. Somente a partir de 1909 uma ordem missionária lograria se estabelecer de forma duradoura no rio (os Beneditinos).

Entre os capelães do forte, ficou célebre o frei José dos Santos Inocentes, que tinha sido um militar português no período colonial, teve filhos e entrou para a ordem carmelita depois de enviuvar, abandonando seu nome de José Batista Mardel (irmão do comissário da demarcação na década de 1780, o tenente coronel João Batista Mardel, uma das mais importantes autoridades coloniais no rio Negro na época, falecido em 1789). Após a Independência do Brasil, militou pela autonomia do Amazonas em relação ao governo do Pará e protagonizou a disputa pela região do Pirara com o missionário inglês rival Thomas Youd, tendo deixado descendência no rio Branco e missionado muitos Macuxi, Sapará e Jaricuna na região, ainda que de forma efêmera. No final da agitada vida, já no início do Segundo Reinado, conheceu o naturalista inglês Alfred Russel Wallace, que deixou uma formidável descrição do clérigo:

> Frei José dos Santos-Inocentes era alto, magro, precocemente envelhecido, bastante gasto e esgotado em consequência de toda sorte de deboches. As suas mãos eram estropiadas e tinha o corpo todo ulcerado. Todavia ainda se deliciava em recordar as proezas da mocidade, e era tido como o mais original e mais divertido contador de anedotas da província do Pará.

> Da margem do rio para o alto do barranco, vem transportado em uma rede. Antes de começar as suas operações eclesiásticas, gastou ainda uns pares de dias a descansar. Eu ia quase sempre visitá-lo, em companhia do Sr. L. Ele muito nos divertia com o seu inesgotável repertório de anedotas. Sabia tudo que se passava na província do Pará. A respeito dos homens e das coisas, tinha sempre algo de extravagante para contar-nos.
> As suas anedotas, em sua maioria, eram desagradavelmente picantes, pornográficas mesmo. Eram, porém, tão habilmente contadas, numa linguagem tão original quanto expressiva e com tão divertidos arremedos de voz e de gestos, que se tornavam, de fato, irresistivelmente engraçadas. [...] .
> Frei José, durante o tempo em que se demorou conosco, não contou uma só das anedotas duas vezes. E o Sr. L., que já o conhecia desde alguns anos, disse-me que ainda não ouvira muitas das que foram agora contidas. Foi soldado, depois frade de um convento e, por fim, era sacerdote paroquiano. De sua vida no convento conta várias histórias, tais quais as que lemos em Chaucer, dos feitos deste em seu tempo. "Don Juan", comparado a Frei José, era um inocente. Ele dizia, entretanto, que sempre teve grande respeito pela sua batina, e nunca fez nada para desrespeitá-la, durante o dia (Wallace, 2004, p. 293–294).

A par das malogradas missões religiosas de Frei José dos Inocentes na bacia do rio Branco, outra ideia acalentada pelo governo imperial (que não saiu do papel por insuficiência de tropas de primeira linha na província) era fundar uma colônia militar no território

contestado com a Inglaterra, entre o forte São Joaquim e a foz do rio Maú/Ireng[30], a exemplo da Colônia Pedro II no rio Araguari (na região em litígio com a França, no atual Amapá). O escopo dessas colônias em áreas de escasso controle pelo governo central era promover o disciplinamento das populações marginalizadas, o aproveitamento econômico dos recursos naturais e a vigilância do território (Rodrigues, 2022). Pimenta Bueno, não obstante, afirmava que as colônias militares do Pará, Goiás, Mato Grosso, Paraná e outras províncias tinham sido quase inúteis e dispendiosas. A do rio Branco, ao menos no papel, teria sido criada em 1850, mas estava extinta em 1887. Para Pimenta Bueno, os vinte mil indígenas do rio Branco seriam ótimos colonos, "por sua robustez, intelligencia e tendência á Civilização", para fazer frente aos ingleses da Guiana, que segundo ele iam "pouco a pouco invadindo o território neutro situado entre o Rupunury e o Tacutú e que se esforçam por attrahir os indios, muitos dos quaes já fallam inglez e tornaram-se subditos de S. M. Britânica" (Bueno, 1887, p. 92–93).

Como essas informações chegavam ao governo central? Na década de 1860, uma canoa ligava

30 PARÁ. Relatorio do Presidente da Provincia do Gram-Pará, o Exmo. Snr. Dr. Fausto Augusto d'Aguiar na abertura da segunda sessão ordinária da setima legislatura da Assemblea Provincial no dia 15 de agosto de 1851. Belém, Typ. dos Santos & Filhos, 1851, pp. 62-63. Disponível em http://obrasraras.fcp.pa.gov.br/publicacao/relatorio-do-presidente-da-provincia-do-gram-para-o-ex-m-sr-dr-fausto-augusto-daguiar-na-abertura-da-segunda-sessao-ordinaria-da-setima-legislatura-da-assembleia-provincial/

regularmente o forte à capital da província, no chamado "expresso militar"[31], com remeiros indígenas remunerados[32]. Eventualmente, lanchas a vapor eram enviadas, quando necessário (e até onde o rio permitisse). Segundo Pimenta Bueno,

> No tempo das grandes cheias o Rio Branco pôde ser navegado á vapor até o forte e as lanchas da flotilha do Amazonas podem subir o Uraricoera até a ilha de Maracá e pelo Tacutú podem penetrar até o celebre lago Amacú, onde nasce o rio Pirára, affluente do Mahú ou Iren. Nas outras epochas do anno, porém, as lanchas da flotilha só podem chegar até Caracarahy. [...] De Caracarahy até o forte de S. Joaquim uma igarité bem tripolada pôde gastar viajando bem, seis dias. Da foz do Rio Branco até Caracarahy uma lancha a vapor gasta no tempo da cheia sete dias e o dobro na vasante. De Manáos á boca do Rio Branco os vapores da companhia do Amazonas gastam dous dias (Bueno, 1887, p. 90–91).

Nesses meios de transporte eram enviados para Manaus os soldados e trabalhadores indígenas que se esperava que o comandante da fronteira do rio Branco recrutasse regularmente: em 5 de janeiro de 1869, o jornal Amazonas publicava ofício do presidente da província, tenente-coronel José Wilkens de Mattos, advertindo que o comandante do forte São Joaquim

31 Jornal Amazonas, Manaus, 12/12/1868, p. 1. Idem, 26/10/1867. https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=164992&Pesq=%22Boa%20Vista%22&pagfis=401

32 Jornal Amazonas, 25 de abril de 1868, p. 2.

não deveria remeter recruta "que não seja robusto" e que tenha "isenção legal a seu favor", pois de 3 recrutas enviados para o serviço militar, apenas um foi considerado capaz de servir ao exército. Não era implausível que indígenas do rio Branco ainda fossem recrutados à força nessa altura, tanto para o exército quanto para a marinha de guerra ou navios mercantes, como foi denunciado pelo explorador Robert Schomburgk (Rivière, 2006). Esse tipo de brutalidade, como vimos, acontecia no Brasil e em outros países.

Uma acusação da oposição liberal levou o governo da província a tomar o depoimento do indígena Manoel Francisco, do rio Branco, que teria sido agarrado à força para servir como grumete no vapor Icamiaba. No depoimento, todavia, ele teria afirmado que trabalhava por vontade própria e recebia pagamento, o que considerava preferível a sua ocupação anterior, quando trabalhava em casa de um padre sem remuneração. Também eram enviados indígenas do rio Branco para trabalhar em obras públicas por baixos salários na capital, como na igreja matriz de Manaus[33], inaugurada em 1877 (na figura 16, a catedral de Manaus, ainda em construção em uma fotografia de 1865, é um exemplo das obras públicas que empregavam indígenas do rio Branco, enviados pelo comandante do forte São Joaquim.).

33 Jornal Amazonas, Manaus, 11 de fevereiro de 1871, p. 2.

Figura 16: Fotografia de Albert Frisch, 1865 – Catedral de Manaus



Fonte: (Vasquez, 2003)

Nessa época, a fortaleza do rio Branco funcionava também como prisão civil, com dois presos, como indicava o relatório do presidente da província em 1869. Não era impossível que fossem desertores, pois como registrou Elizabeth Agassiz em 1865, horrorizada, era comum que recrutas e desertores fossem aprisionados como presos comuns[34]. Em

34 "O sistema de recrutamento, ou antes a falta absoluta de um sistema de recrutamento, acarreta os mais clamorosos abusos durante a mobilização. Creio que a lei designa um contingente, eqüitativamente repartido por todas as classes em condições determinadas de idade e com certas isenções. Se essa lei, porém, existe, é uma lei sem força. Os agentes de recrutamento, tão maus como os antigos *press-gangs* da Inglaterra, entram pelas florestas adentro para agarrarem os índios onde quer que se encontrem. Todos

Pedreira, perto da foz do rio Branco, o casal Agassiz presenciou a selvageria do recrutamento:

> Três índios, que foram presos em Pedreira, e que desde alguns dias aguardavam ocasião de serem enviados para Manaus, foram trazidos para bordo do nosso navio. Esses infelizes tinham as pernas presas num grosso barrote de madeira, contendo orifícios que mal davam para deixar passar os tornozelos. Só se mexiam por necessidade e com grande dificuldade. Vieram meio empurrados e meio içados para bordo, e um deles, presa de febres, tinha tais calafrios que, quando o quiseram deixar andar pelas próprias pernas, eu o vi tremer, do lugar em que me achava, embora entre mim e ele houvesse a metade do comprimento do tombadilho. Esses índios não pronunciam uma única palavra de português; não podem compreender por que os fazem partir; [...] são pegos na floresta e tratados como os últimos dos criminosos, punidos barbaramente sem que nada tenham feito, e mandados se bater pelo governo que os trata desse modo. Devo dizer, para honra do nosso comandante, que este se mostrou vivamente indignado por ver em que estado lhe traziam aqueles homens. Fez tirá-los imediatamente da trave em que estavam presos, mandou dar-lhes vinho e alimento e tratou-os com toda a benevolência possível. Protestou contra tais processos inteiramente ilegais e

---

aqueles que resistam a esses processos sumários ou que demonstrem a menor intenção de escapar-lhes são presos até a partida do vapor que os conduz à cidade de Pará, donde são mandados para o exército. A única prisão abarrotada que vi foi aquela em que estavam recolhidos os recrutas" (Agassiz; Agassiz, 2000, p. 279–280). O contexto era o do início da Guerra do Paraguai.

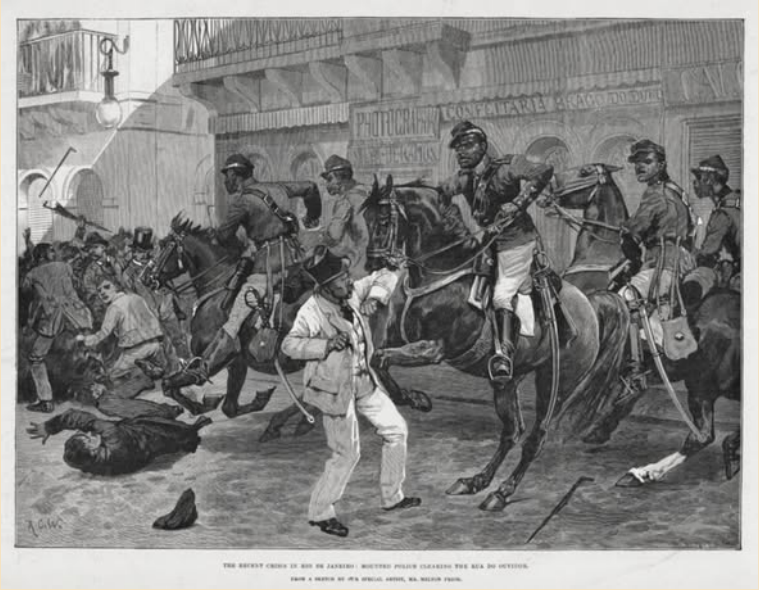
> contrários às intenções da autoridade central. Aí está no entanto como se faz o recrutamento nos distritos indígenas e o argumento daqueles que pretendem justificar tal barbaria, é que os índios, como todos os demais cidadãos, têm obrigação de combater em defesa das leis que os protegem; que o estado necessita de seus serviços, que aquele é o meio único de os conseguir, que a má vontade deles é patente, sendo sem parelhas a sua habilidade em fugir. Além desses três homens, havia ainda dois outros: um voluntário e o piloto para a travessia das cataratas do rio Branco. Um homem como este último devia estar isento do serviço militar, em bem da coletividade, pois bem poucos indivíduos há que conheçam a navegação desses perigosos rios, cujo leito é cortado de corredeiras (Agassiz; Agassiz, 2000, p. 317–319).

A fortaleza servia, assim, não apenas como elemento de defesa contra eventuais agressões externas, mas integrava igualmente um aparato estatal de disciplinamento das populações internas. É bem conhecido o fato de que a Primeira República deportou presos políticos para o Amapá (Clevelândia), para o Amazonas (Cucuí) e para o Acre, mas também a fronteira do rio Branco recebeu deportados por crimes políticos, vindos da capital da República, em abril de 1892 (figura 17). Vários opositores de Floriano – inclusive jornalistas – foram deportados para o Forte São Joaquim no rio Branco, assim como para as remotíssimas fortalezas de Cucuí e Tabatinga.[35] Seriam

35 Jornal do Commercio, de 13 de abril de 1892.

anistiados no início de junho, entretanto a notícia só chegou ao norte em agosto. O jornal Amazonas registrava o fretamento de uma lancha para informar os deportados de sua libertação.

Figura 17: *A Crise Recente no Rio de Janeiro - Polícia Montada na Rua do Ouvidor*



Fonte: *London Illustrated News*, 1892

No entanto, não era incomum que comandantes levassem suas famílias para aquela paragem tão distante e violenta. Barrington Brown, em 1870, oferece um vislumbre da vida cotidiana da família do comandante do forte (o tenente Manoel Abreu). Ao se aproximar do forte, vindo da Guiana Britânica, constatou que o comandante não sabia inglês, enquanto o próprio

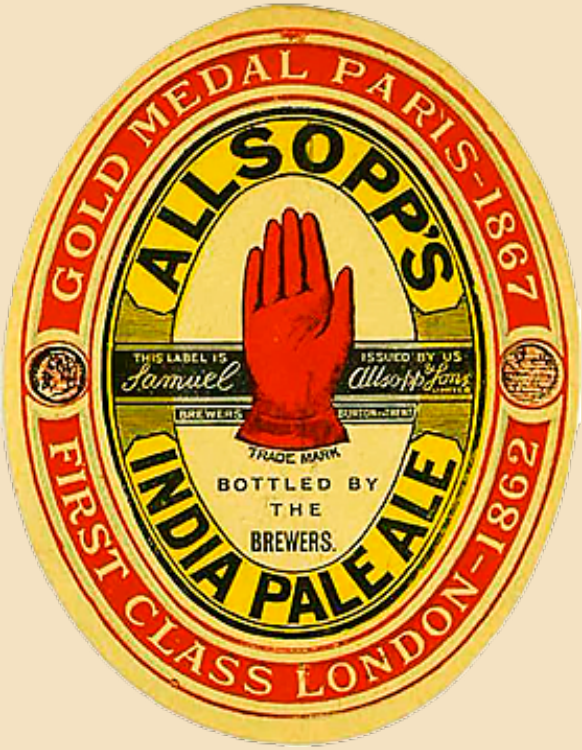
Brown não falava uma palavra de português, apelando a um integrante de sua comitiva para tentar falar em Nheengatu, que aprendera de brasileiros que viviam no Essequibo. Um dos soldados do forte também falava Nheengatu. Brown falava em inglês, que era traduzido para o Nheengatu, e deste para o português. Depois de se cansarem dessa penosa comunicação, dispensaram os intérpretes e sentaram-se para fumar um pouco. Abreu serviu a um encantado Brown um *pint* da cerveja *Alsopp´s India pale ale*, a famosa cerveja de exportação inglesa da época (figura 18). O hóspede confessou que não provava daquela bebida havia mais de cinco meses (Brown, 1876, p. 295–296). Aquela remota paragem no alto rio Branco estava, assim, ligada ao mercado mundial. As amenidades prosseguiram:

> Às 3 P.M, nós almoçamos, a Senhora (a esposa do comandante Abreu) presidindo, com três de suas quatro pequenas crianças sentadas à mesa. O repasto foi como um banquete para mim, servido como estava em uma mesa com copos, toalha, pratos, etc., e consistindo em carne enlatada, aves e várias preparações de farinha (p. 296).

Apenas cinco soldados guardavam o forte, sob as ordens do tenente; "a casa ocupa toda a largura dos fundos do forte. O lugar todo estava em uma condição dilapidada e desleixada, com porcos, cães e aves vagando por todo lugar" (p. 297). A capela estava em ruínas e as outras duas casas eram dos vaqueiros. O grande batelão que levava o gado para Manaus estava

atracado na fazenda São Bento, na margem oposta do rio Branco. Vinte soldados eram esperados para fazer os reparos no forte.

Figura 18: Rótulo da cerveja inglesa de exportação, servida no forte São Joaquim a um visitante em 1870



Também simples soldados às vezes se faziam acompanhar de suas esposas. Em 1843, João Henrique de Matos registrou que o administrador das Fazendas Nacionais, Antônio de Barros Leal, mandava vender no forte 'águas ardentes feitas de bejú de mandioca, que naqueles rios usam muito delas, na falta de

aguardente de cana' (Matos, 1979, p. 162-163). Essa bebida, conhecida como caxiri, era fabricada na fazenda de Dona Liberata — certamente por trabalhadoras indígenas (Rivière, 2006) — e vendida na casa da pernambucana Joaquina de Miranda, casada com o soldado de artilharia Caetano José Viana. Ali, os soldados iam jogar e beber, em uma das poucas construções dos arredores do forte (ver figura 8). Infelizmente, em uma briga regada a caxiri, o marido de Joaquina foi assassinado por outro soldado, em uma dessas noites de jogo. O episódio sugere que a casa de Joaquina funcionava como uma das primeiras tavernas do rio Branco — um espaço em que os soldados encontravam não apenas bebida e lazer, mas também a possibilidade de transgressão da disciplina militar e da hierarquia.

Antecessor do Tenente Abreu, Antônio José de Souza Lobato fora destituído do comando do forte em 1870, acusado de infligir castigos físicos a indígenas Macuxi (Jornal Amazonas, 13/8/1870), o que não o impediu, porém, de reassumir o posto sete anos depois. O moral da tropa, a dificuldade de acesso e a insegurança naquela fronteira, nessa época, podem ser avaliados por um episódio narrado por Agnelo Bittencourt. Bernardo Ramos, um jovem de 21 anos, era amanuense da

> Comissão de Limites Brasil-Venezuela, chefiada pelo Barão de Parima, em 1879 [...]. Não havia navegação a vapor para Boa Vista do Rio Branco, sede do acampamento da Comissão. O jovem

> Bernardo Ramos é, em Manaus, encarregado de [...] conduzir alimentos e dinheiro para os demarcadores e pessoal. Sabia dos perigos das cachoeiras de Caracaraí, que a possante igarité[36] ia transpor, perto do final da viagem de muitos dias. E, mais perigoso ainda, um provável assalto da guarnição àquele dinheiro, fato que tinha seus precedentes. Que fazer para evitá-lo? Bernardo, apesar de inexperiente, usa de um ardil: enrola as cédulas, mete-as em dois pequenos garrafões empalhados, completando o conteúdo com cevadinha. Depois lacra-os, ligando-os por um forte cordel. Para a gente de bordo, quase todos caboclos amazonenses, ali estava uma carga desinteressante. A embarcação, no vértice das águas do Rio Branco, ao vencer o último trecho da citada cachoeira, soçobra não muito longe de Boa Vista. Os tripulantes salvam-se a nado [...] (Bittencourt, 1973, p. 138–139).

Bernardo, discretamente, nadou com os garrafões e todos embarcaram novamente na igarité, que ainda flutuava. Remaram a noite inteira e chegaram a Boa Vista no meio da manhã. Seu superior, irritado, foi recebê-los "no barranco do porto, e antes da troca de saudações, grita nervoso: 'Já sei, fingiram um naufrágio, para ficarem com o dinheiro.' Ao que prontamente retruca, altivo, Bernardo Ramos [...] mostrando os objetos que salvara: 'Não, sr. Capitão, era mais fácil perder a vida do que este dinheiro que trago aqui!" (p. 139).

A despeito de indivíduos que procuravam seguir os regramentos oficiais, a transgressão da ordem estatal

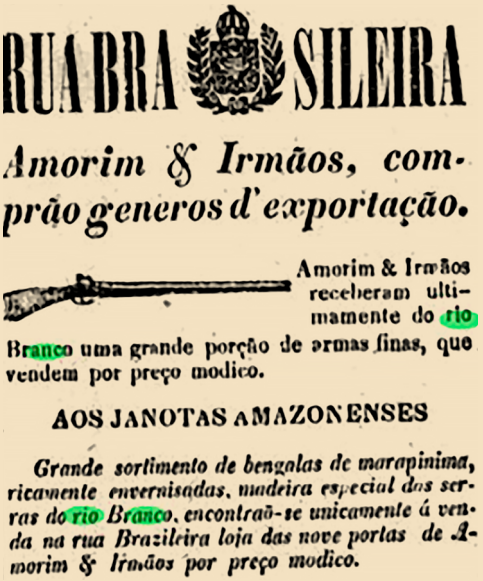
36 Ver figura 4.

era previsível em uma fronteira tão remota e porosa. Todo esse movimento de militares e a presença do forte, aparentemente, não inibiam o contrabando de manufaturados holandeses e, posteriormente, britânicos pelo rio Branco. Em pleno Segundo Reinado, a loja *Amorim & Irmãos*, de Manaus, anunciava abertamente no jornal Amazonas a venda de "armas finas do rio Branco".[37] No mesmo jornal, a *Loja dos Legítimos Barateiros Antonio Joaquim da Costa & Irmão* oferecia "as verdadeiras armas hollandesas do rio Branco"[38] (figura 19). Assim como forneciam quase toda a farinha, milho, fumo, melado e outros gêneros para os colonos não indígenas, os Macuxi, Wapishana e Pauxiana se incumbiam de atender a demanda de Manaus por essas armas, cuja ubiquidade na fronteira do rio Branco já tinha sido documentada por Alexandre Rodrigues Ferreira em 1787 e por Edward Goodall, artista da expedição de Robert Schomburgk, no início da década de 1840 (figuras 18, 19, 20): "Até as afamadas *armas do Rio Branco*, assim chamadas no Amazonas, são fornecidas por esses mesmos índios, que as recebem, em troca, dos colonos ingleses de Demerára e vêm por sua vez permutal-as com os brasileiros" (Suckow, 1891, p. 279).

37 Jornal Amazonas, 26 de dezembro de 1866, p. 4.

38 Jornal Amazonas, Manaus, 24/41867, p. 4. https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=164992&Pesq=%22Boa%20Vista%22&pagfis=120

Figura 19: Anúncio de armas “do rio Branco”



RUA BRA SILEIRA

Amorim & Irmãos, com-prão generos d'exportação.

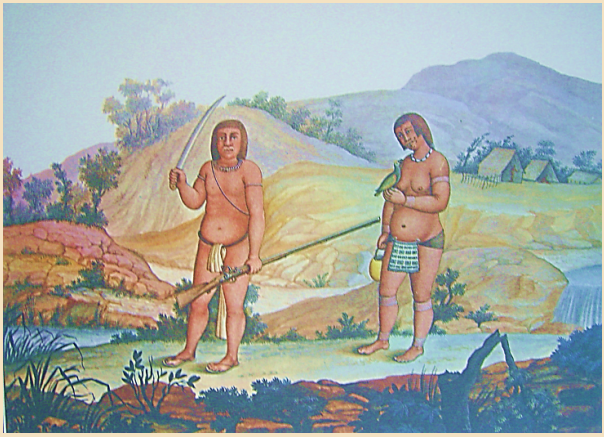
Amorim & Irmãos receberam ultimamente do rio Branco uma grande porção de armas finas, que vendem por preço modico.

AOS JANOTAS AMAZONENSES

Grande sortimento de bengalas de marapinima, ricamente envernisadas, madeira especial dos serras do rio Branco, encontrão-se unicamente á venda na rua Brazileira loja das nove portas de Amorim & Irmãos por preço modico.

Fonte: Jornal Amazonas, Manaus, 26/12/1866

Figura 20: Casal de indígenas do rio Branco, 1787. A arma de fogo é provavelmente de origem holandesa



Fonte: (Ferreira, 1971a)

Figuras 21 e 22: Akhari-Khurru, indígena Atorai, e indígena não identificado, c.1841



Fonte: (Goodall, 1977)

Em visita a essa mesma fronteira, no contexto tensionado imediatamente anterior à arbitragem do Contestado Brasil – Inglaterra, o então presidente da província do Amazonas, Pimenta Bueno, afirmara em 1888 ao Ministro das Relações Exteriores que, para conter a influência inglesa e as pretensões territoriais estrangeiras, era importante reconstruir o forte e manter a presença de 10 praças destacados para policiamento. O valor para tal empreendimento era estimado em 4 contos de réis (Bueno, 1887). Essa proposta, entretanto, nunca saiu do plano das ideias. Na prática, para se contrapor aos "sedutores ingleses" que atraíam os trabalhadores indígenas para os domínios

britânicos, Pimenta Bueno hospedou por quinze dias em seu palácio em Manaus três tuxauas Macuxi do Tacutu, "mais trez índios e duas indias, uma dellas com um filho menor, ao todo dez, [...] vesti-os, mandei-os ao theatro, finalmente dei-lhes as suas patentes de tuxauas e despedi-os, dando aos três chefes para os trabalhos de suas malocas ferramentas suficientes, com o que foram muito satisfeitos, prometendo aumentar suas aldeas, chamando outros índios para se reunirem a eles".[39]

CONSIDERAÇÕES FINAIS

— Eu o vi ontem à tarde, ao longe — disse Drogo.
— O quê, o forte?
— Sim, o forte. — Fez uma pausa e depois, para mostrar-se gentil: — Deve ser grandioso, não é? Pareceu-me imenso.
— Grandioso, o forte? Não, não, é um dos menores, uma construção muito velha, só de longe é que causa um certo efeito.
Calou-se um instante, e acrescentou:
— Muito velha, completamente superada.
— Mas é um dos principais, não é?
— Não, não, é um forte de segunda categoria — respondeu Ortiz.
Parecia sentir prazer em falar mal, mas num tom especial; assim como alguém que se diverte ao notar os defeitos do filho, certo de que serão sempre coisa ridícula diante de seus méritos desmesurados.
— É um trecho de fronteira morta — acrescentou

39 Diario Official do Amazonas, 1897, Edição 945, p. 2-3. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028843&pesq=%22forte%20S%20Joaquim%22&pasta=ano%20189&hf=memoria.bn.br&pagfis=7297

> *Ortiz. — De modo que nunca o mudaram, permanece como há um século.*
> *— Como fronteira morta?*
> *— Uma fronteira que não dá problemas. Adiante existe um grande deserto.*
> *— Um deserto?*
> *— Um deserto realmente, pedras e terra seca, é chamado de deserto dos tártaros.*
> *Drogo perguntou:*
> *— Por que dos tártaros? Havia tártaros ali?*
> *— Antigamente, acho. Porém, mais que tudo, é uma lenda. Ninguém deve ter passado por lá, nem mesmo nas guerras passadas.*
> *— Então o forte nunca serviu para nada?*
> *— Para nada — disse o capitão* (Buzzati, 2018).

Ao contrário de seu homólogo da ficção de Buzzati, o forte São Joaquim, com todos os seus defeitos e fragilidades, teve uma existência agitada em diversos momentos. Indígenas, militares, religiosos, cientistas, homens e mulheres que por ali passaram enfeixaram trajetórias que ligavam o rio Branco ao Rupununi, Essequibo, Orenoco, Negro e Amazonas, o Atlântico, a Europa, o Pará, o Rio de Janeiro e a América do Norte. Por ali trocavam-se bens, serviços, ideias, valores culturais.

A imprensa do Amazonas podia escolher sucedâneos para os tártaros, como fez o Jornal do Commercio em 28 de janeiro de 1920, reproduzindo o relato de um suposto morador anônimo do rio Branco sobre um missionário estrangeiro, chamado Carrier, atraindo os valiosos trabalhadores indígenas para a Guiana, sobre outras pessoas que atravessavam a

fronteira para extrair balata, cometer crimes sexuais ou roubar gado dos brasileiros, tudo isso pelo abandono do forte, que "nada mais possue senão três canhões velhos e enferrujados, que não funcionam há muitos anos, e uma barraca em estado de ruina, desprovida de qualquer conforto", além da inexistência de telégrafo em toda a região.[40] A diminuta guarnição do forte podia ser convocada para manter a ordem interna, também, como se viu no caso do administrador das fazendas nacionais que foi combater o esbulho dos bens federais por fazendeiros em 1904, acompanhado do comandante da fortaleza e dez soldados armados[41], caso aliás analisado por Paulo Santilli em *As Fronteiras da República* (1994).

A rotina de abandono e precariedade não era pontual, mas a substância cotidiana da vida no forte. A luta diária por comida, a constante espera por soldos atrasados, os reparos infindáveis no forte, a navegação penosa eram as atividades reprodutivas que, como diria Agnes Heller (2000), moldavam a consciência e as ações daqueles indivíduos, gerando ora resignação, ora rebeldia aberta, ora uma improvisação que combinava ambas. O jovem Bernardo Ramos, escondendo o

40 Jornal do Commercio, Manaus, 28 de janeiro de 1920. Disponivel em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=170054_01&pesq=%22FORTE%20S%C3%83O%20JOAQUIM%20+%20PRA%C3%87AS%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=145966

41 Jornal do Commercio, Manaus, 25 de dezembro de 1904, p. 2. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=170054_01&pesq=%22FORTE%20S.%20JOAQUIM%22&pasta=ano%20190&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=1448

dinheiro da comissão de limites em garrafões de cevadinha, encontrou uma forma de enfrentar a macro-realidade do transporte perigoso, da corrupção e violência potencial daquela guarnição fronteiriça. Sua ação revela o funcionamento real (e não o oficial) do poder naquele lugar. Os comandantes, ao se tornarem "fornecedores" dos soldados, como vimos, distorciam as relações hierárquicas formais e criavam uma economia informal de dependência e poder.

É possível que nunca saibamos se e como militares estavam diretamente ligados às operações de contrabando de armas protagonizadas por indígenas do rio Branco, embora futuras descobertas nos arquivos do Poder Judiciário possam lançar luzes sobre essas relações. Mas os constantes deslocamentos de indígenas entre as aldeias dos campos do rio Branco (hoje denominados de lavrado) e Manaus, para vender sua força de trabalho, de maneira voluntária ou forçada, estão bem documentados, o que permite supor que sabiam transitar na capital da província e se relacionar com potenciais parceiros de negócios. Os indígenas que trocavam armas holandesas por manufaturados usavam estrategicamente a fronteira porosa e a demanda de Manaus para seu benefício, inserindo-se em circuitos econômicos globais.

O Frei José dos Inocentes, com suas anedotas "pornográficas" e seu passado híbrido de soldado-frade-padre-político, foi a personificação de uma biografia cotidiana singular, moldada pelas contradições daquele mundo fronteiriço: irreverente, pragmático, violento e

sobrevivente, Frei José foi o produto cultural singular daquele cotidiano amazônico. O frei, os comandantes que buscavam formas de lidar com a precariedade da fronteira, os líderes indígenas que procuravam manter sua autonomia frente ao colonialismo e as estratégias que todos eles empregavam para navegar e manipular as estruturas de poder que os cercavam, iluminam macroestruturas (o Império português e, depois, brasileiro, o colonialismo espanhol, holandês e britânico, o avanço do capitalismo na Amazônia) através de microcasos aparentemente anedóticos ou excepcionais. Todos eles, de forma assimétrica, conectavam a região do rio Branco, aparentemente tão isolada, aos processos mundiais da revolução industrial e do nacionalismo, em meio às disputas territoriais com o império britânico e à consolidação do Estado Nacional brasileiro e suas fronteiras, às transformações na Amazônia decorrentes do fornecimento de borracha para as indústrias da Europa e América do Norte, à transição capitalista para o trabalho assalariado.

APÊNDICE - TABELA 1: COMANDANTES E GUARNIÇÃO DO FORTE SÃO JOAQUIM

Período	Comandante	Guarnição
1775	Capitão Engenheiro Felipe Sturm	50 praças, incluindo o tenente Tomé Ferreira, ajudante Crispim Lobo, alferes José Agostinho Diniz, Sargento Francisco Antônio, furriel Nicolau de Sá Sarmento e cabos de esquadra Inácio Cardoso e Antônio de Sousa
1776	Tenente Tomé Ferreira	
1776 - 1779	Capitão Felipe da Costa Teixeira (comandante da tropa, com Felipe Sturm comandando a fortaleza por curto período)	
1779 - 1783	Tenente Pedro Maciel Parente (era comandante durante a primeira revolta dos aldeamentos indígenas do rio Branco em 1780-81)	
1783 - 1790	Quartel-Mestre João Bernardes Borralho, promovido a capitão de infantaria em 1786 (relatou a segunda revolta dos aldeamentos em 1790)	34 a 42 praças, incluindo 1 capitão e comandante do forte e da fronteira, 1 alferes, 1 cabo de esquadra, 1 cadete (6 soldados atuavam como diretores nas aldeias)

1790-1799	Alferes Nicolau de Sá Sarmento (era comandante durante a repressão aos indígenas rebeldes de 1790)	Um cabo e 20 soldados do regimento de Macapá
1811	Alferes Thomaz da Costa Teixeira	
1812-1834	*Sem informações*	
1835	Capitão José Valente Cordeiro	15 soldados
1836?-1838	Ambrósio Pedro Aires	
1838	Capitão Gato (Izidoro Afonso Gatto)	
1839	Capitão Antonio José Leal de Barros	
1841	Antonio de Barros Leal	
1842	Alferes Antonio José Bragança (Assassinado pelos subordinados. Vários desertaram)	
1842 - 1843	Major Hygino José Coelho	
1844	Tenente Felisberto Antônio Correia d'Araujo	
1845-1856	Sem informações	

1857	Tenente-Coronel Manoel Machado da Silva Santiago (voltou ao comando em fevereiro e morreu envenenado em 26 de dezembro de 1857)
1857	Capitão Mathias Vieira de Aguiar
1858	Capitão reformado Bento Ferreira Marques Brasil
1858 - 1859	Capitão Mathias Vieira de Aguiar
1862	Augusto Cezar Bitancourt, Subdelegado do Rio Branco
1862	Tenente Manoel Caetano Vieira Cavalcante
1863-1865	Sem informações
1866	Pedro Nunes Bemfica
1866	Alferes Antônio José de Souza Lobato
1868	Capitão reformado Mathias Vieira de Aguiar
1868	Alferes Antonio José de Souza Lobato
1870	Tenente Manoel Martinho dos Santos Abreu
1872- 1875	Tenente-Coronel honorário Pedro Jayme Lisboa

1877	Tenente Verissimo Serrão Botelho (ferido no incidente violento da fazenda de Cecília Brasil)	
1877	Pedro Guilherme Alves da Silva	
1877	Tenente Antônio José de Souza Lobato (nomeação anulada)	
1877	Capitão Luiz Gomes Caldeira de Andrade	20 praças
1878	Tenente de Estado maior de 2° Classe Antônio José de Souza Lobato	
1879	José Elias de Paiva Junior	
1881	Constantino José Nunes	
1881	Tenente de Infantaria Geraldo José de Abreu (abril)	
1881	Alferes da ala esquerda do 11° João Francisco do Espírito Santo (julho)	Em 1884, a cabana de palha e barro do forte era guarnecida por um sargento e 4 soldados.
1888	Comandante Bastos	
1888-1890	Capitão Fabio Barreto Leite	2 cabos de esquadra, dez soldados e um corneta
1898	Capitão reformado Francisco Moreira da Rocha	3 soldados
1899-1903	Alferes Saldanha	

1904	Alferes Arthur Americo Cantalice	Ao menos 10 praças
1905	Tenente João Alvares de Azevedo Costa	
1905	Álvaro de Figueiredo Mendonça (assassinado por seu antecessor Arthur Cantalice)	
1910	Luiz de França Carvalho	
1911	Tenente Pinto Peixoto	
1911	Tenente Antônio Prudêncio de Lima	
1912	Tenente reformado Cicero Barbosa	

Fonte: Todas as informações até 1811 são do Diário do Rio Branco (FERREIRA, 2007a) e da correspondência do forte São Joaquim e do governo da capitania (Nabuco, 1903, p. 268–310), bem como do relato do porta-bandeira que levou uma carta secreta do príncipe regente à comunidade judaica de origem portuguesa em Paramaribo (Barata, 1846). A informação sobre os comandantes a cada ano desde então são as seguintes: A Guarnição em 1835 é indicada por Adam de Bauve (1837). 1837 (Schomburgk, 1840); 1839 (Schomburgk; Roth, 1922, p. 384 v. 1); 1841 (Jornal do Brasil, edição 248, 8/9/1895, p. 2); 1842-1844 - Relatório do Estado de Decadência em que se acha o Alto Amazonas (Matos, 1979, p. 152–157). 1866: Jornal Amazonas, edição 17. 1877: Jornal do Amazonas, 8/9/1877, p. 2. 1884: (Coudreau, 1886, p. 25). 1888: Diario Official do Amazonas, 1897, Edição 945, p. 2-3. 1888: Exposição com que o Exm. Sr. Coronel Dr. Francisco Antonio Pimenta Bueno passou a administração da Província do Amazonas ao Exm. Sr. 2º Vice-presidente T.te C.el Antonio Lopes Braga em 12 de junho de 1888. 1898: Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 24/3/1898, p. 2. 1904: Jornal do Commercio, Manaus, 25/12/1904, p. 2.

REFERÊNCIAS

AGASSIZ, Jean Louis Rodolph; AGASSIZ, Elizabeth Cary. **Viagem ao Brasil 1865-1866**. 2. ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

ALMADA, Manuel da Gama Lobo de. Descrição Relativa ao rio Branco e seu Território. **Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro**, v. tomo XXIV n. 4, 1787 1861.

ARMELLADA, Cesáreo de. **Por la Venezuela indígena de ayer y de hoy: relatos de misioneros capuchinos en viaje por la Venezuela indígena durante los siglos XVII, XVIII y XX.** Caracas: Sociedad de Ciencias Naturales La Salle, 1960.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. O RESGATE DA DOCUMENTAÇÃO DO ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO REFERENTE AO BRASIL (1986-2004). **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, Nova Série**, v. 2, n. 1, p. 1–22, 2006.

BARATA, Francisco José Rodrigues. Diário da viagem a Colônia Holandeza de Surinam, feita pelo porta-bandeira da sétima companhia do regimento da cidade do Pará, pelos sertões e rios d'este Estado, em diligencia do Real Serviço. **Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil**, v. VIII, p. 1–53, 1798 1846.

BAUVE, Adam de. Itinéraire des excursions faites par M. Adam de Bauve pour l'exploration des Guyanes.

(Suite.). **Bulletin de la Societé de Geographie**, 2. v. VII, p. 129–156, mar. 1837.

BENTLEY, Charles. **Twelve views in the interior of Guiana**. Londres: Ackermann and Co., 1841.

BITTENCOURT, Agnello. **Dicionário amazonense de biografias**. Rio de Janeiro: Conquista, 1973.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario Portuguez & Latino**. Lisboa: Officina de Pascoal da Sylva, 1716.

BOXER, Charles Ralph. **O império colonial português**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BROWN, Charles Barrington. **Canoe and Camp Life in British Guiana**. Londres: E. Stanford, 1876.

BUENO, Francisco Antonio Pimenta. Limites do Brasil com a Venezuela - Documentos offerecidos pelo Sr. Dr. Francisco Antonio Pimenta Bueno. **Revista da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro**, v. Tomo III, n. 2o Boletim, p. 81–94, 1887.

BUZZATI, Dino. **O deserto dos tártaros**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial**. São Paulo: Editora Record, 2003.

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CHIARADIA, Clóvis. **Dicionário de palavras brasileiras de origem indígena**. São Paulo: Limiar, 2008.

COSTA, Graciete Guerra da *et al.* O Estado da arte do forte São Joaquim do Rio Branco. *In*: ANAIS DO SIMPÓSIO CIENTÍFICO 2017 - ICOMOS BRASIL. **Anais**... 8 nov. 2017. Disponível em: <https://www.even3.com.br//anais/eventosicomos/59681-o-estado-da-arte-do-forte-sao-joaquim--do-rio-branco-rrcosta-graciete-guerra-da>. Acesso em: 14 dez. 2023

COUDREAU, Henri Anatole. **Voyage au Rio Branco aux Montagnes de la Lune au haut Trombetta (Mai 1884-avril 1885).** Rouen: Imprimerie de Espèrance Cagniard, 1886.

FARAGE, Nádia. **As Muralhas dos Sertões**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Viagem filosófica pelas capitanias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. Iconografia: Geografia e antropologia**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1971a.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Viagem filosófica pelas capitanias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. Iconografia: Geografia e antropologia**. *[S.l.]*: Conselho Federal de Cultura, 1971b.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Diário do Rio Branco. *In*: FARAGE, Nadia (Org.). **Relatos da Fronteira Amazônica no século XVIII**. São Paulo: NHII USP. FAPESP, 1994.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Viagem ao Brasil: A expedição Philosophica pelas Capitanias do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuyabá. Tomo IV Vol. III**. São Paulo: Kapa, 2007a.

FONSECA, André Augusto da. Os engenheiros alemães na Amazônia setecentista: honra, fé e mercê no Antigo Regime. **Martius-Staden-Jahrbuch**, v. 63, p. 120–139, 2020.

FONSECA, André Augusto da. Um concurso imenso de caudalosos rios" no Projeto Resgate: a capitania do Rio Negro entre o Pará, as minas de Mato Grosso e os domínios espanhóis e holandeses. *In*: PAIVA, Eduardo França *et al.* (Orgs.). **Rescrevendo histórias do Brasil: Conexões e dinâmicas internas no Centro-Norte (séculos XVIII e XIX)**. Belo Horizonte: Caravana, 2023.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda &. GOUVÊA, Maria de Fátima. **O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GOMES FILHO, Gregorio Ferreira. **O Forte São Joaquim e a construção da fronteira no extremo norte: a ocupação portuguesa do vale do rio Branco (1775 - 1800)**. Dissertação (Mestrado em História)—Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2012.

GOODALL, Edward A. **Sketches of Amerindian Tribes 1841-1843**. Londres: British Museum Publications for the National Commission for Research Materials on Guyana, 1977.

GRAVESANDE, Storm van's. **the Rise of British Guiana**. Londres: Hakluyt Society, 1911.

GREGÓRIO, Vitor Marcos. O progresso a vapor: navegação e desenvolvimento na Amazônia do século XIX. **Nova Economia**, v. 19, n. 1, p. 185–212, 2009.

GRUZINSKI, Serge. Les mondes mêlés de la Monarchie catholique et autres «connected histories». **Annales. Histoire, Sciences Sociales**, v. 56, n. 1, p. 85–117, fev. 2001.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 6. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000.

HESPANHA, António Manuel. **As Vésperas do Leviathan: instituições e poder político - Portugal, século XVII**. Coimbra: Almedina, 1994.

HULSMAN, Lodewijk. Rotas das Guianas: uma viagem do Suriname ao rio Branco em 1718. *In*: OLIVEIRA, Reginaldo Gomes de; IFILL, Melissa (Eds.). **Dos caminhos históricos aos processos culturais entre Brasil e Guyana**. Boa Vista: UFRR, 2012.

IFILL, Melissa; OLIVEIRA, Reginaldo Gomes de. **Dos Caminhos Históricos aos processos culturais entre Brasil e Guyana**. Boa Vista: Editora da Universidade Federal de Roraima, 2014.

JOHNSON, Samuel. **A Dictionary of the English Language in wich the words are deduced from their originals, exlained in their different meanings**. Londres: Longman, Brown and Co., 1853.

MARIN, Rosa Elisabeth Acevedo. Civilização do rio, civilização da estrada: transportes na ocupação da Amazônia no século XIX e XX (Paper 170). **Papers do NAEA**, v. 1, n. 1, 7 dez. 2004.

MATOS, João Henrique de. Relatório do Estado de Decadência em que se acha o Alto Amazonas. **Revista**

do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, v. 325, p. 143–180, dez. 1979.

MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. **Forças militares no Brasil Colonial: corpos de auxiliares e de ordenanças na segunda metade do século XVIII**. Rio de Janeiro: Editora E-papers, 2009.

NABUCO, Joaquim. **Premier Mémoire - Question des Limites soumise à L'arbitrage de S. M. le Roi d'Italie par le Brésil et la Grande-Bretagne - Annexes du Premier Mémoire du Brésil. Volume I**. Paris: H. Champion, 1903.

NASCENTES, Antenor. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1955.

NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. "Esses miseráveis delinqüentes": desertores no Grão-Pará setecentista. *In*: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Orgs.). **Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

OURIQUE, Jacques. **O valle do Rio Branco**. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 1906.

PEREIRA, Luciano. **O Rio Branco: Observações de Viagem**. Manaus: Imprensa Pública, 1917.

RAMALHO, Paulina Onofre; RAMALHO. Forte São Joaquim: Patrimônio Cultural do Brasil. **Anais do XXVIII Simpósio Nacional de história**, 2015.

RIVIÈRE, Peter. **The Guiana Travels of Robert Schomburgk, 1835-1844: Explorations on Behalf of the Royal**

Geographical Society, 1835-1839. Londres: Ashgate Publishing. Hakluyt Society, 2006.

RODRIGUES, Fernando da Silva. O Estado Imperial brasileiro e a colonização militar da Amazônia (1840-1867). **Tempo**, v. 28, p. 99–117, 28 nov. 2022.

RODRIGUES, José Wasth; BARROSO, Gustavo. **Uniformes do Exército Brasileiro: Obra commemorativa do centenario da independencia do Brasil**. Rio de Janeiro: Paris: Ministerio da Guerra: A. Ferroud - F. Ferroud, 1922.

ROSA, Thais Felipe; THOMPSON, Analucia. A preservação das ruínas do Forte São Joaquim: sua importância para o turismo e para o patrimônio cultural roraimense. **[TESTE] RITUR - Revista Iberoamericana de Turismo**, v. 5, n. 0, p. 139–147, 9 fev. 2015.

SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de. Relação Geographica Histórica do Rio Branco da América Portugueza. **Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro**, v. tomo XIII n. 18, 1777 1850.

SANTILLI, Paulo. **Fronteiras da república: história e política entre os Macuxi no vale do rio Branco**. *[S.l.]*: Nhii-usp, Fapesp, 1994.

SCHOMBURGK, Richard; ROTH, Walter. **Richard Schomburgk's travels in British Guiana, 1840-1844**. Georgetown: Daily Chronicle Office, 1922.

SCHOMBURGK, Robert Hermann. **A Description of British Guiana, Geographical and Statistical**. *[S.l.]*: Surpkin, 1840.

SHERIDAN, Thomas. **A Complete Dictionary of the English Language, both with regard to sound and meaning**. Londres: Charles Dilly, in the Poultry, 1797.

SILVA, Francisco Pereira da. **Os covardes e bárbaros assassinatos da Nova Fazenda**. Manaus: Oficina Gráfica Velho Lima, 1934.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil**. *[S.l.]*: Verbo, 1994.

SILVA, Leonardo Augusto Ramos. "Para a boa segurança daquela fronteira":: organização e mobilização de soldados da tropa paga na Capitania do Rio Negro (1754-1773). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará**, v. 10, n. 1, p. 78–96, 2023.

SOUZA, Laura de Mello e. Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. *In*: **História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na AMérica Portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v. 1 p. 41–81.

SUCKOW, Gustavo de. O Rio Branco: carta do Sr. Gustavo de Suckow ao "Jornal do Commercio". **Revista da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro**, v. t. VII, n. 4o boletim, 1891.

VALENTE, Joaquim Tinoco; SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de. **Ofício a João Pereira Caldas remetendo o auto de inquirição de testemunhas para justificação da posse e domínio do Rio Branco pela Coroa de Portugal, que segue após o ofício**. Barcelos, 1775. Disponível em: https://acervobndigital.bn.gov.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=13721.

VASQUEZ, Pedro Karp. **O Brasil Na Fotografia Oitocentista**. São Paulo: Metalivros, 2003.

VIEIRA, Jaci Guilherme; GOMES FILHO, Gregorio Ferreira Gomes. Forte São Joaquim: de marco da ocupação portuguesa do vale do Rio Branco às batalhas da memória – século XVIII ao XX. **Textos e Debates**, n. 28, 2015.

WALLACE, Alfred Russel. **Viagens pelo Amazonas e rio Negro**. 2. ed. Brasília: Senado Federal, 2004.

WATERTON, Charles. **Wanderings in South America, the North-west of the United States, and the Antilles: In the Years 1812, 1816, 1820, and 1824. With Original Instructions for the Perfect Preservation of Birds, &c. for Cabinets of Natural History**. 2. ed. Londres: B. Felloews (sucessor to Mr. Mawman), 1828.

WAUGH, Evelyn. **Ninety-two Days: Travels in Guiana and Brazil**. *[S.l.]*: Serif, 2007.

UMA EXPEDIÇÃO E UMA CIDADE: CEM ANOS DA BOA VISTA DE HAMILTON RICE

Claudia Helena Campos Nascimento[42]
Renato Vicente Barbosa[43]

INTRODUÇÃO

As expedições na Amazônia foram o instrumento para registro de seus elementos característicos. Desde os primeiros empreendimentos de penetração territorial, a descrição da região foi sendo construída, subsidiando a construção de mapas a partir do relato de viajantes. O domínio efetivo do território pela Coroa portuguesa e os primeiros registros do que chamamos hoje de Roraima, foi feito no século XVIII, a partir da primeira Comissão Demarcadora de Limites instituída pelo Marquês de Pombal visando delimitar os limites entre Portugal e

42 Doutora em Arquitetura, com Mestrado em Arquitetura e Urbanismo (2013), Arquiteta e Urbanista Docente do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Roraima (DAU-UFRR). Endereço Postal: avenida Ene Garcês, 2413,Bloco V - CEP 69310-970 - Bairro Aeroporto - Boa Vista/RR. mail:claudia.nascimento@ufrr.br. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-1447-4915

43 Arquiteto e Urbanista pela Universidade Federal de Roraima (DAU-UFRR); Técnico em gestão cultural da Fundação de Educação, Turismo, Esporte e Cultura Boa Vista (FETEC). Endereço Postal: avenida Ene Garcês, 2413, Bloco V - CEP 69310-970 - Bairro Aeroporto - Boa Vista/RR. E-mail: renatovicentebarbosa@gmail.com. Orcid: https://orcid.org/0009-0009-1975-5116

Espanha. Contudo, o registro iconográfico da região onde hoje se encontra a cidade de Boa Vista é rarefeito até o início do século XX (Figura 1)[44].

Figura 1: Prospecto do lugar de Santa Izabel



Autor: José Joaquim Freire, 1786

A importância do livro "Exploração na Guiana Brasileira", de Alexander Hamilton Rice Jr. (1875-1956) para a construção de uma imagem da cidade atualmente conhecida como Boa Vista é fundamental, por apresentar panoramas fotográficos e registros inéditos de tomadas aéreas, sendo referenciais até hoje. Contudo, esta cidade registrada há século representa a perspectiva do explorador, que buscou, através da credibilidade fotográfica, fundamentar seu ponto de vista.

O artigo busca apresentar esta cidade de cem anos atrás a partir da compreensão discursiva da necessidade de inserir este rincão amazônico no cenário da modernidade. O moderno técnico e

44 De forma ilustrativa a partir de análise preliminar dos autores deste trabalho, indicamos que o denominado "Lugar de Santa Izabel" corresponda à melhor representação do que possa ter sido a antiga ocupação que deu origem à cidade de Boa Vista.

estético já havia pousado em território nacional e se enlaçado nas linhas das artes, já se fazia registrar de forma indelével nas expressões da Semana de Arte Moderna de 1922, em São Paulo, ou mesmo em revistas editadas em Belém, como *A Semana*, de 1918, e *Belém Nova*, de 1923 (Figueiredo, 2012). Portanto, o domínio do território da Amazônia setentrional se justificava a partir de um discurso de integração a partir do progresso, o que é fartamente encontrado na construção narrativa de Alexander Hamilton Rice Jr. (1875-1956).

Figura 2: Alexander Hamilton Rice Jr



Fonte: Harvard Magazine

No prefácio nacional do livro que registra a viagem do geógrafo norte-americano Hamilton Rice (Figura 2), Mário Guimarães Ferri (1918-1985)[45] escreveu: "A época eram os anos de 1924 e 1925. O avião era uma invenção recente e assim, pode-se assegurar que era a primeira vez que era utilizado nesse tipo de exploração" (Ferri, in Rice, 1978, p 11). A fotografia também era uma técnica recente, tendo chegado ao Brasil há menos de um século da viagem de Rice. Portanto, o registro aéreo da cidade de Boa Vista conjuga grande esforço técnico e científico para aquele tempo. Mesmo com esses limites "As fotografias, realmente, mesmo se feitas hoje, com os progressos nesse setor, não poderiam ser melhores" (Ferri, in Rice, 1978, p. 11).

A expedição de Hamilton Rice (1924–1925), financiada pelo Museu de Harvard de Geografia e liderada por um dos principais representantes da exploração científica no início do século XX, teve como objetivo mapear e documentar áreas pouco conhecidas do norte do Brasil, em especial a região da tríplice fronteira entre Brasil, Venezuela e Guiana. Utilizando avião em um período em que o voo ainda era novidade, Rice não apenas introduziu novas tecnologias de observação e mapeamento, como também contribuiu para a construção de uma visão internacional sobre a Amazônia e seus povos, através de imagens e relatos que circularam por revistas, universidades e instituições científicas no exterior.

45 Foi botânico, artista plástico, professor da Universidade de São Paulo (USP) e primeiro ecólogo do Brasil.

As expedições científicas a esta região não se constituem em fato novo. A primeira iniciativa da Coroa portuguesa, nesse sentido, deveu-se às demandas de defesa e delimitação do território da coroa portuguesa, que se fizeram a partir da política pombalina, através da edificação do Forte São Joaquim do Rio Branco (Figura 3).

Figura 3: Prospecto do Forte São Joaquim do Rio Branco



Autor: Joaquim José Codina, 1786

A Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815), que se estendeu ao rio Branco, em 1786, contou com dois desenhistas que iniciaram o registro iconográfico da região: Joaquim José Codina (17--1790) e José Joaquim Freire (1760-1847). Quase ao mesmo tempo, o futuro brigadeiro e governador da Capitania de São José do Rio Negro, Manuel da Gama Lobo d'Almada (1745-1799) promoveu o reconhecimento e introdução da pecuária bovina na região. O próprio Rice descreve:

> A região do Uraricoera-Parima era praticamente 'terra incógnita', pois poucos viajantes a percorreram e nenhum tentou seguir o rio Parima. Em 1787, a Comissão Portuguesa de Delimitação de Fronteiras, conduzida pelo Governador Lobo de Almada , subiu o Uraricoera até à confluência do Urapicapará. (...) As terríveis cascatas, os selvagens, a singularidade da região, causaram forte impressão aos membros da comitiva (Rice, 1978, p. 18-19).

A instalação da primeira fazenda privada de gado pelo Capitão Inácio Magalhães, nos arredores do forte São Joaquim a partir de 1830[46], é tida tradicionalmente como o marco histórico de fundação de Boa Vista.

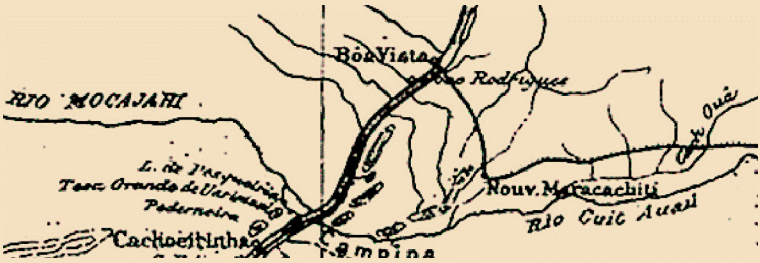
Uma sequência de importantes viajantes em expedições científicas pode ser registrada no século XIX. O naturalista austríaco Johann Natterer (1787-1843) percorreu o rio Branco entre 1831 e 1832, mas grande parte de seus registros foi perdido em um naufrágio (Barbosa, 2010), restando um mapa de sua viagem e desenhos botânicos. Por sua vez, a expedição de Robert Hermann Schomburgk[47] (1811-1891) pela *Royal Geographical Society* (1835-1839) também produziu um mapa que, assim como o de Natterer, não registra a existência de Boa Vista, assim como as demais expedições listadas por Hamilton Rice no prefácio

46 Ano de sua condução ao posto de comandante do forte São Joaquim.

47 A expedição de Schomburgk visava a definição de limites entre os domínios ingleses, espanhóis e portugueses, sob o patrocínio da coroa britânica.

de seu livro[48]. Apenas com a expedição do geógrafo Henri-Anatole Coudreau (1859-1899) ocorrida entre maio de 1884 e abril de 1885, consolidada na publicação *Voyage au Rio Branco, aux Montagnes de la Lune, au haut Trombetta* (Coudreau, 1886) que se registra a existência da localidade Boa Vista (Figura 4), de autoria de Ermanno Stradelli (1852-1926), sendo inscrito no mapa do Estado do Amazonas, do mesmo autor.

Figura 4: Detalhe do mapa da expedição de Henry Coudreau, 1884-1885



Fonte: Coudreau, 1886

Na publicação, Henry Coudreau faz uma breve descrição do aspecto da cidade de Boa Vista, após quarenta e cinco dias de viagem ao longo do rio Branco:

> A vila mais importante, ou para melhor dizer, a única vila do Rio Branco, é Boa Vista. (...) Boa Vista data de cerca de vinte anos. A vila,

48 Entre todos os registros de Rice (1978, p. 18-19) estão cientistas, etnógrafos e comerciantes que não apresentam registros visuais e, quando existem, fazem referência a aspectos da vida autóctone ou da flora-fauna local. Reinaldo Imbrózio Barbosa (2010) registra ainda as expedições de Everard Im Thurn e Harry Perkins (expedição ao Monte Roraima), Ermanno Stradelli (italiano, 1888).

> construída em um morro que domina o rio, no pleno campo, é composta por cerca de vinte casas bastante pequenas, todas cobertas de palha, algumas vezes caiadas, mas geralmente limpas e confortáveis. A igreja ainda está em construção. Boa Vista tem uma escola primária, frequentada com uma notável assiduidade: eu contabilizo quarenta meninos e vinte meninas. A população de Boa Vista é composta por brancos, Mamelucos e índios, que servem de domésticos e trabalham para brancos (Coudreau, 1886, p. 23).

No século XX, a necessidade de definição territorial e o interesse pelo reconhecimento desta região tornou-se de importância estratégica a partir da Proclamação da República. A produção da publicação "O Valle do Rio Branco: Estado do Amazonas - Edição Official" por Jacques Ourique[49] (1848-1932) para o governo de Constantino Nery marca-se com os primeiros registros fotográficos da cidade de Boa Vista (Figura 5).

49 Alfredo Ernesto Jacques Ourique foi militar e político de grande influência junto ao marechal Deodoro da Fonseca. "Em 10 de abril de 1892 foi condenado ao desterro na Amazônia, mas mais tarde foi beneficiado pela anistia concedida aos revoltosos" (CPDOC-FGV, s/d). *"O dr Antonio Constantino Nery, Governador do Estado do Amazonas, desejando promover o povoamento e progresso do alto Rio Branco, mandou fazer esta obra pelo engenheiro Alfredo Ernesto Jacques Ourique, com o fim de tornar conhecido essa uberrima região, e deu a imprimir aos Sñrs. G. Huebner & Amaral, que ilustrarão com vistas dos pontos mais interessantes, e um mappa de Ermanno Stradelli"* (Ourique, 1906) O mapa de Stradelli e Ourique foi publicado em Dresden/Alemanha, em 1906, por Meinhold & Filhos.

Figura 5: Registros de Boa Vista em “O Valle do Rio Branco”, 1906



Fonte: Jacques Ourique. Fotografia George Hubener

Outras expedições foram realizadas no início do século XX, em especial as do geógrafo J. D. Hasmann (1912), do botânico João Geraldo Kuhlmann (1912), do ornitólogo M. P. Anderson (1912), do geógrafo William Curtis Farabee (1913) e do médico sanitarista Carlos Chagas (1913) (Barbosa, 2010, p. 160).

Reinaldo Imbrózio Barbosa (2010) registra a presença na região de outras expedições, com objetivos de defesa e científicas.

> Destacam-se nesta fase as expedições de Avelino Ignácio de Oliveira[50] (1924-25), geólogo que integrou a expedição de Hamilton Rice, Glycon de Paiva (1928), geólogo da Comissão de Inspeção de Fronteiras de Rondon, Antônio Teixeira Guerra (1953-54), geógrafo que produziu um documento até hoje muito atual sobre história e geografia de Roraima e, Francis Ruellan (1954-55), geomorfólogo francês da Universidade de Paris (Barbosa, 2010, p. 161).

Hamilton Rice já havia desbravado a região amazônica, tendo em 1901 refeito a viagem de Francisco Orellana ao longo do rio Amazonas, realizada em 1541. A partir de 1907 empreendeu sete expedições na bacia amazônica com o intuito de mapear rios, chegando à Colômbia e à Venezuela. Contudo a expedição considerada como a mais importante foi a empreendida em 1924. Posteriormente viajou para pesquisas no Alasca e Baía de Hudson, e ganhou vários prêmios.

A expedição de Hamilton Rice ao rio Branco contou com grande equipe[51] (Figura 6), baseada em Manaus

50 Avelino Ignácio de Oliveira (1891-1970) é tido como um precursor do desenvolvimento dos estudos de geologia no país e a criação dos cursos de Geologia no Brasil.

51 Segundo Stevens (2026, p. 353): os norte-americanos Hamilton Rice (diretor), George Shattuck (médico), Weld Arnold (cartógrafo), Charles C. Bull (assistente), John C. Couzens (engenheiro), Walter Hinton (piloto), John F. Wilshusen (mecânico de aeronave), Albert W.

a partir de 6 de julho de 1924 (Stevens, 2026), contudo nem todos chegaram diretamente a Boa Vista[52], o que foi o caso do cineasta português Silvino Santos[53] (1886-1970), que precisou retornar a Manaus quando na região de Vista Alegre antes de seguir viagem, e do etnólogo alemão Theodor Koch-Grünberg[54] (1872-1924).

Figura 6: Equipe de campo de Hamilton Rice



Fonte: Stevens, 1926

Stevens (responsável pelas fotos aéreas), John W. Swanson e Thomas S. MacCaleb (radiotelegrafistas), Herman Dengler (desenhista); o alemão Koch-Grümberg (etnólogo); o português Silvino Santos (cinegrafista) e o brasileiro Raimundo Câmara (assistente).

52 Equipe de Rice (na foto): Sevens; MacCaleb (telegrafista); Wilshusen (mecânico); Câmara (intérprete); Arnold (astrônomo); Hinton (piloto); Hamilton Rice, Dr. Shattuck (médico); Santos (fotógrafo agachado) e mais quarenta indígenas (não registrados).

53 Silvino Santos foi autor, em parceria com Agesilau Araújo, do clássico *No Paiz das Amazonas* (1921) e grande produção entre 1912 e 1930, sendo considerado o precursor da cinematografia nacional.

54 Falecido em Vista Alegre, município de Caracaraí em 8 de outubro de 2024, exigindo mudanças de planos na expedição.

O piloto Hinton[55] e o fotógrafo Stevens[56] (Figura 7) partiram em outubro, de hidroavião de Manaus para Boa Vista ao encontro de Rice, que fora pelo rio antecipadamente. “Dezenove mil quilômetros de voo foram efetuados na região. Mas Hamilton Rice não viajava de avião; este o seguia, fazendo, às vezes, incursões antecipadas, por regiões que, posteriormente, Rice visitava” (Ferri, in Rice, 1978, p. 11). Com a complementação da equipe, Rice montou sua base na cidade de fins de outubro a princípios de dezembro de 1924 (Figura 8).

Figura 7: Albert W. Stevens e Walter T. Hinton



Fonte: Stevens, 1926

55 O piloto Walter T. Hinton (1888-1981) foi Instrutor de voo e Comandante americano da “Missão Aeronáutica Pioneira New York-Rio” 1922-23, primeiro voo Nova-York- Rio de Janeiro em hidroavião Curtiss e primeiro voo transatlântico.

56 O fotógrafo Albert William Stevens (1886-1949) foi oficial da aeronáutica norte-americana, tendo sido autor da primeira fotografia da curvatura do horizonte da Terra, em 1930, durante voo sobre a América do Sul, e a primeira fotografia do sombreamento da lua projetada na Terra durante o eclipse solar em 1932.

> O Rio Branco, senhores Intendentes, tem sido visitado continuamente por commissões scientificas. Muitos homens de renome mundial, aqui temos hospedado, com a franqueza e bom acolhimento, peculiar ao povo nobre e laborioso desta terra. A expedição Rice, sob a chefia directa de seu patrono, Doutor Alexandre Hamilton Rice, medico, engenheiro, scientista e archi-milionario, muito tem contribuido para o progresso desta região, não só pela larga somma de numerario que tem feito circular, empregando de preferencia operarios brazileiros, sendo o primeiro a introduzir a radiographia e aviação neste Municipio, como pelo desbravamento de regiões ínvias, completamente desconhecidas; levantamento de cartas geographicas; estudos geologicos, botanicos e astronomicos, que muito poderão servir e interessar, de futuro, a este Municipio (Pinheiro, 1925, p. 4).

A importância da expedição de Rice, conforme demonstrado, transcendia a mera coleta de informações, se tornando marco político e de discurso modernizador para Boa Vista. Os registros da expedição confrontam imagens de protagonismo da natureza e vida dos povos locais, em contraste com registros de urbanidades distintas, como Manaus (Figura 8) e Boa Vista, onde a expedição se apresenta como arauto de modernidade e progresso, propondo a instalação de rede telegráfica sem fio e uma ferrovia.

Figura 8: Frame do filme “No Rastro do Eldorado”, de Silvino Santos, em Manaus



Fonte: Visões da Amazônia

Na introdução original do livro, entre outras informações, destaca-se a perspectiva do autor:

> Graças ao avião, o homem é capaz de vencer obstáculos que as condições terrestres tornavam outrora intransponíveis, e de poder, assim adquirir um domínio maior do que antigamente sobre tudo o que o rodeia. O aeroplano permite as fotografias aéreas, recurso novo para as descobertas terrestres e a cartografia (Rice, 1978 p. 16).

Como meios de transporte da expedição, além do hidroavião - batizado como *Eleanor III*, em homenagem à esposa de Hamilton Rice -, o barco a vapor *Parahyba*,

até Vista Alegre, (Figura 9) e a chalupa a vapor *Eleanor II* (na região do Alto Rio Branco) cumpriam o papel de deslocamento da equipe de pesquisadores (Figura 10).

Figura 9: Barco a vapor Parahyba



Fonte: “No Rastro do Eldorado”, de Silvino Santos, 1925

Figura 10: Eleanor II e Eleanor III em frame do filme “No Rastro do Eldorado”, de Silvino Santos



Fonte: Stoco, 2014

> **Mais eficiente e moderna técnica que o século então oferecia: hidroavião, barco a motor e completa aparelhagem de levantamento.** (...) Do hidroavião foram fotografados, com fidelidade absoluta, rios, ilhas, colinas, florestas, serras, aldeamentos indígenas e outros grupos humanos, possibilitando uma carta geográfica perfeita e em suas minúcias, até então desconhecidas dos próprios brasileiros (Schettino, in Rice, 1978 p. 12, grifo nosso).

Após a expedição de Hamilton Rice, outros registros fotográficos e fílmicos irão compor a iconografia da cidade de Boa Vista, especialmente ligadas às pesquisas etnográficas e naturalistas, além de registros institucionais[57].

LIVRO, FILMES E OUTROS REGISTROS

"Exploração na Guiana Brasileira" é a publicação da viagem do geógrafo pela porção setentrional da Amazônia Brasileira, tendo sua publicação original sob o título *Exploration en Guyane Brésilienne*, na França em 1937. A expedição, ocorrida em 1924, foi publicada em português em 1978, como um diário de bordo.

> Pela primeira vez foi possível a uma expedição dessa natureza munir-se da mais eficiente e moderna técnica que o século então oferecia: hidroavião. (...) Do hidroavião foram

57 Destaque aos acervos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Museu dos Povos Indígenas.

> fotografados, com fidelidade absoluta, rio, ilhas, colinas, florestas, serras, aldeamentos indígenas e outros agrupamentos humanos, possibilitando uma carta geográfica perfeita em suas minúcias, até então desconhecidas dos próprios brasileiros (Schettino[58], in Rice, 1978, p. 12).

Textos complementares à edição brasileira revelam detalhes relevantes, como o prefácio da edição francesa[59]. Raoul Blanchard[60] (1877-1965), escreve.

> No decorrer da expedição, da qual se vão ler as frases e apreciar os resultados, seu aparelho, um hidroavião Curtiss Sea-gull, manteve-se em vôo durante 174 horas e cobriu 19.000 quilômetros. (...) Trata-se, portanto, de uma espécie de revolução na técnica de exploração, efetuada em 1924-1925 (Blanchard, in Rice, 1978, p. 14).

O grande registro, que inspira este trabalho, são as fotografias desta expedição, tanto as conhecidas quanto as inéditas, referentes à cidade de Boa Vista.

---

58 Tradutora da edição brasileira, a poetisa Lacyr Annunziata Schettino foi professora de teoria e história da música em Sete Lagoas/MG e em Barra Mansa/RJ, com participação na Academia Mineira de Letras, Academia Municipalista, Academia Feminina e do Instituto Geográfico de Minas Gerais

59 Registra Hamilton Rice (1978, p. 16) que *"esta obra foi traduzida para o francês, em reconhecimento e em homenagem ao papel importante e sempre de primeiro plano que a França ocupa no desenvolvimento das Ciências Geográficas, e à ação poderosa e eminente que exerce nos diversos setores da Geografia humana, histórica, política e militar"*

60 Geógrafo francês, condecorado com a Medalha de Ouro do *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS) em 1960.

Contudo, acrescentamos outras referências, como a dissertação de Savio Luis Stoco (2014) sobre o filme "No Rastro do Eldorado", de Silvino Santos (Figura 11), e os próprios registros deste cinegrafista e o filme de Aurélio Michiles, "O cineasta da selva" (1997). O artigo *"Exploring the Valley of the Amazon in a Hidroplane"*, de Albert Stevens (1926), fotógrafo da expedição, publicado na revista *National Geographic*, trouxe novos dados importantes. Por fim, acrescenta-se a importante colaboração na identificação de fotografia publicada no "Relatório apresentado à Intendência Municipal de Bôa Vista do Rio Branco" (Pinheiro,1925).

Figura 11: Silvino Santos



Fonte: O Cineasta da Selva, 1997

A partir destas fontes foi possível estabelecer nexos de caracterização do espaço de Boa Vista em 1924, tendo as demais fontes como complemento

importante. Com esse acervo visual, acrescido de análises de textos como as legendas das próprias fotografias, é possível apresentar Boa Vista de cem anos atrás sob a perspectiva de Hamilton Rice.

REGISTROS DA VILA DE BOA VISTA

Dos registros da expedição, são escassas as imagens de Boa Vista no livro. Portanto, fez-se necessário buscar outras fontes e referências iconográficas referentes aos agentes envolvidos na expedição. Imagens coletadas de trechos de filmagens de Silvino Santos foram importante material para caracterização e contextualização das imagens em Rice.

Porém, mesmo os registros que constam na filmografia de Silvino Santos dão pouca importância ao núcleo habitado (Figura 12).

Figura 12: Frames do filme "No Rastro do Eldorado" referentes à Boa Vista, de Silvino Santos





Fonte: Stoco, 2014

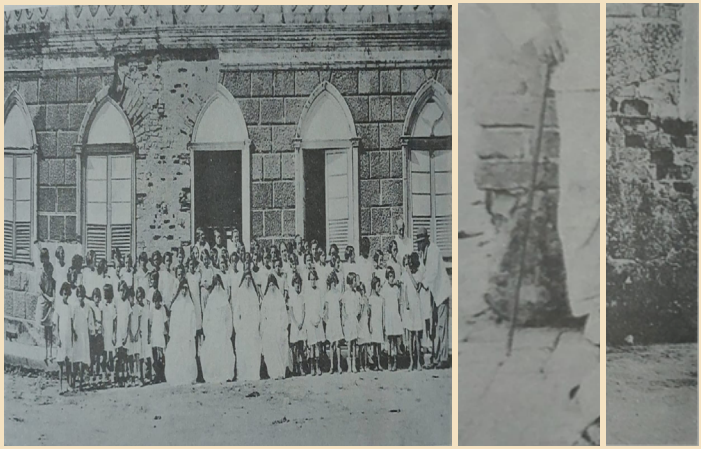
> É importante notar que Boa Vista praticamente some da narrativa do filme. Somente alguns planos de seu porto natural e esvaziado são apresentados, apesar da expedição ter permanecido muitos dias na vila. Interessou mais aos produtores fixar na narrativa algumas das grandes fazendas nacionais e particulares ao longo do rio Uraricoera (Stoco, 2014, p. 38).

Rice descreve Boa Vista em seu diário de viagem como o único agrupamento junto ao rio que tem a honra de ser chamado de "vila". E continua:

> Esse aglomerado compreende 164 casas que abrigam uma população de 1200 almas. (...) A população se compõe de Portugueses, brasileiros, mestiços, índios e alguns negros vindos das Índias Ocidentais pela Guiana Inglesa, aliás em número muito reduzido (Rice, 1978, p. 25).

Em relação ao aspecto edificado da cidade, registra que “alguns desses edifícios são de tijolos, a intendência, algumas casas de moradia, o armazém, a maioria, porém, é de reboco e pau-a-pique” (Rice, 1978, p. 25). Em detalhe de registros de edificações de Boa Vista pode se observar o uso da tecnologia cerâmica sendo utilizada de forma bastante elaborada e diversa, quer como da alvenaria (tijolos), simples e com elaboração estrutural, quer como tijoleiras, elementos de piso (Figura 13).

Figura 13: Detalhes de trecho de alvenaria nas fotos



Fonte: Hamilton Rice, 1978, adaptado pelos autores

Percebe-se nessa descrição um avanço na tecnologia construtiva em relação ao vislumbrado por Henry Coudreau, em 1886: já existem edificações com uso de tijolos cerâmicos. Contudo não são perceptíveis grandes alterações na ocupação do espaço da cidade

se compararmos as fotografias do álbum “O Valle do Rio Branco: Estado do Amazonas” (Ourique, 1906) e o registro da expedição de Rice, em 1924 (Figura 14).

Figura 14: Dois momentos de Boa Vista, a partir do rio Branco



Fontes: Jacques Ourique, 1906 (esquerda)
e Hamilton Rice, 1978 (direita)

Passaremos a uma descrição das fotografias de Boa Vista encontradas no livro de Hamilton Rice, considerando os registros que se referem ao espaço registrado e tratado historicamente como urbano.

BOA VISTA DE HAMILTON RICE

À vila de Boa Vista descrita por Rice em palavras, soma-se o registro visual a qual se refere. De todo o livro, são poucas as fotografias que fazem referência ao núcleo urbano, contudo é possível destacar em vários registros elementos que caracterizam a cidade no sentido de urbanidade.

> No caso de Boa Vista, ela deve ser entendida como uma realização humana, uma criação que vai se constituindo ao longo do processo histórico de sua formação; de fazenda para povoado, de povoado para freguesia, de freguesia para vila e sede municipal, posteriormente cidade. (...) Portanto, pensar Boa Vista e sua produção no âmbito da geografia é pensar a partir da dinâmica do território construído, **no jogo político da vida cotidiana, individual e coletiva**, ou seja, da sociedade em movimento (Veras, 2009, p. 40, grifo nosso).

Portanto, devemos avaliar as fotografias publicadas por Rice a partir de suas descrições, mas também pelo que elas silenciam. Além dos registros aéreos conhecidos há um conjunto de doze imagens que fazem referência à Boa Vista, e que buscam reafirmar o discurso de modernização a partir destes registros.

As relações de sociabilidade registradas na publicação de Rice possuem características que reforçam o caráter de um lugar capaz de absorver modernidades. Na série de fotografias de grupos

de habitantes, em sequência (Quadro 1), estas são apresentadas com as seguintes legendas: “Família de fazendeiros brasileiros em Boa Vista (Rio Branco)” (Quadro 1-1); “Jovem brasileira pertencente a uma das melhores famílias de Boa Vista (Rio Branco)” (Quadro 1-2); “Família de um seringueiro e balateiro, fotografada com os criados indígenas” (Quadro 1-3); Boa Vista. Escola dirigida por um padre e uma religiosa beneditina. As crianças são de raças cruzadas” (Quadro 1-4); “Família de colonos brasileiros do Uiraricoera” “Grupo de mulheres brancas do Uiraricoera”[61]. Há três registros de futebol, um de cirurgia, finalizando o conjunto com duas fotos da escola: “Boa Vista. As religiosas beneditinas e os alunos da escola” (Quadro 1-5) e a seguinte sem legenda (Quadro 1-6).

61 Embora na sequência de fotografias referentes à Boa Vista, por indicar ser na região do Uraricoera, não serão apresentadas por não colaborarem com a discussão do texto.

Quadro 1: Fotos da população no livro Exploração na Guiana Brasileira



1: Família de fazendeiros brasileiros



2: Jovem brasileira das melhores famílias



3: Família seringueiro e balateiro com criados indígenas



4: Escola dirigida por um padre e uma religiosa beneditina



5: Boa Vista. as religiosas beneditinas e alunos da escola



6: Foto sem legenda

Fonte: Hamilton Rice, 1978

As imagens são sistemas de comunicação, com funções de representação, expressão e comunicação, podendo ser usadas para informar, persuadir ou mesmo entreter, sempre como meio para o emissor expressar sua visão de mundo (Aumont,1993). Podemos, portanto, compreender as fotografias do livro a partir dos textos das legendas, assim como exclusão de outras imagens, como opções de Hamilton Rice na descrição de Boa Vista.

Um dos pontos mais importantes do conjunto de registros anterior faz referência a uma certa categorização das famílias a partir do papel socioeconômico — nem sempre confiável, como nos alerta Dorval de Magalhães (1997). Por exemplo, determinada legenda informa que a imagem representa a "Família de um seringueiro e balateiro, fotografada com os criados indígenas" (Quadro 1-3), mas seria na verdade de descendentes de Inácio Lopes de Magalhães, fundador da fazenda de gado que teria originado, graças à sua denominação "Boa Vista", o marco fundacional da cidade, em 1830. O memorialista Magalhães corrigiu a descrição da foto de Rice (1978):

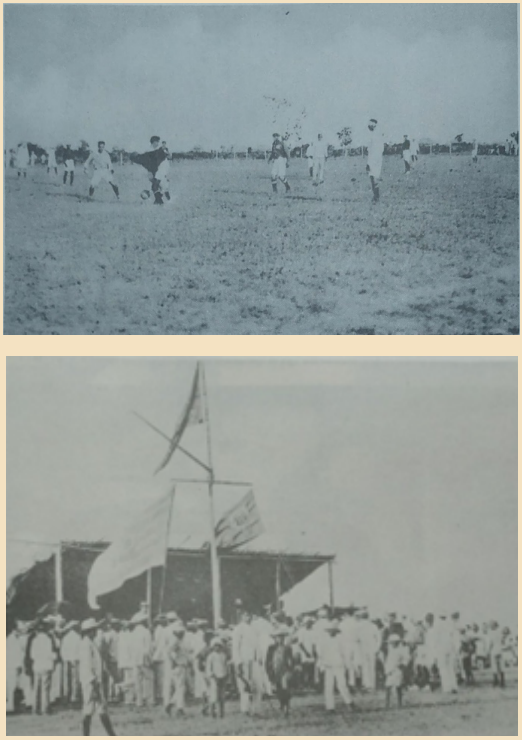
> Membros das Famílias Magalhães e Lago. O de chapéu preto é Manoel Lopes de Magalhães, pai do autor. O da esquerda é Aureliano Pereira do Lago. Nenhum deles foi seringueiro ou balateiro. Trata-se de um engano (Magalhães, 1997, p. 59).

Os registros da expedição de Rice assumem papel relevante de documento, por sua função de ensinar

o aspecto de Boa Vista àquela época, e que passa a ser um monumento no sentido da perpetuação desse *locus*, com forte vínculo à construção positivista dessa história. A transformação desse documento em monumento deve ser posta ao olhar crítico, questionar o documento, avaliar suas intenções (Le Goff, 1994).

A prática do futebol, que se instalou no Brasil ainda no século XIX (a seleção brasileira já era atuante desde a década de 1910), foi destacada na publicação (Figura 15).

Figura 15: Partidas de futebol: fotografias PL.98.1 (esquerda) e PL.99 (direita)



Fontes: Hamilton Rice, 1978

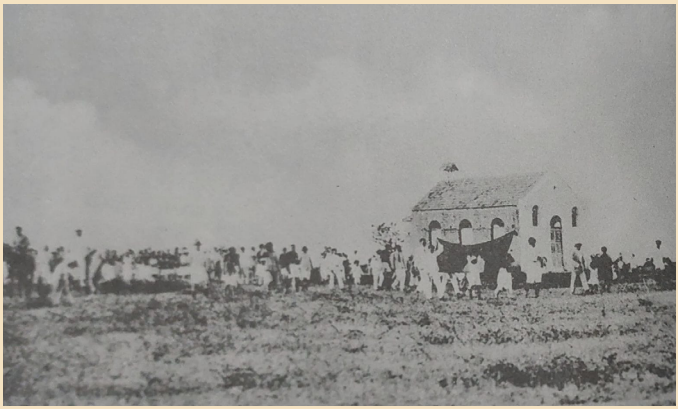
> Personalidades oficiais da cidade, torcedores e jogadores marchando à frente da fanfarra de Boa Vista, depois de uma partida de futebol, com as bandeiras dos vencedores (desta vez o time de Rio Branco) levada à frente. (...) Intervalo de uma partida de futebol, com os torcedores ao redor das bandeiras dos dois times. As iniciais do clube de Rio Branco são visíveis na bandeira suspensa no mastro (Rice, 1978, PL. 98.2 - 99).

Segundo as legendas das fotos de registro da publicação, essa prática provocou surpresa para Hamilton Rice. "Partida de futebol em Boa Vista, entre o time dessa cidade e o de Rio Branco[62]. **Esse moderno esporte penetrou até as mais longínquas fronteiras das colônias brasileiras**" (Rice, 1978, PL. 98.1, grifo nosso). As demais legendas de fotografias[63] apontam para a institucionalização da prática.

62 É possível que tenha havido erro na tradução, visto que o time Rio Branco não era de outro lugar senão Boa Vista.

63 Em Rice (1978) as fotografias são identificadas e legendadas por "PL.", seguido de numeração sequencial, não havendo numeração de páginas quando há reprodução de imagens.

Figura 16: Partida de futebol: fotografia PL.98.2



Fonte: Hamilton Rice, 1978

Podemos identificar na foto anterior (Figura 16) a existência de uma edificação ao fundo. Esse edifício, que pode ser visto em ambas as imagens aéreas (Figuras 17 e 18), é a igreja construída em honra a uma promessa a São Sebastião e inaugurada em 1924.

Figura 17: Fotografia PL.40



Fonte: Hamilton Rice, 1978

Figura 18: Fotografia PL.41



Fonte: Hamilton Rice, 1978

As icônicas fotografias aéreas apresentam o traçado regular de Boa Vista, como marco de modernidade, se tornando mais convidativo que outros aspectos que também surgem, como as ocupações para além deste conjunto de arruamento, e que fazem parte do processo histórico da cidade.

> **Outro aspecto que contribuiu com localização da cidade foi a existência de caminhos** - estabelecidos, em geral, com base nas velhas trilhas indígenas, que garantiram as comunicações com o interior, vencendo os principais obstáculos geográficos e estimulando o crescimento da cidade (Veras, 2009, p. 61, grifo nosso).

Ao analisarmos os ângulos referentes a estas fotografias, percebemos que a perspectiva adotada

no registro PL.41 não contempla uma série de outras preexistências antrópicas de Boa Vista, inclusive as, possivelmente, "trilhas indígenas" que garantiam, entre outras coisas, a manutenção de mão de obra e abastecimento da cidade (Figura 19).

Figura 19: Intervenções humanas registradas na fora da área de cobertura da foto PL. 40



Fonte: Hamilton Rice, 1978, adaptado pelos autores

Fica claro que a narrativa visual proposta na edição de Hamilton Rice (1978) para apresentar Boa Vista difere da que Albert Stevens (1926) publica no artigo da Revista *National Geographic*. Este último acrescenta dados sobre a cidade de Boa Vista que, aparentemente, são menosprezados por Rice. Existe um registro em Stevens (1926) que mostra uma casa de pau-a-pique, tendo como legenda *"Before a Brazilian rancher's house along the rio Branco: poles plastered with mud form the*

wals and the roof is a thatch of palm"[64] (Figura 20) que exemplifica a tecnologia construtiva.

Figura 20: Casa de pau-a-pique



Fonte: Stevens, 1926

Figura 21: Prelazia em construção e outros imóveis



Fonte: Pinheiro, 1925

64 "Em frente à casa de um fazendeiro brasileiro às margens do rio Branco: varetas cobertas de lama formam as paredes e o telhado é de palha de palmeira", tradução nossa.

Ainda sobre as fotografias aéreas, a que mostra a construção do edifício da prelazia, foi desconsiderada para a publicação (Figura 21), mas certamente foi fruto da expedição, sendo ilustrativa dos melhoramentos promovidos na cidade pela, então, Prelazia do Rio Branco[65] e tendo sido inserida em documento produzido pelo Superintendente Municipal de Boa Vista, Lafayette Pinheiro (1925).

Figura 20: Imóveis caracterizados na foto aérea



Fonte: Hamilton Rice, 1978, adaptado pelos autores

Não há protagonismo da arquitetura nas fotos em Rice (1978), mas as fotos aéreas permitem a identificação de alguns imóveis ainda remanescentes

65 É deste período a presença do monge beneditino Dom Pedro Eggerath (1880-1947) à frente missão beneditina, tendo sido responsável pela construção do edifício da prelazia, assim como hospital, escola, internato e residência para as irmãs.

(Figura 22), como a já citada igreja de São Sebastião, a Prelazia em construção e a residência da família Pires Pereira (atual Café Macchiato).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho, fruto de pesquisa acadêmica de conclusão de curso empreendida pelos autores, propôs a análise iconográfica dessa expedição, à luz do centenário da primeira fotografia aérea do centro histórico de Boa Vista. A pesquisa visou compreender os impactos simbólicos, históricos e geográficos da produção dessas imagens, questionando o papel da ciência, da tecnologia e do olhar estrangeiro na representação e no entendimento da Amazônia brasileira. Além disso, buscou-se refletir sobre como essas imagens ajudaram a consolidar uma ideia de território, fronteira e presença nacional em uma região que, à época, ainda enfrentava desafios de integração e reconhecimento por parte do Estado brasileiro.

Mais que tudo, este trabalho procura contribuir para a interpretação desse passado, a partir do duo documento e monumento constituído, essencialmente por imagens. "A essência da fotografia consiste em ratificar o que ela representa (...) Toda fotografia é um certificado de presença. Esse certificado é o gene novo que sua invenção introduziu na família das imagens" (Barthes, 1984, p. 129). A presença da expedição de Hamilton Rice trouxe, por si, o signo de modernidades e discursos construídos em torno deste ideário.

> O discurso fotográfico não é neutro, ele é uma construção, mediada pela ideologia de quem produz a imagem e quem a recebe. (...) Uma forma de pensar que envolve, indissociavelmente, relações sígnicas, temporais e espaciais, em que estão implicados o sujeito, o ser e o fazer (Dubois, 1994, p. 60)

Podemos avaliar que existe o olhar do fotógrafo, mas também a seleção das imagens que se tornam o discurso da obra editada. A despeito da crença da fidedignidade do registro fotográfico, a fotografia é resultado de escolhas e seleções.

> De fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedica, à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores. Estes materiais da memória podem apresentar-se sob duas formas principais: os monumentos, herança do passado, e os documentos, escolha do historiador (Le Goff, 1996, p. 535).

Ao buscarmos identificar os imóveis que aparecem nas fotos aéreas, avaliamos que a força da imagem é maior que os seus sentidos intrínsecos. Especialmente as fotos aéreas são usadas e assimiladas sem uma atenção crítica, tornando-se ícones totêmicos de uma cidade. Contudo existem lacunas históricas que merecem ser revisitadas, aprofundadas e problematizadas.

Como discurso de modernidade e progresso, a expedição de Hamilton Rice Jr introduziu elementos técnicos – como o hidroavião, os registros imagéticos –, propôs avanços – como o telégrafo e a ferrovia para a região do vale do rio Branco – e buscou construir uma narrativa civilizatória de tais avanços. Em contraponto, negou os elementos que poderiam ser realmente característicos e formadores de uma identidade cultural e social de Boa Vista, a partir do recorte temporal de um século atrás.

Percebemos que muito se perdeu ou foi negligenciado desde então. A preservação da memória e mesmo dos referenciais imóveis foi, em grande medida, reflexo desse discurso de modernidade que se estabeleceu documentalmente e se consolidou administrativamente, quer pela ação da igreja católica em vários empreendimentos, quer pela criação do município autônomo em 1926.

A escolha do centenário das fotos como marco temporal confere ao trabalho um caráter comemorativo e simbólico, fortalecendo a importância de revisitar o passado para compreender o presente e projetar estratégias mais conscientes para a valorização do patrimônio edificado local. Dessa forma, o texto busca tanto apontar para a necessidade de preencher uma lacuna historiográfica, quanto fomentar uma consciência crítica e patrimonial, do centro histórico de Boa Vista, Roraima.

REFERÊNCIAS

AUMONT, Jacques. **A imagem**. Campinas/SP; Papirus Editora, 1993.

BARBOSA. Reinaldo Imbrózio. **Expedições Naturalistas e Exploratórias na Construção Histórica do Vale do Rio Branco**. MENS AGITAT | HISTÓRIA DA CIÊNCIA 3. Volume 5, Número 1 e 2, 2010, p. 157-164. Disponível em 2010 Barbosa Expede%E7%F5es%20 Naturalistas-Exploratórias.pdf. Acesso em junho 2025.

BARBOSA, Renato Vicente. **A cidade de cem anos**. Monografia de graduação (Arquitetura e Urbanismo). Boa Vista/RR: UFRR, 2025 (orientação Claudia Nascimento).

BARTHES, Roland. **A câmara clara**. Rio de Janeiro/RJ: Nova Fronteira, 1984.

CINEASTA da Selva, O. Direção Aurélio Michiles. Produção Cinematográfica Superfilmes/TV Cultura - Governo do Estado de São Paulo. São Paulo/SP: Riofilme, 1997. (1h26min54s), Arquivo digital, son., color. Português. (documentário).

COUDREAU, Henry-Anatole Coudreau. **Voyage au Rio Branco, aux Montagnes de la Lune, au haut Trombetta**. Rouen: Imprimerie de Espérance Cagniard, 1886.

DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico e outros ensaios**. Campinas/SP: Papirus, 1994.

FERNANDES, Maria Luiza; GOMES FILHO, Gregório Ferreira. **A Expedição de Pedro Teixeira e a "Descoberta" do rio Branco**. Revista Territórios & Fronteiras, Cuiabá/MT, vol. 7, n. 1, abr., 2014, p. 147-164.

FETEC. **Inventário do Patrimônio Cultural de Boa Vista**. Boa Vista/RR: Ióris, 2011.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. **Os Vândalos do Apocalipse e outras histórias**: arte e literatura no Pará dos anos 20. Belém/PA: IAP, 2012. 148p. ISBN: 978-85-89095-58-7

LE GOFF, Jacques. **Documento/Monumento**. In: *História e Memória***.** Campinas/SP: Editora Unicamp, 1994.

MAGALHÃES, Dorval de. **Roraima Informações Históricas**. 4ª ed. Do Autor: Rio de Janeiro/RJ, 1997.

NASCIMENTO, Claudia H. C.; MATTOS, Clara M. de; et al. **Arquitetura histórica do sítio originário de Boa Vista/RR**: levantamento e análise preliminar sobre as técnicas construtivas. In *Anais do ArquiMemória 5: Encontro Internacional sobre preservação do patrimônio edificado*. Salvador/BA: UFBA, 2017.

NO RASTRO do Eldorado. Direção: Silvino Santos. Produção: Silvino Santos. Manaus/AM, 1926. (53min), Arquivo digital, mudo, p&b. (documentário).

OURIQUE, J. **O Valle do Rio Branco**: Estado do Amazonas - Edição Official. Manaus/AM: G. Huebner &. Amaral, 1906.

PINHEIRO, Lafayette. **Relatório apresentado á Intendência Municipal de Bôa Vista do Rio Branco, no Encerramento dos trabalhos da sessão ordinária**

em 15 de Abril pelo Superintendente em exercício Lafayette Pinheiro. Manaus/AM: Papelaria Velho Lino de Lino Aguiar, 1925.

RICE, Hamilton. **Exploração da Guiana Brasileira**. São Paulo/SP: EDUSP, 1978.

STEVENS, Albert W. **Exploring the Valley of the Amazon in a Hidroplane**. The National Geographic Magazine, nº 4, 1926, p. 353-420.

STOCO, Sávio Luís. **No rastro do Rastro**: ensaios sobre o filme No Rastro do Eldorado de Silvino Santos. Dissertação de Mestrado (Artes Visuais). Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de Artes. Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais. Campinas/SP, 2014. Disponível em https://www.repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/937871 . Acesso em julho 2025.

STRADELLI, Ermanno; OURIQUE, Jacques. **Rio Branco**: mappa organisado sobre os melhores trabalhos existentes e notas particulares, por Ermanno Stradelli; desenhado por J. Ourique; copiado por C. Almeida, Local: Dresden, Alemanha: Meinhold & Filhos, 1906. Disponível em artsandculture.google.com/asset/rio-branco-mappa-organisado-sobre-os-melhores-trabalhos-existentes-e-notas-particulares-por-ermanno-stradelli-desenhado-por-j-ourique-copiado-por-c-almeida/OQF9XSlUBgDTUg. Acesso em jul2025.

VERAS, Antônio Tolrino de Rezende. **A produção do espaço urbano de Boa Vista - Roraima**. GEOUSP: espaço e

tempo. São Paulo/SP: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. Disponível em: http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/geousp/Geousp26/177-206-Teses_e_Dissertacoes_Defendidas.pdf. Acesso em: 18 jul. 2025., 2009. 235p.

UTOPIA, PLANO OU DISCURSO? O PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE CARACARAÍ, REGISTROS E REALIDADE

Claudia Helena Campos Nascimento
Giovanna Sousa Guedêlha de Freitas

INTRODUÇÃO

Giulio Carlo Argan, teórico e crítico e historiador das Artes (onde inclui-se a arte de projetar espaços) diz que "utopia é um simulacro de uma sociedade impossível. Ela se gera, como o sonho, da experiência vivida, da renúncia de continuar a vivê-la na dramática tensão da história" (Argan, 2004, p. 9). Esse mesmo homem, que foi também prefeito de Roma, complementa: "é preciso saber se tudo aquilo que houve foi um projeto ou destino, se o homem construiu segundo os próprios desígnios ou se, pensando fazê-lo, fez algo que já estava dito e decido." (Argan, 2004, p. 12).

Estas reflexões são fundamentais para compreendermos o exercício de análise deste texto que busca responder se o plano urbanístico de Caracaraí, datado da década de 1970, se caracteriza como uma utopia, um plano ou mero discurso político de integração.

O artigo se desenvolve a partir da evolução histórica deste lugar para, a partir dele, discutir os aspectos que

o caracterizariam (ou lhe interferiram) no processo de implementação do Plano de Desenvolvimento Urbano de Caracaraí (PDU) desenvolvido pela Fundação João Pinheiro (FJP), buscando avaliar seu devir.

O LUGAR

Caracaraí, atual município ao sul do Estado de Roraima, foi criado em 1955 como segunda sede municipal do Território Federal do Rio Branco. Contudo, sua existência se impõe pela presença das corredeiras do Bem-Querer, obstáculo natural para o fluxo fluvial ao longo do rio Branco, determinando a existência de núcleos humanos na proximidade deste acidente hidrográfico.

Para maior controle colonial, foi estabelecido o processo de aldeamento de descimento indígena. A historiadora Nádia Farage (1986) descreve a existência de aldeamentos[66] na região do vale do rio Branco. Na região onde atualmente se situa a cidade de Caracaraí, em Roraima, às margens do médio Rio Branco habitavam

66 Segundo o Glossário de História Luso-Brasileira do Arquivo Nacional, "*o aldeamento indígena é a realização do projeto colonial de ocupação do território, de reserva de mão de obra e de aculturação dos índios. (...) A ação missionária consistia no deslocamento, também chamado descimento, de índios de seu território para aldeias jesuíticas no litoral, sedentarização dos índios por meio do trabalho agrícola, adoção de "costumes cristãos", dentre os quais o uso da chamada língua geral e o abandono do idioma nativo. Outras ordens religiosas – capuchinhos, carmelitas, franciscanos, mercedários - também se utilizaram dessa prática de subjugação dos índios*".

inicialmente indígenas da etnia Paraviana/Parauana[67] (SILVA, 2007).

> Em 1777, e portanto menos de dois anos após a chegada dos portugueses, Ribeiro de Sampaio pôde registrar cinco aldeamentos na área: N. Sra da Conceição, no rio Uraricoera; São Felipe, no Tacutu; N. Sra do Carmo, no baixo rio Branco e Santa Bárbara e Santa Isabel, também no rio Branco, a pouca distância ao sul do forte São Joaquim. Um sexto aldeamento, Santo Antonio das Almas, não é mencionado por Ribeiro Sampaio, mas os cronistas Alexandre Rodrigues Ferreira e Almeida Serra e Silva Pontes referem-se à sua existência no período anterior a 1780 (Farage, 1986, p. 254).

Desde o século XVIII há o registro cartográfico e documental de Caracaraí, associado à ilha (Figura 1), e a existência de povoação denominada São Felipe/ Phellippe (Figura 2), em referência às cachoeiras que marcam este trecho do rio Branco[68]. A tal marco

67 Segundo o portal Povos Indígenas no Brasil, do Instituto Socioambiental "*Pode-se supor que, brutalmente atingidos pela escravidão e pelo aldeamento empreendidos pelos portugueses no século XVIII, como o foram, os Paraviana cedo hajam se incorporado aos Wapichana. Tal processo parece ter ocorrido lentamente, ao longo do século XIX e início do XX, entre os povos que Schomburgk então considerava "aparentados" aos Wapichana, ou seja, Atorai e Amariba, bem como os Tapicari e Parauana, pois que, nos anos 30 do século XX, o lingüista e missionário beneditino M. Wirth a todos relacionaria como grupos dialetais dentre os Wapichana" (grifos nossos). Segundo o IBGE (1967) os Paravianas eram vulgarmente conhecidos como "Paravilhanas*".

68 Título original da aquarela de Joaquim José Codina (texto manuscrito do documento): "*Prospecto da nova povoação de S. Phelippe, situada na margem occidental, e no príncipio da Cachoeira grande do Rio Branco, na distância de 78 legoas de sua foz*".

se deve à intrafegabilidade do rio Branco a partir das atualmente denominadas Corredeiras do Bem-Querer, ao longo de vinte e quatro quilômetros. Por este motivo, esse marco geográfico foi o responsável pela centralização humana e de atividades econômicas no que se denomina Baixo Rio Branco.

Figura 1: Detalhe do "Plano Geográfico do Rio Branco", de Antônio Pires da Silva Pontes, c. 1780



Fonte: Biblioteca Nacional

Figura 2: "Prospecto da povoação de São Phellipe", de Joaquim José Codina, século XVIII



Fonte: Biblioteca Nacional

> Sob o ponto de vista de sua navegação, que é periódica e não contínua como adiante veremos, podemos assim dividir esse percurso [ao longo do rio Branco]: o Baixo Rio Branco, da foz do Caracaray, no começo do trecho encachoeirado, com 388 kilometros[69]; as Cachoeiras, com 24 kilometros; e o Alto Rio Branco com 172 kilometros, do extremo superior das Cachoeiras até a confluência do Uraricoera e Tacutu (Ourique,1906, p. 7).

Segundo Silva (2007), após o processo de avanço das expedições realizadas na região, bem como a introdução das fazendas de gado que deram origem à capital Boa Vista, foram construídos os primeiros assentamentos não-indígenas na localidade por volta de 1900. Este período de introdução do gado ocorreu por iniciativa de Manuel da Gama Lobo d'Almada, então governador da Capitania de São José do Rio Negro. Contudo, as principais fazendas de produção de gado eram localizadas no entorno do Forte São Joaquim, na região de fronteira. O trajeto das cargas de gado ocorria então via embarcações até o assentamento, localizado na atual cidade de Caracaraí, a partir do qual seguia-se o trajeto via terrestre.

O desenvolvimento da pecuária no alto Rio Branco atraiu investimentos para Caracaraí e sua localidade vizinha: Vista Alegre. Em 1900 se observa o surgimento das primeiras residências, sendo os habitantes os

69 Tendo que uma légua corresponde a 4,82804 km, temos que a medida de Codina (78 léguas) corresponde, com grande aproximação, da conta matemática: 376,59 km.

empregados ou vaqueiros do Cel. Bento Brasil (IBGE, 1967). Em 1964, a população estimada do município era de 3.940 habitantes, sendo no núcleo da cidade de Caracaraí apenas 690, em 150 construções que se distribuíam em uma cidade com cinco ruas e uma praça (IBGE, 1967).

UTOPIA

Partimos tentando desconstruir a utopia, como não-lugar[70], visto estarmos anteriormente descrevendo a existência de um *locus* específico, de características próprias. Portanto podemos aproximar o termo "utopia" aqui utilizado daquela forjada por Thomas Morus (1478-1535) em seu livro *"Libellus vere aureus, nec minus salutaris quam festivus, de optimo rei publicae statu deque nova insula Utopia"*[71], visualizando a próspera Amaurota[72]:

> Quem conhece uma das cidades da ilha de Utopia praticamente conhece todas, tanto são semelhantes entre si, à medida que a geografia local o permite. Dessa forma, descreverei uma, ao acaso, não importa qual. Mas, por que não escolher Amaurota, a mais digna de todas? Sua primazia é reconhecida por todas as demais

70 Do grego: "οὐ" (não) e "τόπος" (lugar).

71 Tradução do título original, em latim: "*Um pequeno livro verdadeiramente dourado, não menos benéfico que entretedor, do melhor estado de uma república e da nova ilha Utopia*".

72 O sentido do termo "Amaurota" é "cidade inexistente".

> cidades, que para lá enviam seus representantes para a reunião anual. Além disso, é a que conheço melhor, por ter lá vivido durante cinco anos (Morus, 2004, p. 51).

Desta forma, nossa Amaurota, ou melhor, Caracaraí foi sendo consolidada a partir de intencionalidades de desenvolvimento em um lugar em que as condições da natureza do rio são determinantes para a organização espacial e para a criação de um estado de bem-estar social. Estes princípios são fundamentos utilizados na produção das cidades modernas e contemporâneas, assim como Thomas Morus é parte fundamental dos estudos de urbanismo.

Portanto não é de se espantar que a proposição de desenvolvimento e modernização na Amazônia do período entre as décadas de 1960 e 1980 seja eivado de utopias que visavam soluções tanto genéricas quanto funcionais, como é a prática dos modernos. Soma-se a isto o desejo ditatorial de modelar um ideário nacionalista, o que é próprio destes contextos. O movimento moderno no Brasil ganhou força no período Vargas, associado a contextos de identidade e preservação dos valores nacionais, em grande esforço de associar a imagem desta modernização com o de progresso nacional, visto que "o que importa não é apenas compatibilizar o que é moderno e o que é nacional. Importa mais apresentar o moderno como necessariamente nacional" (Moraes, 1988, p. 221).

O arquiteto carioca Sergio Bernardes (1919-2002) desenvolveu grandes planos e projetos para o Brasil

(Figura 3). Denominado pejorativamente como utópico, defendeu suas proposições afirmando que suas ideias eram eutopias[73], visto que "utopia seria pensar que tal plano será realizado amanhã ou daqui a um século. Realismo é saber que ele pode ser feito" (Bernardes, 1965, p. 43).

Figura 3: Projeto Brasil: Modelo Hidráulico e Rotatórias Nacionais, de Sergio Bernardes e Laboratório de Investigações Conceituais (LIC), década de 1970

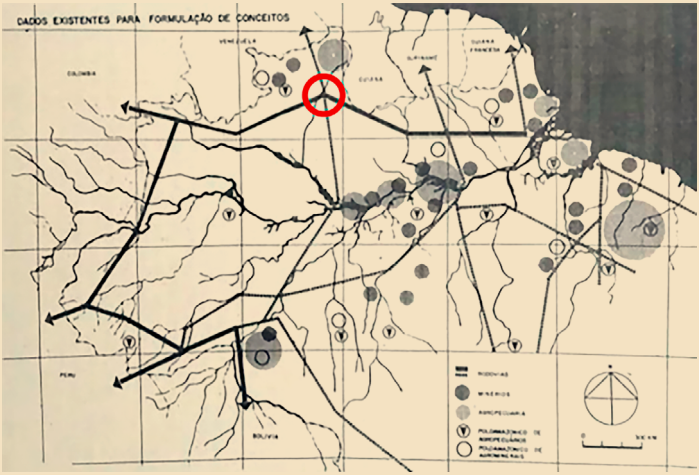


73 Ao contrário do sentido de não-lugar, referente à "utopia", Bernardes acreditava na "eutopia" como pensamento realizável ou, no sentido literal, local onde se desenvolve um modo de vida ideal.



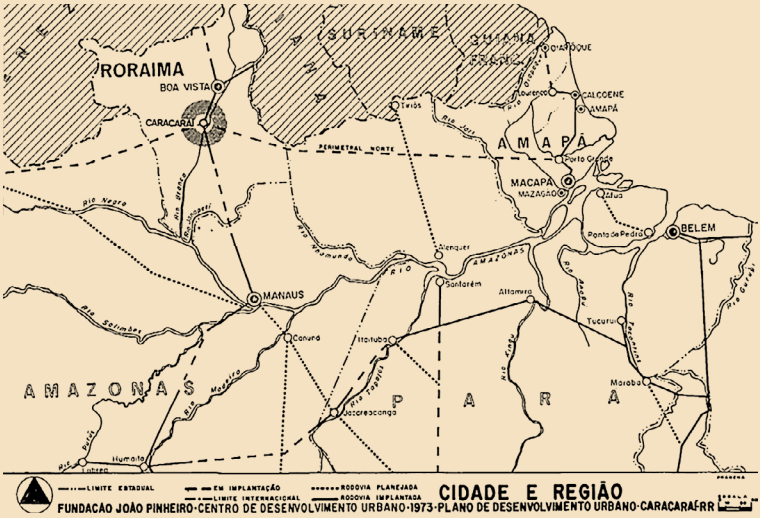
Fonte: Projeto Memória Bernardes

Figura 4: Mapa de conceitos gerais do Modelo Hidráulico



Fonte: LIC-SBA, 1977, p. 33, grifo do autor

Figura 5: Mapa de localização da cidade de Caracaraí



Fonte: Fundação João Pinheiro, 1973

Percebemos indubitável semelhança entre o mapa de dados para formulação de conceitos na publicação do LIC (Figura 4) e o utilizado para caracterização e localização da cidade e da região, utilizado no PDU desenvolvido pela Fundação João Pinheiro (FJP) para Caracaraí (Figura 5), o que nos conduz à conclusão de que tanto o PDU quanto as ditas utopias bernardianas[74] partiam das mesmas fontes de dados para o desenvolvimento de propostas.

74 Não nos aprofundaremos na produção deste arquiteto ou de sua instância de pesquisa, o Laboratório de Investigações Conceituais (LIC), associado ao escritório do arquiteto, apenas apresentaremos as interseções de sua produção com Caracaraí.

PLANOS

Percebemos que há sinergia entre utopia e execução prática de planos institucionais para a Amazônia, sob discursos de ocupação e civilização no sentido da integração e desenvolvimento econômico.

> No I PDA (1972-1974) o espaço amazônico possuía como conceito de desenvolvimento para a região a integração da Amazônia através da ocupação do território. O II PDA (1975-1979), que se articula nacionalmente com o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) e em escala local com o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZONIA), com o princípio do modelo de desenvolvimento a partir de polos de crescimento econômico e de base de exportação (Nascimento *et al*, 2023, p. 8).

Esses macro-planos para a região amazônica consolidaram a ideia de "Brasil profundo" forjado por Euclides da Cunha, que se opõe à porção denominada como o Brasil institucionalizado e civilizado. Contudo, "a Amazônia selvagem sempre teve o dom de impressionar a civilização distante" (Cunha, 1975, p. 32). A despeito da perspectiva dos valores desse Brasil profundo, impressionante e rico, não é valorada sua potencialidade, mas como território a ser integrado no contexto de uma plano nacional. Fernando Ramos Pereira, Governador do Território de Roraima afirma que "a programação de ação do Governo, cujas metas estão definidas no trinômio ocupar para desenvolver,

e finalmente integrar" (Pereira *In* Senado Federal, 1975, p. 88).

Grande sinal de modernização em Roraima, o Plano Urbanístico de Boa Vista, fundamentou a crença no novo e no progresso. Contudo, várias vicissitudes não permitiam à capital do Território Federal de Roraima os avanços que outras cidades na Amazônia - como Manaus, Belém, Porto Velho - tiveram. O principal deles seria o isolamento físico, visto que a única via real (o rio Branco) não apresentava navegabilidade por todo o ano. As rodovias existentes eram precárias e em pequenos trechos ligando a capital do Território, tendo as corredeiras do rio Branco em Caracaraí como obstáculo natural na ligação com Manaus.

Desta forma as rodovias passaram a ser tratadas como fundamentais dentro do cenário do I PDA, que visava a integração do espaço amazônico através de rodovias, para o desenvolvimento da região. O Ministério do Interior (MINTER) irá estabelecer programa para o desenvolvimento urbano de várias cidades, contratados através dos governos territoriais, com o desenvolvimento do CDU-FJP e intervenção do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERPHAU). Como ações do MINTER para este campo de planejamento os Planos Metropolitanos de Desenvolvimento Integrado, Planos Microrregionais de Desenvolvimento Integrado e os Planos para os Territórios Federais, especialmente os Planos de Desenvolvimento Urbano.

A FJP desenvolveu o "Programa de Desenvolvimento Institucional do Território Federal de Roraima" (1972), o "Plano de Desenvolvimento Urbano de Boa Vista" (1973), "Plano de Desenvolvimento Urbano de Caracaraí" (1974), o "Diagnóstico preliminar do sistema institucional de saúde" para os Territórios Federais de Roraima, Amapá e Rondônia e Planos de Desenvolvimento Urbano para Porto Grande/AP, Macapá/AP, Santana/AP, Calçoene/AP, Mazagão/AP, Vila Rondônia/RO e Porto Velho/RO.

Para o Território Federal de Roraima, o Plano de Desenvolvimento Urbano para Caracaraí se fundamenta em um planejamento urbano baseado em um grande volume de dados de caracterização local. O impacto da construção da rodovia Perimetral Norte é o primeiro item de análise, visto que o núcleo urbano antecede à construção da rodovia (diferentemente de cidades que surgiram a partir da construção de rodovias, como a Transamazônica), assim como a inexistência de programas de colonização (como estratégia de ocupação). Assim, "pode-se presumir que as transformações deverão ocorrer mais lentamente e que, se por um lado isto pode representar um crescimento menos acelerado, por outro representa a menor necessidade de sistemas de controle" (FJP, 1973, p. 20). Sobre o aspecto da cidade de Caracaraí antes da intervenção urbana (Figuras 5 e 6) a FJP descreve que "os edifícios novos e as construções, também não determinam direções do crescimento da cidade, pois as áreas vagas no seu interior comportam o incipiente aumento populacional atual" (FJP, 1973, p. 64).

Figura 5: Detalhe de ortofoto, década de 1960



Fonte: Acervo Luis Mário Severo Ávila

Figura 6: Avenida Doutor Zani, década de 1970

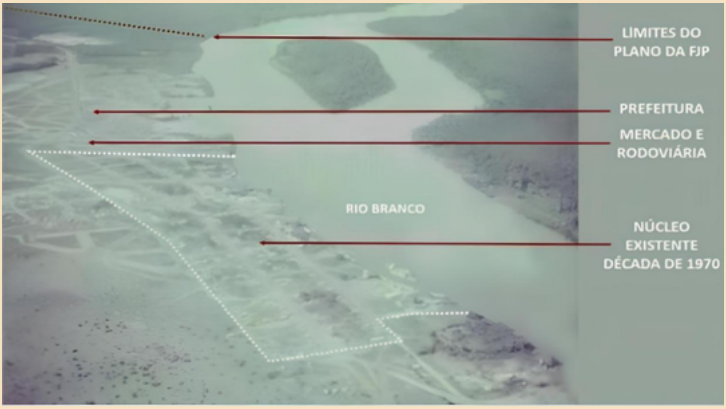


Fonte: Acervo Luis Mário Severo Ávila

> Sua situação privilegiada, tanto em relação ao Rio - que oferece razoáveis condições de navegabilidade até seus atracadouros - quanto em relação ao futuro entroncamento rodoviário, formado pela BR-174 e Perimetral Norte, faz com que Caracaraí se torne um importante entroncamento hidro-rodoviário, com grande vocação para tornar-se o entreposto comercial da Região. O atual núcleo é constituído basicamente por uma via de acesso, a Rua Dr. Zani, e um conjunto de transversais e paralelas, que apenas sugerem uma estrutura urbana. Não existe tratamento diferenciado entre as diversas ruas, a não ser a Dr. Zani, que desenvolve-se paralelamente ao Rio, e se caracteriza como principal via da cidade (FJP, 1973, p. 62).

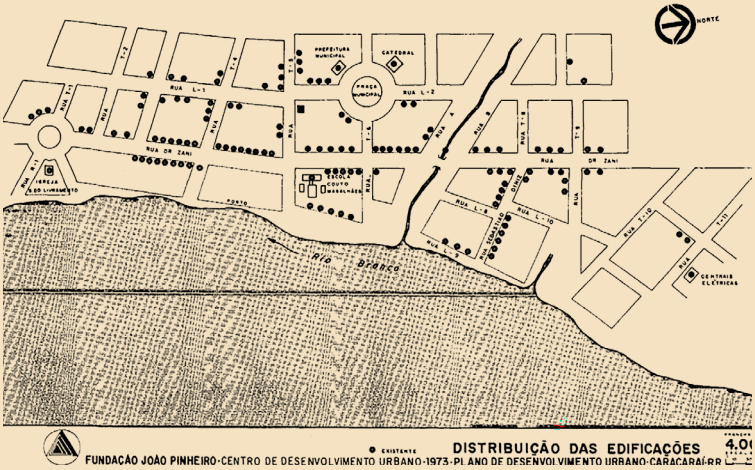
O plano apresentado pela FJP, considerou a estrutura pregressa da cidade de Caracaraí (Figura 7), incorporando desenho urbano regular (Figura 8) e excluindo o fluxo rodoviário do traçado da cidade.

Figura 7 - Vista aérea de Caracaraí, final da década de 1970



Fonte: Nascimento et al, 2023

Figura 8: Levantamento de caracterização da cidade de Caracaraí



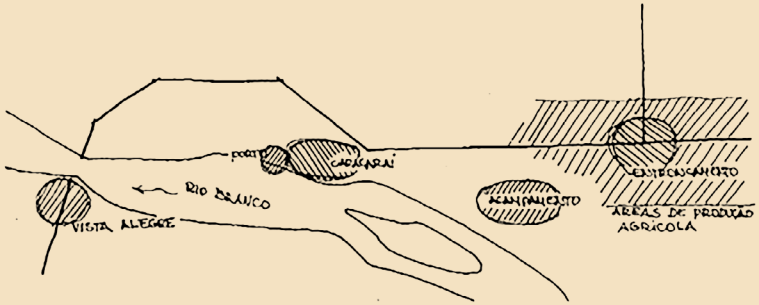
Fonte: Fundação João Pinheiro, 1973

A proposta da FJP induzia o fluxo rodoviário como um anel viário á parte da malha urbana da cidade de Caracaraí, nucleada, como descreve Fernando Ramos Pereira em linhas gerais, como modelo de desenvolvimento proposto para Roraima.

> A ocupação será executada de três formas: a primeira, à margem das rodovias BR-174 e BR-401 - Perimetral Norte; a segunda, através de colônias agrícolas, e a terceira em áreas - programas. À margem dos eixos rodoviários das BR-174 e BR-401, **nós iremos fazer a ocupação de forma nucleada; jamais deveremos permitir a ocupação ao longo da estrada da BR, de forma linear**. E é nosso propósito, antes mesmo que a estrada seja aberta ao tráfego Caracaraí-Manaus, e, mais em cima, aqui na altura da Perimetral Norte, também **um posto de triagem**, em que o homem será encaminhado para o local devido,

> ao núcleo que for reservado (Pereira, *In* Senado Federal, 1975, p. 107, grifo nosso).

Figura 9: Princípios norteadores do PDU



Fonte: Fundação João Pinheiro, 1973

Percebemos uma intencionalidade congruente entre a proposta da FJP (Figura 9) e o discurso do Território Federal do Roraima, Fernando Ramos Pereira, para Caracaraí, voltado à criação de núcleos urbanos autônomos, tendo esta localização como ponto estratégico para a determinação da ocupação. O modelo de ocupação deveria fugir de ser instalado ao longo da rodovia e, à exceção de Vista Alegre, que já se configurava como vila de passagem, as outras áreas a serem implantadas estavam previstas para seguir o discurso de Ramos Pereira.

DISCURSOS

Enquanto Euclides da Cunha discorre sobre os sertões amazônicos com potenciais intrínsecos, Getúlio Vargas, em seu "Discurso do Rio Amazonas"

de 1943, considera que o progresso da região deveria estar condicionado à sua conquista civilizatória.

> Com elementos de tamanha valia, não mais perdidos na floresta, mas concentrados e metodicamente localizados, será possível, por certo, retomar a cruzada desbravadora e **vencer, pouco a pouco, o grande inimigo do progresso amazonense, que é o espaço imenso e despovoado** (Vargas, 1943, p. 4, grifo nosso).

Portanto percebemos que vai sendo forjado o ideário de uma região vazia de homens, potencialmente aguardando o progresso e a modernização para que possa ser, enfim aos olhos institucionais, valorada e devidamente explorada, com a remodelação sobre ideários modernos[75].

> Nada nos deterá nesta arrancada que é, no século vinte, a mais alta tarefa do homem civilizado: — **conquistar e dominar os vales das grandes torrentes equatoriais, transformando a sua fôrça cega e a sua fertilidade extraordinária em energia disciplinada**. O Amazonas, sob o impulso fecundo da nossa vontade e do nosso trabalho, deixará de ser, afinal, um simples capítulo da história da terra e, equiparado aos outros grandes rios, tornar-se-á um capítulo da história da civilização. (...) Ao homem moderno, está interdita a contemplação, o esforço sem finalidade. E a nós, povo jovem, **impõe-se a enorme responsabilidade de civilizar e povoar**

75 Não desenvolveremos neste texto a congruência entre o movimento moderno e a vinculação a ideários totalitários, mas é necessário o registro.

> **milhões de quilômetros quadrados**. Aqui, na extremidade setentrional do território pátrio, sentindo essa riqueza potencial imensa, que atrai cobiças e desperta apetites de absorpção, cresce a impressão dessa responsabilidade a que não é possível fugir nem iludir (Vargas, 1943, p. 5-6, grifos nossos).

A latência do Discurso do Rio Amazonas e o esforço local das elites econômicas e políticas amazônicas, especialmente ligadas à economia da borracha, continuaria ecoando por décadas. Entre os marcos iniciáticos podemos indicar a cessão de milhares de quilômetros quadrados para o projeto industrial autossuficiente de produção de borracha para Henry Ford, iniciado na década de 1920, às margens do rio Tapajós, e extinto em 1945. A criação do Banco da Borracha[76] e, posteriormente da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA)[77], em 1953, criam instrumentos de gestão do desenvolvimento da região.

Com a ascensão militar à gestão federal, o ideário desenvolvimentista passa a ser centralizado, quase exclusivamente nas instâncias de poder. Podemos afirmar que o ideário desenvolvimentista vai sendo

76 O Banco da Borracha foi fundado na década de 1940, passando a se denominar Banco de Crédito da Amazônia S/A (década de 1950) e, posteriormente, Banco da Amazônia S/A (a partir da década de 1960).

77 Em 1966 foi criada a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em substituição à SPVEA, com abrangência em toda a Amazônia Legal (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, além de parte oriental do Maranhão) e com atuação para além da economia do látex.

ensaiado até a implantação do I PDA, que passa a predeterminar o que, onde e de que forma o progresso aportaria na Amazônia. Associada à imprensa de massa, a imagem de Amazônia a ser conquistada, como espaço desocupado de uma natureza intocada. O engenheiro Hugo de Almeida, Superintendente da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) vai afirmar em reunião de trabalho da Comissão de Assuntos Regionais, em 1975 que:

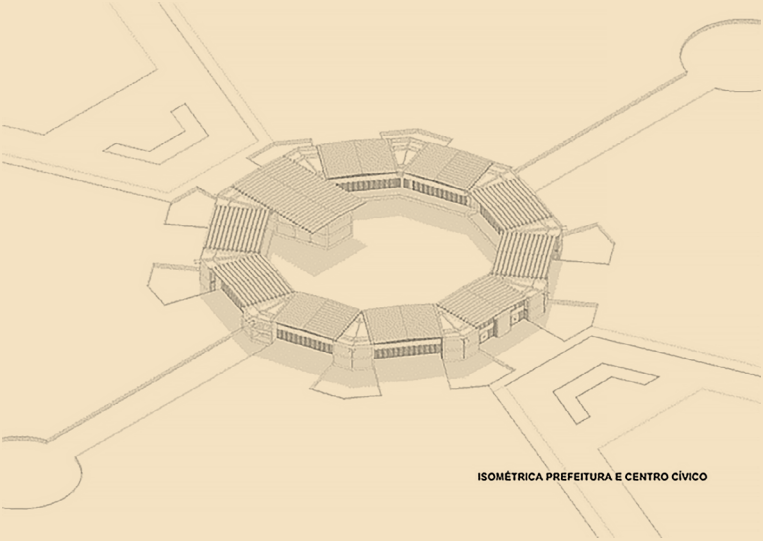
> Mas o que me passa a preocupar com tudo isso é que **nós criamos um tabu de que a Amazônia deve ficar intocável. Não.** A Amazônia, e eu mostrava a V. EXª Senador Cattete Pinheiro aquele audiovisual que se baseava na premissa de que essa região não deve ficar intocável. **Os Srs. já pensaram o que seria do Brasil sem a Amazônia? A Amazônia tem que dar a sua contribuição ao Brasil, como todas as outras regiões têm dado.** E ainda muito mais, porque ela não é mais uma região problema. Ela é a solução para os grandes problemas nacionais, desde que nós usemos aquilo que nós já conhecemos. É verdade, e eu digo sempre, na Amazônia nós devemos entrar de joelhos, porque ainda é pouco; com humildade que se deve ter, porque não é melhor nem pior, é diferente. Mas com os conhecimentos que já se tem sobre a Amazônia, já se pode trabalhar lá sem a preocupação de haver depredação (Almeida *In* Senado Federal, 1975, p. 88).

Esse projeto de desenvolvimento do governo central vai ser inserido em Caracaraí em diálogo entre os discursos e as utopias construídas.

IMPLANTAÇÃO DO PROJETO EM CARACARAÍ

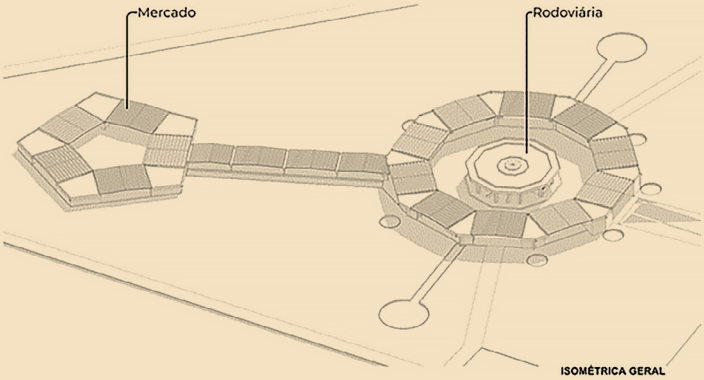
O PDU da FJP possui, como já visto, muita congruência com os planos de Sergio Bernardes e do LIC (Nascimento, 2022). Entre outras a valorização do cruzamento de fluxos como definidor de instalação de rótulas urbanas do Projeto Brasil, sendo o rio Branco e as rodovias projetadas e em execução, e a valorização da área do porto, como enclave urbano funcional (Nascimento *et al*, 2018). Foi também deste arquiteto os projetos do Centro Cívico, Prefeitura (Figura 10), Mercado e Rodoviária de Caracaraí (Figura 11).

Figura 10: Perspectiva isométrica do edifício da Prefeitura e Centro Cívico



Fonte: Freitas, 2025

Figura 11: Perspectiva isométrica do do Mercado e Rodoviária



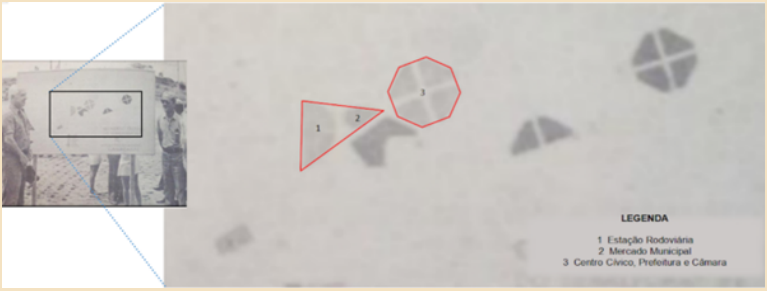
Fonte: Freitas, 2025

A estratégia de implantação da primeira fase do PDU seguia a lógica do próprio planejamento proposto. A primeira fase corresponde à implantação do sistema viário, e das estratégias a seguir:

> Entre os diversos equipamentos que podem contribuir para a consolidação das estrutura proposta, indicamos como prioritários aqueles que a cidade mais carece, aqueles que podem criar exemplos de melhores padrões construtivos e aqueles que têm maiores condições de induzir o desenvolvimento, são eles: algumas residências modelo, um hotel, um centro esportivo, um **mercado com páteo para feiras livres, centro cívico composto de: prefeitura, forum, câmara**, banco, correio e telefônica, um matadouro, um posto policial, um cinema, **uma pequena estação rodoviária**, pelo menos uma nova unidade escolar" (FJP, 1973, p. 129 e 131, grifos nossos).

Observamos que entre os equipamentos urbanos propostos para a implantação da primeira fase do plano, houve atenção clara para a conformação do *urban core*[78] sendo estes equipamentos previstos e considerados como prioritários (Souza, 2017; FJP, 1973) sendo, inclusive, objeto de registro da imprensa, com a presença do governador, Fernando Ramos Pereira (Figura 12).

Figura 12: Apresentação da primeira fase: em destaque Rodoviária, Mercado e Centro Cívico

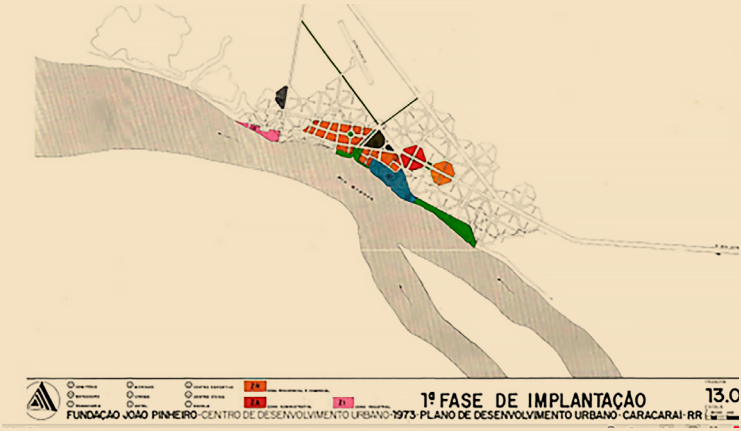


Fonte: Jornal Boa Vista, 1974, adaptado

> De bordo do monomotor, o governador de Roraima, contemplativo, com olhos que sabem ver o amanhã, mede todas as perspectivas, identifica a locação de cada um de seus projetos: o **Centro Cívico**, a Escola, o **Mercado, a estação Rodoviária**, o conjunto residencial (Jornal Boa Vista, 1974, *apud*. Souza, 2017, p. 51, grifos nossos).

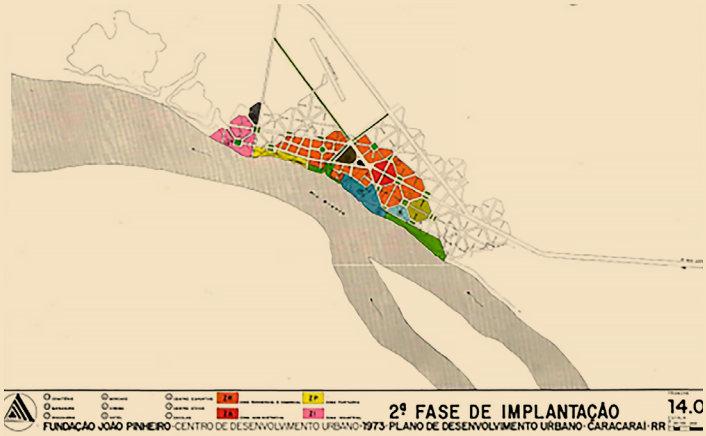
78 *Urban Core* é um termo de origem inglesa que significa "coração da cidade", aquilo que é mais essencial na dinâmica urbana. Na teoria urbana, significa o centro, o ponto focal de uma cidade, onde se concentram as principais atividades para a gestão da cidade como tal, de forma significativa para sua existência. Comumente o centro das cidades reflete a existência de grande atividade comercial, visto que se trata de um processo de concentração e sobreposição de atividades.

Figura 13: Primeira fase de implantação do PDU



Fonte: Fundação João Pinheiro, 1973

Figura 14: Segunda fase de implantação do PDU



Fonte: Fundação João Pinheiro, 1973.

A despeito da vocação histórica de Caracaraí e de sua função estratégica, o porto — novo e remodelado — não fazia parte da primeira etapa de implementação do PDU (Figura 13), apenas com previsão de instalação

de canteiro de obras. A implantação efetiva faria parte da segunda fase de implantação (Figura 14). Contudo em 1978 já estava com seus armazéns e cais flutuante em fase final de construção (Figura 15).

Figura 15: Aspecto da construção dos armazéns e cais flutuante, 1978



Fonte: IBGE. Foto Hernondino Chagas

> O Porto é considerado elemento de grande poder de atração de atividades urbanas, sobretudo aquelas de estocagem, pequena indústria, comércio e residência. (...) Em relação a ele, consideram-se, dois momentos diferentes: o de instalação, canteiro e obras do porto e o porto em pleno funcionamento (FJP, 1973, p. 78).

Efetivamente a malha urbana [1] foi implantada parcialmente, o Centro Cívico e Prefeitura [5] foram construídos, assim como a escola [3] e o banco [2]. Contudo o Mercado e a Rodoviária [4] não foram edificados (Figura 16).

Figura 16: Vista aérea do Centro Cívico em 1979

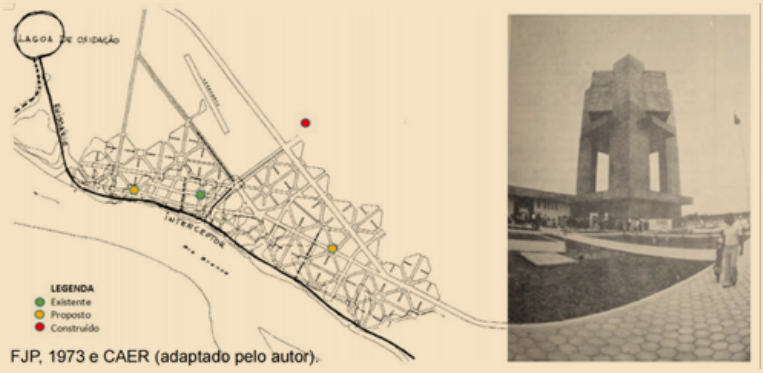


Fonte: Jornal Boa Vista (adaptado)

Outras alterações do plano proposto pela FJP, menos evidentes por se tratarem de infraestruturas de abastecimento de água (Figura 17), sofreram alterações substanciais, como a criação de um reservatório único, de autoria do arquiteto Severiano Mário Vieira Porto (1930-2020), de caráter monumental, em vez de

vários, propostos em menor cubagem e distribuídos internamente na malha urbana.

Figura 17: Vista aérea do Centro Cívico em 1979



Fonte: FJP, 1973 e CAER (adaptado pelo autor)

Essa alteração, contudo, promoveu a ocupação (em princípio da infraestrutura de abastecimento) para além do núcleo inicialmente pensado, promovendo vetor de ocupação ao longo da rodovia BR-174, o que não era o desejo nem do governador nem dos planejadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retornamos a citar Giulio Carlo Argan, a partir de outra obra, para conduzir as reflexões finais: “a cidade não se funda, se forma” (Argan, 2005, p. 234). Portanto passamos a entender que vários fatores determinam as cidades - mesmo as planejadas - em seus próprios desígnios ou desenhos, se formando de acordo com a maleabilidade das matérias e força dos agentes.

Este trabalho não busca ser taxativo quanto aos possíveis fatores que induziram às mudanças, contudo a conjunção de utopias, planos e discursos se articula com a posição de se avaliar se o resultado foi, enfim, projeto ou destino (Argan, 2004). Se Caracaraí foi determinada pelo plano de desenvolvimento do período ditatorial ou se o seu desígnio — de cidade-porto do rio Branco, de estar à margem dos fluxos — a remodelou modernamente e, "pensando em fazê-lo, fez algo que já estava dito e decidido" (Argan, 2004, p. 12), reforçando sua longa história de ocupação.

Fato é que a não construção da rodoviária e mercado — que, em conjunto com o Centro Cívico consolidaria o *urban core* como proposto — provocou o surgimento de outra cidade. Como os fluxos de mercadorias e pessoas para Caracaraí se fizeram dependentes das margens da rodovia e do rio Branco, a cidade de Caracaraí não se formou a partir de sua estruturação urbana projetada. O modelo de cidade amazônica, que se estabelece ao longo das rodovias, que os discursos, planos e utopias desejavam construir de outra forma, não aconteceu como previsto.

Aspectos inerentes à história da arquitetura moderna brasileira inserem Sergio Bernardes, a partir da década de 1970, como proscrito (Nascimento & Vidal, 2021). Neste momento ascende o "arquiteto da floresta", Severiano Porto, que já vinha desenvolvendo projetos em Roraima desde 1969 (Rocha *et all*, 2019). Restou ao arquiteto, que acreditava que a utopia poderia ser realizada, não ver sua obra sendo edificada como conjunto.

A moderna Caracaraí foi planejada para um crescimento e desenvolvimento importante para a região, contudo, efetivamente, ficou sendo um núcleo não integrado, passando ao longo das décadas seguintes por um processo de perda de protagonismo econômico na região ao sul de Roraima. Como segundo município do Território, com altos investimentos em infraestrutura, posição privilegiada para potencializar sua vocação de polo regional, em algum momento, decisões alteraram os projetos, e a cidade não teve o destino de desenvolvimento almejado.

REFERÊNCIAS

ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como História da Cidade**. Martins Fontes, 2005.

ARGAN, Giulio Carlo. **Projeto e Destino**. São Paulo/SP: Editora Ática, 2004.

BERNARDES, Sergio. **Rio do Futuro**. Revista Manchete. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 17 de abril de 1965. Edição Especial, nº 678.

CUNHA, Euclides da. **À margem da História**. São Paulo/SP: Editora Cultrix, 1975.

FARAGE, Nadia. **As muralhas dos sertões**: os povos indígenas no rio Branco e a colonização. 1986. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Campinas-SP, Universidade Estadual de Campinas, 1986.

FJP. **Plano de Desenvolvimento Urbano de Caracarai-RR**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1974, 213f.. Disponível em <http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/verDocumento.php?iCodigo=49232&codUsuario=0.> Acesso em 04 jun.2025.

FREITAS, Giovanna Souza Guedêlha. **Sergio Bernardes na Amazônia?** Investigação de autoria e redesenho da Prefeitura de Caracaraí. Trabalho de Conclusão de Curso (Arquitetura e Urbanismo). Boa Vista/RR, Universidade Federal de Roraima, 2025

IBGE. **Coleção de monografias**: Caracaraí. Série B, no. 125. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico da Fundação IBGE, 1967.

LIC-SBA. **Bônus Patrimoniais/Capitalização do Solo Urbano**. Rio de Janeiro/RJ: Laboratório de Investigações Conceituais/Sergio Bernardes Associados, 1977.

MORAES, Eduardo Jardim de. **Modernismo Revisitado**. Estudos Históricos, FGV,Rio de Janelro, voI. 1, n. 2, 1988. p. 220-238. Disponível em https://periodicos.fgv.br/reh/article/view /2165/1304 Acesso em set.2025.

MORUS, Thomas. **Utopia**. Brasília: Editora Universidade de Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2004.

NASCIMENTO, Claudia Helena Campos. **Sergio Bernardes, um Carioca na Amazônia**: Utopias e Projetos (1968-1983). Desafios - Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins, [S. l.], v. 9, n. Especial, 2022. DOI: 10.20873/uftv9DAU-13935. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/

periodicos/index.php/desafios/article/view/13935.> Acesso em: 6 jul. 2025.

_____; FREITAS, Paulo Ricardo Carvalho de; LINS, Judson Wojtila de Rolim. **Os modernistas em Roraima, Sergio Bernardes e Caracaraí**: A cidade-porto. In: Anais do XV Seminário Docomomo Brasil: Arquitetura e urbanismo e a reconstrução do Estado e da sociedade.. Anais...São Carlos(SP) IAU e FAU - Universidade de São Paulo, 2023. Disponível em: <https//www.even3.com.br/anais/xv-seminario-docomomo-brasil-2023/658151-OS-MODERNISTAS-EM-RORAIMA-SERGIO-BERNARDES-E-CARACARAI--A-CIDADE-PORTO.> Acesso em: 13 jul. 2025

_____; RAMALHO, Paulina Onofre; FURO, Arleisson Fernan Pedreira; OLIVEIRA, Leonardo Rocha. **Caracaraí e o olhar de Sergio Bernardes sobre Roraima**. Revista Amazônia Moderna, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 84–105, 2018. DOI: 10.20873/am2018_4b. Disponível em: https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/amazoniamoderna/article/view/6208.> Acesso em: 30 jun. 2025.

_____; VIDAL, Celma Chaves Pont. **Entrelinhas Impressas**: Amazônia de Sergio Bernardes em magazines e jornais.. In: Anais do 7º Seminário Ibero-americano Arquitetura e Documentação. Anais...Belo Horizonte(MG) ON LINE, 7, 2021. Disponível em: https//www.even3.com.br/anais/arqedoc2021/396679-ENTRELINHAS-IMPRESSAS--AMAZONIA-DE-SERGIO-BERNARDES-EM-MAGAZINES-E-JORNAIS. Acesso em: 06/07/2025.

OURIQUE, J. **O Valle do Rio Branco**: Estado do Amazonas - Edição Official. Manaus: G. Huebner &. Amaral, 1906.

PROJETO MEMÓRIA. **Sergio Bernardes** (Home Page). Disponível em https://www.bernardesarq.com.br/projeto-memoria/ Acesso em Acesso em: 13 jul. 2025.

ROCHA, Rayele Silva da; NASCIMENTO, Claudia Helena Campos; MELO, Neiliany Beatriz Neubert de. **Arquitetura Moderna em Roraima**: Obras de Severiano Mário Porto. Revista Amazônia Moderna, Palmas, v.4, n.1, p. 78-101, abr.-set. 2019.

SENADO FEDERAL, Comissão de Assuntos Regionais do . **O II PND e os programas de desenvolvimento regional do Amazonas e de Roraima**: Estudos e Debates III. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1975.

SILVA, Paulo Rogério de Freitas. **Dinâmica territorial urbana em Roraima - Brasil**. 2007. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001586355.> Acesso em: 13 jul. 2025.

SILVA, Talita. **Dinâmica Urbana de Caracaraí**: uma pequena cidade da Amazônia Setentrional. Dissertação de mestrado. Boa Vista (RR): UFRR, 2018.

SOUZA, Graciléia Santana Olívio. **A história da formação territorial de Caracaraí (1904 a 2013)**. Trabalho de Conclusão de Curso. Caracaraí (RR): UERR, 2017.

VARGAS, Getúlio Dorneles. **Discurso do Rio Amazonas**: Pronunciado pelo Exmo. Sr. Dr. Getúlio Dorneles Vargas, digno Presidente da República, em 10 de Outubro de 1940. Belém: Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré, 1943.

PARTE II:

INSURGÊNCIAS, MEMÓRIA E CLASSES SOCIAIS

REVOLUÇÃO CHINESA NO BRASIL – OS DESDOBRAMENTOS E INTERPRETAÇÕES NO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO A PARTIR DO JORNAL VOZ OPERÁRIA (1949 – 1969)

Fernanda de Sousa Nascimento

O presente trabalho pretende compreender como o Partido Comunista Brasileiro (PCB) enxergou o desenvolvimento da relação entre a China e a União Soviética ao longo da Revolução Chinesa (1911 – 1949).

O problema de pesquisa pode ser definido como a investigação sobre se o discurso do PCB a respeito da Revolução Chinesa era uma interpretação original ou uma reprodução das posições oficiais estalinistas. Como segunda questão de pesquisa, busca-se compreender como a ruptura entre os modelos chinês e soviético de comunismo e o conflito sino-soviético (1969) foram analisados pelo periódico *Voz Operária* do PCB.

Durante o período de Ditadura Militar no Brasil, o PCB se empenhou em divulgar as ideias comunistas e socialistas por meio de periódicos, sendo muitos os que foram fechados. Para a pesquisa desse período, o jornal *Voz Operária*, especificamente a edição do Rio de Janeiro, será utilizado como fonte para a análise do discurso e interpretação da Revolução Chinesa. Até o

período analisado, esse periódico era um veículo oficial da direção do partido.

Na primeira parte do capítulo procurarei contextualizar, de forma introdutória a civilização chinesa e sua organização política, bem como as tragédias advindas da colonização da China.

A segunda parte visa inserir o leitor nos conflitos e tensões que estavam ocorrendo nas China a partir da década de 1850. Analisar a formação do Partido Comunista Chinês e a ascensão política de Mao Tsé-tung.

A terceira e última parte irá abordar de forma resumida o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e as fontes da pesquisa, o periódico *Voz Operária,* assim como analisar alguns trechos do periódico.

ANTES DA REVOLUÇÃO

A CIVILIZAÇÃO CHINESA ANTES DA COLONIZAÇÃO

De acordo com Pureza (2024, p. 33), desde sua unificação até meados do século XIX a sociedade chinesa considerava que o local onde habitavam era o centro do mundo, por isso o chamavam de "Reino do Meio". Esse entendimento de *si* como *centro* é similar com o que ocorreu (e ainda ocorre) com outras civilizações.

O sistema de governo do Reino do Meio era gerido pelo Mandato Celestial, na qual o Imperador era entendido como um ser que tinha o auxílio divino para comandar o império. Desse modo, quando as

colheitas iam bem significava que o governador estava agradando aos deuses; mas, quando houve catástrofes ambientais que deixavam a sociedade em crise, esse governador tinha seu mandato ameaçado.

Hobsbawm (2012) denomina como "ciclos" os processos de ascensão e derrubada de dinastias. Para ele as revoluções, revoltas advindas do banditismo social, sociedades secretas e organizações populares era um sinal esperado e percebido pelos chineses como marcador do fim de uma dinastia.

O Reino do Meio foi governado por muitas dinastias, uma das mais longas foi a Qing, cuja linhagem era originária da Manchúria. O Imperador *manchu* iniciou o seu governo após derrotar a dinastia Ming, a partir de 1644. Os Ming (1358-1644), da etnia *han* – a maior de toda a China até hoje – mantinham uma política isolacionista, o que dificultou a expansão comercial e militar, mesmo que essa fosse de interesse de alguns setores imperiais. Quando conquistou a capital Pequim, o Imperador Taizong expandiu os territórios da antiga dinastia, assim a antiga China aumentou suas províncias.

A transição das dinastias enfrentou uma barreira étnica para se manter no poder. Como os Qing eram um grupo aristocrático de etnia *manchu*, da região norte da China, muitos dos chineses *han* viam os manchus como bárbaros incapazes de governar o Reino do Meio. Devido esse conflito étnico, houve revoltas pró-Ming, que foram suprimidas pelas forças imperiais.

Os Qing, além de expandir os territórios, também abriram o comércio, extinguindo a política isolacionista dos Ming. Mesmo com o firme controle do império sobre esse comércio, os mercadores chineses ganharam autorização para expandir seus negócios no fim do século XVII.

No ano 1685 o Imperador Kangxi permitiu o funcionamento do comércio marítimo, assim a rede comercial se expandiu por boa parte do Pacífico. O foco nesse período era a prata das Filipinas espanholas. A prata que enriqueceu os cofres chineses foi a mesma prata arrancada da América Espanhola. A prata era a moeda de troca que pagava as mercadorias chinesas, a seda e a porcelana, os "produtos manufaturados com altíssima demanda na Europa" (PUREZA, 2024, p. 34).

Estima-se que no período entre 1500 e 1800, um quinto de toda a prata do planeta estava circulando no mercado chinês. Tal acúmulo de prata fez com que o Reino do Meio se tornasse a maior potência econômica do período. Mas toda essa riqueza não livrou a China do avanço colonialista de outras potências.

O COMÉRCIO BLINDADO E O ÓPIO COMO ESTRATÉGIA COMERCIAL

A política de protecionismo dos Qing possibilitou que o comércio chinês conseguisse manter uma barreira contra os mercadores europeus que queriam adentrar a Ásia. A suserania chinesa foi um dos fatores que possibilitou seu sucesso comercial. Os produtos

que vinham das Américas chegavam à China por meio de reinos e povos vassalos, não havendo contato direto com os europeus.

O avanço de potências colonizadoras, como Holanda e Portugal, que tentaram se estabelecer em Taiwan e Macau respectivamente, fracassou ante a política Qing. Como em outras invasões, os jesuítas também foram à China para fazer a diplomacia entre as partes, mas também não obtiveram sucesso, quase sendo expulsos em 1715.

Quando não foi mais possível manter essa barreira contra os mercadores europeus – pois também havia interesse em setores internos que houvesse essa abertura – o império designou áreas específicas para que os estrangeiros montassem seu comércio. Todo o comércio entre nações era restrito ao porto de Cantão, assim o Imperador e seus administradores teriam o controle dessa aproximação.

O sistema de Cantão garantia às guildas de comerciantes chineses o controle e monopólio sobre o comércio com os estrangeiros. Nos anos 1760 essas guildas formaram uma cooperativa, chamada Cohong, que blindava ainda mais o comércio chinês. Essa unificação dos comerciantes chineses foi problemática para a Inglaterra e sua Companhia das Índias Orientais, que na metade do século XVIII já não conseguia mais manter uma relação amigável com o governo chinês. Os mercadores britânicos se sentiam lesados por essa política, o que demandava o envio de diplomatas à Pequim.

Mesmo com a apropriação do algodão indiano, a Companhia não conseguia equilibrar a balança comercial utilizando a indústria têxtil, pois a demanda chinesa por tecidos era consideravelmente menor do que a necessidade britânica pelos produtos manufaturados da China.

Com a Independência dos Estados Unidos no fim do século XVIII e a escassez de prata, a Companhia das Índias intimou a Coroa para que se abrisse o comércio com a China, para além do Sistema de Cantão. Foi então que mais uma vez a diplomacia britânica fracassou, o Imperador Qianlong recusou uma embaixada inglesa na capital e reafirmou o Sistema de Cantão. Para completar essa derrota, o Imperador comunicou para o rei George III que "seu império não tinha nenhuma necessidade de produtos exportados pelos britânicos e que o Reino do Meio era completamente autossuficiente" (PUREZA, 2024, p. 36).

Foi então que, a partir dessa necessidade de prata e de inverter a balança comercial, que os britânicos investiram no ópio como estratégia comercial. Essa tática funcionou e em trinta anos a China começou a gastar mais prata do que acumular (POMAR, 2003; PUREZA, 2024).

De acordo com Hobsbawm (2012) o mercado inglês cresceu 260% entre 1850 e 1870, pois mesmo com a resistência do país comprador, a Inglaterra forçava a comercialização de seus produtos. A quantidade de ópio traficado para a China dobrou e o preço triplicou.

Na China, o ópio estava proibido desde 1799 devido aos males que causavam à população. Mas a Companhia seguiu o tráfico, tornando o comércio no porto de Cantão lucrativo. A fiscalização nessa área ficou fragilizada devido à Revolução da Lótus Branca entre 1794 e 1804. No século XIX, companhias estadunidenses e francesas também buscavam estabelecer redes de tráfico de ópio no interior da China.

Diante da entrada do ópio nos mercados chineses, a corte de Pequim tomou medidas para barrar o comércio ilegal, estabelecendo penas para os comerciantes e a criminalização as guildas Cohong que facilitaram o tráfico. Mas com a rápida difusão do ópio, essa tentativa de combater a entrada da mercadoria fracassou. Em 1813 a Companhia das Índias perde o monopólio, pois outras companhias menores passam a disputar o comércio ilegal.

Em 1839, Pequim envia o vice-rei Lin Zexu para combater o tráfico de ópio. Este enviou uma carta para a rainha Vitória exigindo que o comércio da droga fosse interrompido. Como não houve resposta, Lin Zexu agiu duramente, invadiu navios estrangeiros, incinerando e jogando ao mar as toneladas de ópio, toda a navegação no Rio Pérola foi suspensa.

O ESTOPIM DA GUERRA E A DECADÊNCIA DA ECONOMIA CHINESA

Pomar (2003) e Pureza (2024) apontam o incidente onde dois britânicos mataram um jovem chinês, como o estopim para a guerra que desestabilizou a China

economicamente. Em resposta ao assassinato, Lin Zexu cortou o abastecimento de suprimentos e água para todos os ingleses que residiam na China. Tal ação fez com que os mercadores pedissem ajuda à Coroa, e em outubro de 1839, as marinhas da Inglaterra e China se enfrentaram ao redor de Cantão, no que depois foi chamado de a Primeira Guerra do Ópio. Nesse conflito, a tecnologia bélica da Inglaterra – dos canhões de proa e do navio à vapor – foi esmagadora contra os chineses. Em pouco mais de um ano a marinha britânica já havia assegurado o domínio de Cantão e seus arredores.

A partir da derrota na Guerra do Ópio, a China sofreu com imposições que anularam o protecionismo que dificultava o acesso dos mercadores britânicos ao comércio chinês. Foi exigido a ilha de Hong Kong para que se tornasse o polo comercial da Inglaterra na China. Em 1842 foi assinado o Tratado de Nanquim, que evidenciava a desigualdade comercial imposta e a coerção marítima como diplomacia.

Em 1844, os EUA, que também disputava o acesso ao mercado chinês, impôs o Tratado de Wanghia, que alterou a carga tributária entre as partes. Nesse mesmo ano a França também firmou um tratado desigual, o Tratado de Whampoa, que dava aos franceses vantagens comerciais e obrigava a abertura das fronteiras para a entrada de missionárias cristãs, sob pena de invasões militares. Em 1854, a Inglaterra pediu a revisão do tratado, incluindo cláusulas como: "a legalização irrestrita do ópio, a regulamentação do tráfico de pessoas (os *coolies*) e a implementação

de uma embaixada britânica na capital"[79] (PUREZA, 2024, p. 38).

No ano de 1856, mais um incidente diplomático com a Inglaterra prejudicou a China, um navio britânico acusado de pirataria foi o estopim de um novo conflito. No mesmo ano a cidade de Cantão foi conquistada pela união militar entre ingleses e estadunidenses. Assim iniciou-se a Segunda Guerra do Ópio, bem como mais uma série de assaltos à China.

No momento em que a Inglaterra fica ocupada com a Revolta dos Cipaios na Índia em 1857, a França declara guerra aos Qing pela execução de um missionário. O Império Russo, aproveita-se da situação e envia representantes militares à Hong Kong para negociar uma abertura para comercialização com a China.

No mesmo ano o governante da província de Guangdong, onde fica Cantão, foi preso e levado para Calcutá, morrendo no ano seguinte. Tendo perdido o controle de Cantão, os chineses se submetem ao Tratado de Tientsin que dava direitos comerciais à franceses, ingleses, estadunidenses e russos, permitindo que esses instalassem representações diplomáticas em Pequim e tivessem livre acesso aos portos e o direito de navegar no rio Yang-Tsé.

A corte chinesa resistiu as imposições estrangeiras, defendendo os arredores da capital. Contudo, após uma série de massacres cotra os chineses, em 1860 as forças das superpotências invadiu, saqueou e queimou

79 Não irei me aprofundar na questão dos *coolies* neste artigo, mas é possível encontrar mais informações em (PUREZA, 2024, p. 39).

o Palácio de Verão, que ficava dentro do complexo Cidade Proibida, onde o Imperador e a corte viviam. Devido as derrotas, os Qing estabeleceram a Convenção de Pequim, que além de confirmar o Tratado de Tientsin, davam direitos civis e de propriedade a todos os cristãos na China, cederam a península de Kowloon aos ingleses e legalizou o tráfico intermarítimo de pessoas e ópio.

Para a surpresa dos chineses, os estrangeiros não estavam interessados no Mandato Celestial. O que as potências invasoras queriam e conseguiram era derrubar as defesas do Reino do Meio para se apropriar da riqueza do mercado chinês, inserindo a Ásia na lógica capitalista do século XIX.

REVOLUÇÃO CHINESA

ANTECEDENTES DA REVOLUÇÃO, AS REBELIÕES

Após um golpe de Estado, a Imperatriz Viúva Cixi assumiu como regente e se manteve no poder de 1861 a 1908. Nesse contexto o governo tinha duas preocupações, a expansão da presença estrangeira na China e as revoltas camponesas.

Para lidar com a invasão colonial, a imperatriz passou a favorecer aqueles da corte que eram simpatizantes da "Restauração Tongzhi", movimento que incentivava os chineses a "aprender com os estrangeiros", estabelecendo melhores relações

diplomáticas, promovendo a reforma do sistema de governo, diplomacia e comércio, além de alinhar as tecnologias e aspectos culturais com as perspectivas ocidentais (PUREZA, 2024, p. 41).

Mas as rebeliões eram uma questão mais preocupante que a anterior. Em 1850 iniciou-se a Rebelião de Taiping no sul da China, um movimento de caráter messiânico sob o comando de Hong Xiuquan, que se dizia o irmão mais novo de Jesus Cristo. Ele e seus seguidores se propunham a construir Taiping – o Reino dos Céus na Terra. Com o enfraquecimento do império, os rebeldes angariaram muitos camponeses e camponesas, prometiam terras e trabalho para todos, assim como promoviam o fim da propriedade privada onde passavam. A revolta só foi contida em 1864. De acordo com Hobsbawm (2012) essa revolução liderada por "um profeta obcecado, talvez psicopata, e líder messiânico", teria sido a maior revolução do século XIX nos países não europeus[80].

A Imperatriz comprou armamentos e a tecnologia estrangeira para conter a revolta, o que endividou ainda mais a China. Com a escassez de prata após o declínio da balança comercial, o governo não conseguiu continuar as obras públicas no campo. Assim, canais, diques e represas foram abandonados, reduzindo a produção agrícola do país. Os homens eram obrigados a se alistarem para combater os estrangeiros, os impostos subiram. Fome e doenças

80 A análise da Rebelião Taiping é aprofundada por Hobsbawm em "A era do Capital".

endêmicas passaram a fazer parte da realidade rural, o que desencadeava mais rebeliões. A realidade do país foi decadente a partir da invasão estrangeira, e o campo sofreu e se revoltou com isso.

Enquanto a Rebelião Taiping avançava no Sul, a Rebelião Nian se manifestava nas zonas rurais do Norte desde 1853, suprimida apenas em 1868. De 1853 a 1877, a Rebelião Panthay, em Yunnan, no Oeste, rebeldes muçulmanos liderados por Du Wenxiu, burocrata da etnia *hui* que se converteu ao Islã, pretendiam derrubar a dinastia Qing porque a considerava corrupta e responsável pela perseguição dos muçulmanos chineses.

Na década de 1870 a fome se alastrou pelo nordeste da china. Sem que o governo tivesse reservas para suprir as necessidades da população, entre 9,5 e 13 milhões de pessoas morreram. Apenas em 1879 as chuvas voltaram e o governo pode ajudar.

Havia uma disputa para saber quem era o responsável por tamanha miséria na China. De um lado os missionários estrangeiros colocavam a culpa na corrupção do governo; de outro, os governantes culpavam as imposições estrangeiras que enfraqueceram a capacidade da China ajudar sua população.

A GUERRA CONTRA OS ESTRANGEIROS

A partir da compra de armas estrangeiras, o Exército Imperial se tornou uma força moderna e ocidentalizada, sendo chamado de Beiyang. Essa aquisição da tecnologia bélica é, para Hobsbawm

(2012) um paradoxo, pois burocratas e estudiosos que atuavam no governo viam os produtos não-chineses como bárbaros, mas ainda assim se viam dependentes das armas estrangeiras.

Mesmo com o novo armamento e a disciplina, o Exército Beiyang não era páreo para a diplomacia armada das potências, que garantiam mais portos e territórios chineses. Os ingleses e franceses entraram em guerra contra a China em 1884 para assegurar o controle da Indochina. Norte-americanos, alemães, japoneses, russos também adentravam os territórios chineses, transformando-o em um "melão em fatias". Em 1894 e 1895 a perda da Guerra Sino-japonesa fez com que a China perdesse a ilha de Formosa (Taiwan). Em 1897 os alemães passaram a controlar o porto de Qingdao, ao norte.

Nesse contexto de humilhações, em 1899 surge mais uma revolta camponesa na China, a Rebelião dos Boxes. O que motivou esse levante foi o sentimento antiestrangeiro, esse movimento não visava a deposição do Mandato Celestial o que fez com que ganhasse simpatia da corte e da Imperatriz Cixi. Os *boxers* eram apenas um dos grupos rebeldes da época, eles atuavam no treinamento de milícias camponesas em diversas regiões. Sua atuação criou uma forma de protonacionalismo chinês.

No ano 1901 a rebelião foi derrotada pela Aliança das Oito Nações, onde os franceses, holandeses, japoneses, russos, alemães, austro-húngaros, estadunidenses e italianos se uniram para suprimir

o movimento e impor mais sanções à China. Para evitar novos confrontos, a Aliança financiou o Exército Beiyang para que durante dez anos subjugasse todo e qualquer movimento de caráter revolucionário.

Os últimos anos de Cixi como Imperatriz foram marcados pelo isolamento e rendição às potências estrangeiras. No fim buscou passar a imagem de uma aliança entre a China e o Ocidente.

A REPÚBLICA

Conforme Pureza (2024), após a morte de Cixi e de seu sucessor a discussão sobre as reformas sociais se reacenderam na China. O sentimento antimanchu promovido pelos *han* e o protonacionalismo *boxer* se tornaram as bases ideológicas para os grupos reformistas e revolucionários.

No ano 1905, o líder político Sun Yat-sem unificou a oposição na aliança Tongmenghui. Tal aliança iniciou apenas com os intelectuais e políticos exilados, mas rapidamente se difundiu para outros setores da sociedade, como os militares e uma parte da elite. Seu discurso nacionalista se encaminhou para uma proposta constitucionalista. Nos anos seguintes revoltosos conquistaram cidades e declararam um governo autônomo.

Os Qing já haviam perdido o controle do país quando em 1º de janeiro de 1912 os representantes das províncias rebeldes decretaram a fundação da

República da China, acabando com a política milenar do Mandato Celestial, o Reino do Meio se torna um Estado nação e no mês seguinte os Qing renunciam.

Sun Yat-sem assumiu a liderança e estabeleceu Nanquim como local para o governo provisório. E em comum acordo foi estabelecido como presidente provisório o general Yuan Shikai sob o compromisso de convocar uma Assembleia Constituinte. Sun Yat-sen articulou com os grupos da Tongmenhui a criação do Partido Nacionalista Chinês, o Kuomintang, pelo qual foi eleito Song Jiaoren como primeiro-ministro.

Essa aliança entre militares e nacionalistas acaba quando no ano seguinte Shikai ordena o assassinato de Jiaoren e faz diversos empréstimos com bancos estrangeiros sem consultar o Parlamento. Os aliados de Shikai exigem que a restrição ao voto feminino e o estabelecimento do voto censitário estivessem na Constituição, o que revoltou os setores radicais do Kuominang.

Os nacionalistas que ameaçavam iniciar um levante foram suprimidos pelo Exército Beiyang, que estava novamente unificado sob o comando do presidente Shikai. Com Sun Yat-sen em exílio, o Parlamento foi obrigado a reeleger Shikai. Os nacionalistas tiveram seus mandatos cassados e o Parlamento foi dissolvido, assim o general governou de forma autoritária.

No contexto da Primeira Guerra Mundial, Shikai é isolado pelos nacionalistas que sabotam ferrovias e fábricas. Em uma tentativa de se assegurar no poder, em 1915 ele se autodeclara imperador, “restaurando”

o Reino do Meio. Mas os oficiais Beiyang se opõem abandonam Shikai, que diante da oposição abdica do trono em 1916, falecendo algumas semanas depois.

Esses mesmo oficiais e comandantes Beiyang se refugiam nas províncias e iniciam governos próprios, controlando as atividades econômicas: o comércio de ópio, armas, *coolies* e prostitutas. Esses são os Senhores da Guerra.

O país se dividiu, de um lado os sucessores de Yuan Shikai que não conseguiam unificar o país e de outro, os nacionalistas que tentavam findar em Cantão as bases para um novo governo. Com o fim da primeira guerra os acordos de Shikai com os japoneses vieram à tona, no qual a China havia se tornado colônia japonesa.

A Conferência de Versalhes em 1919 revelou o caráter desses acordos com o Japão, o que desencadeou as revoltas dos estudantes. O movimento antijaponês incorporou outras pautas, tais como o feminismo, nacionalismo republicano, anarquismo e o socialismo. É nesse momento que Mao Tsé-tung se aproxima das ideias que o tornariam o líder do Partido Comunista Chinês.

O PARTIDO COMUNISTA CHINÊS (PCCH) E KUOMINTANG EM GUERRA

A partir desse contexto, em 1919, surge o Partido Comunista Chinês (PCCh), fundado pelos intelectuais LiDazhao, Chan Duxiu e Zhou Enlai. Assim que foi criado o PCCh precisou lidar com a diretriz enviada por Moscou: se aliar ao Kuomintang, que era o partido anti-

imperialista da China. Essa aproximação foi pensada por Sun Yat-sen como uma forma de aproximar-se da União Soviética (URSS) que estava se restaurando a fim de fortalecer o partido nacionalista (POMAR, 2003; PUREZA, 2024).

No ano de 1923 Sun Yat-sen enviou o tenente Chiang Kai-shek para treinar com as forças da URSS e fundar o Exército Revolucionário Chinês. Com a união dos dois partidos, já em 1924 parte do sudeste da China estava sob controle do Kuomintang. No ano seguinte Sun Yat-sen morre, deixando o partido sem uma liderança.

De acordo com os autores Pomar (2003) e Pureza (2024), nesse momento duas ideias surgem dentro do partido: os setores mais à esquerda queriam aprofundar a aliança com o PCCh afim de ganhar vantagens militares; os setores à direita pensavam que a maior abertura aos comunistas diminuiria o apoio das elites. Ainda em 1925 Chiang Kai-shek, com o aval de Josef Stalin afastou os setores à esquerda.

Os comunistas ganharam apoio da cidade de Xangai, que desde a invasão estrangeira foi dominada pela França, Inglaterra e EUA, se tornando a capital do ópio na China. De 1925 a 1926, com a liderança do PCCh, centenas de greves foram realizadas e, apesar de combatidas pelos estrangeiros e crime organizado, a cidade começou a ser chamada de "Xangai Vermelha". Temendo o avanço do PCCh, Chiang Kai-shek fez uma aliança com o crime organizado decretou lei marcial, os comunistas foram caçados, o Partido foi proibido,

a aliança entre os dois se encerra, muitos dos líderes comunistas fogem para o campo. Esse evento ficou conhecido como "Traição de Xangai" (POMAR, 2003; PUREZA, 2024).

Apesar das divergências entre comunistas e nacionalistas, havia um consenso de que os senhores da guerra eram um atraso para a China. Enquanto o Kuomintang buscava unificar o país, os senhores da guerra disputavam territórios entre si. Um dos mais famosos, Zhang Zuolin, um antigo bandido aliado dos japoneses incorporado como oficial Beiyang avançou com o exército de sua província independente para Pequim. Ele representava o último obstáculo para a reunificação chinesa. Os nacionalistas com o apoio das potências imperialistas (após a "Traição de Xangai") conseguiu derrotar Zhang Zuolin (POMAR, 2003; PUREZA, 2024).

Agora que estava consolidado com a conquista de Pequim, o Kuomintang incentivava a perseguição dos comunistas. Essa repressão deu origem à Grande Marcha em 1934, na qual milhares de comunistas seguiram em marcha sobre pântanos, deserto e montanhas sob o comando de Mao Tsé-tung. Pomar (2024) utiliza a expressão "aura heroica" para descrever como, a partir dessa saga, Mao passou a ser visto pelos chineses aliados. A partir desse momento ele se torna o inconteste dos militantes comunistas.

O PCB E O GOLPE MILITAR

A pauta comunista se intensificou no Brasil na década de 1920, inspirada pela Revolução Russa. Assim como na China, o movimento brasileiro teve a "percepção do imperialismo norte-americano como uma força consciente, externa, monolítica, trabalhando para deter o desenvolvimento econômico do Brasil" (Reis Filho, 2002, p. 80).

Mas assim como outras linhas de pensamento político, o comunismo apresentava divergências. Esses conflitos são analisados por Daniel Arão Reis Filho em "Entre reforma e revolução – a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964".

As principais linhas políticas divergentes eram a "retórica catastrófica" e a linha Nacional Estatista. A primeira, influenciada pela Revolução Chinesa, Guerra Fria e Guerra da Coréia tinha uma visão mais radical e imediatista, com uma postura mais ofensiva. Já a segunda, buscava uma reforma mais gradual, com um estudo aprofundado da realidade brasileira, valorizando o papel do Estado no desenvolvimento do país.

O debate intenso e público entre as duas linhas motivou a intervenção de Luís Carlos Prestes, que enviou uma "carta-rolha" para refrear as discussões. Nessa carta, ele estabeleceu os limites para o debate: não atacar a URSS e o PCUS, não atacar a doutrina de Marx e não

atacar o PCB e seus princípios. O objetivo da repreensão era unificar o partido, mas isso não aconteceu.

O PCB sob a liderança de Prestes optou pela linha mais moderada, com base no nacional-estatismo. Essa decisão desagradou as alas mais radicais e em 1962, durante período de legalização dos Partidos esse grupo se separou do PCB e fundou o Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

Reis Filho (2002) descreve o cenário favorável à revolução, tanto no contexto brasileiro, com as Ligas Camponesas e a luta pela reforma agrária "na lei ou na marra", quanto no internacional, com a Revolução Cubana socialista, a Revolução Argelina, a ascensão do Maoísmo em oposição à URSS.

Nesse momento "parecera tão ao alcance da mão a possibilidade de um governo nacionalista democrático, previsto pelas teses do PCB, capaz de promover transformações substanciais, revolucionárias, na sociedade brasileira" (Reis Filho, 2002, p. 91). Mas o Partido subestimou a reação da direita brasileira. O PCB não se preparou para um confronto com as ideias contrárias ao comunismo e foi pego desprevenido pelo golpe civil e militar de 1964. De acordo com o autor essa foi a maior derrota do partido comunista, todo o projeto político elaborado ao longo dos anos foi derrubado.

CHINA E RÚSSIA NO VOZ OPERÁRIA

O Jornal *Voz Operária*, fundado em fevereiro de 1949 pelo PCD circulou regularmente até fevereiro de 1950, quando foi fechado pelo Partido. Voltou a circular clandestinamente entre 1964 e 1975, nos anos 1980 teve alguns números publicados ("Voz Operária", [S.d.]).

O jornal, nesse contexto de repressão política, era a forma pela qual os comunistas e mais especificamente o PCB difundiam suas teorias revolucionárias e compartilhavam inspirações de movimentos mundo a fora. A análise do periódico nos permite compreender como a Revolução Chinesa chegou ao Brasil e se tornou uma influência para os militantes.

Desde sua primeira publicação até o nº 57, que é dedicada à Revolução Chinesa, a China é mencionada em 36 edições. Boa parte dos comentários sobre a China se passam em "Nos quatro cantos do mundo", uma pequena coluna que entregava ao leitor um panorama sobre a evolução da luta socialista nos países de fora da América Latina (VOZ OPERÁRIA, 1949 – 1950).

Nessa amostragem de menções à luta chinesa, apenas alguns artigos são assinados, esses são: "O sanguinário e o pacifico" por Dalcídio Jurandir; "Coisas da China" por Graciliano Ramos; "Teatro chinês na guerra de libertação nacional" por Mana Budinova; "A Ditadura da Democracia Popular na China" por Máo Tsé-Tung; "A contribuição do povo chinês para a paz mundial" por Pedro Pomar; "Programa comum

da República Popular da China" por Mao Tsé-Tung; "Lenin, Stalin e os Povos Coloniais" por A. Perevertailo; "Uma nova etapa na luta anti-imperialista" por Jacob Gorender (VOZ OPERÁRIA, 1949 – 1950).

Em "Aliança histórica entre a URSS e a China" e "A U.R.S.S. ajuda na pratica o progresso econômico da China" é comemorada como uma grande vitória para o socialismo o acordo de colaboração entre as duas potências comunistas. Também é enfatizado como essa união é o início de uma revolução que colocará fim ao imperialismo norte-americano, o grande vilão a ser derrotado pelos militantes de todo o mundo (VOZ OPERÁRIA, 1949 – 1950).

O *Voz Operária* (1949-1950) traz em suas páginas os exemplos das lutas comunistas e socialistas como exemplos a serem seguidos pelos leitores. Cada passo dos exércitos chineses em direção a retomada dos territórios dominados pelo imperialismo é noticiado. Os nº 52 – 56 se dedicam a anunciar a Edição Especial sobre a China, que aparece no nº 57 em 24 de junho de 1950. Essa edição aborda o histórico da Revolução Chinesa, os avanços dos exércitos de libertação, a progressão da vitória dos comunistas sobre o Kuomintang e sobre os imperialistas.

Na edição especial sobre a Revolução Chinesa é possível encontrar artigos feitos pelos líderes e militantes chineses, incluindo o líder do PCCh, Mao Tsé-Tung. A edição apresenta críticas aos países imperialistas, principalmente contra os Estados

Unidos, assim como exalta a união entre a China e a União Soviética, como se vê no trecho a seguir

> Acaba de se verificar um acontecimento que abalou o mundo. Foi um raio que caiu sobre as cabeças dos imperialistas, que aterrorizou Harry Truman e Dean Acheson o que mais uma vez fez ranger até em seus fundamentos e já tão empenhado sistema imperialista.
> Esse acontecimento foi a assinatura do Tratado de Amizade, Aliança e Assistência Mútua entre a República Popular da China e a União Soviética - acontecimento que inaugurou uma nova era na história das relações internacionais entre estas e outras nações (VOZ OPERÁRIA, nº 57, 1950, p. 2).

O texto mantém o tom acalorado e com certa ironia. Essa era uma forma de difundir, de maneira simples, a possibilidade latente de conquistar no Brasil os ideais comunistas. O artigo não deixa de mencionar os "dias negros", quando a Rússia avançou sobre os territórios chineses, mas insere as afirmações proferidas por Lenin na época da Rebelião dos Boxers, para demonstrar a afinidade entre as partes

> «O povo da China, nunca, em nenhuma circunstância foi [...]-russo. Como os russos, ele também sofre a opressão de um governo do tipo asiático que arranca impostos e tributos dos camponeses famintos, suprime pela fôrna todas as suas tentativas de lutar pela liberdade; ele sofre também a opressão do capitalismo - que já penetrou na China».
> Condenando a opressão do governo Tsarista, Lenin observou: «A política do governo [...] na

> China é uma política criminosa». Lenin concitou os trabalhadores a «combater com toda sua energia aqueles que desviam a atenção do povo laborioso de seu inimigo real,» criando uma dissenção entre os dois povos». (A Guerra Chinesa).
> A Revolução de 1911 inspirou no proletariado russo simpatia e admiração ilimitada pelo povo chinês. No II. ° Congresso do Partido Bolchevique em janeiro de 1912, foi adotada uma resolução chinesa, na qual [...] indicava que «a luta revolucionária na China permitirá à Ásia conquistar a libertação, destruindo assim o jogo da burguesia europeia». Ela afirmava ainda mais que «o proletariado russo vê cheio de empatia e com [...] entusiasmo as vitórias do revolucionário povo chinês e denuncia a conduta dos liberais russos apoiando a política agressiva do [...]»
> Naquela época, Lenin [...] o povo chinês como «um grande povo». Disse [...] «Esse grande povo não somente lamenta seu longo período de servidão, não somente sonha com a liberdade e a igualdade, mas é ainda capaz de lutar contra os velhos opressores China» (VOZ OPERÁRIA, 1950, p. 2).

Ao longo do jornal é possível analisar como as falas e ideias de Lênin sobre a Revolução Chinesa são replicadas. Esse trecho acima evidencia a intensão do líder russo de recriar o imaginário da relação entre os países. Para isso a história de conflito entre Rússia e China não é apagada (como geralmente se faz), mas invocada e colocada sob crítica. Houve conflito, houve invasão, mas isso não impede que esses dois povos deem as mãos para criar uma aliança comunista.

Outro artigo analisado foi "As Forças Revolucionárias do Mundo Inteiro Unem-se Para Lutar Contra o Imperialismo", escrito por Mao Tsé-Tung, presidente do PCCh e presidente da República Popular da China, no ano de 1950. Nos trechos selecionados vemos a participação da URSS no cenário da revolução.

Nesse artigo é possível perceber como a Rússia foi de fato uma inspiração para o líder chinês, "O Partido Comunista da China edificou-se e desenvolveu-se seguindo o exemplo do Partido Comunista (bolchevique) da U.R.S.S". Para Mao, a única forma de organizar a classe operária e as massas para enfrentar o "imperialismo e seus lacaios" era a criação um partido revolucionário. Mas era necessário um "de um tipo novo, de que o partido de Lenin e Stalin continham o modelo" para que sob a luz das ideias "invencíveis de Marx, Engels, Lenin e Stalin" se faria a revolução.

Mao também aborda a vitória dos comunistas contra os fascistas na Segunda Guerra Mundial, pois representava assim como a Revolução de Outubro, "para os povos oprimidos do mundo inteiro amplas possibilidades e meios efetivos para sua libertação". Para Mao, no lugar dos fascistas os EUA e seus aliados estavam preparando uma nova guerra mundial. O PCCh trabalha na formação das bases para que as massas adentrem na luta contra o avanço do imperialismo dos EUA.

Mao não esquece o sentimento de vingança contra o Kuomintang de Chiang Kai-shek

> Batendo-se com abnegação contra a agressão desencadeada pelo imperialismo americano, contra o govêrno reacionário do Kuomintang que vendeu a Pátria e traiu os interesses do povo, os trabalhadores da China obtiveram grandes vitórias. [...]
> A camarilha dos bandidos de Chiang Kai-Shek no Kuomintang traiu a política de Sun Yat-Sen: passou-se para o lado da contra-revolução imperialista, contra o seu próprio povo, contra seu pai encontra o movimento democrático mundial. Mas não está distante o dia em que todas as forças reacionárias do Kuomintang serão definitivamente aniquiladas pelo povo chinês. O povo chinês é valente e corajoso, o Partido Comunista da China é um partido valente e corajoso e libertarão para sempre a China das cadeias do imperialismo (VOZ OPERÁRIA, 1950, p. 3).

A luta contra o imperialismo e contra Chiang Kai-shek estão entrelaçadas, fazem parte dos objetivos do Partido Comunista Chinês. Esse sentimento de vingança contra os traidores está tão presente nessa edição do jornal como a exaltação dos heróis da Revolução.

MAO, O SANGUINÁRIO

A Revolução Chinesa e o líder Mao Tsé-tung foram apresentados ao Ocidente com uma conotação propositalmente negativa. Ainda hoje existe uma imaginário de Mao como um homem sanguinário, que causou a morte de milhões de chineses.

Essa narrativa foi criticada pelo *Voz Operária* na edição de 6 de junho de 1949. O posicionamento do jornal se deu em resposta às falas do católico Tristão de Ataíde, que adjetivou o líder chinês como "sanguinário" e o presidente dos EUA, Truman, como "pacífico".

> Com esse pensamento pensa o sr. Ataíde educar a nossa juventude, guiar os jovens católicos. Estes precisamente não podem estar muito enganados quanto ao «pacifismo» de Truman e quanto ao «sanguinarismo» de Mao Tse Tung; os próprios telegramas contam que a onda sanguinária na China reflue, com efeito, à proporção que a onda da paz avança com os exércitos populares (JURANDIR, 1949, p. 2).

Como evidenciado pelo autor, a mortalidade na China estava em declínio, muito por conta dos exércitos populares que seguiam à risca os ensinamentos de Mao acerca de como tratar a população (Figura 2).

Figura 2: Manual do Exército Chinês de Libertação



Fonte: VOZ OPERÁRIA, 1950, p. 14

O Exército de Libertação seguia os seguintes princípios, descritos e ilustrados na figura acima: 1. Quando falar com o povo seja cortês; 2. Pague sempre o justo preço pelo que pagar; 3. Restitua tudo o que tomar emprestado; 4. Se quebrar alguma coisa indenize-a; 5. Seja sempre carinhoso com o povo; 6. Não arruíne colheitas passando sobre as plantações; 7. Respeite as mulheres e a maternidade; 8. Não maltrate os prisioneiros. E evidente a diferença na atuação dos Exércitos de Libertação frente aos demais, tanto os do Kuomintang, quanto os ocidentais.

Mas, retornando ao sanguinaríssimo de Mao, Jurandir (1949) ironiza

> O «sanguinário» Mao retira de cima do povo as forças do Chiang, os fusis da matança pública, as cadeias que era incendiadas com os prisioneiros dentro. o "sanguinário» Mao liberta milhões de mulheres que eram vendidas, servas de generais, concubinas de generais, mercadorias de generais. O "sanguinário» Mao viu sua primeira esposa fusilada por Chiang. O "sanguinário» Mao não manda entrar em Changai para vingar indiscriminadamente as execuções feitas em praça pública, cujas fotografias foram distribuídas pelo mundo. Foi o "sanguinário» Mao quem mandou atirar bombas atômicas em Nagasaki e Hiroshima? Ou mandou custear a reação de Chiang a pêso de canhões, dólares e técnicos militares para manter a ditadura de terror sobre o povo chinês? Expediu milhões de dólares para que o povo turco seja mantido na miséria, na opressão sob o regime militarista e feudal que serve ao imperialismo americano?

> E agora na Bolívia são contra os partidários de Mao que os mineiros se levantam? Ou contra os serviçais do «pacífico» Truman? (JURANDIR, 1949, p. 2).

O autor não deixa de expor a contradição da narrativa de Ataíde. Mao se empenhou na campanha da libertação do povo chinês que sofria nas mãos de Chiang. Nesse pequeno trecho também é possível perceber o horror ao qual a China foi submetida antes que o Partido Comunista assumisse o poder. Claro que após a ascensão do PCCh, erros levaram à morte de chineses, mas isso não significa que as fatalidades foram causadas de forma deliberada pelo partido.

Para além da defesa de Mao, Jurandir (1949) apresenta ao leitor do *Voz Operária* as realizações de Truman e do imperialismo norte-americano. Por fim ele termina, ainda com muita ironia, que se Mao é o "sanguinário" e Truman o "pacífico", "Os católicos poderão dizer: venha a nós o sanguinário Mao e vá para o diabo o pacífico Truman" (JURANDIR, 1949, p. 3).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste trabalho inicial, mais edições do Voz Operária serão analisadas futuramente.

Contudo, já nesta etapa da pesquisa é possível perceber como a Revolução Chinesa chega ao Brasil pela mediação do PCB. A direção do partido procurou apresentar a revolução, por meio do *Voz Operária*,

como um exemplo de luta contra o imperialismo norte-americano.

O próximo passo da pesquisa é aprofundar o diálogo das fontes com os autores selecionados. Assim como investigar se o discurso do PCB a respeito da Revolução Chinesa era uma interpretação original ou uma reprodução das posições oficiais estalinistas; e compreender como a ruptura entre os modelos chinês e soviético de comunismo e o conflito sino-soviético (1969) foi analisado pelo periódico *Voz Operária*. Respondendo essas questões poderemos entender como a Revolução Chinesa foi recebida no Brasil pela esquerda comunista vinculada ao PCB.

REFERÊNCIAS

HOBSBAWM, Eric J. **A era do capital:** 1848 – 1875. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

HOBSBAWM, Eric J. **A era dos impérios:** 1875-1914. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

JURANDIR, Dalcídio. **Os rumos da revolução na Ásia.** Voz Operária, Rio de Janeiro, ano II, n. 57, p. 2, 24 jun. 1950. Disponível em: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/154512/per154512_1950_00057.pdf. Acesso em: 12 de maio de 2025.

MAO, Tsé-tung. **As Forças Revolucionárias do Mundo Inteiro Unem-se Para Lutar Contra o Imperialismo**. Voz Operária. Rio de Janeiro, ano 1, n. 4, 6 jun. 1949.

Disponível em: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/154512/per154512_1950_00057.pdf. Acesso em: 12 de maio de 2025.

MARXISTS INTERNET ARCHIVE. **Voz Operária**. [S. l.], [202-?]. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/tematica/jornais/voz-operaria/index.htm. Acesso em: 10 de setembro de 2025.

PUREZA, Fernando. **História da Ásia**. São Paulo: Contexto, 2024.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964**. In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). História do marxismo no Brasil. v. 5. São Paulo: Editora da Unicamp, 2002.

Voz Operária. Rio de Janeiro: Partido Comunista Brasileiro (PCB), 1949 - 1959.

“O PROBLEMA PALPITANTE DO VOTO FEMININO”: POLÍTICA E FEMINISMO NA TRAJETÓRIA DA PRIMEIRA-DAMA NAIR DE TEFFÉ (1924)

Bethânia Luisa Lessa Werner[81]

INTRODUÇÃO

Os estudos sobre o político, a partir das renovações no campo da História Política, passaram a dialogar com outras áreas e abordagens. Dentre essas, as discussões que interseccionam os campos da História Social, História Política, História das Elites, História das Mulheres e até mesmo os Estudos de Gênero, evidenciam a renovação e a ampliação de objetos e investigações. Passou-se a analisar os cenários e os diferentes contextos políticos históricos não mais exclusivamente através de documentações oficiais ou através dos chamados “grandes heróis” nacionais. As novas possibilidades envolveram um olhar atento aos estudos de trajetórias e, da mesma forma, colaboraram “evidenciando a necessidade de não se restringir aos percursos mais ‘conhecidos’” (Almeida, Bombardelli,

81 Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). ORCID: https://orcid.org/0009-0007-6294-5535 Lattes: http://lattes.cnpq.br/8496514495805341. Contato: bethaniawerner@hotmail.com

Torres, Angeli, 2022, p. 27). Ou seja, a atenção das pesquisas históricas também recaiu sobre outros agentes que estiveram presentes em diferentes épocas e cenários políticos.

No caso do Brasil, em relação ao início do período republicano, por exemplo, predominam as narrativas que centralizam as ações de personagens como Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros, José Gomes Pinheiro Machado, Getúlio Vargas, dentre outras tantas figuras masculinas de um grupo que "monopolizou o poder estadual e teve destacada participação nacional durante a Primeira República" (Dal Forno, 2022, p. 275). No entanto, com o objetivo de pluralizar as narrativas historiográficas que se concentram nos estudos sobre o político, buscamos observar também outros agentes presentes nesse período, como as mulheres das elites.

Para analisar a trajetória política de uma mulher, que fora primeira-dama durante o período, procuramos ampliar as discussões sobre a participação feminina na política brasileira, entendendo a participação política enquanto "uma realidade nova no contexto político brasileiro e, mais ainda, no horizonte existencial das mulheres" (Avelar, 1996, p. 17). Em relação a este aspecto, cabe destacar o reflexo das "relações interseccionais de poder" (Collins, Bilge, 2020, p. 17) e a importância do exame destas dentro de seus contextos sociais, considerando as categorias de raça e classe social associadas ao gênero, para observar quais mulheres possuíram essa visibilidade e espaço de fala, assim como a heterogeneidade presente neste grupo.

Amparado em uma perspectiva de elaboração de uma História Social da Política, o presente recorte de pesquisa visa dialogar com conceitos como os de trajetória e gênero, ambos vinculados à noção de poder. Compreendemos, portanto, a trajetória de um indivíduo enquanto "uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente [...] num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações" (Bourdieu, 1998, p. 189). Contudo, com base nessa perspectiva, não buscamos estudar as atuações e a trajetória política da personagem enquanto subordinada a uma estrutura ou modelo social, mas sim visualizar sua autonomia frente aos diferentes contextos que experienciou, como também destaca Giovanni Levi ao comentar que "[...] não se pode analisar a mudança social sem que se reconheça previamente a existência irredutível de uma certa liberdade *vis-à-vis* as formas rígidas e as origens da reprodução das estruturas de dominação" (Levi, 1998, p. 180). Dessa maneira, buscando observar o indivíduo em meio às relações de poder do cenário político, para essa investigação, o conceito de gênero também foi acionado.

Compreendido enquanto "a estrutura de relações sociais que se centra sobre a arena reprodutiva e o conjunto de práticas que trazem as distinções reprodutivas sobre os corpos para o seio dos processos sociais" (Connell, Pearse, 2015, p. 48), o gênero está interseccionado às relações de poder que constituem a esfera do político. Ou seja, em diálogo

com as concepções propostas por Torres (2002), compreendemos o gênero enquanto relacional. A partir dessas perspectivas teóricas, é possível que sejam observadas as fronteiras de possibilidade às atuações políticas de algumas mulheres no cenário brasileiro, especialmente em relação às figuras das primeiras-damas. Da mesma forma, em relação à história do tempo presente, a partir de uma compreensão cronológica, no cenário brasileiro contemporâneo notam-se engajamentos e atuações políticas presentes e ativas das mulheres que ocuparam essa função nos últimos anos, bem como a emergência dos debates sobre a regulação e os estereótipos em torno da função de primeira-dama (Moreno, 2023). No entanto, as atuações e protagonismos políticos dessas mulheres não se restringem apenas à história recente do país.

A historiadora Ivana Simili (2008) investigou a trajetória política de Darcy Vargas enquanto primeira-dama de Getúlio Vargas e, a partir de uma complexa e minuciosa análise, demonstrou as diversas atuações e a elaboração da trajetória política da personagem para além da figura de seu marido. Da mesma forma, Torres (2002) também colaborou nas discussões sobre as funções e papéis sociais desempenhados pelas primeiras-damas no país, destacadamente a partir da investigação sobre as práticas de assistência social, meio que facilitava a inserção dessas mulheres no cenário político e na vida pública pois, "mesmo as mulheres das classes privilegiadas não podiam entrar no mundo 'masculino' da política" (Hahner, 2018, p. 47).

Visando discutir as relações entre os primeiros movimentos feministas no começo do século XX, a emergência das reivindicações das mulheres por participação política, especialmente em relação ao voto, e o posicionamento de Nair de Teffé sobre essas questões, serão pontuadas algumas análises e reflexões a partir da entrevista intitulada *Reivindicações Políticas* concedida pela personagem em 20 de dezembro de 1924 ao *Jornal de Petrópolis*, no Rio de Janeiro.

A fim de colaborar na ampliação de narrativas possíveis para a compreensão sobre o cenário político da Primeira República, a análise proposta e a investigação sobre a trajetória de Nair de Teffé baseiam-se no exercício metodológico que coloca em diálogo as perspectivas macro e microanalíticas. Assim como apontado por Levi (1998), concordamos que

> se a ênfase recai sobre o destino de um personagem [...] a fim de interpretar a rede de relações e obrigações externas na qual ele se insere, é perfeitamente possível conceber de outro modo a questão do funcionamento efetivo das normas sociais (Levi, 1998, p. 179.)

Da mesma forma, compreendemos que a adoção de uma abordagem microanalítica também nos permite evidenciar a diversidade e a diferenciação de comportamentos, sendo essa variação compreendida enquanto uma espécie de norma (Gribaudi, 1998) para que seja possível individualizar e relacionar comportamentos e formas sociais. Dessa forma, ao

observar os contextos de realização da entrevista e os movimentos emergentes na década de 1920 em relação aos direitos femininos e ao voto das mulheres, torna-se possível estabelecer um panorama que complexifica esses processos e os olhares sobre o mesmo, além de propor novas questões.

A LUTA PELO SUFRÁGIO: UM BREVE HISTÓRICO

"Inconstitucional". Adjetivado dessa maneira, a partir da Assembleia Constituinte de 1891, o voto feminino foi mantido à margem das discussões da nova carta legislativa do país naquele momento. Insatisfeitas com a condição política que lhes impunha mais limites do que possibilidades para a atuação política, algumas mulheres organizaram-se em prol da luta que tinha enquanto centro de suas preocupações a conquista do sufrágio feminino no Brasil. Dentre essas, destacou-se a figura de Leolinda de Figueiredo Daltro, a qual fundou o Partido Republicano Feminino (PRF) em 1910 "a fim de fazer ressurgir no Congresso o debate sobre o voto das mulheres" (Soihet, 2018, p. 219). Esse movimento fez com que fosse enfatizada a luta pelos direitos políticos femininos pois, a partir da Constituinte de 1891, "ficou claro então que, a despeito da adoção do sistema republicano, as mulheres estavam excluídas do direito de votar e de ser votadas" (Prado, Franco, 2018, p. 210). Sobre a fundação deste partido, cabe destacar a formação de sua base e integrantes apenas

por mulheres. No entanto, como destacou Péres, "[...] essa movimentação surgiu com o apoio de uma rede de personalidades políticas poderosas: segundo sua própria fundadora, foi o gaúcho Pinheiro Machado quem deu a ideia de fundar um partido" (Péres, 2025, p. 50). Por sua vez, o processo de conquista do sufrágio feminino foi resultado de uma longa disputa que envolveu atores de diferentes grupos sociais.[82]

Essa perspectiva baseia-se no questionamento sobre quem foram as mulheres que articularam esse processo, mas não apenas elas. Ou seja, destaca-se a importância de não "segregar a luta em prol do sufrágio feminino pesquisando apenas a contribuição feminina para essa conquista", mas também considerar "essa luta na sua relação com outros personagens dessa história – homens – e, de modo mais específico, os políticos brasileiros" (Karawejczyk, 2020, p. 35). Dessa maneira, compreendendo o gênero enquanto "inerentemente político" (Connell, Pearse, 2015, p. 43), as desigualdades sociais e as tensões entre esses grupos podem ser postas sob a ótica das transformações geradas pelos movimentos feministas desde o início do século XX.

Consideramos, desse modo, a importância da análise sobre os diferentes agentes que fizeram parte desse processo. Como aponta Karawejczyk, nesse processo "o grupo feminino é mais heterogêneo" (Karawejczyk, 2020, p. 36) mas, apesar disso, evidencia sua característica enquanto um "movimento articulado

82 Sobre as lutas pela conquista do voto feminino no Brasil, consultar: Karawejczyk (2020) e Péres (2025).

às elites" (Soihet, 2018, p. 226). Nessa perspectiva, uma das vias de batalha pela conquista do sufrágio feminino foi através da imprensa, apropriando-se da escrita enquanto uma forma de estratégia política para visibilizar esses debates.

Prado e Franco (2018, p. 209) apontam que "a partir de meados do século, por meio da imprensa feminina, várias escritoras procuraram garantir um lugar para as mulheres no meio letrado" e, além disso, na passagem do século XIX para o XX, "a luta pelos direitos políticos femininos se estabeleceu de forma mais efetiva." (Prado, Franco, 2018, p. 209). Com base nessas contextualizações, buscamos analisar através da imprensa, uma personagem específica e suas relações com o meio político e as pautas feministas: a caricaturista Nair de Teffé von Hoonholtz.

NAIR DE TEFFÉ VON HOONHOLTZ, A PRIMEIRA-DAMA CARICATURISTA

Nascida no final do século XIX, filha do Barão e da Baronesa de Teffé, Nair de Teffé foi uma mulher que teve sua trajetória construída em meio às elites cariocas da Primeira República. Formada intelectualmente com as influências da *Belle Époque* francesa, foi considerada também a primeira caricaturista mulher a publicar na imprensa brasileira, evidenciando o início de uma carreira artística que, assim como o seu casamento, lhe aproximou do cenário político do período. Já em dezembro de 1913, Nair de Teffé casou-se com o então

presidente do Brasil, o Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, tornando-se primeira-dama. A partir de sua própria narrativa no livro intitulado *A verdade sobre a Revolução de 22,*[83] escrito pela personagem e publicado em 1974, ao longo do período da ditadura civil-militar no país, Nair faz lembrar e registra inúmeras recordações sobre o período de sua infância, juventude e, principalmente, sobre o período de seu matrimônio. Apesar de mencionar que "tinha em mente, só casar-me aos 30 anos depois de realizada artisticamente e amadurecida para a vida" (Fonseca, 1974, p. 30), aos 27 anos ela não apenas aceitou o pedido de casamento que lhe fora feito, mas, por consequência disso, também aceitava tornar-se primeira-dama do país.

Ao assumir a função de primeira-dama, ocupou e deu novos ares para a residência presidencial e para a própria concepção sobre o que era (ou deveria) ser uma primeira-dama. Durante a segunda metade do mandato presidencial de Hermes da Fonseca, ela destacou que "[...] as nossas reuniões marcaram uma época no Palácio do Catete" (Fonseca, 1974, p. 43), a partir das quais também lhe foram direcionadas

83 Tratada enquanto um conjunto de memórias no âmbito desta pesquisa, a obra intitulada *A Verdade sobre a Revolução de 22* (1974), produzida por Nair de Teffé, foi analisada a partir de referenciais teóricos associados às discussões sobre memória e escrita de si (Gomes, 2004). Cabe destacar, ainda, a divisão da obra em dois grandes eixos, sendo o primeiro deles a narrativa da personagem sobre os acontecimentos que escolheu registrar, os quais se concentram nas décadas de 1910 e 1920, e o segundo a reunião de caricaturas produzidas por ela ao longo de sua trajetória como caricaturista.

críticas e, artisticamente rebatidas, desenvolvidas inimizades políticas.[84] Ou seja, o casamento da personagem "pode ser tomado como momento inaugural da inserção de Nair no mundo das mulheres casadas, prescrevendo-lhes condutas, comportamentos, atitudes e posturas" (Galetti, Simili, 2013, p. 132). Ao ultrapassar algumas das fronteiras sob as quais eram delineados tais comportamentos e atitudes, ela pode ser considerada uma mulher que "fugiu à regra, porque gostava de cantar, de tocar, de dançar e, principalmente, de fazer as pessoas rirem com suas charges" (Galetti, Simili, 2013, p. 141). Em outras palavras, enquanto primeira-dama, Nair de Teffé desempenhou um papel político e social que lhe permitiu algumas movimentações pouco comuns às mulheres naquele contexto político.

Nesse cenário, especialmente durante a década de 1920, os movimentos e a luta pelos direitos das mulheres estavam em emergência. Contudo, ainda que inserida em contextos que privilegiavam uma possível atuação em relação a essas pautas, em suas memórias Nair escolheu privilegiar outros aspectos sobre a política do período, evidenciando os temas que envolveram Hermes da Fonseca até o ano de falecimento deste, em 1923, como os levantes

84 Em relação às inimizades e tensões políticas protagonizadas pela personagem ao longo de sua trajetória, destacam-se as discussões com o senador Ruy Barbosa, especialmente em torno da chamada *Noite do Corta Jaca,* realizada em 26 de outubro de 1914 nas dependências do Palácio do Catete. Sobre tal episódio, consultar: Werner (2022, 2025).

tenentistas e as prisões do marido. Ao longo da análise de sua trajetória, da mesma forma, também foram encontrados poucas atuações da personagem em prol de envolvimentos individuais com pautas como a luta por direitos políticos femininos à época.

Após a morte de Hermes e o luto, "com o apoio dos pais e amigos, aos poucos Nair retomou o gosto pelas artes e pela vida pública" (Silva, Simili, 2011, p. 131). Nesse contexto, no ano de 1924, ela concedeu uma entrevista ao Jornal de Petrópolis intitulada *Reivindicações Políticas,* a qual versava sobre a sua opinião em relação à participação feminina na política brasileira. Assim, vejamos algumas das respostas elaboradas pela caricaturista às pautas propostas pelo jornal e, de quais maneiras ou a partir de quais temas, sua opinião sobre a participação política feminina foi delineada naquele período.

A ENTREVISTA

Realizada em 20 de dezembro de 1924, a reportagem *Reivindicações Políticas* pautou-se na elaboração de seis questionamentos a serem respondidos por Nair de Teffé. Anterior às discussões sobre a constituição da matéria, importa refletir sobre o papel social ocupado pela personagem durante o período, destacando seu status social a partir do convite feito pelo *Jornal de Petrópolis* para ouvi-la sobre a temática. Essa relação pode estar associada ao *status* político acumulado

pela personagem ao longo de sua trajetória. Essa centralidade política, portanto, vincula-se a uma espécie de reconhecimento, como aponta Bourdieu (1989, p. 187-188), pelos demais agentes sociais do meio em que a personagem esteve inserida. Dessa maneira, tal reconhecimento lhe confere legitimidade, espaço de fala e, consequentemente, curiosidade sobre seus posicionamentos em relação à temática.

Com base nessas concepções, antes de responder as perguntas iniciais, Nair de Teffé começou sua fala destacando que tais questões eram "de máxima gravidade e de incontestável importância... isto é, para as gerações futuras..." (Santos, 1999, p. 69). Ou seja, ao aceitar falar sobre a participação da mulher na vida política brasileira, a personagem demonstra concordar com a necessidade do debate sobre o tema e, já em suas primeiras palavras evidencia a relevância dessas discussões não apenas no momento em que se realizava a entrevista, mas em uma longa duração.

Após essa introdução em sua fala, seguem as perguntas elaboradas pelo jornal à entrevistada, sendo elas: 1) É pela entrada da mulher na política? 2) Até que ponto? 3) O nosso meio social está preparado para isso? 4) Disso advirão vantagens para o país? 5) E não haverá inconvenientes? 6) Não seria melhor que a mulher brasileira continuasse na sua função de mãe e de preceptora dos brasileiros? (Santos, 1999, p. 70).

Em sua primeira resposta, Nair de Teffé já evidencia uma mudança de opinião sobre o tema ao longo de sua trajetória, pontuando que inicialmente

acreditava que “a sociedade brasileira ainda não se achava preparada a compreender certas aspirações femininas...” (Santos, 1999, p. 70). No entanto, segue comentando que

> [...] com a surpreendente evolução do pensamento humano neste século de vida intensa, acho que em nosso meio, hoje idêntico pela mentalidade dos países mais civilizados, essa ideia, considerada como consequência lógica dos fenômenos sociais, seria recebida no mundo sem preconceitos de sexo (Santos, 1999, p. 70).

Alguns elementos destacam-se nessa fala da personagem, como a influência de movimentos internacionais no contexto brasileiro e sua percepção sobre os mesmos. Considerando os contextos social, econômico, político e intelectual do Brasil na década de 1920, várias foram as transformações e processos iniciados naquele momento, destacando o ano de 1922 em que “deu-se a Semana de Arte Moderna, que revolucionou o pensamento artístico brasileiro; foi fundado o Partido Comunista; e estourou a primeira revolta tenentista, no Forte de Copacabana” (Alves, 2019, p. 55).

Além disso, em meio a esses acontecimentos, no âmbito das lutas feministas há, também em 1922, a fundação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), a qual possui origem relacionada à “[...] viagem feita por Bertha Lutz, representando oficialmente o Brasil [...], aos Estados Unidos para a

Conferência Pan-Americana de Mulheres [...]" (Alves, 2019, p. 55-56).[85] Tais aspectos permitem localizar a fala da personagem de maneira mais ampla, considerando a efervescência do movimento feminista no Brasil e as influências norte-americanas que o mesmo recebia naquele momento, aspecto que também pode associar-se à concepção de civilidade que Nair menciona em sua fala.

Em relação a sua mudança de opinião sobre a participação das mulheres na política brasileira, ela menciona que essa transformação "vem unicamente provar que acompanho o progresso, esforçando-me de progredir o que na realidade é bem mais difícil do que parece" (Santos, 1999, p. 70). Em seguida, sobre a segunda questão, destacou, mais uma vez de modo comparativo, a situação da mulher nas eleições brasileiras:

> No velho continente, depois de serem discutidas as leis que vedavam ao partido feminista toda liberdade de ação, parece ter ficado assentado que a mulher, na generalidade, em todas as esferas, é mais hábil do que os homens... pois mais do que eles tudo produz economicamente (Santos, 1999, p. 70).

Ao mencionar o aspecto econômico nessa questão, a personagem novamente nos remete a algumas percepções sobre o cenário nacional do período e às divisões internas no próprio movimento. A reivindicação de direito ao sufrágio feminino, uma das pautas centrais da FBPF, por exemplo, não

85 Sobre a atuação da FBPF em relação ao sufrágio feminino, ver Karawejczyk (2014) e Péres (2025).

era considerada uma demanda homogênea para todas as mulheres na Primeira República. Apesar de preocuparem-se com outras pautas, considera-se que "havia uma certa distância, em termos de interesses e visão de mundo, entre as militantes dessa entidade – em sua maioria, profissionais liberais ou membros da burguesia – e as mulheres das classes trabalhadoras", as quais encontravam-se, naquele momento, "mais preocupadas com questões de sobrevivência que com o problema específico do voto" (Soihet, 2018, p. 226). Ou seja, a comparação feita pela personagem sobre o cenário brasileiro também pode ser lida a partir da compreensão das diferenças do movimento no Brasil, onde a luta sufragista "[...] nunca alcançou um número significativo de militantes, restringindo-se à classe média, com certo poder de influência no Congresso, no judiciário, na imprensa e nas profissões liberais" (Alves, 2019, p. 60), em relação a outros países.

De volta à entrevista, Nair segue e destaca: "Por que permitir ainda que os homens continuem a atrapalhar a vida econômica do sexo frágil... disputando-lhe os empregos e os cargos ao alcance de suas forças e capacidades?" (Santos, 1999, p. 71). Nessa passagem podemos perceber o reflexo e as raízes de desigualdades sociais contemporâneas presentes na sociedade brasileira, considerando o cenário das diferenças salariais que chegam a mais de 20% entre homens e mulheres atualmente no Brasil (Pasqualeto, 2023). Assim, a partir dos avanços provenientes das lutas pelos direitos das mulheres em

diferentes âmbitos sociais naquele período, e ainda hoje, transformações advêm desses processos.[86] Entre essas, levando em conta os obstáculos enfrentados pelas mulheres naquele período, Nair diz considerar que sim, "no triunfo do feminismo há vantagens... prováveis, porém, afirmar não posso... prefiro falar mais do passado do que do futuro... (pelo menos é mais seguro)" (Santos, 1999, p. 71). Ou seja, realizada em 1924, a entrevista com Nair de Teffé localizava-se em um período de emergência e início progressivo – mas também cercado de obstáculos e restrito apenas à algumas mulheres – da ocupação do espaço público e político.

Em seguida, abordando de maneira mais objetiva a conquista do direito ao voto, a entrevistada menciona que "A completa emancipação de grande parte das nossas graciosas melindrosas... não deixará de melindrá-los" (Santos, 1999, p. 71), referindo-se aos homens e às possíveis inconveniências do movimento de entrada da mulher na política. Da mesma forma, ao falar sobre os homens nesse contexto, Nair de Teffé expressou sua curiosidade em propor uma enquete aos mesmos, questionando: "O que dirão os maridos... depois de concedidos os direitos eleitorais às esposas?!" (Santos, 1999, p. 71). Nesse aspecto, ao observar os projetos encaminhados ao Parlamento

86 Em 2023 foi sancionada a lei de igualdade salarial entre mulheres e homens no Brasil. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/07/04/sancionada-lei-de-igualdade-salarial-entre-mulheres-e-homens Acesso realizado em 20/08/2025

brasileiro durante a década de 1920 em relação à participação política das mulheres, destacam-se particularidades acerca das presenças e participação masculinas nesse processo.

No embate entre aliados e políticos contrários às propostas enviadas pelos movimentos de mulheres, "novas propostas estavam circulando no Parlamento brasileiro para a inserção das mulheres no alistamento eleitoral" (Karawejczyk, 2020, p. 327). Na mesma perspectiva, cabe destacar o processo de alistamento eleitoral de Diva Nazário, em 1922, no mesmo ano de fundação da FBPF, e a não inclusão de seu nome nas listas eleitorais, destacando a ação do juiz que "negou o recurso afirmando que, quando em leis eleitorais, era 'costumeiro' que a palavra cidadão se referisse apenas a indivíduos do sexo masculino" (Péres, 2025, p. 54). No entanto, dentre essas propostas, destacaram-se aquelas que incluíam as figuras masculinas nessa aprovação, considerando, por exemplo, "[...] o consentimento do marido – se a mulher fosse casada e não desquitada – e que, se solteira, viúva ou casada desquitada, comprovasse renda própria que lhe assegurasse a subsistência" (Annaes, 1929, p. 24 *apud* Karawejczyk, 2020, p. 327).

Nesse sentido, a própria concepção sobre o sujeito na política é possível de ser discutida, como aponta Judith Butler ao descrever que

> [...] a construção política do sujeito procede vinculada a certos objetivos de legitimação e de exclusão, e essas operações políticas são efetivamente ocultas e naturalizadas por uma

> análise política que toma as estruturas jurídicas como seu fundamento (Butler, 2003, p. 19).

Em meio às estruturas e movimentações possíveis naquele contexto, foram sendo construídas, através da atuação das mulheres que empreenderam essa luta, caminhos para a representação feminina no espaço público e político para além das figuras masculinas.

Também relacionado ao âmbito familiar, a resposta de Nair de Teffé ao último questionamento proposto pelo *Jornal de Petrópolis* expôs um pouco sobre o que a caricaturista pensava sobre as questões da maternidade e da educação das crianças. Um primeiro aspecto que se destaca em sua fala é a flexibilidade em relação à maternidade. A resposta propõe um questionamento: "Porém, como ter uma imensa prole não é assunto obrigatório como a lei da vacina... labuto na seguinte dúvida: Qual a missão caberá então às que não os têm... o de educadora ou preceptora dos filhos das outras?" (Santos, 1999, p. 71-72). Em seguida, finaliza evidenciando:

> Fixando toda minha atenção neste problema de magno alcance político, examino-o através de um prisma egoísta (dirão os homens...). E, na verdade, regozijo-me antecipadamente pela estupenda lição que gostosamente aplicaria a certos vultos de destaque, moralmente pequenos, porém, que se crêem grandes!!! reduzindo-os às naturais proporções no primeiro projeto de lei que me coubesse elaborar (Santos, 1999, p. 72).

A partir desses recortes finais da entrevista, podemos observar a naturalização de algumas das possibilidades para as brasileiras que não eram mães, como a tradicional concepção de papéis designados às mulheres, fosse enquanto educadoras ou ligadas às funções que envolviam cuidados com os filhos de outrem. Da mesma forma, a percepção sobre o posicionamento de Nair de Teffé é possível a partir da leitura da fonte, mas também da compreensão de seu contexto social, político, econômico e intelectual. Ou seja, a análise de sua entrevista encontra-se intimamente relacionada a questionamentos sobre qual o caráter teve a luta pelo sufrágio feminino no Brasil no início do século XX e quais eram as mulheres efetivamente envolvidas nesse processo.

Enquanto uma mulher da elite e ex-primeira-dama, Nair possuía – como a própria entrevista permite perceber – espaço para participar de discussões nesse sentido. Entretanto, como aponta Butler, "há o problema político que o feminismo encontra na suposição de que o termo *mulheres* denote uma identidade comum" (Butler, 2003, p. 20). Ou seja, assim como a fala da personagem, os questionamentos e a própria realização dessa entrevista devem ser observados a partir de recortes sociais, de classe e de raça, propondo uma análise que também atenda a critérios interseccionais e que destacam "diferentes dimensões de relações de poder interseccionais, bem como as respostas políticas que se dão a elas" (Collins, Bilge, 2020, p. 49).

No entanto, ao aceitar ceder a entrevista e participar de um debate tão emergente na realidade daquele momento, é possível perceber evidências da atuação política de Nair de Teffé, assim como sua presença mais próxima ao cenário político desde alguns anos antes, enquanto primeira-dama.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As lutas pelo sufrágio feminino, bem como as demais reivindicações históricas feitas por diferentes movimentos de mulheres, experimentaram, durante a década de 1920, um cenário de ampliação e avanços. Considerando a importância da participação feminina na política brasileira, mulheres como Leolinda Daltro e Bertha Lutz lideraram organizações que buscavam essas transformações, a partir das quais "o voto não seria apenas um instrumento para alcançar o progresso feminino, mas também um símbolo dos direitos de cidadania" (Hahner, 1981, p. 103). Contudo, considerando os recortes necessários para a compreensão do movimento e dos indivíduos que fizeram parte dele, importa observar, como pontuamos acima, a não homogeneidade entre essas mulheres.

A partir da problematização e da análise da entrevista concedida por Nair de Teffé ao *Jornal de Petrópolis* em 1924, alguns desses aspectos podem ser destacados. Para além da conquista do direito ao voto feminino, a emancipação econômica também

pertencia aos interesses de grupos de mulheres como àquelas que integravam a FBPF. Nesse âmbito, "as profissionais da classe média alta espalharam a ideia de mulheres que se libertavam através do trabalho [...]" (Hahner, 1981, p. 122), desconsiderando a existência de uma classe de mulheres trabalhadoras, por exemplo, no país.

Dessa forma, a entrevista *Reivindicações Políticas* pode ser observada enquanto apenas um dos olhares sobre o período e sobre o movimento feminista, através da trajetória da caricaturista Nair de Teffé. A partir da breve apresentação das discussões acima buscamos colaborar com diferentes aspectos que tangenciam as mulheres e sua presença no campo político, buscando evidenciar o movimento de interlocução de uma análise que busca não "individualizar comportamentos típicos para ilustrar normas ou modelos", mas que se proponha a "descobrir mecanismos que permitam dar conta da variação, da diferenciação dos comportamentos" (Gribaudi, 1998, p. 132). Dentre esses, consideramos importante a investigação sobre as trajetórias políticas femininas e, nesse caso, especialmente das primeiras-damas, visualizando-as enquanto mulheres inseridas no âmbito público.

Além disso, entendendo a continuidade das lutas das mulheres por maior representação, participação e visibilidade políticas, consideramos esses debates e os estudos sobre seus processos de desenvolvimento enquanto necessários à compreensão de questões contemporâneas como a garantia dos direitos já

conquistados pelas mulheres. Ou seja, são movimentos históricos que se refletem ainda hoje nas mais diversas sociedades e, no caso brasileiro, também consideramos, em diálogo com o que propõe Karawejczyk, que "*As filhas de Eva* têm muitas demandas ainda a conquistar e garantir, sendo que o direito ao voto foi apenas uma delas" (Karawejczyk, 2020, p. 387). Relacionando mulheres e política, a ampliação da presença das primeiras-damas neste cenário e os posicionamentos críticos que esse movimento tem gerado também são indicativos sobre a premência dessas discussões.

Nesse sentido, a análise sobre a trajetória de Nair de Teffé enquanto caricaturista e primeira-dama ao longo da Primeira República possibilita a expansão das leituras acerca do período. As investigações sobre suas atuações, principalmente em relação à entrevista que foi objeto de análise deste texto, permite estabelecer relações entre feminismo, gênero e política na construção de sua trajetória. Por fim, assim como a trajetória do próprio movimento feminista, a trajetória de Nair de Teffé pode ser caracterizada enquanto múltipla e repleta de transformações, demonstrando suas subjetividades, escolhas e os diferentes espaços ocupados pela personagem.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D. O. D. B. BOMBARDELLI, M. TORRES, A. V. ANGELI, D. S. O estudo de trajetórias políticas no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB): um pequeno ensaio a propósito de uma introdução. In: ALMEIDA, D. O. D. B. BOMBARDELLI, M. TORRES, A. V. (org.). **Trajetórias políticas no trabalhismo no Rio Grande do Sul. (anos 1940-1960).** Passo Fundo: Acervus, 2022, p. 11-32.

ALVES, Branca Moreira. A luta das sufragistas. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. [org.] **Pensamento feminista brasileiro:** formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 47-61.

ALVES, Lúcia. **Mulheres na elite política brasileira:** canais de acesso ao poder. [Pesquisas] Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung. São Paulo, 1996.

BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. In: FERREIRA, M. de M., AMADO, J. (Org.) **Usos e Abusos da História Oral.** Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 183-191.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** [tradução de Fernando Tomaz]. Editora Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, RJ, 1989.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COLLINS, Patricia Hill. BILGE, Sirma. **Interseccionalidade.** [tradução: Rane Souza] 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. A questão do gênero. In: CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca (org.) **Gênero: uma perspectiva global.** Tradução de Marília Moschkovich. São Paulo: Versos, 2015, p. 29-50.

DAL FORNO, Rodrigo. Historiografia do sistema político-partidário no Rio Grande do Sul da Primeira República Brasileira: notas e questionamentos. **LOCUS –** Revista de História. Juiz de Fora, v. 28, n. 1, p. 271-295, 2022.

FONSECA, Nair de Teffé Hermes da. **A verdade sobre a Revolução de 22.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Gráfica Portinho Cavalcanti LTDA, 1974.

GALETTI, Camila Hildebrand. SIMILI, Ivana Guilherme. Mulheres, casamento e política: a artista e primeira-dama Nair de Teffé. **Cad. Pesq. Cdhis,** Uberlândia, v.26, n.1, p. 129-151, jan./jun. 2013.

GOMES, Angela de Castro (org.) **Escrita de si, escrita da história.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GRIBAUDI, Maurizio. Escala, pertinência, configuração. In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de Escala:** a experiência da microanálise. Tradução: Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 121-149.

HAHNER, June E. Honras e distinção das famílias. In: PINSKY, Carla Bassanezi. PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres no Brasil.** 1ª ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018, p. 43-64.

HAHNER, June E. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas:** 1850-1937. São Paulo: Editora Brasiliense S.A. 1981.

KARAWEJCZKY, Mônica. **As filhas de Eva querem votar:** uma história da conquista do sufrágio feminino no Brasil. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2020.

KARAWEJCZYK, Mônica. O Feminismo em Boa Marcha no Brasil! Bertha Lutz e a Conferência pelo Progresso Feminino. **Revista Estudos Feministas.** Florianópolis, v. 26, n. 2, p. 1-17, 2014.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, M. de M., AMADO, J. (Org.) **Usos e Abusos da História Oral.** Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 167- 182.

MORENO, M**. Primeiras-damas: dos estereótipos à regulamentação.** Opinião: Congresso em Foco. Disponível em: https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/primeiras-damas-dos-estereotipos-a-regulamentacao/ Acesso realizado em 15/10/2025.

PASQUALETO, Olívia. Garantir igualdade salarial ainda é um desafio no mercado de trabalho brasileiro. **Portal FGV.** Disponível em: https://portal.fgv.br/artigos/garantir-igualdade-salarial-ainda-e-desafio-mercado-trabalho-brasileiro Acesso realizado em 20/08/2025.

PÉRES, Maria Luiza. **Mulheres, direito ao voto e política eleitoral:** uma história do movimento sufragista no Brasil (1890-1932). Dissertação. [Mestrado em História]. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2025.

PRADO, Maria Ligia. FRANCO, Stella Scatena. Participação feminina no debate público brasileiro. In: PINSKY, Carla Bassanezi. PEDRO, Joana Maria. **Nova História**

das Mulheres no Brasil. 1ª ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018, p. 194-217.

SANTOS, Paulo César dos. **Nair de Teffé:** símbolo de uma época. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Sermograf, 1999.

SENADO, Agência. Sancionada lei de igualdade salarial entre mulheres e homens. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/07/04/sancionada-lei-de-igualdade-salarial-entre-mulheres-e-homens. Acesso realizado em 20/08/2025.

SILVA, Ivanete Paschoalotto. SIMILI, Ivana Guilherme. Nair de Teffé: uma narrativa biográfica para as mulheres dos séculos XIX e XX. **Diálogos & Saberes**. Mandaguari, v. 7, nº1, p. 121-134, 2011.

SIMILI, Ivana Guilherme. **Mulher e política:** a trajetória da primeira-dama Darcy Vargas (1930-1945). São Paulo: Editora UNESP, 2008.

SOIHET, Rachel. A conquista do espaço público. In: PINSKY, Carla Bassanezi. PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres no Brasil.** 1ª ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018, p. 218-237.

TORRES, Iraildes Caldas. **As primeiras-damas e a assistência social:** relações de gênero e poder. São Paulo: Cortez, 2002.

WERNER, Bethânia Luisa Lessa. **"Eu serei uma senhora importante. Vou ser muito importante":** a trajetória política de Nair de Teffé na Primeira República (1910-1922). Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado

em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Pelotas, 2022.

WERNER, Bethânia Luisa Lessa. **As atuações políticas das primeiras-damas Orsina da Fonseca e Nair de Teffé através de suas redes sociais, espaços de sociabilidade e trajetórias políticas (1910-1924).** Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2025.

A ESPERANÇA EM TEMPOS DE RUÍNAS: O PÓS-TRUJILLISMO NAS PÁGINAS DA REVISTA *AHORA*

Alexandre Firmo dos Santos[87]

INTRODUÇÃO

O calendário, enquanto criação humana, registra dia, mês e ano embasado em fenômenos astronômicos, convenções sociais que possibilitam a contagem e passagem do tempo. A propósito, o fenômeno que será abordado aqui transcendeu os limites do tolerável em que a dor do corpo e as angústias da alma "aprisionada" foram marcas indeléveis da ditadura militar que tutelaria não apenas o povo dominicano, mas também o seu sonho de se libertar das amarras tirânicas. O regime tinha nome, endereço e ares de malignidade, referimo-nos a Rafael Leonidas Trujillo Molina que, em torno de três décadas (1930-1961), esteve à frente do governo e fez da República Dominicana uma extensão de sua casa.

Nesse sentido, o ano de 1962 se consolida como o momento não de celebrações apenas, mas também pelo fato de ser um período de reflexões acerca do destino do país após o declínio de Trujillo. Assim sendo,

87 Doutorando em História pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

não estamos preocupados em listar as ocorrências que se sucederam no referido ano tal qual faria um noticiário, mas sim analisá-lo de forma detida em suas implicações, pois a ditadura trujillista não deve ser estudada de maneira isolada dos elementos contextuais que lhe caracterizam e, por conseguinte, distinguem-na das demais experiências ditatoriais na América Latina. Em se tratando desses elementos caracterizadores, lançamos luz sobre as imbricações que suscitam do "contato" entre a esperança do povo dominicano e a realidade que se desvelava diante dos olhares atônitos.

Este capítulo tem como objetivo destacar a importância da atuação da revista *Ahora* nesse processo, evidenciando seu papel na promoção do sentimento patriótico e no fortalecimento das aspirações democráticas do povo dominicano. Para tanto, em termos metodológicos, será utilizada a Análise de Conteúdo (AC) aplicada ao primeiro número da revista, publicado em 1962. Assim, *El año de la Esperanza*, marcado pelo otimismo popular, será examinado a partir do editorial e das contribuições de seus colaboradores.

AS PÁGINAS DO TRUJILLISMO: UMA CONJUNTURA DO TERROR

Explicar as intercorrências na República Dominicana na década de 1960 requer um breve recuo no tempo para pontuar os percalços que culminariam com o desfecho do regime ditatorial e a ascensão da "esperança" democrática. Para tanto, cabe salientar

que, em 1930, Rafael Trujillo aproveitou-se do cenário caótico no qual o país caribenho enfrentava para articular um golpe de Estado contra o então presidente Horacio Vásquez (1860-1936). Nessa altura, Trujillo ocupava o cargo de Chefe do Exército Nacional e, percebendo que as eleições daquele ano se avizinhavam, não hesitou em enfraquecer o seu opositor e, assim, ter o caminho livre para vencer a votação (Jesús Dominguez, 2006).

Os primeiros anos da ditadura trujillista ou a famigerada "Era Trujillo" (1930-1961), são marcados por intervenções governamentais que dariam a falsa sensação ao povo dominicano de que o presidente eleito para administrar a nação não possuía pretensões escusas. Para Jesús Dominguez (2006), o ditador Trujillo conseguia conciliar o seu lado tirânico de quem atuava com mãos de ferro, além de ser um exímio organizador – duas características que o acompanhariam em sua gestão.

As primeiras medidas na condição de presidente foram tomadas em decorrência da passagem do Ciclone *San Zenón* em 3 de setembro de 1930, o qual deixou um rastro de destruição em Santo Domingo. Os danos materiais provenientes do fenômeno natural expuseram as fragilidades estruturais que acometiam o país antes mesmo do trujillismo ascender ao poder, portanto, é nesse contexto conturbado que o Generalíssimo, como ficou conhecido o ditador, pôde demonstrar sua astúcia administrativa e organizacional (Inchaustegui, 1953; Capdevila, 2010).

Não demoraria muito para que, com esse cenário adverso, o Generalíssimo promovesse as primeiras intervenções a fim de socorrer o povo dominicano que, naquela circunstância, encontrava-se desamparado. Assim, pelas mãos de Trujillo veio a "primeira consolação cristã", isto é, o ditador entendia que aquele era o momento propício para atuar e mostrar para o povo que o elegeu sua preocupação (Inchaustegui, 1953). Diante disso, a reconstrução de Santo Domingo serviria como a oportunidade de Trujillo reunir os esforços, ainda que recônditos, estes foram providenciais no processo de retomada da normalidade para os dominicanos.

Os anos que se seguiriam colocariam em evidência as atrocidades de Trujillo que tentaria lustrar sua imagem com títulos como, por exemplo, de "benfeitor". Tal titulação oriunda de suas ações no período de reconstrução do país logo após a passagem do ciclone não foi capaz de ocultar os desmandos, os assassinatos e as arbitrariedades praticadas pelo "benfeitor" – atitudes que fariam parte de sua gestão e da sua personalidade.

> Apesar do atroz e eficaz aparelho repressivo, a tirania de Trujillo não conseguiu eliminar totalmente a oposição [...]. As críticas, a resistência por vezes silenciosa mas digna dos chamados "desafetos", continuaram a aparecer. Era um carimbo que marcava todos aqueles que não pareciam simpatizar com o regime. Interditos do poder, tinham sido expulsos do paraíso para habitar os infernos da dissidência (Vega, 1986, p. 9).

Diante do excerto textual, infere-se que a estrutura repressiva, embora implacável com os seus opositores, não conseguiu dar cabo a todos aqueles que abertamente criticavam o governo Trujillo. Inúmeros sublevados se direcionaram para o exílio a fim de que não fossem capturados pelas forças repressoras que atuavam em seu favor. Dentre as muitas vítimas de Trujillo, destacamos as irmãs Mirabal em 1960, as quais foram mortas de maneira truculenta numa emboscada.

Nessa breve conjuntura, observou-se o *modus operandi* com o qual Trujillo replicava suas ideias em todas as decisões governamentais e, principalmente, em atitudes provenientes do seu ego. Suas vaidades não foram deixadas de lado, mas confundiam-se com as pretensões da nação cujo sentimento de subserviência, por parte do povo, era inegável.

A REVISTA *AHORA* COMO OBJETO DE ANÁLISE

A escolha pela revista *Ahora*[88] tem um motivo genuíno para quem estuda as experiências ditatoriais na América Latina, já que estas resguardam peculiaridades que só são percebidas pelos detalhes

88 A revista *Ahora* fora fundada em 15 de janeiro de 1962, mesmo período em que lançaram o seu primeiro número. Rafael Molina Morillo (1930-2017), advogado de formação e um reconhecido jornalista dominicano, foi o criador dos periódicos *Ahora* e *El Nacional* – este foi organizado quando a sede da revista *Ahora* havia sido bombardeada durante a Operação Limpeza, ocorrida em abril de 1965 (Ubiñas Renville, 2023).

protagonizados pelo olhar atento do pesquisador, ou seja, são os pormenores ou "sinais" que nos entregarão subsídios para a escrita histórica (Ginzburg, 2003). Assim sendo, a revista em tela nos proporciona elementos que agregam à construção do conhecimento histórico acerca da Era Trujillo, especialmente, do pós-trujillismo. Sobre o final desse período assombroso que atormentou até as mentes mais pacíficas, encontramos o editorial com a seguinte manchete: "*El año de la esperanza*".

A "esperança" que outrora colocara Trujillo no poder, agora, em 1962, prospectava melhorias em vários setores sociais e elas estavam inscritas nos noticiários que capitaneavam os novos rumos da República Dominicana. Ao lançarmos mão sobre revistas de época, estamos demonstrando que há nelas informações enriquecedoras para a pesquisa, bem como podemos dirimir nossas questões e também curiosidades suscitadas. Anna Maria Martinez Corrêa (1999) entende que o crescimento do interesse nas revistas reside nas inúmeras possibilidades fornecidas a partir do estudo com periódicos, pois interessa ao pesquisador o aprofundamento na história de um país, por exemplo.

A autora complementa declarando que a utilização dos periódicos nas investigações faz o pesquisador "[...] vislumbrar quais seriam os temas de interesse na época, a maneira como foram abordados, quem eram seus autores e quem eram seus leitores" (Corrêa, 1999, p. 11). É importante pensarmos que a censura aos meios de comunicação, em um país gerido por

um ditador, implicaria numa série de dificuldades na circulação de informações, por vezes de procedência duvidosa. Com efeito, os informes ficariam sob a responsabilidade dos órgãos estatais ou coniventes com o governo trujillista, dificultando a confirmação do paradeiro de um desaparecido político.

Figura 1: Capa da primeira edição da Revista Ahora



Fonte: *Ahora, 15 de enero de 1962*

Em se tratando da revista que nos serviu de base analítica (Figura 1), merece destaque o momento em que ela foi publicada, isto é, 15 de janeiro de 1962, período no qual já se discutia os próximos passos do país caribenho. Além do mais, Trujillo e sua família eram pautas incontornáveis nesse processo de retomada democrática, uma vez que as abordavam com "exclusividade", talvez, no primeiro olhar, essa informação seja até irrelevante, mas a julgar embasado no contexto histórico do trujillismo, segundo o qual reprimia e controlava a circulação dos informes na República Dominicana conforme os ditames impostos. Com o término do regime, toda notícia era uma novidade e, principalmente, provinda do veículo de comunicação que a fornecia era, portanto, exclusiva.

Então, saber os pormenores das atrocidades e dos resquícios do horror, dos exilados que regressavam ao seu país de origem, dos sonhos e projeções que faziam os corações dominicanos palpitarem alegremente, compunham essa conjuntura atravessada por esperanças e também por temores. A propósito, o título de destaque na capa da revista "*El azaroso exilio de los trujillos"* que, por sinal, é bem sugestivo quando tomamos conhecimento da história dominicana, retrata as consequências e os desarranjos após o final da ditadura (*Ahora*, 1962).

Quando analisamos o conteúdo da revista, nos deparamos com a imensidão dos detalhes, como cada espaço da página fora ocupado estrategicamente para que o leitor pudesse fitar o seu olhar onde realmente

interessava. Colocando em outros termos, o olhar era direcionado para os assuntos do momento e, dessa forma, interessava explanar a ditadura mais truculenta do Caribe. São as condições e técnicas que permitiram a transmissão das mensagens as quais, inclusive, preenchem as colunas, as *leads* e tantas outras partes das páginas da revista (Bardin, 1977).

Nas primeiras páginas da revista, encontramos um comunicado cujo título é "*Saludos al Pueblo y a la Prensa*" seguido de alguns dizeres que expõem o compromisso da equipe editorial com o povo dominicano e periodistas atuantes no país. Com a publicação do primeiro número da revista *Ahora*, nota-se que o seu teor conteudístico exala um sentimento de amizade entre os concidadãos, aliás, termos como "cordial", "fraterno" e "união" exprimem os novos votos para um ano que irrompera de forma promissora (*Ahora*, 1962). No mesmo comunicado, reiteram em diferentes oportunidades o compromisso do editorial com a verdade, sendo ela do interesse do povo.

Como outros periódicos da época, a *Ahora* tinha circulação quinzenal e era de interesse geral, isto é, não se limitava a um determinado grupo ou comunidade. Ao passar as folhas da revista, é possível encontrar notícias locais e estrangeiras a partir dos jornalistas correspondentes, informações de eventos culturais, colunas com classificados e publicidades, homenagens e até um conto escrito por Machado de Assis – demonstrando a diversidade de assuntos contidos no periódico (*Ahora*, 1962).

Vimos, portanto, que a Revista *Ahora* se colocou como estandarte da comunicação compromissada com os interesses do povo em reaver a democracia. Diante desse número inaugural do periódico, notamos que no avançar da leitura encontramos uma miscelânea de sentimentos, no entanto, é a esperança que se sobressai num cenário de incertezas.

AS SEÇÕES DA REVISTA *AHORA*: REFLEXOS DE UM TEMPO DE TRANSIÇÃO

Enquanto se discutiam os rearranjos políticos para a República Dominicana, internamente, problemas sociais eram visíveis e debatidos nas seções da revista. A primeira edição da revista, portanto, não poderia deixar de dedicar um amplo espaço à Era Trujillo, evidenciando o quanto os abusos do ditador deixaram marcas profundas na memória do povo dominicano. Ao longo da leitura, nota-se a construção de um enredo conciso, porém de grande significado, ao narrar o percurso de formação e ascensão do ditador, desde suas origens até o momento do seu "*ajusticiamiento*" – termo usado pelos dominicanos para designar sua morte (García Michel, 2012). A seção intitulada *Trujillo: passado, presente e futuro* tem como propósito rememorar os acontecimentos hostis a fim de que não se repitam, além de que jamais sejam esquecidos pela população. Essa intenção se concretiza por meio de uma reportagem que se apoia em testemunho de pessoas

que viveram e presenciaram os horrores do trujillismo (Moraes, 1962, p. 10). Assim, a proposta de Mario de Moraes consistia em traçar um panorama da situação da República Dominicana após a morte do ditador.

Outra seção que merece destaque é a "Prensa Extranjera", composta por editoriais provenientes de diferentes países, permitindo que as opiniões da imprensa internacional também circulassem na República Dominicana. Na edição de 1962, essa seção foi assinada por Graciela Mendoza, jornalista do periódico *Del Diario Novedades* (México), que descreve o cenário dominicano pós-morte de Trujillo como se o ditador tivesse simplesmente "desaparecido" (Mendoza, 1962).

> Com o desaparecimento do tirano de Santo Domingo, a história dos acontecimentos na República Dominicana confirma o carácter artificial e quimérico dessa estrutura política baseada no terror e no crime, no desrespeito pela lei, e cuja única vítima era toda a população dominicana [...]. Pela primeira vez em muitos anos, a cidade de Santo Domingo assistiu a manifestações públicas que não foram organizadas pelo próprio governo (Mendoza, 1962, p. 41).[89]

89 No original: "Desaparecido el tirano de Santo Domingo, la historia de los acontecimientos de la República Dominicana lo artificial y quimérico de aquella estructura polítca basada en el terror y el crímen, en el desconocimiento del derecho y de lo cual la única víctima era la totalidad de la población dominicana [...]. La ciudad de Santo Domingo ha presenciado por primera vez en muchos años, manifestaciones públicas que no son organizadas por el mismo gobierno".

A análise de Mendoza (1962) parte de uma perspectiva externa, de alguém que observa os acontecimentos no país caribenho com o olhar de uma analista atenta às tensões políticas do momento. A jornalista levanta questões relevantes sobre os rumores que circulavam, à época, acerca da possível continuidade do regime trujillista, sustentado por eventuais sucessores de Rafael Trujillo – entre eles, seu irmão Héctor Trujillo, seu filho Ramfis Trujillo e Joaquín Balaguer. Esses personagens eram considerados fortes candidatos à sucessão, especialmente Balaguer, que chegou a dar continuidade ao regime por ser visto como o braço direito e homem de confiança do ditador.

Diante desse cenário, percebe-se que a população começou a manifestar sua insatisfação e seu temor diante da possibilidade de permanência do resquício do trujillismo no poder. Conforme observa Mendoza (1962), Balaguer, enquanto presidente, demonstrava atitudes interpretadas como desesperadas para manter-se no cargo. Em suas tentativas de se distanciar da família Trujillo, chegou a pressionar os seus principais representantes, procurando romper a associação entre o seu nome e a linhagem ditatorial que por tanto tempo oprimiu o povo dominicano. Ainda assim, a autora ressalta certa desconfiança quanto à sinceridade de Balaguer, afirmando que "por vezes duvidamos da sinceridade do Sr. Balaguer, uma vez que é um filho espiritual do tirano assassinado, que por vezes deixou

a Presidência em suas mãos para desorientar o povo e regressar ao poder" (Mendoza, 1962, p. 41)[90].

Portanto, para que ocorresse uma mudança interna realmente significativa na República Dominicana, era indispensável implementar um processo de afastamento dos integrantes que haviam participado do regime militar. Nesse sentido, a permanência de Balaguer no poder tornava-se inviável. Embora ele procurasse tentar afastar-se do seu passado sombrio, tal postura não era suficiente para sanar os profundos problemas que ainda afligiam a nação.

A propósito, em se tratando das seções com as quais esta edição da revista foi lançada, verificamos um texto escrito por Rafael Molina Morillo (1962). *Cuidado con el Partido Amarillo*, título que soava mais como denúncia e alerta a todos os dominicanos, inclusive, os governantes de que as Forças Armadas cumpriam outras funções que não constam no rol de suas atribuições designadas por força de lei. Morillo chamava a atenção para o fato de que os militares estavam intervindo em negociações estritamente políticas, o que o levava a denominá-los de *Partido Amarillo*. Para o escritor, os governantes democraticamente eleitos deveriam evitar que os militares assumissem cargos diretivos do país.

Desse modo, pode-se inferir que a primeira edição da Revista Ahora apresenta estruturas e seções típicas

90 No original: "Dudamos a veces de la sinceridad del senõr Balaguer, toda vez que éste es un hijo espiritual del tirano asesinado, quien dejó en algunas ocasiones la presidencia en manos de aquél, con el objeto de desorientar al pueblo y volver al poder".

de outros periódicos do mesmo gênero. O conteúdo enfatiza como o contexto vivido no país caribenho estava marcado pela violência, pela supressão de direitos e pela incerteza quanto a um futuro mais promissor. Mesmo após a morte do ditador Trujillo, persistiam rumores sobre a possível continuidade do regime. Assim, os colaboradores responsáveis pela produção desses editoriais possibilitaram que aqueles que vivenciaram os horrores do trujillismo testemunhassem o processo de transformação do país e expressassem seus temores diante de um eventual retorno do governo militar – aspecto que, sem dúvida, confere caráter especial a esta edição.

DESVELANDO O "*EL AÑO DE LA ESPERANZA*"

A morte do ditador Trujillo trouxe ares de renovação para os dominicanos que pôde ser divulgada pelo editorial do periódico como uma espécie de "virada de chave" para todos aqueles que almejavam a liberdade. Encontramos no conteúdo desta edição uma homenagem aos "*Padres de la Patria*"[91], o que nos parece uma verdadeira provocação aos apoiantes do trujillismo, já que o próprio ditador se autodeclarava um "pai da pátria", colocando-se, desse modo, no panteão dos heróis nacionais (*Ahora*, 1962).

É de bom alvitre pensarmos que o editorial supracitado já inicia com questionamentos pertinentes

91 Estes são Juan Pablo Duarte, Francisco del Rosario Sánchez e Matías Ramón Mella, considerados partícipes do processo de Independência da República Dominicana (1844).

à conjuntura vivenciada em 1962. O que esperar desse ano? Questões como essas eram pautadas nos debates públicos que envolviam o futuro do país caribenho. As incertezas também faziam parte da reconstrução, pois os dominicanos não poderiam retomar a vida social e reaver a democracia de forma açodada, sem antes apurar as verdadeiras pretensões nacionais. Qual é o tipo de país que os dominicanos desejavam reconstruir? Nesse sentido, "*El año de la Esperanza*" é mais do que uma simples expressão de alívio e liberdade, coloca-se como fonte catalisadora da animosidade que foi suplantada durante os anos nefastos com o trujillismo no poder.

Figura 2: Editorial "*El Año de la Esperanza*" da Revista *Ahora*



litorial

El Año de la Esperanza

Podría decirse que el 1962 es el Año de la Esperanza para la República Dominicana. Al correrse el telón del gra tiranía (o que creen que la han aprendido demasiado bien), deben tener presente que los pueblos, una vez

Fonte: *Ahora, 15 de enero de 1962, p. 4*

No editorial que inaugura a edição especial da revista após o declínio do regime militar, identificam-se diferentes possibilidades levantadas acerca do futuro da República Dominicana. Entre elas, destacava-se a expectativa de que o país recuperasse seu caráter democrático por meio de eleições livres. A respeito dessa projeção, o editorial ressalta que "difícil e insegura é a arte de profetizar" (*Ahora*, 1962), uma vez que tal previsão estava cercada por inúmeras incertezas

capazes de alterar o rumo da nação, sobretudo, diante das dúvidas que ainda pairavam sobre o ano de 1962. Contudo, o debate público não se restringia apenas às questões políticas e sucessórias.

> Pode-se dizer que 1962 é o Ano da Esperança para a República Dominicana. Com o cair do pano sobre o ano que acaba de passar, fica para trás um balanço de convulsões sociais de grande importância, entre as quais se destaca a tão esperada execução do tirano mais cruel e imoral da história, acontecimento que, juntamente com a fuga do país de outras personagens, culminou no colapso do regime de Trujillo, uma máquina de roubo e terror que deixou a República econômica e espiritualmente arruinada (*Ahora*, 1962, p. 4)[92].

O excerto destaca o ano de 1962 como um marco de esperança para o país caribenho, simbolizando um período de transição após décadas de repressão sob a ditadura de Rafael Trujillo. Ao mencionar o "cair do pano" sobre o ano anterior, o texto sugere o fim de um ciclo de violência e corrupção que devastou as estruturas internas do país.

É fundamental destacar a perspectiva apresentada pelo editorial que ao longo de seus parágrafos expõe

92 No original: "Podría decirse que el 1962 es el Año de la Esperanza para la República Dominicana. Al correrse el telón del año recién transcurrido, queda atrás un balance de convulsiones sociales de gran importancia, entre las cuales descuella el tan ansiado ajusticiamiento del más cruel e inmoral tirano que conoce la Historia, acontecimiento éste que, unido a la huída del país de otros personajes, culminó con el derrumbe del trujillato, maquinaria de robo y terror que dejó arruinada económica y espiritualmente a la República".

o que compreendemos como "deduções", baseadas no contexto vivido pelos dominicanos em 1962. A primeira dedução diz respeito à rejeição de uma nova ditadura militar, decisão manifestada pela própria população. Para que isso se concretizasse, era imprescindível que o processo de "destrujillização" fosse rigorosamente cumprido, visando eliminar qualquer vestígio do legado trujillista no país (*Ahora*, 1962). Contudo, ainda existia um grupo de militares que permanecia fiel aos princípios estabelecidos por Trujillo; em outras palavras, setores das Forças Armadas cogitavam a possibilidade de manter a continuidade do regime militar.

A segunda dedução destacada no editorial refere-se à necessidade de uma transformação na "consciência cívica" da população, condição essencial para que a disputa entre os partidos ocorra de forma mais democrática. Essa mudança deveria impedir que a escolha de representantes fosse guiada pelo proselitismo ou por laços pessoais de amizade. Conforme diz o próprio editorial, "o povo deve aprender que não se pertence a um partido ou grupo apenas porque o seu líder é simpático ou simpatizante, mas porque os postulados e programas desse partido ou grupo são os que mais se aproximam da nossa abordagem aos problemas nacionais" (*Ahora*, 1962, p. 4)[93].

93 No original: "El pueblo deberá aprender que no se pertence a un partido o agrupación por el sólo hecho de que su líder es amigo o simpático, sino porque los postulados y los programas de ese partido o agrupación son los que más se aproximan a la manera de cada uno enfocar los problemas nacionales".

A terceira e última dedução acerca da realidade da República Dominicana no período pós-ditadura parte da ideia de que, uma vez restabelecida a ordem política e a democracia, seria necessário voltar a atenção para o campo econômico. Nesse novo contexto, esperava-se que a economia nacional fosse reorganizada de modo a alcançar seu pleno desenvolvimento, por meio da diversificação dos recursos e do fortalecimento das relações comerciais com o mercado internacional, o que, por sua vez, traria benefícios diretos ao mercado interno.

> Por outras palavras, o ano de 1962 promete ser o Ano da Esperança para a República Dominicana. Cabe a todos e a cada um dos dominicanos, Governo e Oposição, fazer tudo o que estiver ao seu alcance para alcançar o máximo benefício para a nação, bem como para obter o mais rápido e completo triunfo democrático em benefício do nobre e sofrido povo dominicano (*Ahora*, 1962, p. 4)[94].

O editorial conclui expressando o desejo profundamente enraizado nas mentes e nos corações do povo dominicano, revelando que as "deduções" apresentadas nessa seção da revista são tanto metas a serem alcançadas quanto a manifestação de um sentimento de esperança capaz de inspirar toda a nação. Ao mesmo tempo, o texto adverte que, para que

94 No original: "En otras palabras, el año 1962 promete ser el Año de la Esperanza para la República Dominicana. A todos y cada uno de los dominicanos, Gobierno y Oposición, les toca poner todo lo que esté a su alcance para lograr el máximo de provecho para la nación, así como para obtener el más rápido y completo triunfo democrático en beneficio del noble y sufrido pueblo dominicano".

o ano de 1962 se diferencie dos anteriores, é necessário que certas atitudes, quando articuladas, contribuam para o desenvolvimento da República Dominicana – destacando-se, entre elas, a mudança na mentalidade do povo, considerada uma etapa essencial para concretizar o prognóstico de transformações positivas em todos os setores do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Superados o medo e a incerteza que marcaram o povo dominicano no período pós-ditadura, restava projetar as possibilidades de melhoria para o país, começando pelo campo político, em que a população precisaria compreender que suas escolhas não poderiam mais ser guiadas pelo proselitismo. A revista *Ahora* expressou de forma clara o sentimento coletivo diante desse novo cenário, ressaltando a necessidade de que os agentes envolvidos eliminassem qualquer vestígio associado ao trujillismo, caso realmente desejassem promover transformações significativas. Ao longo da análise, observa-se ainda a contribuição de jornalistas estrangeiros que, por meio dos editoriais assinados, também registraram essa "transição" entre os períodos da história recente do país caribenho.

O ano de 1962, portanto, não deve ser compreendido apenas como um tempo de "apostas" – uma simples questão de sorte ou azar –, mas como um momento decisivo de reconstrução. O editorial "*El año de la Esperanza*" apresenta três deduções que podem ser interpretadas

como um verdadeiro "manual" de conduta: se seguidas com rigor, conduziriam a República Dominicana e seus cidadãos rumo a um futuro promissor. Assim, a esperança anunciada nesse editorial ultrapassa o campo simbólico, assumindo o papel de metas concretizadas e inseridas em um projeto de renovação nacional.

Diante de tudo o que foi exposto, considera-se que a primeira edição foi um veículo de informação fundamental, ao expressar o sentimento coletivo daqueles que participaram e contribuíram decisivamente para sua produção – uma reflexão fiel da sociedade dominicana daquele período. Assim, a revista não se restringe a retratar o regime trujillista, marcado pelo terror, mas aponta o ano de 1962 como o início do processo de reconstrução da democracia no país, momento em que se buscava dissipar os obstáculos que haviam limitado o processo de conscientização popular.

REFERÊNCIAS

Ahora. Santo Domingo, República Dominicana, Ano I, n. 1, 15 de Enero de 1962.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 1977.

CAPDEVILA, L. **La Dictadura de Trujillo**: República Dominicana (1930-1961). Sociedade Dominicana de Bibliófilos: Santo Domingo, 2010. 432 p.

CORRÊA, A. M. M. Prefácio. *In:* DE LUCA. T. R. **A Revista do Brasil**: um diagnóstico para a (N)ação. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

EL AÑO DE LA ESPERANZA. *Ahora*. Santo Domingo, República Dominicana, Ano I, n. 1, 15 de Enero de 1962.

GARCÍA MICHEL, E. **30 de Mayo Trujillo Ajusticiado**. Comisión Permanente de Efemerides Patrias: Santo Domingo, República Dominicana, 2012. 472 p.

GINZBURG, C. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. *In*: **Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

INCHAUSTEGUI, J. M. **Historia Dominicana (1844-1953)**. Libreria Dominicana: Ciudad Trujillo, RD, 1953.

JESÚS DOMÍNGUEZ, J. **História Dominicana**. Breve Letra Gráfica: Santo Domingo, 2006.

MENDOZA, G. *¿Liberada Santo Domingo?. Ahora*. Santo Domingo, República Dominicana, Ano I, n. 1, 15 de Enero de 1962.

MORAES, M. Trujillo: passado, presente e futuro. *Ahora*. Santo Domingo, República Dominicana, Ano I, n. 1, 15 de Enero de 1962.

MORILLO, R. M. *Cuidado con el partido Amarillo*. *Ahora*. Santo Domingo, República Dominicana, Ano I, n. 1, 15 de Enero de 1962.

UBIÑAS RENVILLE, G. **Épica**: Resistencia patriótica en la zona norte durante la llamada "Operación Limpieza". Archivo General de la Nación: Santo Domingo, 2023.

VEGA, B. **Unos desafectos y otros en desgracia**: sufrimientos bajo la Dictadura de Trujillo. Fundacion Cultural Dominicana: Santo Domingo, 1986.

TRÊS CENAS DA OBRA DE BOLAÑO: A VIOLÊNCIA E A LITERATURA SE APROXIMAM O SUFICIENTE PARA SE TORNAR UM SÓ

Eduardo Campos Silva

INTRODUÇÃO

Existe algo constante nas obras de Bolaño. Algo inescapável que, de maneiras às vezes mais acentuadas e noutras, mais brandas, se interpõe em toda sua produção literária: A Violência. Ao mesmo tempo em que a obra de Roberto Bolaño respira e transpira literatura, ela também respira e transpira violência. Não com o amor pela literatura – um amor com todos os seus problemas de relação – e sim como algo do qual se é incapaz de fugir.

Júlia Morena Costa aprofunda essa questão da violência na obra de Roberto Bolaño em um capítulo de seu livro "O projeto literário de Roberto Bolaño: estética do fracasso" e expõe como a violência é mostrada por Bolaño e como ela afeta seus personagens de formas diferentes em cada uma de suas obras:

> A partir de diferentes formas, ela aparece em todos os seus livros, embora em cada momento se apresente sob um viés distinto. Em seus

> romances e contos, a violência, seja ela explícita ou não, figurará como um dos elementos centrais que atinge seus personagens, provoca traumas, constrói seu caráter e muitas vezes é responsável por seu deslocamento espacial e temporal nas narrativas. Em muitos casos, são os traumas com uma violência sofrida que farão com que os personagens busquem em suas memórias uma forma de recontar, reelaborar e tentar superá-los. É também a partir de casos de violência que muitos deles vão ter que deixar suas cidades e casas, partindo para um deambular sem destino (COSTA 2023).

O propósito deste artigo não é fazer uma análise completa da obra inteira de Bolaño. Embora exista uma vontade gigante de fazer, optar por um caminho mais conciso é a decisão correta. Por isso, restringir esta análise da violência na obra de Bolaño a três cenas distintas em três livros diferentes é o que será feito a partir daqui. O propósito é falar de três níveis de violência na obra de Bolaño[95], começando em um

95 Essa proposta é inspirada não só no livro Júlia Morena Costa, mas também no artigo de Júlio Pimentel Pinto "Crônica & crítica na ficção policial latino-americana" presente na coletânea de artigos escritos pelo autor chamada "Sobre Literatura e História: como a ficção constrói a experiência". Não tem ligação com o tema tratado por Júlio Pimentel — forçando muito a barra teria ligação com a segunda cena analisada neste capítulo, mas no fim são caminhos e objetivos totalmente diferentes — mas sim em questão de estrutura. O artigo de Júlio Pimentel usa três obras de literatura policial para se aprofundar no contexto latino-americano em que elas estão inseridas e como ela se diferencia do romance policial fora da América Latina. Este artigo, como já exposto, busca ver três níveis de violência na obra de Roberto Bolaño.

conto, depois em um romance e por último em uma novela. Três gêneros literários diferentes na tentativa de construir, se não uma imagem completa, um diorama da obra de Roberto Bolaño, ao menos explorar uma visão panorâmica de sua obra e como o tema da violência é abordado e no fim destacar para o momento em que a literatura e a violência ultrapassam a linha do ficcional e se encontram ligadas na opressão da ditadura do Chile.

"O OLHO SILVA" E A "VERDADEIRA VIOLÊNCIA."

O primeiro trecho é de um conto chamado "O Olho Silva" que pertence a coletânea "Putas Assassinas":

> Vejam como são as coisas: Mauricio Silva, vulgo O Olho, sempre tentou escapar da violência, mesmo com o risco de ser considerado covarde, mas da violência, da verdadeira violência, não se pode escapar, pelo menos não nós, os nascidos na América Latina na década de cinquenta, os que rondávamos os vinte anos quando morreu Salvador Allende (BOLAÑO).

Olhando para o conto, temos a história de Olho Silva narrada por um amigo seu, Olho era um chileno que deixou o Chile quatro meses depois do golpe de 73. Vai para Argentina em uma estadia que não dura muito, a Argentina também vivia uma instabilidade política que culminaria no começo de mais uma ditadura no país em 1976, vai para o México e lá conhece o amigo

que narra o romance, depois aceita um trabalho em Paris como fotógrafo.

Aqui podemos notar suas semelhanças com Bolaño, um chileno que se exilou no México e acaba sendo levado para Europa. Mas não é Bolaño, porque quem narra o conto é Arturo Belano, alter ego de Bolaño em seus livros.

Olho Silva deixa bem claro que a violência não era algo com que sabia lidar. Arruma um trabalho pontual na Índia e lá se dá o seu encontro com "a verdadeira violência". Uma violência contra meninos. Crianças que tinham seus corpos mutilados e o fruto dessa mutilação era o abandono de seus pais e por fim, a exploração sexual, justificada pela tradição, festas populares e privilégio. Tentativas vagas de se justificar o injustificável. A violência ganha uma esfera que não é comum na obra de Bolaño. Uma violência religiosa.

Olho Silva é apresentado a dois destes meninos, um que havia passado por um ritual de emasculação e outro que aguardava a sua hora no ritual. Olho os encontra e foge com eles. Outra vez Olho tenta fugir da violência, agora junto dos dois meninos que adota como filhos e mesmo assim não consegue. O final é trágico. Os garotos morrem vítimas de uma doença que varre a vila onde eles conseguem abrigo. Resta apenas Olho Silva, um chileno perdido com filhos mortos.

Bolaño deixa claro que as marcas da violência da ditadura sempre perseguem seus personagens, a verdadeira violência é aquela que dentro de si encontra uma lógica que não passa de uma deturpação da

realidade, se a violência contra os filhos de Olho é justificada por ser um ritual religioso que emascula meninos para transformá-los em sacerdotes de um deus e toda a comunidade participa como fiéis e cúmplices, para quando terminado o ritual, estes mesmos meninos que antes eram considerados seres sagrados, agora são renegados pela comunidade e pelas suas famílias e assim são empurrados para a prostituição. É dessa forma que Olho encontra o primeiro deles. Prostituído.

Na ditadura chilena, a violência é justificada por um inimigo a ser combatido, o socialismo/comunismo. Tal violência não se restringiu somente aos jovens. Também foram torturados e mutilados, mortos e desaparecidos os velhos e os adultos. Pais e mães em uma eterna busca pelo corpo de suas crianças desaparecidas que se transmuta em uma busca por algum vislumbre de justiça. Uma geração de órfãos e de pais vítimas da ditadura.

A lógica anticomunista pode ser vista tanto na ditadura chilena como nas outras ditaduras militares da segunda metade do século XX na América do Sul. Devemos nos perguntar sempre: Onde esse fantasma estava? Mesmo no Chile, onde existia um projeto socialista, essa violência é justificada?

No fim, Olho Silva chora por perder os filhos, porém o choro se estende ainda mais. Antes de voltar à Paris, ao telefone compreendemos a extensão de seu choro que não se limita aos filhos, mas também é:

> Pelos meninos castrados que ele não tinha conhecido, por sua juventude perdida, por todos os jovens que não eram jovens, por todos os jovens que morreram jovens, pelos que lutaram por Salvador Allende e pelos que tiveram medo de lutar por Salvador Allende (BOLAÑO 2008).

O primeiro estágio da violência analisado é o da ditadura e as consequências dela na vida das pessoas que sofreram com ela. Seus exílios, suas fugas. Suas buscas por desaparecidos, sua resistência.

O AUGE DA VIOLÊNCIA NA OBRA DE ROBERTO BOLAÑO: 2666 E UM SISTEMA ASSASSINO EM SÉRIE

2666[96] é uma obra ambiciosa no projeto literário de Roberto Bolaño. Ela termina como seu trabalho não concluído. A vida não lhe deu tempo. Bolaño morre em 2003 antes de poder revisar este livro que acaba sendo publicado postumamente. Foi neste "romance monstruoso" que trabalhou em seus últimos dias de

96 O título de 2666 não tem nenhuma explicação em si mesmo. A princípio pode parecer uma simples referência ao número da besta presente no livro de apocalipse na bíblia. Capítulo 13, verso 18: "Aqui há sabedoria. Aquele que tem entendimento calcule o número da besta, porque é número de homens; e o seu número *é* seiscentos e sessenta e seis." No entanto, 2666 é apresentado como um ano do futuro em outro livro de Bolaño chamado "Amuleto". O ano de 2666 abriga um cemitério "[...]escondido debaixo de uma pálpebra morta ou ainda não nascida, as aquosidades desapaixonadas de um olho que, por querer esquecer algo, acabou esquecendo tudo." Talvez 2666 seja Bolaño tentando manter nosso olho aberto. O olho fechado pode esquecer.

vida. A doença degenerativa em seu fígado avançava, mas a fila do transplante não.

Os temas de Bolaño estão presentes: Literatura, intelectuais latino-americanos, violência. Nesse romance de quase mil páginas tudo é amplificado. A busca de críticos literários por um escritor supostamente recluso no México. Um professor de filosofia criando sua filha em uma cidade que odeia mulheres enquanto percebe que em um mundo cada vez mais próximo do seu estágio final de loucura e tentar manter a lucidez é só mais uma forma de loucura. Um repórter estadunidense que se depara com crimes contra mulheres na fronteira entre México e Estados Unidos. A escalada final destes crimes e a incapacidade de resolução porque tudo parece conspirar contra. A sociedade, a política, os fatores econômicos. A vida de um escritor alemão antes, durante e depois de sua participação no exército nazista. Quase que uma tentativa incessante de colocar o mundo inteiro dentro de um livro, ou melhor, toda a história de violência no século XX. E sua inevitável falha.

A definição de Antônio Xerxenesky em sua tese de doutorado[97] é bastante precisa em termos de análise para este texto. 2666 seria um "Romance Monstruoso". O livro é dividido em cinco partes que assimilam cinco gêneros distintos. Esse monstro é resultado da deformidade dessas partes que se encaixam à primeira vista, todavia, quando se olha mais de perto,

97 "O Romance Monstruoso: 2666 de Roberto Bolaño", tese de doutorado de Antônio Xerxenesky.

nada se encaixa, você encontra somente essa forma apocalíptica, esse monstro.

Uma boa comparação é com "Guernica" de Picasso, tela que apresenta vários elementos de horror frutos da guerra civil espanhola, quando separamos estes elementos podemos nos aprofundar nos detalhes e referências que demonstram essa violência sem sentido da guerra, mas sua força maior está nessa junção de tudo, a guerra é o centro definitivo da violência em Guernica. A guerra é o monstro e não as figuras disformes. A guerra produz as formas monstruosas do quadro. 2666 é um monstro semelhante, a disformidade é fruto da violência, onde a deformidade é tamanha que a tentativa de encaixa resulta nessa forma monstruosa. 2666 não aponta a violência como o monstro, aprofunda em busca da razão dessa violência, da gênese da violência.

Agora olhemos para o trecho de 2666 retirado de "A parte de Fate"[98] onde se discute a violência:

> [...] em meados do século XIX [...] a sociedade costumava coar a morte no filtro das palavras. Se você lesse as matérias da época diria que quase não havia delitos nem que um assassinato era capaz de comover todo um país. Não queríamos ter a morte em casa, em nossos sonhos e fantasias, mas é um fato que se cometiam crimes terríveis, esquartejamentos, estupros de todo o tipo e até assassinatos em série. Não há dúvida, a maioria dos assassinos seriais não era capturada

98 2666 é dividido em cinco partes: A Parte dos críticos, A Parte de Amalfitano, A parte de Fate, A Parte dos Crimes e A Parte de Archimboldi.

nunca, basta pensar no caso mais famoso da época. Ninguém nunca soube quem era Jack, o Estripador. Tudo passava pelo filtro das palavras, convenientemente adequado a nosso medo. O que faz uma criança quando tem medo? Fecha os olhos. [...] As palavras serviam para esse fim. E é curioso, porque todos os arquétipos da loucura e da crueldade humana não foram inventados pelos homens desta época, mas por nossos antepassados. Os gregos inventaram, por assim dizer, o mal, viram o mal que todos levamos dentro de nós, mas as testemunhas ou provas desse mal não nos comovem mais, nos parecem fúteis, ininteligíveis. [...] Você vai dizer: tudo muda. Não há dúvida, tudo muda, mas os arquétipos do crime não mudam, da mesma maneira que nossas natureza tampouco muda. [...] A maioria dos seres humanos estava além dos muros da sociedade. No século XVII, por exemplo, em cada viagem de um navio negreiro morria pelo menos vinte por cento da mercadoria, quer dizer, da gente de cor que era transportada para ser vendida, digamos, na Virgínia. E isso não comovia ninguém, nem saía em manchetes garrafais no jornal da Virgínia, nem ninguém pedia para enforcar o capitão do navio que os tinha transportado. Se, pelo contrário, um homem abastado sofria uma crise de loucura e matava seu vizinho, depois voltava galopando para casa, onde mal apeava e matava sua mulher, ao todo duas mortes, a sociedade virginiana vivia atemorizada por no mínimo seis meses, e a lenda do assassino a cavalo podia perdurar por gerações inteiras. Os franceses, por exemplo. Durante a Comuna de 1871, morreram assassinadas milhares de pessoas e ninguém derramou uma lágrima por elas. Por volta da mesma data, um amolador de facas matou

> uma mulher e sua mãe velhinha (não a mãe da mulher, mas a sua própria, caro amigo) e depois foi abatido pela polícia. A notícia não só correu pelos jornais da França, como foi reproduzida em outros jornais da Europa e saiu até uma nota no *Examiner* de Nova York. Resposta: Os mortos da Comuna não pertenciam a sociedade, a gente de cor morta no navio não pertencia a sociedade, enquanto a mulher morta numa capital de província francesa e o assassino a cavalo da Virgínia, esses sim pertenciam, quer dizer, o que havia acontecido com eles era escrevível, era legível. Mesmo assim, as palavras costumavam se exercitar mais na arte de esconder do que na arte de desvelar (Bolaño 2010).

A parte de Fate é protagonizada por Oscar Fate, repórter estadunidense encarregado de cobrir uma luta de boxe no em Santa Teresa, cidade fictícia no México baseada na Ciudad Juarez, localizada na fronteira entre México e Estados Unidos. O feminicídio é quase uma assinatura da cidade de Santa Teresa. Logo, Fate começa a se interessar por uma série de crimes contra mulheres. Assassino? Assassinos? Bolaño nos carrega para essa investigação de detetive sem nenhum detetive de verdade. Durante a leitura esses crimes vão se intensificando e a indiferença da cidade a estes crimes é proporcional a isso. Na parte de Fate nos encontramos próximos do auge destes crimes[99]. Fate questiona o porquê de essas mulheres estarem sendo

99 O auge destes crimes se encontra na quarta parte, a parte dos crimes. Embora eles estejam circulando a narrativa de 2666 desde a primeira parte.

mortas e nenhum crime é resolvido e nenhum culpado preso. Em sua última entrevista, concedida a Mónica Maristan[100], Bolaño depois de responder que o paraíso era parecido com Veneza, responde também como é o inferno. Para ele o inferno é Ciudad Juarez, "nossa maldição e nosso espelho".

Para compor a história dessas mulheres anônimas mortas dentro de uma cidade que parece devorar tudo o que está diante dela, Bolaño usou a experiência de Sergio Gonzalez Rodriguez[101] principalmente pelo que ele escreve em "Huesos en el desierto" onde ele investiga os feminicídios em Ciudad Juarez, a contraparte real de Santa Teresa. Assim como em "2666" de Bolaño, "Huesos en el desierto" de Rodriguez não encontra um culpado ou culpados. Pessoas são presas, mas sem provas robustas ou contundentes, quase como se essas prisões fossem uma conveniência ou uma espécie de obra do acaso. Pessoas como Abdel Latif Sharif, que tinha um passado de crimes sexuais fora do México, são usadas para carregar a culpa de várias mulheres assassinadas em Ciudad Juarez. Os crimes continuaram após a prisão de Sharif.

---

100 A entrevista originalmente foi veiculada em julho de 2003 na edição mexicana da revista "Playboy", no entanto a versão acessada para o trabalho está disponível em: https://medium.com/@fe_mldn/a-%C3%BAltima-entrevista-de-roberto-bola%C3%B1o-estrela-distante-3cf4f663e560

101 Foi um jornalista mexicano conhecido por seus trabalhos de investigação da atuação dos cartéis de narcotráfico mexicanos e do feminicídio em Ciudad Juarez.

Quando Bolaño escreve sobre a violência em 2666, ela nasce de vários lugares. "A Parte dos críticos" termina com os críticos do título, intelectuais europeus espancando um motorista indiano no México. "A Parte de Amalfitano" os crimes começam a aumentar, enquanto esse pobre homem é violentado por ser próprios demônios. "A Parte de Fate" é quando essa violência se intensifica e vemos a tentativa de um repórter de escrever sobre esses crimes. "A Parte dos crimes" é a mais sombria, onde temos os relatórios forenses dessas mulheres assassinadas e presenciamos o tamanho da violência com que são executadas, por maridos, namorados, ex-namorados. Mulheres mortas por serem mulheres. Trabalhadoras de maquilarias encontradas em lixeiros com marcas de crueldade. "Nossa maldição e nosso espelho". A sensação causada na escrita é de que todas as mulheres de Santa Teresa estão em perigo e que todos os homens são suspeitos do feminicídio. "A Parte de Archimboldi" nos leva de volta para segunda guerra mundial onde o nazismo industrializou as maneiras de matar nos campos de extermínio.

Esse ciclo de violência nos leva a entender o que é "escrevível" e "quem faz parte da sociedade". Essas mulheres não faziam parte da sociedade, assim como os negros que o personagem descreve no trecho da "Parte de Fate", mortos no navio, não faziam. Arrancados de sua terra e transformados em menos que humanos, perdas sem nomes, sem notas em jornal, vítimas de um crime sem solução e sem precedentes, mesmo com os criminosos sendo conhecidos e reconhecidos.

A sociedade do século XVII era a autora dos crimes. A sociedade é a executora das mulheres de Santa Teresa. De Ciudad Juarez.

A história é um palco dessa violência. A violência em 2666 não se personifica em um assassino em série ou um grupo de assassinos em série, não há uma conclusão para estes crimes. Uma solução final. Uma linha de acontecimentos que terminam com um detetive perspicaz apontando um culpado ou jovens que andam por aí em uma van arrancando uma máscara e mostrando o humano por trás do monstro. Não há justiça. Todos estão condenados a trafegar naquele inferno chamado Santa Teresa.

Em sua tese "O Romance Monstruoso: 2666 de Roberto Bolaño", Antônio Xerxenesky aborda de uma maneira mais enraizada a questão destes corpos de mulheres em "2666" associando essa não existência e esses crimes com o capitalismo tardio:

> Em 2666, os corpos não são impossíveis de identificar apenas depois da morte: é como se as mulheres assassinadas fossem impossíveis de identificar ainda em vida, de tão à margem da sociedade que viviam. O perpetrador do crime, também, como se verá mais adiante, é inidentificável. Por mais que se especule, não há nem um grande grupo (como "o regime militar") que pode ser diretamente culpado. A culpa é difusa. E a motivação dos crimes é ainda mais obscura. É compreensível, pela lógica fascista, o desejo de eliminar a qualquer custo opositores. Mas por que assassinar com tanta brutalidade essas mulheres? Não há raciocínio que desvende

> essa motivação. O capitalismo tardio permite a violência sem justificativa para além do exercício de subjugação (Xerxenesky 2019).

Bolaño se recusa a usar "o filtro das palavras" para nos mostrar essas violências. Ele joga um holofote nestes acontecimentos pois para ele, não devemos ou não podemos esquecer, não devemos desviar o olhar, não devemos nos acostumar. À medida que esquecemos ou nos acostumamos ou ficamos indiferentes, comete-se uma forma de violência. No entanto, nos acostumamos e nos anestesiamos. Porque a violência está circulando diariamente ao nosso redor. Em 2666, a violência é sistêmica. Esse sistema, segundo Xerxenesky, é o capitalismo que triunfa e mostra sua forma mais brutal tirando a existência de mulheres, é um sistema que vende o progresso, mas devora vidas inteiras no processo.

"NOTURNO DO CHILE": A LITERATURA E VIOLÊNCIA SE ENCONTRAM EM "LO CURRO."

"Noturno do Chile" é uma novela de Roberto Bolaño lançada em 2000. Narra o confronto de Sebastián Urrutia Lacroix — padre, poeta e crítico literário — com o passado, em seu leito de morte. Urrutia Lacroix tem um encontro marcado com a morte, mas antes disso se encontra com suas próprias memórias. O passado do padre Lacroix é o passado do Chile durante a ditadura.

> [...] depois veio o golpe de Estado, o levante, o pronunciamento militar, bombardearam La Moneda, e, quando terminou o bombardeio, o presidente se suicidou e tudo acabou. Então eu fiquei quieto, com um dedo na página que estava lendo, e pensei: que paz. Levantei, fui à janela: que silêncio (Bolaño 2004).

Com o passar da narrativa, vemos desarmada toda sua lógica de padre distante da política. Sua desconexão com a igreja se manifesta quando é recebido para um encontro literário que o colocara dentro do círculo mais nobre da literatura chilena — dentro de uma fazenda pertencente ao principal crítico literário do Chile que a recuperou depois do golpe, pois havia sido desapropriada durante a reforma agrária de Allende — encontra os pobres camponeses trabalhadores que recebem o padre com alegria, enquanto em sua narração entendemos seu desprezo por essa gente.

Sua relação com a ditadura de Pinochet se estreita: é convocado para ensinar sobre marxismo para Pinochet e seus generais, que queriam conhecer o inimigo que estavam combatendo. O único aluno interessado de fato nas aulas é Augusto Pinochet.

Lacroix era político, porque seu silêncio era político, sua omissão, no entanto vai além, suas relações com a elite acadêmica, literária, religiosa e política, lhe garantiam a paz após o golpe. A paz que sentiu ao Allende perder a vida. A segurança. Seu privilégio continuava por mesmo que suas palavras o tentem distanciar ao máximo de qualquer comprometimento político.

Lacroix não participou de torturas, não trabalhou para a DINA, não prendeu ninguém. Era um crítico oficial. Bolaño reúne em Urrutia Lacroix tudo o que mais desprezava na elite intelectual e artística que se manteve em paz enquanto o Chile — ou qualquer um dos países da América Latina e seus golpes militares — sofria nas mãos do autoritarismo e opressão. Os poetas oficiais. Os artistas funcionários. "Noturno do Chile" acaba sendo uma alegoria de como a cultura e a barbárie podem andar uma do lado da outra.

No último trecho a ser analisado temos um laço íntimo entre a literatura e a violência. Presente em "Noturno do Chile[102]", essa parte nos leva a conhecer Maria Canales, uma personagem ínfima na obra de Bolaño, que vem e desaparece, porém, deixa sua marca e quase sempre essa marca não é nem um pouco agradável. Canales, a Personagem, era uma escritora com certa proeminência na literatura chilena durante os anos da ditadura de Pinochet. Lacroix descreve um "talento ensimesmado", se perdendo dentro dela mesma, e o símbolo disso era suas festas e saraus particulares onde ela convidava parte da elite artística, pintores vanguardistas, poetas, escritores, talentos

102 Tentando um aprofundamento no título desta novela de Bolaño, podemos enxergar um duplo sentido. O céu noturno do Chile é muito conhecido por ser bastante favorável a observação astronômica, mas no livro toma contornos diferentes, simbolizando o alvorecer da revolução chilena tomado por trevas; uma escuridão que não se dissipou com o amanhecer. Não haveria estrelas. O único vislumbre de qualquer luz é em "La Moneda", em chamas, no 11 de setembro de 1973.

promissores em suas respectivas áreas para sua casa. Era um lugar seguro diante da perseguição da ditadura.

> [...] na ampla sala de María Canales, começava a festa, a anfitriã servia uísque para todo mundo, alguém punha um disco de Debussy, um disco de Webern gravado pela Berliner Philharmoniker, não demorava para que alguém resolvesse recitar um poema e para que outro resolvesse comentar em voz alta as virtudes deste ou daquele romance, discutia-se pintura e dança contemporânea, formavam-se rodas, criticava-se a última obra de fulano, diziam-se maravilhas da mais recente performance de beltrano, bocejava-se, às vezes se aproximava de mim algum poeta jovem, contrário ao regime (Bolaño 2004).

Todavia, há um segredo escondido debaixo daquela casa em "Noturno do Chile", oculto pelos corredores, cobertos por essa nuvem de intelectualidade, disfarçado pela vanguarda e inquietantemente abafada pelo recitar de versos melódicos e parágrafos metódicos dos jovens escritores. Esta é a primeira casa que nos assombrará.

> Meses depois, um amigo me contou que durante uma festa na casa de María Canales um dos convidados tinha se perdido. Estava muito bêbado, ou estava muito bêbada, pois não ficou claro seu sexo, e saiu à procura do banheiro ou do *water*, como também dizem alguns dos meus desditosos compatriotas. Talvez quisesse vomitar, talvez só quisesse fazer suas necessidades ou molhar um pouco o rosto, mas o álcool contribuiu para que se perdesse. Em

> vez de pegar o corredor da direita, pegou o da esquerda, depois se meteu por outro corredor, desceu uma escada, estava no porão e não percebeu, a casa, é verdade, era muito grande: um jogo de palavras cruzadas. O fato é que andou por diversos corredores, abriu portas, encontrou muitos quartos vazios ou ocupados por caixas de embalagem ou por grandes teias de aranha, que a mapuche não se dava nunca o trabalho de limpar. Finalmente chegou a um corredor mais estreito que todos os outros e abriu uma última porta. Viu uma espécie de cama metálica. Acendeu a luz. Sobre a cama havia um homem nu, amarrado pelos pulsos e tornozelos. Parecia dormir, mas essa observação é difícil de verificar, pois uma venda lhe cobria os olhos. O extraviado ou a extraviada, sumida instantaneamente a bebedeira, fechou a porta e tornou em silêncio sobre seus passos (Bolaño, 2004).

Nesta passagem, não vemos a simples aproximação ou interligação dos temas de Bolaño: a literatura e a violência. Aqui há uma fusão. A tortura e a literatura ocupando o mesmo espaço e o mesmo tempo. Aqui temos o mais perto de uma síntese do pensamento contra a oficialidade de Bolaño. Se a pergunta for "Como a literatura se comporta diante da barbárie?" em Bolaño a resposta neste momento de sua obra é: a literatura faz parte da barbárie. A literatura e a barbárie se mesclam. Nascem do mesmo lugar. A casa de Maria Canales servia centro de interrogatório o que para a ditadura quer dizer centro de tortura. Maria Canales e seu marido trabalham para a DINA.

Renata Santos Mattos aprofunda ainda mais as funções que essa organização assumiu em "A Dirección de Inteligencia Nacional (dina), o terrorismo de estado no Chile e as relações com o imperialismo estadunidense (1973-1977)" e apresenta essa "máquina de terror" estatal, a criação deste monstro e suas funções durante a ditadura no chile:

> Os anos de 1974 a 1977 marcam o período de atividades de DINA, momento de uma repressão direcionada às organizações mais preparadas e resistentes da esquerda chilena como o MIR e os partidos Socialista e Comunista. Dividida em brigadas, lideradas por agentes conhecidos pelo histórico de torturas e extrema fidelidade ao regime, não por acaso a instituição adquiriu um status amedrontador e implacável seja no âmbito dentro das forças armadas, sejam em grupos civis e entre militantes da oposição. As ordens de Pinochet culminaram na formação de uma complexa estrutura composta por mais de mil agentes e cinquenta mil informantes, o que permitiu a expropriação de imóveis e a criação de centros clandestinos de detenção espalhados por todo o país, práticas refinadas de tortura, assassinato e desaparecimentos de presos políticos, além da infiltração no interior das próprias instituições estatais e privadas, entre outras ações (Mattos, 2019).

Bolaño, em grande parte de suas entrevistas, gostava de dizer que a literatura era perigosa. Como uma aposta onde se tem muito a perder e pouquíssimo a ganhar. Algo que pode nos fazer perder a cabeça.

Nestas palavras, expondo Maria Canales, o perigo é literal. A literatura é perigosa porque perto dela está a tortura. A literatura serve ao regime.

Voltemos de novo a nossa busca por casas assombradas. Esta outra casa tem três andares. Localizada em Lo Curro, bairro nobre do Chile. Há janelas por todos os lados. Carros chegam e saem rapidamente. Homens com corte militar olham desconfiados ao redor, mesmo afastados das regiões mais movimentadas da capital, parecem sempre buscar mais um, outro e outro. Outro indivíduo. Outro elemento. Outro subversivo. Qualquer que possa ser carregado pela escada lateral e ali, começarem a fazer o que foram ensinados. Cumprir ordens. E a ordem é a tortura. Ninguém pode saber o que preparam dentro desta casa. Ninguém pode ver estes homens arrebatar os considerados subversivos e com o vento os transformar nos ossos que cobrem a terra da América Latina. Uma mãe segura um livro aberto e olha sorridente para o filho. O filho sustenta uma flor entre seu indicador e polegar. Ao fundo, árvores de um bosque escondem a vida mansa de uma mãe. Aspirações e inspirações. As fórmulas literárias que perseguem uma escritora que busca sua própria voz em meio a construção das histórias que quer contar e ao mesmo tempo tem que criar os filhos. A arte do disfarce. A casa pertence à DINA. É seu centro de operações. Nos corredores em que as crianças brincam, andam torturadores. Em outra sala, um cientista louco faz seus experimentos em ratos e coelhos, produz gás sarin

como em um projeto de feira de ciências da escola. Um espanhol é morto. Mensagens cifradas são passadas pelo telefone. Bombas caseiras são fabricadas, prontas para rechear carros de embaixadores e opositores do regime. Lançados ao ar com um clique. Um botão. Carros voam em chamas pelas ruas do Chile até o Washington D.C. Enquanto isso, quitutes e bebidas são separados. É noite de encontro literário em Lo Curro. Nem todos conseguem chegar até a afastada casa de Mariana Callejas, nas proximidades dos Andes. A casa não pertence de verdade a ela, lembre-se. Os que chegam, são recebidos com alegria pela sua anfitriã. Ela coloca suas músicas no moderno aparelho de som, fitas cassete, discos de vinil, ela mexe os braços, dois pra lá e dois pra cá, dança. Ela então se converte em uma agente secreta. Não do tipo de espionagem sedutora. Não há o glamour de um James Bond. Os corredores de sua casa se transformam no calvário de centenas de pessoas perseguidas. Mariana Callejas, a Escritora. Acima de tudo escritora. Sua vida cai em desgraça com a chegada a democracia. Sua máscara cai. O que acontece quando a máscara que usamos torna-se nosso rosto?

A essa altura não dá mais para esconder. A história de Maria Canales é a história de Mariana Callejas, escritora chilena, mãe e ex-agente da DINA. O tecido entre História e ficção é rasgado e temos a exposição final de Bolaño em "Noturno do Chile". A literatura não engradece e nem salva ninguém. Tampouco a arte

nos salvará. Em "A Literatura Nazista na América[103]" Roberto Bolaño escreve dezenas de biografias de personagens inventados[104] que tinham afinidades com o nazismo, alguns de maneira bastante prática, outros mais velados, alguns ainda tão ocultos que viramos a página de cabeça para baixo tentando ver com todas as letras o seu nazismo e não encontramos. Por quê? Será que esse nazismo existe? Ou será que ele está tão difundido e mesclado em nossa cultura a ponto de não ser mais reconhecido a "olho nu"? São provocações bastantes intensas. Este livro é mais uma tentativa de Bolaño nos mostrar que a literatura é formada também por monstros, e por que ainda nos prendemos a ideia de salvação e elevação da literatura e da arte de maneira geral? Não eram os nazistas que separavam a alta e a baixa cultura?

Cúmplice de seu marido, o estadunidense Michael Townley, Mariana Callejas foi condenada como coautora do assassinato do general Carlos Prats e sua esposa. "E minha carreira literária?" é a pergunta final de María Canales em seu último encontro com o Padre Lacroix. Mariana Callejas se tornou uma pária

---

103 Um livro que mereceria uma pesquisa muito mais aprofundada, indo além de uma nota de rodapé. Nos momentos embrionários desta pesquisa esta obra era o principal objeto de estudo, mas acabou sendo engolido no decorrer das leituras e o confronto com a realidade acadêmica. Ainda é necessária substância e experiência para lidar com essa obra, muito embora ainda seja um desejo real explorar suas temáticas em um possível futuro na vida acadêmica. Nazismo, cultura, ética, estética e paranoia.

104 Não são todos os personagens da literatura invenções?

na literatura chilena, ninguém queria publicá-la. Esta foi sua tristeza e sua maior punição. Sua morte foi literária. Sua carreira acabou. Sua vida de aventuras colaborando com terrorismo de estado custou tudo para ela. Não só para ela. Aqueles com que ela ajudou a exterminar, sumir, apagar, explodir. Para esses custou tudo e muito mais. Para a sociedade chilena custou uma marca que não pode nunca ser apagada.

Na obra de Bolaño a literatura e a violência se aproximam o suficiente para se tornar uma só. Literatura é violência. Assim como a literatura é tantas outras coisas diferentes.

CONCLUSÃO

A violência na obra de Bolaño mostra sua faceta de maneiras distintas. As marcas na vida de um homem que tentou a todo custo fugir da violência com a qual deu de cara no momento do golpe do Chile, mas ela é "inescapável" aos que viram Allende morrer. Encontramos os corpos de mulheres no deserto na fronteira entre México e Estados Unidos, corpos jogados nas lixeiras, fruto de um estado constante de paranoia gerado por machismo e misoginia, sustentados por um sistema que, não protegendo os mais vulneráveis, se torna cúmplice.

Uma discussão profunda caberia aqui, buscando os aspectos sociais que levam à construção desta sociedade profundamente ferida pela violência que

surge de diferentes lugares, frutos de processos na América que, se remontados, nos levariam até a chegada de Cristóvão Colombo. Onde poderíamos focar nossa lente para ver a raiz histórica desse mal? Seria fruto da "pura maldade" humana? Isso é real? Essa raiz podre surge do fato que somos de natureza má? Não seria essa uma herança de nosso pensamento cristão, dizendo que o mundo é repleto de pecado e nos afundamos nessa maldade por que nos afastamos de Deus? Nascemos com esse mal ou ele se desenvolve a partir de nossas experiências, nossas oportunidades ou falta de oportunidades e dos ambientes em que vivemos? As estruturas de poder nos empurraram para um individualismo tão descomunal que esquecemos que a vida em sociedade gerou grandes frutos para o desenvolvimento de nós como humanidade desde a chama pré-história? Para onde olhar? Para o céu? Para dentro de si? Para o passado? Tentamos olhar para o futuro? Como vamos lembrar de tudo? Não vamos. É impossível com que lembrar de tudo.

Bolaño nos obriga a olhar para as mulheres mortas no deserto. Para as crianças vítimas de nosso fanatismo religioso. Para um homem marcado pela violência da ditadura. Para a sala de pessoas elevadas para ditadura que se converte em uma sala de tortura. Para a literatura aliada a ditadura. Para "nossa maldição" e "nosso espelho". Porque pior do que confrontar essas memórias de violência é simplesmente optar pelo esquecimento e apagamento delas. Pior do que olhar é esquecer.

REFERÊNCIAS

BOLAÑO, Roberto. **2666**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BOLAÑO, Roberto. **Literatura nazista na América**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BOLAÑO, Roberto. **Noturno do Chile.** Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BOLAÑO, Roberto. **Putas assassinas.** Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

GONZÁLEZ RODRÍGUEZ, Sergio. **Huesos en el desierto**. Barcelona: Anagrama, 2002.

COSTA, Julia Morena. **O projeto literário de Roberto Bolaño: estética do fracasso**. Salvador: EDUFBA, 2023.

MATTOS, Renata Santos. **A Dirección de Inteligencia Nacional (DINA), o terrorismo de Estado no Chile e as relações com o imperialismo estadunidense (1973-1977).** 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

PICASSO, Pablo. **Guernica**, 1937. Óleo sobre tela, 349 cm × 776 cm. Museu Reina Sofía, Madri.

PINTO, Júlio Pimentel. **Sobre literatura e história:** como a ficção constrói a experiência. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

XERXENESKY, Antônio. **O romance monstruoso:** 2666 de Roberto Bolaño. Tese (Doutorado em Teoria Literária) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

PARTE III:

RESISTÊNCIAS COTIDIANAS

O PACIFISMO NA TEORIA SOCIAL ANARQUISTA: UMA GENEALOGIA

Nádia Farage

Em junho de 1904, durante o Congresso Antimilitarista em Amsterdam, o anarquista E.Armand (1904,I) afirmou haver, em síntese, dois métodos opostos da revolução:

> *O primeiro consiste em voltar contra opressores e monopolizadores a arma de que sempre se servem para submeter e explorar os mais fracos: a força bruta; o segundo apela à revolta individual e consciente, à convicção profunda e pessoal. Os revolucionários que ao último aderem professam o mesmo horror pelo sangue derramado do que por qualquer movimento irrefletido, realizado sob o impulso de uma excitação sentimental passageira ou de um arrebatamento popular irracional.*

Naqueles anos, na razão inversa do armamentismo, do militarismo e da ação direta, o pacifismo florescia. Não se tratava de ideias novas, mas ganhavam as ruas, abraçadas pelo movimento anarquista, bem como por algumas tendências socialistas, alcançando trabalhadores em todos os quadrantes. Apesar de sua importância no interregno de 1890 a 1914, a história da resistência não-violenta e de seus correlatos, a desobediência civil e a objeção de consciência, foi relativamente obliterada pela

épica das revoluções. Este artigo pretende segui-la, com especial atenção à presença do pacifismo no pensamento social anarquista.

A tese pacifista ganhou impulso na década de noventa do século XIX, com o movimento naturista entre trabalhadores gráficos anarquistas na França, movimento que surgiu crítico à ação direta sustentada pelo anarquismo de Bakunin e Malatesta (A.Baubérot, 2004:183ss). A partir dos pequenos grupamentos e comunas urbanas em Paris, o naturismo teve impulso significativo na Península Ibérica, com grande reverberação na América do Sul, havendo-se espraiado por todas as latitudes. Em 1932, Max Nettlau, historiador do anarquismo, estimava, pessimista, que o surgimento das tendências naturistas e outras no interregno de 1890 a 1914 foi sintoma do enfraquecimento do anarquismo internacional e do desperdício de suas forças em causas menores, como o pacifismo, o controle reprodutivo, a libertação animal, entre outras (M. Nettlau,1996:288-89). Estas causas menores foram, entretanto, espaços de aliança entre diferentes correntes de pensamento e, certamente, ganharam visibilidade no cenário político, ao ponto de provocar o comentário ranzinza do socialista H.Hyndman, em diálogo com George Bernard Shaw e H.Salt, reproduzido por S.Wisten (1951:64):

> *Eu não quero que o movimento socialista seja um depósito de velhos excêntricos, humanitários, vegetarianos, antivivisseccionistas, antivacinistas, arty-crafties [adeptos do movimento*

Arts and Crafts] e todos os demais. Somos socialistas científicos e não temos lugar para sentimentais.

Várias linhas naturistas surgiram na virada do século XX: naturismo libertário, naturianismo, neo-naturianismo, anticientificismo, bem como o tolstoísmo. Quanto a este último, como bem nos lembra G.Woodcock (2003,I:257ss), embora as ideias de L.Tolstoi sejam quase sempre apresentadas como um *corpus* isolado, elas pertencem, definitivamente, ao ideário anarquista e surgiram em diálogo estreito com outras variantes naturistas. Sob suas diferenças, todas estas linhas tinham por denominador comum a noção de que o capitalismo havia degradado a condição humana por havê-la afastado da natureza. Viam como alternativa a renúncia à civilização industrial e agrícola: teoria herdeira dos luditas, o naturismo não preconizava a tomada da linha de produção, mas antes seu abandono ou destruição (J.Rosselló, 2003; N.Farage, 2015).

A civilização era um mal -- esta é a tese central do naturismo libertário, ao final do longo século XIX. Diferentemente de marxistas, socialistas e outras tendências anarquistas, o naturismo libertário pedia a abolição total do trabalho, que, a seu ver, sempre escravizaria todas as formas de vida -- humanos e demais animais. Assim, o ideário naturista trazia um motivo mítico ao horizonte da revolução social: Jardim do Éden ou idade do ouro, tempo/espaço em que todas as formas da vida haveriam de conviver, ou voltar a conviver, pacificamente.

Tal motivo, vindo do pitagorismo, já se havia ancorado na filosofia política de E.La Boétie [(1580) 2009]. No libelo referencial sobre a liberdade, que é o *Discurso sobre a Servidão Voluntária*, E.La Boétie afirma que a noção de liberdade não se confina ao ser humano; ao contrário, a liberdade, concebida como natural, pertence ao ser vivo.[105] Em uma das passagens mais belas do *Discurso*, La Boétie traz como evidência o exemplo dos "brutos", que lutam por sua liberdade, porque lhe dão valor:

> *dos maiores aos menores, quando os aprisionam, mostram tão grande resistência com unhas, chifres, bicos e pés, que declaram muito bem como lhes é caro o que perdem; depois, já presos (...) continuam a vida mais para lamentar a alegria perdida do que para alegrar-se com a servidão [E.La Boétie, (1580) 2009:40]*

O *Discurso* não se restringe à imagem do animal selvagem, que seria tão importante, mais tarde, para a imagética romântica da liberdade. Ao contrário, La Boétie não hesita em colocar a liberdade como natural e coextensiva a todos os seres: *até mesmo os bois gemem sob o jugo* (La Boétie, 2009:41). Seu foco é o ser vivo e senciente: os *que possuem sentimento, desde que o tenham, sentem o mal da sujeição e perseguem a liberdade* (La Boétie, 2009:41) . Desta perspectiva, a

105 Em sua leitura do *Discurso*, com grande impacto na antropologia política, P.Clastres (1982:117) toma direção oposta, afirmando que La Boétie propõe o homem como um ser exclusivamente para a liberdade, cuja perda representaria uma "queda na animalidade".

noção da liberdade como prerrogativa humana não é fiel às intenções do *Discurso* e mesmo infirma o motivo edênico que o preside, o da convivialidade entre todos os viventes. Este não é um detalhe menor: ao trazer a convivialidade entre todos os viventes ao centro da teoria política, o *Discurso* refunda, para a modernidade, a tradição biocêntrica dissidente que virá percorrê-la, em desafio, nem sempre aberto, ao antropocentrismo.

Importa notar que a ampla noção de liberdade surge no *Discurso* necessariamente ligada a outro conceito que podemos denominar fraternidade. Uma fraternidade que não se limita à humanidade, mas, pelo contrário, abrange todos os seres vivos sencientes, porque a natureza *não enviou os fortes como bandidos armados em uma floresta para oprimir os mais fracos*. Diz La Boétie [(1580) 2009:39]:

> *Se somos todos naturalmente livres, então somos todos companheiros e ninguém poderia entender que a Natureza coloca alguém em servidão; ela nos coloca a todos na companhia uns dos outros*

Todos companheiros: a ampla fraternidade proposta por La Boétie foi desenvolvida, também, na *Apologia de Raymond Sebond*, de M. de Montaigne [(1580) 1972]. A tanto, deve-se acrescentar o *Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens*, de J-J. Rousseau [(1755) 1978], que estabelece a continuidade entre homens e outros animais, por meio do sentimento natural de piedade; liberdade e piedade, evidentemente, também seguem juntas em Rousseau.

A vasta influência da obra de J-J.Rousseau é o fio condutor que nos permite trazer o debate aos dias da revolução francesa. Com efeito, insuspeitado dentre as narrativas convencionais acerca da revolução, o debate sobre o pacifismo e a repulsa ao derramamento de sangue esteve lá, em meio à voga revolucionária. Travava-se, ali também, uma guerra da piedade, tal como a definiu J.Derrida (2004:57), em que se disputa o valor da vida senciente.

Note-se, à partida, que Robespierre, o verdugo do Terror, era advogado e, no início de sua trajetória política, posicionou-se contra a pena de morte[106], pedindo, com veemência, por sua abolição, em discurso à Assembleia Nacional em 30 de maio de 1791! Triste ironia, que tem, entretanto, a virtude de evidenciar o fato de que a pena de morte – tema biopolítico fundamental para o delineamento do Estado moderno (M.Foucault, 1988) –, por representar espaço simbolicamente carregado de incidência do poder absolutista, foi objeto de acalorado debate entre os revolucionários. Coligidas ainda sob o impacto do Terror, o volume das *Biographical Anecdotes of the founders of the French Republic,* obra editada pelo propagandista vegetariano britânico Richard Phillips em 1797, oferece consideração importante sobre outro protagonista do Terror, Jean Marat: era anatomista. Afirma o comentarista:

106 Devo esta referência ao colega André Fonseca, a quem muito agradeço. O texto integral do discurso de Robespierre encontra-se em https://ledroitcriminel.fr/la_science_criminelle/penalistes/la_loi_penale/sanction/robespierre_peine_de_mort.htm

> *como anatomista, ele parece ter construído muitas das suas teorias sobre experimento efetivo e parece deliciado, quando fala de ‹forçar a ponta de uma lanceta em um músculo, de modo a paralisá-lo, dividir um nervo, para produzir o mesmo efeito, puncionar o coração de um animal vivo, com o propósito de provocar contração› (R.Phillips, 1797:158).*

E conclui: *com todo o respeito aos anatomistas, pareceria que o coração de Marat endureceu pelas frequentes dissecações e pesquisas torturantes na organização dos animais* (R.Phillips,1797:161).

Não se trata de observação fortuita; ao contrário, enfatiza o nexo entre a violência contra animais e aquela contra humanos, bastante relevante no pensamento social dissidente que examinamos.

Por ora, importa reter a presença dos rousseaunianos na Gironda, conforme sublinha o excelente estudo de T.Stuart (2008). Compunham o círculo, entre vários outros, o casal Rolland; Bernardin de St Pierre, o autor do clássico *Paulo e Virgínia*, botânico e vegetariano radical; o famoso orientalista barão de Volney; o marquês de Valady, o escocês John Oswald e Jacques-Pierre Brissot, estes últimos militares. Dentre eles, Madame Rolland, Brissot e Vallady morreram na guilhotina; J.Rolland de la Platière suicidou-se, outros, por pouco escaparam e Oswald morreu na Vendeia, defendendo a revolução. Seguidores de J.-J. Rousseau, preconizavam uma vida de simplicidade e despojamento; tinham planos de fundar uma comuna vegetariana nos Estados Unidos, considerado, à época,

o país em que a república verdadeira nascia (T.Stuart, 2008:317).

O Marquês de Valady, certamente, desde meados dos anos oitenta, acalentava o projeto de migrar para os Estados Unidos e lá fundar *uma escola de temperança e amor* . Teria abraçado o vegetarianismo por influência do britânico Robert Pigott: Valady a ele se refere como o *grande homem* que havia lhe ensinado a lição fundamental de que o caminho da natureza era o caminho do bem comum (T. Stuart, 2008:316). O plano de migrar aos Estados Unidos foi abandonado, diante dos primeiros movimentos da revolução. Republicano ardente, Valady era oficial das Guardas Francesas e desempenhou papel fundamental em garantir o apoio dos militares à população sublevada. Mais tarde, membro da Convenção, esteve, coerentemente, entre os votos da Gironda contra a execução de Luís XVI e, por esse motivo, foi guilhotinado em seguida (T.Stuart, 2008:313ss).

Ainda segundo T.Stuart (2008:319-20), outra fonte, a *Histoire de Robespierre* (1794), afirma que o marquês de Valady teria sido influenciado por *um inglês (Oswald), que era excêntrico em seu modo de pensar e que havia adotado os princípios dietéticos dos brâmanes.* A passagem é relevante na medida em que aponta, claramente, a presença do hinduísmo, que vinha se somar ao pitagorismo, na formação do pensamento pacifista naquela altura revolucionária entre as décadas de 80 e 90 do século XVIII. De modo análogo ao movimento que, hoje, faz o pensamento social ocidental em buscar e valorizar outras epistemes, naquele momento o ideal

era oriental: o hinduísmo e o budismo ofereciam um sentido amplo e transcendente para a vida, em comparação à miséria da vida urbana e aos horrores da produção manufatureira na Europa. Ontem, como hoje, os críticos do sistema político, econômico e social ocidental buscavam no Oriente a reverberação de utopias que já eram suas.

Duas trajetórias, particularmente, iluminam esta tendência: a do orientalista Barão de Volney e, certamente, a do soldado escocês John Oswald. O barão de Volney, pioneiramente, pesquisou as línguas e os sítios arqueológicos no Egito e na Síria. Em suas incursões ao Oriente, tornou-se vegetariano. Em 1796, publicou *The law of nature, or Principles of morality, deduced from the physical constitution of mankind and the universe*, obra que defende a unidade do humano e sua subordinação à natureza. Merece atenção o fato de que, para Volney, uma das características da natureza é a de ser pacífica; o pacifismo nas sociedades humanas seria, assim, regra, e não exceção. Tal proposição virá se enraizar, profundamente, no pensamento social anarquista, em particular na obra de E.Reclus e na de L.Tolstoi.

O escocês John Oswald, membro do mesmo círculo, constitui forte evidência, até mais do que Volney, da confluência entre a tradição greco-latina do pitagorismo e do hinduísmo na gênese do pensamento pacifista europeu moderno. Enviado à Índia como soldado do exército britânico, logo deixou a carreira militar, revoltado com a opressão exercida pelos britânicos sobre a população local. Sozinho,

peregrinou pelo imenso país, por dez anos. Em seu retorno à Europa, aderiu imediatamente à revolução que se iniciava na França e nela desempenhou papel fundamental: quando se esgotava o armamento e a França revolucionária não podia adquiri-lo, foi Oswald quem sugeriu e pôs em prática a fabricação de lanças e sabres com o ferro dos gradis arrancados aos jardins e palácios (T.Stuart, 2008:295ss).

Em meio ao fragor da revolução, Oswald escreveu *The Cry of Nature* (1791), um libelo contra a matança de animais. O argumento básico de Oswald é o de que aquele que se acostuma à morte dificilmente distinguirá entre o fluxo vital de um quadrúpede daquele que anima uma criatura bípede. *Os estertores de um cordeiro importam menos do que a agonia de qualquer outro animal*? – pergunta Oswald. O problema do autor parece residir nem tanto no derramamento do sangue em si, mas antes no sangue de inocentes. Pragmático, Oswald alega que a idade do ouro – aquela em que todos os viventes eram comensais, sem distinção entre deuses, animais e humanos, imagem cara ao discurso radical romântico e, mais tarde, ao anarquista - fazia-se preceder pela idade do ferro. Ou seja, paradoxalmente, Oswald via como necessária a luta pelas armas e a matança dos semelhantes, a fim de alcançar a paz e a convivialidade generalizada.[107]

107 Anote-se, à margem, que esta contradição seguiu com românticos e anarquistas: mais tarde, Louise Michel, a militante que socorria cães e gatos, que consolava cavalos agonizantes, foi também a militante que afirmava não hesitar em atirar em generais nas barricadas da Comuna de Paris (Michel, L., 1883).

Para todos no círculo pitagórico e rousseauniano, o tempo em que viviam, o tempo humano, era a idade do ferro. Porém, sua superação pelas armas era ponto altamente controverso: a maioria deles a rejeitava, sob o argumento de que o derramamento de sangue era, por si, um fator de corrupção e jamais traria justiça, senão mais violência.

Esta foi a posição do radicalismo romântico britânico nas primeiras décadas do século XIX, notadamente a do poeta Percy B. Shelley, contra o banho de sangue na revolução francesa. Shelley sustentava que o consumo de animais provocava paixões violentas, substantivação que, claramente, ecoa o pitagorismo. Para o poeta, a consequência sociológica seria o pendor pela violência nos atos correlatos de matar animais e fazer a guerra. Um soldado – pondera Shelley (1920:68), em ensaio sobre a reforma social – é como a faca ensanguentada que esfaqueia e não sente. Tal posição evidencia a familiaridade de Shelley com as teses do *Enquiry concerning Political Justice* [(1793) 1985], de W.Godwin, crítica à revolução na França que propõe, em contrapartida, a mudança social pelo debate livre e público, obra fundante do anarquismo britânico.

O postulado da correlação entre matar animais e fazer a guerra pende, entretanto, de uma equivalência prévia, tácita na produção romântica britânica, entre a vida de humanos e a dos demais animais. O romantismo os tem, a todos, como companheiros do infortúnio da vida breve e da fortuna imprevisível: nas palavras do poeta Robert Burns, *earth-born*

companions, fellow mortals – companheiros de uma vida terrena e mortal. Para o pensamento romântico, o não reconhecimento de tal equivalência – proveniente da arrogância humana em se colocar apartada da natureza e superior às outras formas da vida – era a causa da infelicidade experimentada pelos humanos, esta infelicidade que, ao mesmo tempo, espalhavam entre os demais viventes. Na obra de Shelley, claramente, o poder dos reis, dos sacerdotes, dos estadistas em nome dos quais se fazem as guerras, é anti-natural, porque, como afirma no poema *Queen Mab*, a natureza dotou de capacidade de amar até *o verme mais insignificante que rasteja no pó*. Outra passagem de *Queen Mab* é ainda mais enfática:

> *O poder, como uma pestilência desoladora,*
> *Polui tudo o que toca; e a obediência,*
> *A perdição de todo gênio, virtude, liberdade, verdade,*
> *Torna os homens escravos e o humano*
> *Um autômato mecanizado*
> (https://www.marxists.org/archive/shelley/1813/queen-mab.htm, tradução livre).

Muito além de uma corrente literária, o romantismo foi um ideário estético e político – uma revolução na sensibilidade, como bem definiu P.Veyne (1985), que trouxe a paixão para a vida política. No movimento romântico, a ligação entre o amor e a militância ganhou a arena política na forma da luta contra a tirania e da solidariedade pelos direitos dos oprimidos – o que certamente esteve presente nas

mobilizações populares durante o longo século XIX contra a escravização e outras formas de opressão de povos, minorias ou categorias sociais minorizadas. Note-se, entretanto, que os românticos também estenderam sua solidariedade a outras formas de vida, fossem elas outros animais, florestas ou rios. Por isso, aponta a historiografia, ao lado dos luditas, os escritores e poetas românticos foram os primeiros a expressar mal-estar face ao capitalismo industrial e à destruição social e ambiental que acarretava (K.Thomas,1988:380ss; P.Linebaugh, 2012). Assim tanto mais se esclarecem os versos de Shelley sobre esta natureza que recusa a *pestilência desoladora* do poder; agravá-la, como fazia o industrialismo que se iniciava, faria do humano um mecanismo, uma máquina. Na mesma medida dos luditas, os românticos entenderam a guerra da piedade como uma guerra da vida contra a máquina.

A militância política dos radicais românticos e a sua incidência no ludismo e, ulteriormente, no anarquismo foram objeto de estudos importantes de T.Lockridge (1989), E.P.Thompson (2002) e, mais recentemente, P.Linebaugh (2012). E.Hobsbawm (2017), por sua vez, em seu ensaio clássico sobre o anarquismo ibérico, focalizou o quadro moral do movimento – a articulação entre estilo de vida pessoal e ideário político – para classificá-lo como milenarista. Longe da eficácia programática exigida por Hobsbawm, sugiro, alternativamente, que, herdeiros do radicalismo romântico, os anarquistas,

em particular as tendências naturistas, ao colocar a ética como premissa inescapável da prática política, construíram a resistência biopolítica entre o final do século XIX e a primeira metade do XX. Para ser breve: o movimento dá continuidade ao legado romântico, a partir da segunda metade do século XIX, reiterando, em sua práxis, a presença do amor na arena política, na forma da solidariedade.

Este é o tema da obra de P.Kropotkin, *Ajuda Mútua*, publicada em Londres, em 1902. Nela, Kropotkin teorizou o postulado naturista da vida como rede solidária, em que estavam envolvidas todas as espécies. A implicação teórica foi dupla: de um lado, centrou o humano como espécie entre espécies; de outro, estabeleceu como valor toda a vida senciente, humana ou animal, ligada em rede solidária contra uma natureza nem sempre amena ou favorável. *Ajuda mútua* sintetizava ideias vigentes no naturismo libertário; dentre elas, o tema da unidade político-existencial de todas as formas da vida. Este foi um tema recorrente da produção naturista da virada do século XX; mais do que qualquer outro movimento, o naturismo libertário atualizou na experiência política o postulado de que o vegetarianismo era o pacifismo estendido a todas as formas da vida. Ou, nas palavras de Tolstoi (1921:22): "*O mandamento 'não matarás' concerne não somente aos homens, mas a tudo o que vive*".

O debate sobre o derramamento de sangue no quadro do anarquismo, embora reconhecidamente derivado do pensamento clássico, deve, entretanto,

ser entendido à luz do projeto revolucionário do movimento de trabalhadores, desde a segunda metade do século XIX. O Terror na revolução francesa ainda era o contra exemplo mais forte, posteriormente reforçado pelas notícias de massacres e deportações, já nos primeiros anos da revolução russa. Ao avizinhar-se a primeira grande guerra, o anarquismo internacional promoveu boicote de considerável envergadura, conclamando à objeção de consciência e outras formas de recusa ao recrutamento militar e à indústria bélica (Armand, 1904; Mother Earth, 1911,VI, 10, 9: 280-282). Entre as variadas formas da recusa, coube à pensadora anarquista brasileira Maria Lacerda de Moura lançar a *greve de ventres*, para não fornecer *carne aos canhões* (veja-se J.Levai,2013).

Para o período, devemos a L. Tolstoi a produção mais densa em livros, artigos e panfletos sobre a resistência não-violenta e seus desdobramentos táticos, a objeção de consciência e a desobediência civil.

Há que sublinhar duas premissas do pacifismo de Tolstoi: o caráter sagrado da vida, em todas as suas formas, e do amor que as interliga. Embora sua teoria seja mais vitalista do que religiosa, Tolstoi procurou de fato um diálogo com quacres e pensadores cristãos que reivindicavam o pacifismo e a resistência não violenta, com base no novo testamento – que, significativamente, abole o sacrifício sangrento. Isto levou os críticos a definir o tolstoísmo como um anarquismo cristão. Tolstoi viria rebater este rótulo, em monografias e vários panfletos desde a década de 1880:

> *censuraram-me* [...] *porque não reconheço a Trindade, a Redenção e a imortalidade da alma* [...] *Analisaram-se muitos aspectos, mas nada a respeito daquilo que, para todos os cristãos, se constitui na principal, na essencial pergunta de vida: como conciliar a doutrina claramente expressa pelo Senhor e contida no coração de cada um de nós – perdão, humildade, paciência, amor a todos, amigos ou inimigos – com a exigência da guerra e de sua violência contra os nossos compatriotas e contra os estrangeiros?* [L.Tolstoi,(1894) 2016:39].

Vê-se, assim, que Tolstoi aprecia e faz uma leitura laica da ética cristã, sem incorporar crenças ou liturgia. Seu último romance, *Ressurreição* [L.Tolstoi,(1899)2004], parece propositadamente usar o conceito vindo de matriz religiosa para tratar da mudança radical na vida do protagonista, que abandona seus privilégios de classe e se oferece para seguir deportado à Sibéria, interposto ao modo de vítima sacrificial. Décadas mais tarde, a resistência não-violenta pregada pelo Cristo foi, também, declaradamente abraçada por Mahatma Gandhi. Ambos militantes do pacifismo viam no Cristo um correligionário: nas palavras de Tolstoi (1884, cap. 4: s/p), *o crucificado que chorou de desespero e morreu por sua doutrina não foi um sonhador, foi um homem de ação*.

Em *A Revolução inevitável*, panfleto de 1909, Tolstoi, tratando da transição necessária entre uma ordem social baseada na violência para uma ordem de solidariedade – a que denomina lei do amor –, trata das táticas para a resistência não-violenta, enfatizando a objeção de consciência e a desobediência

civil. Desdobrando a concepção de desobediência civil proposta por H.Thoreau, Tolstoi afirma ser absolutamente necessário renunciar à violência direta para fins pessoais, mas também, note-se, aquela exercida sob o pretexto de atividades públicas (o que vale negar o princípio amplamente aceito da violência legitimamente exercida pelo Estado). Em decorrência, a segunda tática recomenda a recusa de cargos públicos: nem czar, nem carcereiro, o militante da resistência não-violenta deve recusar qualquer forma de poder sobre outras vidas. E mais do que isso, não participar de qualquer tipo de violência, devendo abrir mão de recorrer às instituições de Estado, tais como os tribunais. Por fim, deve objetar, em nome de sua consciência, toda violência, ainda que difusa, em palavras, ou indireta, como os negócios mantidos pela violência ou baseados na violência.

Tolstoi, como aponta G.Woodcock (1972; 2003,I:271-272), não teve oportunidade de ver suas propostas plenamente postas em prática por seu seguidor devotado, Mahatma Gandhi, na revolução incruenta mais bem-sucedida do século XX, aquela que libertou a Índia do colonialismo britânico. No entanto, Tolstoi antecipou a resistência não-violenta indiana e as outras que se seguiram no século XX, momentos fulgurantes que comprovaram sua proposição de que a eficácia do pacifismo pende de uma inversão fundamental: que se acredite tanto que o amor é inevitável quanto, por tão longo tempo, acreditou-se que inevitável era a violência (L.Tolstoi, 1908, cap. 8, s/p).

REFERÊNCIAS

ARMAND, E. 1904 *Le refus de service militaire et sa véritable signification. Rapport présenté au Congrés antimilitariste International d'Amsterdam, juin/1904*. Paris: Édition de l'Ere Nouvelle.

BAUBÉROT, A. 2004 *Histoire du Naturisme*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes.

CLASTRES,P. 1982 Liberdade, malencontro, inominável. *Arqueologia da violência: ensaios de antropologia política*, pp. 112-126. São Paulo, Ed.Brasiliense.

DERRIDA, Jacques. 2004 *O animal que logo sou*. São Paulo, Editora Unesp.

FARAGE, N. 2015 Antes fora eu: o animal literário em Lima Barreto. in: BRAGA, E.F., LIBANORI, E. & DIOGO, R.M. (orgs), *Representação animal: diálogos e reflexões literárias*, III:146-167. Rio de Janeiro, Oficina da Leitura.

FOUCAULT, M. 1988 *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro, Graal.

GODWIN, W. (1796) 1985 Enquiry concerning Political Justice, and its influence on Modern Morals and Happiness. London, Penguin Books.

HOBSBAWM,E. 2017 *Primitive Rebels*. London: Abacus.

KROPOTKIN, P. (1902) 2009 *Ajuda mútua: um fator de evolução*. São Sebastião, A Senhora Editora.

LA BOÉTIE, E. de (1580) 2009 *Discurso sobre a servidão voluntária*. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais.

LEVAI, J. 2013 A revolução da não-reprodução: um estudo dos escritos de Maria Lacerda de Moura. Monografia de conclusão de curso inédita, IFCH - UNICAMP.

LOCKRIDGE, L.S. 1989 *The Ethics of Romanticism*. Cambridge/ New York, Cambridge University Press.

MICHEL, L. 1883 Défense. https://archive.org/details/bub_gal_ark_12148_bpt6k853366x.

MONTAIGNE,M. de (1580) 1972 Apologia de Raymond Sebond. *Ensaios*, pp. 208-283. São Paulo, Ed.Abril.

MOTHER EARTH 1911 Young Man, Beware! *Mother Earth* 1911, VI,10: 298-301.

NETTLAU, M. 1996 *A short history of anarchism*. London, Freedom Press.

OSWALD, J. 1791 *The cry of nature or an appeal to mercy and to justice, on behalf of the persecuted animals*. London, J.Johnson.

PHILLIPS, R. (ed). 1797. *Biographical anecdotes of the founders of the French Republic, and of other eminent characters, who have distinguished themselves in the progress of the Revolution*. London.

ROBESPIERRE, M. 1791 Discours sur la peine de mort. https: // ledroitcriminel.fr /la_science_criminelle/ penalistes/ la_loi_penale/sanction/robespierre_peine_de_mort.htm.

ROSSELÓ, J.M. 2003. *La vuelta a la naturaleza: el pensamiento naturista hispano (1890-2000): naturismo libertario,*

trofología, vegetarismo naturista, vegetarismo social y librecultura. Barcelona, Virus Editorial.

ROUSSEAU, J-J. (1755) 1978. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. *O contrato social e outros escritos*, pp. 143-235. São Paulo, Cultrix.

SHELLEY, P.B. 1813 *Queen Mab*. https://www.marxists.org/archive/shelley/1813/queen-mab.htm.

SHELLEY, P.B. 1920 *A Philosophical View of Reform*. London, Oxford University Press.

STUART, T. 2008 *The Bloodless Revolution: a cultural history of vegetarianism from 1600 to modern times*. New York: W.W.Norton & Company.

THOMAS, K. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e os animais, 1500-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

LINENBAUGH, P. 2012 *Ned Ludd & Queen Mab: machine-breaking, Romanticism and the Several Commons of 1811-12*. Oakland, PMPress.

THOMPSON, E.P. 2002 *Os românticos: a Inglaterra na era revolucionária*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

TOLSTOI, L. 1884 *My religion*. https://www.marxists.org/archive/tolstoy/1884/my-religion/index.html.

TOLSTOI, L. (1894) 2016 *O reino de deus está em vós*. Rio de Janeiro, Bestbolso.

TOLSTOI, L. (1899) 2004 *Ressurreição*. Obras Completas II. Rio de Janeiro, Nova Aguilar.

TOLSTOI, L. 1908 The law of violence and the law of love. https:// www.marxists.org/ archive/ tolstoy/ 1908/the-law-of-violence-and-the-law-of-love/index.html

TOLSTOI, L. 1909 *The inevitable revolution*. https:// www.marxists.org/ archive/ tolstoy/ 1909/the-inevitable-revolution.html

TOLSTOI, L. 1921 Une seule âme en tous. *Le Néo-Naturien*, 1921, 1:21-22.

VEYNE, P. 1985 *A elegia erótica romana: o amor, a poesia e o Ocidente*. São Paulo, Brasiliense.

VOLNEY, C.F. 1796 *The law of nature, or principles of morality, deduced from the physical constitution of mankind and the universe*. London, D.Steel.

WISTEN, S. 1951 *Salt and his circle*. London, Hutchinson & Co.

WOODCOCK, G. 1972 *Gandhi*. London, Fontana/Collins.

WOODCOCK, G. 2003 *História das Ideias e Movimentos Anarquistas*, 2 vols. Porto Alegre, L&PM.

TABERNAS E PULPERIAS NO MUNDO IBERO-AMERICANO (SÉCULOS XVIII E XIX)

Lucas Brunozi Avelar[108]

INTRODUÇÃO

Este é um texto de divulgação de um campo de estudos. Ao longo da pesquisa de doutorado, pude entrar em contato com uma parcela significativa da bibliografia em língua inglesa sobre a história das tabernas na época moderna. Desta vasta produção historiográfica sobre o tema, pude constatar que as '*public houses*' são janelas que permitem observar não apenas os hábitos de beber, mas também as formas de interação econômica, política e cultural dos grupos populares, que nelas expressavam suas demandas, sentimentos e valores fundamentais. Uma vez reconhecidas como locais de uma sociabilidade específica, as tabernas nos informam sobre como as instâncias econômicas, religiosas, jurídicas e morais se constroem e se exprimem diante delas, bem como sobre a cultura política das formações sociais em que impulsos individuais e coletivos interagem. Enquanto 'espaços públicos populares', elas foram os palcos da

108 Doutor em História Social pela USP. Professor da Universidade Estadual de Roraima (UERR), Brasil. ORCID: 0000-0001-7170-6623. Contato: lucas.avelar@uerr.edu.br

tensão entre, de um lado, os valores e imperativos da vida privada, e, de outro, o mundo público idealizado, mas imperfeitamente realizado por aquelas e aqueles excluídos dos canais oficiais de representação, como a imprensa e o parlamento. (CONROY 1996; THOMPSON, 1999; SALINGER 2002)

A partir desta perspectiva, as tabernas são vistas como locais multifuncionais de encontros para ingestão, divertimento, acomodação e negócios; com clientela diversa e misturada, de modo geral pertencente aos grupos populares; como espaços separados do Estado e fora dos canais políticos formais; como fóruns de discussão e debates, lugares de argumentação e expressão, onde havia oportunidade para a formação e circulação de novas ideias políticas. Considerar a ida às tabernas como um ato social autoriza a compreensão da cultura de taberna como também constituída pela atividade popular que nela expressava uma variedade de desejos. Em muitas regiões, as vendas foram instituições-chave que moldaram a vida social das comunidades. Por isso, os esforços estatais de regulação pretendiam mantê-las em ordem, estabelecendo uma jurisdição que definia o horário de funcionamento, os preços dos gêneros, o número e o perfil de frequentadores permitidos, os comportamentos, os proprietários etc. (THOMPSON, 1999).

Por sua vez, os estudos históricos sobre as pulperias da América Espanhola acumulam pesquisa que pode servir de apoio a quem pretender aventurar-se no estudo comparativo das tabernas na América

Portuguesa. No final do século XVIII, as pulperias eram encontradas em toda a América colonial, do México ao Chile, passando pelo Brasil e pela Argentina, inclusive no campo. (SOLAR MANCILA, 2005; FRANÇOIS, 1999; ANDAUR, 2005; FLORES, 1998).

Desta robusta produção na América Latina, vale destacar as obras dos historiadores Carlos Mayo e Júlian Carrera. Mayo foi pioneiro no estudo das pulperias bonaerenses. Junto a outros nomes, produziu uma série de estudos dedicados a revisar a imagem do mundo rural rioplatense e, para isso, Mayo deu relevo às pulperias do campo como animadoras do comércio a miúdo, promotoras de consumo diversificado e fonte de microcrédito para a modesta população desde o período colonial. Para ele, era importante questionar a ideia de que a pulperia foi o último elo da cadeia comercial e aprofundar a pesquisa sobre a convivência entre os diferentes atores que a compunham. Por sua vez, Carrera seguiu a mesma agenda, dando continuidade aos estudos de seu orientador. A partir da produção histórica acumulada sobre o objeto, este autor refletiu sobre as pulperias e os pulpeiros da fronteira bonaerense e seus lugares na economia rural da virada para o século XIX (CARRERA, 2010; CARRERA, 2000; MAYO, 2000; MAYO, 2012).

Dedicado a contribuir para o conhecimento da história do Brasil, este capítulo adota a estratégia de comparar as tavernas luso-americanas às pulperias bonaerenses dos séculos XVIII e XIX. Incursões comparativas com as tabernas lisboetas e madrilenhas

foram realizados para compreender melhor as diferenças entre os espaços coloniais e metropolitanos. Para esta comparação com as tabernas ibéricas, mobilizamos a historiografia dedicada ao objeto nas últimas décadas, com destaque para os textos que abordaram o recorte da alimentação (LOUSADA, 1995; BRAGA, 2023; GARÇONI, 2021; CAMARGO, 2023).

No texto abaixo, partimos da etimologia de "taberna" e de "pulperia" para tratar de dois aspectos derivados das acepções desses termos: um de ordem econômica e outro, social: o comércio miúdo e a sociabilidade. Depois, há um trecho final que diferencia os graus de violência e de repressão contra as tabernas. Na conclusão, sublinho as diferenças e semelhanças entre as tabernas dos espaços americanos e ibéricos, bem como as aproximações e distanciamentos entre as pulperias e as tabernas da América Ibérica.

DEFINIÇÕES

Conforme o dicionário de Bluteau, o termo "taverna" se referia, na época moderna, à "casa onde se vende por miúdo o vinho, azeite e alguma coisa de comer". O termo deriva do latim "taberna", "porque era de Taboado"; era ainda loja "de algum oficial do povo", mas deveria vir acompanhado de algum epíteto para designar o que era vendido: lã, azeite, pão, pouso, vinho. Ainda hoje há no centro de São Paulo um hotel com nome Taberna. Sem o epíteto, 'taberna' era

sinônimo de 'taverna' mas não havia consenso quanto a isso na Antiguidade. (Bluteau, 1721, p. 59).

O termo "pulperia", de sua parte, tem origem etimológica mais complexa. Há quem defenda que vem de "pulque", por sua vez, termo com suposta origem no náhuatl '*puliunki*', "o que está decomposto", usado para designar uma bebida fermentada com açúcar e certos agaves. E há os que sustentam que 'pulque' deriva de 'pulcú', termo usado pelos indígenas da Patagônia para designar a aguardente. O fato é que tanto a pulperia (no Rio da Prata) quanto a pulquería (no México) seriam os lugares onde o pulque e outras bebidas alcoólicas eram ofertados. Os defensores desta "tese americanista" acrescentam que a pulperia foi um local de venda de bebidas alcoólicas de origem local, ou seja, um espaço de sociabilidade popular onde habitualmente se consumia uma bebida típica das populações indígenas. Em oposição, há os que advogam pela "tese hispanista": 'pulperia' deriva de 'pulpe', do latim, 'pulpa' – pulperia designaria na América o comércio de abastecimento e o lugar onde se vendiam frutas tropicais e doces. Para os hispanistas, a pulperia é, antes, um local de troca, sobretudo para escambo, surgido durante o período da conquista e que por isso, conectava os povos originários com os conquistadores sem implicar necessariamente um local de sociabilidade étnica (Bernaldo, 1993, p. 05-06.)

Diante destas definições, é possível verificar duas semelhanças importantes entre as tabernas e as pulperias: ambas foram lugares de sociabilidade em torno de bebidas alcoólicas, bem como da venda de gêneros em pequenas quantidades.

COMÉRCIO MIÚDO E SOCIABILIDADE

COMÉRCIO MIÚDO

As pulperias, além de provedoras de "mercancías al menudo", podiam servir de alojamento a frequentadores e viajantes. Elas foram estabelecimentos heterogêneos e dispersos. Algumas só funcionavam em época de colheita ou pousio, incentivadas pela circulação sazonal de renda entre trabalhadores, outras eram instalações permanentes com recursos suficientes para oferecer crédito e armazenar grãos, muito embora tenham predominado os estabelecimentos modestos que se disseminaram "por toda la campaña". Havia as "mercancias voadoras" que se deslocavam de um lugar a outro. Com o incremento comercial do campo no início do século XIX, houve uma penetração territorial das pulperias, que não se limitaram a permanecer nas imediações das paróquias e povoados, mas também chegaram até as paragens mais recônditas. (BIROCCO, 2012).

Enquanto as tabernas surgiram no litoral da América Portuguesa logo nos primeiros anos da colonização e se expandiram sertão adentro a partir da exploração capitalista do ouro mineiro, as pulperias bonaerenses apareceram com destaque nos campos desta Colônia espanhola no século XVIII e aumentaram em número na virada para o século XIX, precisamente nas duas primeiras décadas deste século, coincidindo

com o processo de mercantilização do campo. Ao cabo de aproximadamente quarenta anos, até 1815, houve uma destacada dispersão e expansão das pulperias, que se multiplicaram cerca de cinco ou seis vezes. Nesta virada para o século XIX as pulperias se espalhavam de norte a sul da América Espanhola, contando-se 221 no México, 117 no Chile, 224 em Buenos Aires, 63 na Banda Oriental, 42 em San Juan, 70 em Mendonza (GARAVAGLIA, 1999, pp. 247-248; MEDINA, 2008, p. 13)

O *Grupo de Investigaciones en Historia Rural Rioplatense* (GIHRR) descobriu que os pulpeiros eram nesta virada de século um grupo mais disperso que os lavradores. As pulperias surgiram em múltiplos lugares, esquinas, encruzilhadas, pontes, barrancos etc., e, portanto, não apenas em praças centrais das cidades ou fortes, indicando diferentes graus de penetração comercial mesmo em regiões mais inóspitas. Por outro lado, nas regiões próximas à capital, houve concentração de pulperias, com predomínio em áreas mais mercantilizadas. No final do século XVIII, Buenos Aires contava com a maior proporção de pulperias por habitante de toda a América Espanhola – em 1793, havia uma pulperia para cada 86 habitantes. Carrera encontrou dados aproximados sobre as pulperias do campo (FRADKIN & GARAVAGLIA, 2004).

A ocupação da fronteira bonaerense caracteriza-se inicialmente pela militarização da região, em que predominava um estado de guerra intermitente entre brancos e povos indígenas ao longo do século XVIII, seguida, posteriormente, de contatos marcados por

relações diplomáticas e comerciais a partir da primeira metade do século XIX. Neste segundo momento, a figura do "pulpeiro" emerge como uma das pioneiras no avanço da fronteira, junto com soldados e produtores rurais, tornando-se um agente decisivo na provisão de artigos aos povos originários (MAYO, 2000).

As pulperias ofereciam ferramentas, açúcar, erva-mate, tabaco, aguardente etc., e se converteram em elemento central para a materialização da proposta da Coroa Espanhola de estabelecer relações pacíficas através do comércio nas regiões de fronteira. O pulpeiro se relacionava com clientes variados, desde autoridades militares, soldados, caciques, em suma, todos os personagens encarregados de manter o equilíbrio nas relações entre a "sociedade criolla e indígena". Conforme Carrera,

> Con el estímulo del comercio su actuación va a tener implicancias que van a ir más allá de las meramente económicas pues, como señalamos, el intercambio comercial se convirtió en uma estrategia imperial de pacificación de la frontera. Las relaciones personales que pudieran tejer los pequeños comerciantes, tanto con agentes estatales como con líderes indígenas los convertían en un nexo potencial para entablar relaciones diplomáticas; un instrumento para establecer el diálogo entre ambos lados de la frontera (CARRERA, 2010, p. 112).

De modo semelhante, a marginalidade das tavernas era, antes de tudo, geográfica. Elas estavam localizadas nos arrabaldes das cidades e vilas, na

beira dos caminhos, às margens dos rios, no pé ou no alto da colina. Geralmente, em lugares estratégicos de passagem, com fluxos mais ou menos regulares de viajantes e comerciantes. Mas isto não implica homogeneidade. O volume da oferta de gêneros em cada estabelecimento é termômetro da atividade econômica do entorno. Havia uma taverna que possuía apenas uma prateleira com garrafas de cachaça tapadas com rolhas de espiga de milho, enquanto outras ostentavam estoques de milho, carne seca, queijos, bacalhau, linguiça e comestíveis em geral, além de roupas, ferramentas e até cervejas importadas (AVELAR, 2022, p. 102 e 169).

As tavernas eram, portanto, indicadoras da vida econômica, de modo que, a partir delas, é possível traçar a escala do mercado de cada região. As diferentes escalas de organização das trocas se instalam nos séculos XVI e XVII, se multiplicam no XVIII e convivem, ao menos até o final do século XIX, no Brasil. No sertão luso americano houve lugares em que a escassez era tamanha que nem a cachaça se encontrava. A três léguas de Jacareí, Saint-Hilaire passou pela paróquia de Nossa Senhora da Escada, "outrora aldeia de índios". O povoado era pouco habitado e assente "numa colina sobre o Paraíba". "A maioria das casas cercava uma grande praça", e o viajante concluiu que o lugar era pobre porque, inutilmente, pediu aguardente de cana em várias vendas. Existiam "poucos lugares onde este gênero seja tão vulgar e de vendagem tão baixa". O mercado externo impulsionava o interno, de modo

que fora do circuito do comércio exógeno, o mercado interno era rarefeito (SAINT-HILAIRE, 1995, p. 74-75; BARREIRO, 1997, p. 157; FURTADO, 1999; GODOY, 2004.

Por isso, o taverneiro que quisesse sobreviver deveria conceder crédito aos seus frequentadores. Forçosamente se tornaram 'usurários modestos' de modo tal que sem a oferta do crédito a falência era quase certa, pois abasteciam uma vida de autoconsumo daquelas pessoas que estavam abaixo do nível do mercado e para as quais o dinheiro era raridade. Daí as trocas de gêneros de taverna por pequena produção quilombola; por ouro e diamantes escondidos sob as unhas dos dedos; por galinhas, porcos, objetos de prata e café desviados das fazendas (BRAUDEL, 2009, p. 44; AVELAR, 2022).

Tanto pulpeiros quanto taberneiros não eram uma categoria homogênea, pois havia aqueles que trabalhavam em tempo integral e também aqueles que obedeciam apenas ao calendário agrícola. O protótipo do "pulpeiro puro" ou "pulpeiro professional" era ainda caracterizado pelo comerciante não diretamente envolvido na produção e totalmente dedicado à compra e venda de artigos importados e bens da terra. A maior parte deles era oriunda da cidade de Buenos Aires ou nascida em outros pontos do Vice-Reinado. Seu papel como credor forneceu-lhe os próprios instrumentos de coerção para fazer frente aos proprietários de terras na competição pelo excedente da produção do campesinato, por outro lado, a abundância de pulperias colocou-o em confronto com seus pares e

moderou o âmbito deste poder de coerção. Curioso notar que esses pulpeiros não acumulavam capital, e sim o vertiam em melhorias de suas propriedades imóveis, na ampliação de rebanhos, de árvores frutíferas e de moendas de grãos. Conforme Birocco, os investimentos visavam a desfazer o estigma com que a pulperia e o pulpeiro eram vistos na sociedade colonial bonaerense. Em suas palavras:

> Estos patrones de inversión, propios de las sociedades europeas mediterrâneas del Antiguo Régimen, más allá de poner en evidencia los resguardos que tomaban estos individuos frente a los riesgos y la imprevisible rentabilidad que ofrecía el comercio al menudeo, nos conducen a preguntarnos qué cuota de prestigio social les otorgaba esta ocupación en una vecindad que miraba con recelo las actividades del pulpero (BIROCCO, 2012, p. 283).

Por sua vez, os taverneiros tanto se ligavam às camadas dominantes quanto se aproximavam dos estratos subalternizados. A distância entre os grupos proprietários era "enevoada e indefinida", pois havia relativa intimidade, ao mesmo tempo em que, dos grupos escravizados, os taberneiros coletavam informações e mantinham relações de troca. A socióloga Maria Sylvia de Carvalho Franco descreve a figura do taverneiro (ou vendeiro) como alguém que insiste, com indiscrição e "bisbilhotice imprudente", na busca de notícias que depois passa adiante; por isso, é tido, em certa medida, como um "marginal", "indigno

de confiança". Conforme esta autora, "a sua posição indefinida, a aproximação que busca com senhores e se permite com escravos, certamente não o deixam bem. A familiaridade com os últimos engendra desprezo e reprovação por parte dos primeiros" (CARVALHO FRANCO, 1997, p. 79-80).

No entanto, acrescenta Carvalho Franco que a posição oscilante e o comportamento dúbio do taberneiro representavam mecanismos que asseguravam o próprio equilíbrio do taberneiro. A malandragem, a esperteza e o expediente seriam recursos que permitiam uma acomodação numa ordem social que o relegava à marginalidade. Para compreender com precisão o lugar do taberneiro, a autora sublinha que era preciso considerar que ele era o único agente ocupado em atividades comerciais e, simultaneamente, inserido na vida comunitária. Conforme destaca, ele participava de uma sociedade cuja economia era organizada em um "duplo plano": um comercial e outro de subsistência. Em termos braudelianos, rés-do-chão e economia de mercado. Diante de uma rotina de abastecimento pobre para uma população sem recursos, para sobreviver, não lhe resta outro caminho senão explorar as escassas oportunidades de lucro que lhe apareciam (Carvalho Franco, 1997, p. 81).

Taberneiros também foram “organizadores dos festejos coletivos”. Fosse uma ocasião ritualizada, como o jongo ou o caxambu, ou mesmo no momento cotidiano de alívio do dia massacrante, o consumo de álcool na taberna era um componente inevitável para o extravasamento de emoções. Entornava-se cachaça e externavam-se sentimentos. A “festa negra” era um momento de resolução não violenta de conflitos e de carnavalização da vida social. Funções sociais como estas tornaram a taverna tão importante para as comunidades quanto a igreja. “Em frente à igreja, a taberna é o outro pólo da aldeia” (Braudel, 2009, p. 52).

A oposição entre Igreja e pulperia, todavia, não era tão rigorosa no campo bonaerense. Houve pulpeiro apegado à religião, possuidor de objetos religiosos, filiado a ordens cristãs e preocupado com a forma de seu enterro. Nas doações às irmandades também constava sua contribuição. Alguns donos de pulperias financiavam festas locais por devoção e ajudavam na construção de templos e novas capelas. Tomadas em conjunto, estas pistas indicam o compromisso moral e material dos pulpeiros com a religião nos tempos coloniais (Mayo, 1996).

De outra parte, tanto numa quanto noutra, também ocorriam brigas, agressões, ferimentos e outras formas de violência. Acertos de contas, motivos banais, ciúmes, etc, davam impulso a confrontos, socos, facadas e pontapés. Na taberna, o caipira

enfrentava o valentão, taberneiros expulsavam maus pagadores a pauladas, e caixeiros eram atacados com copos, garrafas e pedras. Quando grupos de soldados encarregados de dissolver "ajuntamentos ilícitos", eram escorraçados das bodegas por frequentadores e caixeiros, que se recusavam a aceitar a intimidação. Este último tipo de conflito acabava por dissolver temporariamente as tensões subjacentes às relações e contribuía para forjar vínculos entre os contendores (Avelar, 2022).

Destaque para o uso da taberna como espaço de encontro dos grupos escravizados, conforme anota Saint-Hilaire em suas memórias da região mineradora:

> As vendas não são, como as nossas tabernas, consagradas unicamente ao comércio de bebidas alcoólicas; encontra-se nelas, além dessas, toda a espécie de comestíveis. As mercadorias estão arrumadas sobre prateleiras alinhadas sobre as paredes, ou dependuradas dos vigamentos. Como em todas as lojas, o mercador se posta por trás de um balcão voltado para a porta, e é sobre ele que distribui aos bebedores a aguardente chamada cachaça, cujo sabor detestável tem algo do cobre e da fumaça. Não se encontra nas vendas um só assento, e, por conseguinte, é-se obrigado a ficar em pé. É lá que os escravos passam uma parte dos momentos de liberdade que se lhes concede e dos em que podem furtar a seus senhores; é para lá que levam o produto de seus roubos, dos quais os proprietários das vendas não foram talvez os menores cúmplices; é aí que eles acabam de se corromper, comunicando-se reciprocamente seus vícios, e que esquecem, na embriaguez,

> a escravidão e suas misérias. Nada se pode comparar ao ruído confuso e discordante que reina nas vendas muito frequentadas: uns riem, outros discutem; todos falam com loquacidade: este aqui, sem ligar ao que se passa em redor, dança sapateado; aquele outro, encostado indolentemente à parede, canta com voz afinada uma canção bárbara, acompanhando-se de um instrumento mais bárbaro ainda (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 69-70).

O excerto acima faz lembrar o comentário de Júlian Carrera (2010) sobre a "mirada de los viajeros" acerca das pulperias. Estas fontes foram produzidas por "um tipo particular de observador sustraído del mundo del trabajo", em outros termos, por "observadores ociosos" (CARRERA, 2010 p. 76). Com isso difundiu-se a imagem do "pulpero pícaro e inescrupuloso que obtenía benefício de la massa rural ignorante asimilando a la pulpería con un garito, reducto apropiado para la bebida y el juego" (CARRERA, 2010, p. 78). A imagem de simplicidade e precariedade prevaleceram nas descrições difundidas por viajantes que circulavam pela pampa, retratando a região como marcada pela barbárie e pelo atraso. Conforme indicado pelo excerto acima, semelhante tendência pode ser observada por viajantes que andavam pelas tabernas das áreas de mineração da América Portuguesa. Em todo caso, as tabernas foram lugares de experimentação da autonomia, da agência e sociabilidade dos cativos que nela desfrutavam momentos de alívio.

O mobiliário e a arquitetura das tabernas eram rudimentares, pois contavam apenas com um balcão dividindo vendedor e frequentadores e por ventura poucos outros utensílios como mesas, cadeiras e camas. O precário espaço multifuncional servia como comércio de "secos e molhados", lugar de descanso – cesta curta ou longo sono -, dança, canto, alimentação, embriaguez, sexo, troca de informações e experiências, realização de negócios, etc. Nelas criava-se senso de camaradagem e solidariedade. Beber junto na taberna ajudava criar contatos úteis para conseguir alguma melhoria ou livrar de violências. Todavia, se o cativo perdesse o controle da bebida as consequências seriam graves. (Avelar, 2022).

No interior das pulperias o mobiliário era igualmente simples, não passava em geral de uma mesa, um par de camas, algumas cadeiras e um baú multifuncional. De modo aproximado, a "vivenda do pulpeiro" estava anexada junto ao seu negócio, formando parte da mesma construção; ou seja, a pulperia, muitas das vezes, era também parte de sua casa. Com isso, os móveis circulavam pela clientela, à exceção dos aposentos do dono e de sua família. A quantidade de camas era variável e as cadeiras rústicas eram feitas de palha, couro e madeira. Mobiliário novo era raridade. A separação entre espaço público e privado era, com frequência, inexistente, às vezes demarcada por uma simples cortina, de modo que o "pulpeiro" vivia constantemente sobre a linha divisória. Paredes de adobe e pisos de taipa de pilão

ou tijolo cozido e madeira geralmente compunham os ambientes da pulperia, da sala principal e da sala dos fundos. Pulpeiros mais ricos poderiam ter acesso a casas com paredes estampadas, quartos e portas com fechadura. No correr do século XIX, uma das marcas da comodidade dos pulpeiros foram espaços bem delimitados indicando maior preocupação com a privacidade e intimidade para si e sua família. E ao contrário das descrições distorcidas dos viajantes, os donos de pulperias não andavam esfarrapados, sujos e maltrapilhos. Numa sociedade de Antigo Regime em que a vestimenta era símbolo de status social, o pulpeiro se preocupava em emular os estratos superiores no que vestiam, nos acessórios e objetos que portavam (CARRERA, 2010, p. 236-242; PORRO et al, 1982, p. 09).

Por terem sido historicamente espaços de convívio das classes trabalhadoras, a estigmatização foi a nota dominante das narrativas oficiais sobre as pulperias e as tabernas. No entanto, nas bodegas também eram contadas histórias surpreendentes, discutidas questões cotidianas, circulavam boatos e notícias, além de elas terem sido espaços para contestações políticas 'menos enfadonhas'. Conforme Schultz (2008), nas tabernas do Rio de Janeiro colonial, padres e funcionários reais usavam os estabelecimentos para falar mal do governo com 'indiscrição' e 'imprudência'. Houve alfaiate que lia discursos diante de 'circunstantes' atacando o conde de Assumar, e um tenente da marinha criticou diante de convivas a distribuição de cargos e honras

pela Coroa, além de ter declarado que o Intendente da Polícia era "um asno, toleirão, e que em lugar de dar providencias está metido em sua chácara esgotando botelhas de vinho". Ainda, à época da transferência da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro, circulavam pelas tabernas compreensões alternativas sobre a chegada da Família Real: decadência e desavença, em vez de renovação imperial e monárquica (SCHULTZ, 2008, p. 173).

NAS METRÓPOLES

MADRI

Na capital espanhola, as tabernas explodiram em número ao longo do século XIX. Madri, naquele período, era uma cidade pouco industrializada, com predomínio de ocupações no artesanato e no comércio, e trabalhadores com jornadas extenuantes e baixos salários. As tabernas atendiam a esta população pobre residente, bem como aos que estavam de passagem: "para dentro de suas soleiras, muitas vezes, havia música de guitarra, cantos flamencos, conversação sobre assuntos cotidianos e muitos jogos a dinheiro: dados, bilhar e baralho" (Camargo, 2023, p. 67). Semelhantes aos 'ambientes tabernais', havia também as *botillerías* e os *bodegones*, que serviam vinho e comida barata em espaços simples.

Um traço recorrente das tabernas é o caráter plurifuncional. Não foi diferente nas tabernas madrilenhas, lugares de encontro onde "a bebida, a fraternidade e a peleja se sobrepunham, seja nos jogos ou nos desafios de flamenco". Por abrigar migrantes, ela também se constituiu como 'cozinha de resistência', uma vez que abraçou as heranças árabes, junto a outras culturas alimentares regionais (Camargo, 2023, p. 69-71). Camargo destaca o secular 'cocido', lento refogado caldoso à base de alguma carne vermelha ou aves, com variações conforme a localidade, alguns com favas ou grão-de-bico, outros com linguiças e miúdos de porco, os acompanhamentos igualmente cambiantes (Camargo, 2023, p. 126-131).

As bebidas ofertadas nas tabernas madrilenhas foram diversas, incluindo cervejas, aguardentes de frutas, combinações de açúcar, canela e água, licores de ervas e de anis. Também a *aloja* (refresco preparado com água, levedura, mel, gengibre, pimenta, canela, noz moscada e limão), o *hipocrás* (ou 'vinho Hipocrático', mistura de vinho, açúcar, canela, âmbar e almíscar), o *hidromel* (fermentação da mistura de mel com sucos de frutas), dentre outras. Destaque para o vinho que, assim como nas tabernas portuguesas, era — e ainda é — a principal bebida do 'espaço tabernal' espanhol (Camargo, 2023, p. 163-183).

Outra semelhança com as tabernas portuguesas e luso-americanas é que "el alma 'mater' de la taberna es la tabernera" (Medina, 2008, p. 07). Nas tabernas espanholas, havia mulheres proprietárias e também

prostituição, pois, com a liberdade minguada e reprimida pelo Estado, algumas mulheres convertiam esses espaços em forma de vida. Esta semelhança parece reiterar-se nas tabernas e nas pulperias do mundo ibero-americano.

Do mesmo modo, as tabernas espanholas não foram apenas centros lúdicos, mas também lugares de comércio a miúdo e ambientes de relativa liberdade, espaços de dança, jogo, sexo e fraudes, além de recintos de reuniões e nexos entre diversas classes sociais. Por conta dessa importância estrutural, conclui Medina, "las letras, las artes, la música perpetúan en la memoria y en la realidad la importancia de su existencia, como parte del vivir y convivir en sociedades totalmente encorsetadas por normas morales y civiles de claro corte coercitivo" (Medina, 2008, p. 12).

LISBOA

Na historiografia portuguesa, os estudos sobre as tabernas foram aprofundados pela historiadora Maria Alexandre Lousada. Em diálogo com a tese habermasiana a respeito do surgimento da opinião pública no mundo burguês e apoiando-se em textos moralistas e memorialistas, além da documentação da Intendência Geral da Polícia, Lousada realiza uma agenda de pesquisas sobre diversos espaços lisboetas, em busca, dentre outras coisas, da compreensão da gênese da sociedade civil portuguesa nos séculos XVIII

e XIX (LOUSADA, 1995). Destaque para sua investigação sobre as transformações das práticas de sociabilidade a partir da comparação entre a rua (espaço público por excelência), a taberna e o café (espaços semipúblicos) e o salão (espaço privado).

Nesta chave, Lousada reflete sobre o par conceitual público/privado e identifica, na taberna, uma progressiva especialização, além de uma contínua função de lugar de debate público. Esta historiadora notou que entre 1783 e 1833 houve uma explosão no aumento de número dos "estabelecimentos de comes e bebes" (armazéns, tendas, vendas, cafés, botequins, casas de pasto), com predomínio das lojas que vendiam bebidas – que estavam globalmente distribuídas pela cidade e atendiam os que trabalhavam, os que se deslocavam a negócios ou simplesmente quem estava de passagem. Ao aproximar a taberna e a cafeteria, Lousada observa que ambos aumentaram de número ao longo do Setecentos. Todavia, enquanto a primeira tinha origem muito antiga e havia se institucionalizado naquele século como um "espaço de sociabilidade popular", o outro surgiu no XVII e se afirmou no XVIII como um "espaço da sociabilidade burguesa" (LOUSADA, 2004, p. 18).

As tabernas e as casas de pasto ainda desempenhavam papel importante na alimentação dos setores populares, e, assim como os botequins, "conheciam um movimento intermitente de gente". Tais estabelecimentos ainda "foram parte activa da vida e da nova cultura política de finais do século

XVIII". Os jogos foram um componente importante deste universo, que criou uma sociabilidade informal e se tornou uma norma da vida social masculina. (LOUSADA, 2004, p. 14-15).

O baixo preço dos pratos tornava as tabernas portuguesas acessíveis a um número maior de pessoas. Peixes, com destaque para o bacalhau e a sardinha, tripas bovinas e, sobretudo, vinho, branco e tinto, "bebida de taberna por excelência" (Garçoni, p. 28). Inês Garçoni chega a afirmar que "não seria exagero dizer que a taberna ocidental nasceu por causa do vinho, já que este era o principal produto da tabernae na Roma Antiga" (Garçoni, p. 28).

As tabernas portuguesas da época moderna cheiravam a vinho; o chão era recoberto de serradura; o ambiente, mal iluminado e sem janelas; as portas ficavam abertas à rua e, até o século XX, traziam à porta ramos de loureiro pendurados para afastar o mau cheiro e para os ébrios mastigarem as folhas e disfarçarem o hálito de vinho após a bebedeira. Além das conversas, as tabernas abrigavam as jogatinas e o fado, os taberneiros vendiam a crédito e faziam doações de comida a fregueses. "Se não bebo na Taverna, folgo nela" (Garçoni, p. 31-34; Bluteau, p. 60).

Se predominava a clientela masculina, as mulheres figuravam entre as donas dos estabelecimentos. Fazendo referência à sazonalidade da colheita de uva e produção do fermentado, Bluteau recolhe o adágio: "no Inverno Forneira, no Verão Taverneira" (Bluteau, p. 60). As primeiras Ordenações do Reino indicam o

gênero feminino entre as responsáveis pelo comércio de carne, vinho e pão. Evocando este traço, Garçoni menciona a "Tia Joaquina", com taberna no Paço do Conde que no século XIX era uma das mais procuradas pela boemia e pelos notívagos coimbrenses. Nas tabernas luso-americanas, as mulheres também se destacaram no comércio de taberna (GARÇONI, 2021 p. 35; FIGUEIREDO, 1993).

Por sua vez, Isabel Drumond Braga e Paulo Drumond Braga (2023) em artigo sobre as tabernas e taberneiras do Portugal de fins do Antigo Regime, focaram a investigação nos Feitos Findos, guardados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Estes processos judiciais dos séculos XVIII e XIX revelaram aos autores os distintos desvios da norma suscetíveis de denúncia e eventual punição, como insultos, vitupérios, agressões físicas, como pancadas e bofetadas, e portas abertas fora do horário autorizado, com horários de funcionamento prolongados. A partir dos 18 casos selecionados e examinados entre 1805 e 1833, Braga & Braga concluíram que "as tabernas parecem ter sido espaços de sociabilidade relativamente seguros", não se verificando confrontos com armas nem registros de mortes. Tidas como o espaço de sociabilidade e locais de consumo público de vinho, as tabernas fazem parte da história portuguesa na longa duração muito embora sua proliferação tenha ocorrido sobretudo na época moderna, precisamente a partir de meados do século XVI, quando se iniciou a revolução da vinha – justamente quando aumentou a procura externa,

notadamente a inglesa, o que fez aumentar a produção do fermentado de uvas em especial no Alto Douro (Braga & Braga, 2023).

No universo dos crimes praticados nas tabernas lisboetas, há os "crimes comuns" como facadas, bofetadas, ferimentos, socos, insultos, xingamentos, jogos de cartas, furtos, e, em menor quantidade, os "crimes políticos", como planejamento de motim, resistência à autoridade, fuga da patrulha policial. Sobre este último, vale destacar um aviso da Intendência Geral da Polícia que acusou uma mulher e dois homens de estarem a cantar a Constituição numa taberna[109].

REPRESSÃO

Na América Portuguesa a legislação proibia que

> negra escrava esteja em taberna, ou rancho só sem a companhia do seu Senhor, ou de homem branco capaz que lhe não consinta em casa negros, nem negras, escravos de noite, nem lhe deixem recolher nada que lhe dem a guardar os ditos escravos, ou seja furtado, ou seu, e menos as bateias, e ferramentas com que costumam minerar as quais também se lhe não poderão comprar, nem empenhar (DOCUMENTOS INTERESSANTES, 1727, P. 111-112).

109 "Autos de aviso da Intendência Geral da Polícia em que são réus Antónia das Dores, Maria Rita, André de Carvalho e António José Rodrigues e autora a Justiça", 1829. Autor: Antônio Luís Peixoto. Feitos Findos, Processos-Crime, Letra A, mç. 87, n.º 51, cx. 176.

A repressão à produção do álcool destilado da cana e a coibição de sua venda caminharam juntas durante o período colonial, pois faziam parte dos esforços que visavam tanto regular o abastecimento dos caminhos, das áreas mineradoras e das zonas litorâneas, quanto disciplinar a população escravizada e a população livre pobre. Em agosto de 1765, na vila de Santos, ficou proibido "ter tavernas nas vizinhanças das armações [...] desde o princípio da pesca até o fim dela para evitar que do pernicioso fomento dos vícios das pessoas que servem nas armações possam resultar as terríveis consequências que de ordinário costumam produzir" (DOCUMENTOS INTERESSANTES, 1765, p. 33). As rondas deveriam ser feitas nos portos à noite e os transgressores seriam punidos com prisão. Leis como estas amontoaram-se ao longo do século XVIII com vistas a controlar a ida de pessoas às tabernas.

Houve determinações que previam a cobrança de impostos anuais sobre as vendas e as tavernas localizadas próximas às áreas de mineração, a fim de evitar o contrabando de metais. Por temor de que cativos nelas se escondessem e quilombolas fizessem negócios, a Coroa também tentou regular o horário de funcionamento e exigiu modificações na arquitetura: os vendeiros eram obrigados a colocar o balcão na parte exterior dos estabelecimentos, e deveriam obter licença para possuir balanças, pesos e medidas. Em alguns momentos a pressão aumentava. Após a Revolta de Felipe dos Santos, aqueles que não desfizessem suas vendas em quinze dias seriam condenados a quatro

anos de degredo para Benguela, e os materiais seriam queimados (FIGUEIREDO, 1993, p. 261; FIGUEIREDO, 1997, p. 148).

No entanto, este quadro de leis rígidas contrastava com o costume e a prática social. Surgiram as "vendas privadas" em lugares escondidos, conhecidas apenas por pessoas interessadas, e as "vendas volantes", que se instalavam momentaneamente em determinado local para, logo depois, mudarem de endereço, a fugir da fiscalização e buscar as catas de ouro e diamantes. Estas "vendas ocultas" inclusive contavam com o apoio de homens de patente que as acobertavam e, assim, garantiam o abastecimento de garimpeiros e quilombolas, indicando, deste modo, "a interpenetração da ordem e da desordem", a "fluidez dos limites entre o lícito e o ilícito" (SOUZA, 1999, p. 144-146).

Todavia, a ineficácia desta legislação fora documentada pela historiadora Carla Anastasia, que compreendeu as Minas Setecentistas como marcadas por um contexto de soberania fragmentada e prenhe da criação de uma tradição contestatória e insurgente. Apesar das proibições, as autoridades documentavam vendeiros que receptavam furtos, cativos fugidos nas vendas, estabelecimentos abertos noite afora, dentre outras práticas que abrigavam a rebeldia colonial e desafiavam a norma reinol (ANASTASIA, 1998).

Tabernas e pulperias atraíam inúmeros frequentadores, tanto cativos, livres, libertos e fugidos quanto seus opressores e algozes. Capitães do mato, que tinham fama de beberrões, buscavam a aguardente

para ter coragem na captura de fugitivos, fazendo da bebida um impulso para cometer atrocidades, além de um mecanismo de enfrentamento à consciência da culpa pelo que faziam. O sujeito interessado na captura de fugidos também poderia encontrar informações na venda, e o dono do escravizado pedia a quem tivesse notícia do paradeiro ou levasse o fugitivo apreendido às tabernas e botequins indicados nos anúncios de jornal da capital fluminense. (AVELAR, 2022, p. 403-404).

Portanto, as tabernas se inscreveram de forma contraditória na sociedade colonial e estavam longe de ser canteiros de sedições e imoralidades. Se elas foram associadas aos grupos escravizados, aos pobres, à embriaguez e desordens várias, foi porque a Coroa e a Igreja privavam as classes subalternas de alternativas de diversão e outros lenitivos da miséria. Tratava-se de uma sociedade em que estas duas instituições estruturavam hierarquias, privilégios, laços de fidelidade e honra seguindo a lógica estamental do Antigo Regime, cujo centro simbólico do poder era o monarca. A corte e a Igreja estipulavam a etiqueta, os comportamentos socialmente adequados e a dinâmica das relações, assentadas, por sua vez, no favor e na dependência, com vistas a garantir a continuidade do mando no ultramar. Adicionem-se os senhores que definiam regimes de trabalho e de circulação de trabalhadores escravizados. Numa sociedade organizada com o fim de garantir a 'externalidade da acumulação', predominavam os sentimentos de desconforto, instabilidade e provisoriedade. Neste

quadro, as tabernas expressavam estes componentes estruturantes da vida íntima do cotidiano colonial (NOVAIS, 1997).

CONCLUSÃO

Ao longo do texto procuramos apresentar os pontos de contato e de diferenciação entre tavernas da América Portuguesa e pulperias da América Espanhola. As tabernas lisboetas e madrilenhas foram mobilizadas para ampliar o escopo da comparação. Disseminadas por meio de impulsos distintos na América, elas se tornaram estratégicas para a ocupação do sertão por colonos e, assim, contribuíram para o avanço da colonização ibérica do território americano.

As tabernas e pulperias garantiram o abastecimento do sertão, tendo o destilado como mercadoria de subsistência numa sociedade rural. A depender da região onde se instalavam, a taberna e a pulperia colonial eram mais ou menos sortidas e numerosas. Em caminhos vinculados à economia de exportação, os produtos eram mais disponíveis e havia mais alternativas de pouso, diferentes das paragens com escassa oferta ligadas à autossuficiência do entorno. Taberneiros e pulpeiros se equilibravam numa posição marginal entre o dono de terras e os cativos, entre uma economia agroexportadora e outra de subsistência. A arquitetura era multifuncional e o mobiliário, rudimentar e precário, era utilizado até o desgaste total.

Ambas participavam do comércio em pequena escala e desempenhavam diversas funções. Além do abastecimento e do alojamento, armazenavam grãos, ofereciam microcrédito e promoviam encontros e socialização entre moradores da vizinhança e viajantes de passagem. O crédito era um recurso para manter o negócio e coerção que usavam para exercer poder junto ao campesinato. Se o taberneiro era malvisto pela Igreja, a oposição entre pulperias e o poder religioso era porosa, pois havia pulpeiros devotos que faziam doações para a construção e manutenção dos serviços religiosos.

Não apenas a Igreja, mas também as autoridades temiam a reunião de escravizados, o desvio de metais, o planejamento de rebeliões, a embriaguez; a vizinhança reclamava do barulho e desordens, enquanto o governo colonial elaborava leis que pretendiam fazer desparecer a solidariedade local e os modos de vida que nela eram vividos; no século XIX aos olhos do Estado Imperial elas foram redutos de confusões e tumultos, e para os fazendeiros elas escondiam ladrões e produtos furtados. Devido à sua posição central na vida das comunidades rurais e urbanas, elas foram alvo de atenção da polícia encarregada de assegurar a 'boa moral' quando o Rio de Janeiro pretendia emular padrões franceses de refinamento social.

As tabernas e pulperias da América Ibérica foram mais violentas do que as lisboetas e as madrilenhas. No entanto, tanto uma quanto outra foram abrigos de momentos de autonomia, com a criação de laços de solidariedade, lugares de formação de elementos

identitários em torno da alimentação, da música e da dança. Em outras palavras, tanto de um lado quanto do outro do Atlântico, naqueles lugares, forjaram-se não apenas novas visões sobre acontecimentos históricos, mas também diferentes modos de viver. Gírias, expressões, cachaça e/ou vinho, comidas, modos de beber e comer, códigos sociais coletivamente partilhados. Pontos de encontros e desencontros e, sobretudo, de formação de identidades nacionais, regionais, étnicas, de classe, de gênero.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, L. F. O trato dos viventes. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

ANASTASIA, Carla Maria Junho. Vassalos rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII. Belo Horizonte: Editora. C/Arte, 1998.

ANDAUR MARÍN, Carolina. Pulperías en el Reino de Chile, Universum, Talca, 2005, Vol. 2, nº 2.

AVELAR, Lucas Brunozi. Estigma e experiência do malungo: a cultura etílica da venda. Revista Ingesta, 2(1), 7-30, 2020.

_____. História das tavernas do ouro ao café, séculos XVIII e XIX. Tese de Doutorado em História Social, FFLCH-USP, 2022. Disponível em: História das tavernas do ouro ao café (séculos 18 e 19) (usp.br)

BARREIRO, José Carlos. A rua e a taberna. Algumas considerações teóricas sobre cultura popular e cultura

política. Brasil, 1820-1880, História, São Paulo, v. 16, 1997, p. 173-184.

BERNALDO, Pilar Gonzales. Las pulperias porteñas: história de una expression de sociabilidade popular em la ciudad de Buenos Aires durante la primera mitad del siglo XIX. **Siglo XIX Revista de Historia**, 1993.

BIROCCO, Carlos María. Reseña sobre Carrera, Júlian: Algo más que mercachifles. Pulperos y pulperías en la campaña bonaerense, 1770-1820. Prohistoria, Rosario, 2012,

232 p.. Anuario del Instituto de Historia Argentina (12), 279-285, 2012. En Memoria

Académica. Disponível em: http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.5940/pr.5940.pdf

BRAUDEL, F. Civilização material, economia e capitalismo. Séculos XV-XVIII. Volume II. Os jogos das trocas. São Paulo: Martins Fontes, 2009 (2ª ed.).

CARVALHO FRANCO, Maria Sylvia. Homens livres na ordem escravocrata. Sao Paulo: Unesp, 1997, 4a ed.

CARRERA, Julián. Pulperos y pulperías rurales bonaerenses: Su influencia en la campaña.y los pueblos, 1780-1820. Tese de Doutorado em História, Universidad Nacional de La Plata, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 2010.

_____. Pulperías rurales bonaerenses a fine del siglo XVIII. Número distribución y tipos", em Mayo, Carlos (ed.): Vivir en la frontera. La casa, la dieta, la pulpería, la escuela, 1770-1830. Buenos Aires, Biblos, 2000.

_____. Esplendor y ocaso de las pulperías porteñas. El comercio menudo en la ciudad de Buenos Aires, 1810-1870, em Anuario Del Instituto de Historia Argentina no 12, Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educacion, Centro de Historia Argentina y Americana, 2012.

CATHOLIC ENCYCLOPEDIA. Thebaid. Em WIKISOURCE. Disponível em: Catholic Encyclopedia (1913)/Thebaid - Wikisource, the free online library. Acessadoe m 09 de novembro de 2025.

CENOBITIC MONASTICISM, em WIKIPEDIA: a enciclopédia livre. Conteúdo Aberto. Disponível em: Cenobitic monasticism - Wikipedia. Acessado em 10 de novembro de 2025.

FIGUEIREDO, Luciano. O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII. Rio de Janeiro, José Olympio, 1993.

_____. Mulheres nas Minas Gerais, em Mary Del Priore (org.). História das mulheres no Brasil. Sao Paulo: Contexto, 1997.

FLORES, Leyla. Las mujeres y las pulperías. Una experiencia de subversión femenina en Santiago, Valparaíso y el Norte Chico, 1750-1830", Santiago, Universidad de Santiago, 1998.

FRADKIN, R.; GARAVAGLIA, J. C. En busca de un tiempo perdido: la economía de Buenos Aires en el país de la abundancia 1750-1864. 1.ed. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2004.

FRANÇOIS, Marie. “Prendas” and “Pulperías”: the Fabric of the Neighborhood Credit Business in Mexico City”, em Estudios de historia novohispana. México, 1999, nº 20.

FURTADO, Junia. Homens de negócio. São Paulo: Hucitec, 1999.

GARAVAGLIA, J. C. Pastores y Labradores de Buenos Aires: una historia agraria de la campaña bonaerense (1700-1830). Buenos Aires: Edicioines de la Flor, 1999.

GARÇONI, Ines de Cristo. Tascas, tabernas e botequins em Lisboa e no Rio de Janeiro: da plebe às elites (século XIX-XXI). Dissertação de Mestrado em Alimentação: Fontes, Cultura e Sociedade. Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, 2021.

GODOY, Marcelo Magalhaes. No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana e casas de negócio: um estudo das atividades agroaçucareiras tradicionais mineiras, entre o Setecentos e o Novecentos, e do complexo mercantil da província de Minas Gerais. Tese – Doutorado em História Econômica, Sao Paulo, FFLCH-USP, 2004.

LOUSADA, Maria Alexandre. A rua, a taberna e o salão, in VENTURA, M.ª da Graça Mateus (org.), *Os espaços de sociabilidade na Ibero-América (sécs. XVI-XIX)*, Lisboa: Ed. Colibri, 2004, pp. 95-120.

_____. Sobre a alimentação popular urbana no início do século XIX: tabernas e casas de pasto lisboetas, in SERRÃO, José Vicente; FERREIRA, Magda A. Pinheiro, Mª Fátima S. M. (org.), *Desenvolvimento económico e mudança social. Portugal nos últimos dois séculos*. Lisboa: ICS, 2009, pp. 227-248.

MAIOR, Mário Souto. Cachaça. Rio de Janeiro: Instituto do açúcar e do álcool - Divisão administrativa, Serviço de documentação, 1970.

MAYO, Carlos, Estancia y sociedad en la pampa 1740-1820, Buenos Aires, Biblos, 1995.

_____. (Org.) Pulperos y pulperías de Buenos Aires 1740-1830, Mar del Plata, Facultad de Humanidades, 1996

_____. (Ed.) Vivir en la frontera. La casa, la dieta, la pulpería, la escuela, Buenos Aires, Biblos, 2000.

NOVAIS, Fernando A. Condições de privacidade na colônia, em Mello e Souza, Laura (org.). História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

OFÍCIO Para o Alferes da Fortaleza de Bertioga, 16 de agosto de 1765, em Documentos Interessantes para a História e costumes de São Paulo, Oficios do Capitão General D. Luis Antonio de Souza Botelho Mourão, 1765-1766, Vol. LXXII.

PENA, Clemente Gentil. Economias urbanas: capital, crédito e escravidão na cidade do Rio de Janeiro, c. 1820-1860. Tese de Doutorado em História, UFRJ, Rio de Janeiro, 2019.

PORRO, Porro, N.R, et al. Aspectos de la vida cotidiana en el Buenos Aires virreinal. Buenos Aires: UBA, 1982.

REGIMENTO de um bando para não estarem negras forras, e escravos em Tabernas e ranchos sem os senhores ou brancos, etc", 25 de janeiro de 1727, Rodrigo

Cezar de Menezes, em Documentos Interessantes para a Historia e Costumes de Sao Paulo, Bandos e Portarias de Rodrigo Cesar de Menezes. São Paulo: Thypographia Aurora. Arquivo do Estado de São Paulo, vol. XIII.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.

SCHULTZ, Kirsten. Versalhes tropical. Império, monarquia e a corte real portuguesa no Rio de Janeiro (1808-1921). Rio de Janeiro: Companhia Brasiliense, 2008.

SOLAR MANCILA, Mario: Elite, pulpería y disciplina social. San Juan de la Frontera, 1750-1770", en Universum, Revista de Humanidades y Ciencias Sociales.Talca, Universidad de Talca, 2005, nº 20, pág. 132

_____. Las pulperías de una pequeña ciudad colonial: San Juan de la Frontera (1750-1790)" XIII Congreso Nacional y Regional de Historia Argentina s/p.

SOUZA, Laura de Mello e. Norma e conflito : aspectos da história de Minas no século XVIII. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

SPIX & MARTIUS. Viagem pelo Brasil (1817-1820). Brasilia: Senado Federal, 2017, vol. 1.

TABENNA, em WIKIPEDIA: a enciclopédia livre. Conteúdo aberto. Disponível em: Tabenna - Wikipedia. Acessado em 10 de novembro de 2025.

DAS RUAS DO RIO DE JANEIRO AO WHATSAPP: RESISTÊNCIA E DESINFORMAÇÃO DA REVOLTA DA VACINA À PANDEMIA DE COVID-19

Vitória Moura Carramilo[110]
Alberto Correia de Oliveira Filho[111]

INTRODUÇÃO

A relação entre o Estado brasileiro e a saúde pública é um palco de tensões históricas, onde a imposição ou a omissão de políticas sanitárias frequentemente gerou conflitos que ecoam através dos séculos. A resistência à vacinação, manifestada por diferentes atores sociais e políticos, transcende a mera desconfiança científica para se consolidar como um fenômeno histórico e social complexo, refletindo crises de legitimidade,

110 Jornalista pela Universidade Federal de Roraima (UFRR), pós-graduada em Assessoria de Comunicação e Comunicação Política e graduanda em Direito pela Universidade Estadual de Roraima (UERR). E-mail: Vitoriamoura.ufrr@gmail.com; Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/1345332791124205

111 Doutor em Sociologia e Direito pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor Associado do Curso de Direito da Universidade Estadual de Roraima (UERR); Professor do Programa de Mestrado Profissional em Direitos Humanos e Cidadania da UERR; Delegado da Polícia Civil de Roraima. E-mail: professoralberto@uerr.edu.br; Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/3540115522690296

disputas de poder e embates ideológicos (Dias; Nobre, 2023). A relevância de se estudar essa resistência reside na capacidade de desvendar as dinâmicas pelas quais a autoridade estatal, a ciência e a sociedade interagem em momentos de crise de saúde coletiva.

Um marco indelével na história sanitária nacional é a Revolta da Vacina, ocorrida em novembro de 1904, na cidade do Rio de Janeiro. Este episódio representa um claro exemplo de resistência do povo contra o Estado. Naquele momento, a campanha de vacinação obrigatória contra a varíola, inserida na chamada "era do saneamento" (Hochman, 2012), deflagrou uma "violenta rebelião popular". A imposição da vacinação ocorreu de forma autoritária e violenta, sem o devido diálogo social, provocando a resistência dos setores populares, que viam na medida uma invasão do Estado em seus corpos e cotidianos. O movimento sanitarista da época visava à constituição do Estado Nacional e buscava um "incremento substancial da penetração do Estado na sociedade e no território do país" (Hochman, 2012, p. 16), confrontando, assim, a realidade social da Primeira República.

Em um contraste dialético e temporal, o Brasil vivenciou, mais de um século depois, um cenário pandêmico com a chegada da COVID-19. Embora a comunidade científica internacional tenha se empenhado em um esforço colaborativo, resultando no rápido desenvolvimento e aprovação de um imunizante eficaz, a resposta nacional foi marcada

por uma inversão da matriz de resistência. Durante a pandemia de 2020-2021, o Estado tornou-se agente da resistência e da desinformação. O governo federal, na figura do então presidente Jair Bolsonaro, e certas lideranças religiosas, como Silas Malafaia, adotaram posturas "contrárias e negacionistas em relação à comunidade científica internacional" (Ponce, 2020; da Silva; Pires; Pereira, 2020; Fonseca; da Silva, 2020; Tavares; de Oliveira Júnior; Magalhães, 2020; de Matos, 2021 apud Dias; Nobre, 2023, p. 451).

Essa convergência de narrativas, situada em meio ao conservadorismo político, utilizou o negacionismo científico e o nacionalismo religioso como estratégias para a manutenção de hierarquias de poder e para influenciar a opinião pública (Dias; Nobre, 2023). O uso disseminado de fake news e pós-verdades foi crucial neste processo, reforçando a descrença na ciência ao apelar para "emoções e crenças pessoais em prejuízo aos fatos" (Rotondano; Martini, 2021 apud Dias; Nobre, 2023). Essa postura se alinhava a uma lógica neoliberal, que parecia priorizar a manutenção da economia capitalista em detrimento da vida humana (Caponi, 2020 apud Dias; Nobre, 2023). Ademais, pesquisadores brasileiros denunciaram publicamente o "desmonte da ciência no Brasil", com cortes orçamentários e ataques à autonomia das universidades, promovidos pela gestão Bolsonaro (Galvão-Castro; Cordeiro; Goldenberg, 2022 apud Dias; Nobre, 2023).

Para compreender as transformações e as continuidades dessas resistências, a presente análise

adota uma abordagem interdisciplinar que articula a História e o Direito. A História oferece o substrato comparativo entre a Revolta de 1904 e o movimento antivacina contemporâneo. O Direito, por sua vez, é essencial para situar o debate da saúde coletiva dentro do regime de direitos e garantias fundamentais, especialmente à luz da Constituição Federal de 1988, questionando os limites da autoridade estatal sobre os corpos de cada um. Cabe também ao campo jurídico examinar como as instituições de controle atuaram diante das omissões estatais, dos ataques à ciência e da corrosão do princípio da dignidade humana que orienta o direito à vida e à saúde.

A partir dessa contextualização, o problema de pesquisa que orienta este trabalho consiste em compreender como o Direito reconhece e responde aos elementos históricos de resistência à vacinação, analisando de forma comparativa as transformações na legitimidade das políticas públicas de saúde, nos limites da autoridade estatal e na atuação das instituições jurídicas entre a Revolta da Vacina (1904) e a pandemia de COVID-19 (2020–2022).

A hipótese que guia este estudo é que a oposição à vacinação sofreu uma metamorfose: se em 1904, durante a Revolta da Vacina, a resistência era popular contra a imposição estatal; na pandemia de COVID-19, o próprio Estado, apoiado por líderes religiosos conservadores, tornou-se o principal catalisador da desinformação e da resistência (Dias; Nobre, 2023), instrumentalizando o negacionismo científico e

o nacionalismo religioso para fins de controle e influência política.

A REVOLTA DA VACINA: HIGIENE, PODER E RESISTÊNCIA POPULAR

CONTEXTO HISTÓRICO E SOCIAL DA PRIMEIRA REPÚBLICA

O Rio de Janeiro, capital federal no início do século XX, era a maior cidade do Brasil, abrigando cerca de 800 mil habitantes (Instituto Butantan, 2021). A cidade passava por um crescimento rápido e tumultuado, caracterizado por graves problemas sanitários, como redes precárias de esgoto e água, e ausência de coleta de lixo. Nesse cenário, doenças como varíola, febre amarela e tuberculose eram comuns.

Segundo Nicolau Sevcenko (2013), a transição para o regime republicano e o enquadramento do Brasil na nova ordem econômica global, a partir de 1870, impulsionaram o desejo da elite governamental de exibir uma nação próspera, civilizada e ordeira. O governo do presidente Rodrigues Alves, iniciado em 1902, adotou como diretriz central o saneamento completo e a extinção das endemias na capital.

O movimento sanitarista desse período, conhecido como "era do saneamento" visava a reformulação da sociedade brasileira e a constituição do Estado Nacional. Gilberto Hochman (2012) argumenta que o estudo do sanitarismo é uma maneira rica de lançar novas luzes sobre o processo de constituição do Estado-

nação no Brasil. Essas políticas de saúde foram cruciais para o alargamento da presença do Estado na sociedade e no território do país.

Sob a liderança do prefeito Pereira Passos e do Diretor Geral de Saúde Pública, Oswaldo Cruz, a cidade foi submetida a uma intensa reforma urbanística e higiênica, o que a imprensa conservadora saudou como "Regeneração" (Carvalho, 2002; Sevcenko, 2013).

Contudo, o discurso da modernização e da higiene serviu para legitimar a exclusão social. Segundo Sevcenko (2013), a reforma urbana, que implicou a abertura de grandes avenidas e a reforma do porto, tinha um propósito claramente político: deslocar a multidão indômita (negros, mestiços e imigrantes pobres) do Centro da cidade, uma massa humana que representava um "perigo permanente" para a ordem.

A Regeneração foi um "processo tétrico de segregação" (Sevcenko, 2013, p. 47), marcado pela destruição de habitações populares no que ficou conhecido como "bota-abaixo". Cerca de seiscentas habitações coletivas e setecentas casas foram demolidas até 1905, privando de teto pelo menos 14 mil pessoas (Benchimol, 1992 apud Sevcenko, 2013).

Nesse cenário, a elite carioca considerava essas pessoas como pertencentes a "classes duplamente perigosas", pois desafiavam as políticas de controle social e propagavam doenças (Chalhoub, 2017). Chalhoub (2017) também ressalta que as políticas higienistas da segunda metade do século XIX frequentemente priorizavam o combate a doenças que

afligiam a população branca (como a febre amarela, que atingia imigrantes, esperados para substituir a mão de obra negra), enquanto ignoravam outras, como a tuberculose, grave entre a população negra. O objetivo mal confessado de tais políticas era o embranquecimento da população e a eliminação gradual da herança africana.

> Tornouse evidente, aos poucos, que cortiços e epidemias de febre amarela eram assuntos indissociáveis para personagens eminentes do tempo de d. Pedro II. Os cortiços supostamente geravam e nutriam "o veneno" causador do vômito preto. Era preciso, diziase, intervir radicalmente na cidade para eliminar tais habitações coletivas e afastar do centro da capital as "classes perigosas" que nele residiam. Classes duplamente perigosas, porque propagavam a doença e desafiavam as políticas de controle social no meio urbano. (Chalhoub, 2017, p. 10).

A população submetida a essa "ditadura Passos" e "ditadura sanitária" via a opressão aumentar, sendo atingida em seus alojamentos, pertences e costumes, sob leis de exceção que bloqueavam quaisquer direitos ou garantias (Sevcenko, 2013).

A REVOLTA DA VACINA COMO EXPRESSÃO POLÍTICA

A Revolta da Vacina, que ocorreu entre 10 e 16 de novembro de 1904, foi deflagrada pela publicação da regulamentação da Lei nº 1.261, de 31 de outubro

de 1904, que instituía a vacinação obrigatória contra a varíola. A lei concedia poderes às autoridades sanitárias para aplicar multas e exigir o atestado de vacinação para diversos atos civis, como matricular-se em escolas ou casar-se.

Tal mudança culminou em um protesto popular gerado pelo acúmulo de insatisfações com o governo. A reação popular não era, contudo, primariamente contra a vacina, cuja utilidade era reconhecida pelos opositores, mas contra a violência estatal e as condições de sua aplicação. Nicolau Sevcenko (2013, p. 47) caracteriza a insurreição como "um grito, uma convulsão de dor, uma vertigem de horror e indignação".

O estopim para a revolta foi o caráter compulsório e invasivo da medida. Os agentes de saúde tinham autorização para entrar nas casas a fim de vacinar as pessoas. O boato mais influente era o de que os médicos aplicariam a vacina nas coxas ou nádegas das mulheres e filhas, o que era visto como uma "violação do lar" e uma "ofensa à honra" do chefe da família (Carvalho, 2002). A oposição política condenava a lei como "arbitrária, iníqua e monstruosa" por violar o "mais secreto de todos os direitos, o da liberdade de consciência" (Sodré apud Sevcenko, 2013, p. 11).

Além da violência de Estado, o episódio foi permeado pela desinformação. A população, por falta de informação, temia a invasão de suas casas e a ciência por trás do imunizante. Rumores circulavam, como o de que a vacina (feita com o vírus da varíola

bovina) faria as pessoas se parecerem com um boi (Instituto Butantan, 2021).

A revolta deve ser analisada como uma luta por dignidade e autonomia sobre o corpo. José Murilo de Carvalho (2002), afirma que a população, mesmo que agindo de forma reativa e desorganizada, manifestava um "esboço de cidadão, lutando para "mostrar ao governo que ele não põe o pé no pescoço do povo".

Este episódio demonstrava o déficit de cidadania da Primeira República. Carvalho (2002) afirma que, no Brasil, os direitos políticos (participação no governo) saíram na frente, seguidos pelos sociais, e os civis (liberdade, vida, propriedade) permaneceram retardatários ou inacessíveis à maioria da população, invertendo a sequência lógica observada em outros países. A grande maioria da população estava excluída dos direitos civis e políticos. A população participava da vida política de maneira "reativa" (Carvalho, 2002), expressando uma "cidadania em negativo".

A Revolta da Vacina resultou em 30 mortos, 110 feridos e 945 presos. No dia 16 de novembro, o governo revogou a obrigatoriedade da vacina, mas o saldo de prisões e deportações para o Acre foi um exemplo chocante da crueldade e prepotência da repressão (Sevcenko, 2013).

DIMENSÕES JURÍDICAS E SOCIAIS

A Revolta da Vacina sublinhou o papel do Estado como agente de imposição e o déficit democrático da época. As medidas de saneamento e reurbanização,

implementadas sob a "ditadura Passos", foram amparadas por leis de exceção. Tais leis, como o estatuto que regulamentava as obras, impediam que autoridades judiciárias pudessem "revogar as medidas e atos administrativos, nem conceder interditos possessórios contra atos do governo municipal" (Franco, 1973 apud Sevcenko, 2013, p. 35). O governo impedia a apreciação judicial de reclamações particulares, violando tanto o direito processual quanto o direito civil.

Na Primeira República (1889-1930), o sistema político, dominado pelas oligarquias e pelo "coronelismo", não garantia o "poder verdadeiramente público" que deveria ser a base para os direitos civis. A lei era frequentemente um "instrumento de castigo, arma contra os inimigos" (Carvalho, 2002, p. 53). O déficit democrático era evidente na restrição do voto, mantida pela Constituição de 1891 com a exclusão dos analfabetos. O número de votantes permanecia baixo, e o exercício da soberania popular era considerada uma "fantasia" (Carvalho, 2002).

A nível social, a repressão após a revolta revelou práticas que Sevcenko (2013) considera a democratização da senzala. Embora a escravidão tivesse sido abolida, o Estado passou a tratar a população pobre (os "elementos vivos de destruição e de morte" ou "fezes sociais") segundo o modelo de tratamento reservado aos antigos escravos. Humilhações e espancamentos, que antes eram justiça particular nas fazendas, tornaram-se

prática institucional da autoridade pública no regime republicano (Sevcenko, 2013).

A obrigatoriedade da vacina, marcada no corpo, simbolizava a submissão à norma jurídica e à autoridade sanitária. O sistema de segregação espacial (empurrando os pobres para morros e subúrbios) e a repressão brutal indicavam que, para os pobres, a identidade jurídica de cidadãos não lhes era atribuída na prática. Mas apesar do autoritarismo, Hochman (2012) defende que este período está relacionado ao início da noção de "saúde pública" como dever estatal. O autor articula que, a partir da "era do saneamento", o movimento sanitarista brasileiro buscou convencer as elites políticas de que a ausência de poder público levava à onipresença das doenças. Esse movimento promoveu a ideia de que a saúde deveria ser um "bem público" e as bases de uma "política estatal de saúde e saneamento" foram estabelecidas. Assim, o sanitarismo, como ideologia profissional, desempenhou um papel fundamental na formação das políticas de saúde no Brasil, mesmo que inicialmente atrelado à exclusão e ao controle social.

ENTRE O SANITARISMO E O NEGACIONISMO: O ESTADO E A SAÚDE COLETIVA

O papel do Estado na saúde pública brasileira, no decorrer do século XX, manifestou-se por meio de uma complexa trajetória que partiu da imposição autoritária do saneamento para a garantia democrática

de direitos universais. Essa evolução histórica, marcada pela consolidação de políticas públicas e pela institucionalização do direito à saúde, representa um fundamento para a ordem social. No entanto, a crise sanitária global de 2020 a 2022 introduziu um elemento de inversão histórica e política: o Estado federal, em vez de cumprir seu dever constitucional de proteção, atuou como disseminador de desinformação. O presente capítulo se propõe a traçar a consolidação do sanitarismo estatal (1904–1980), culminando na universalização da saúde pela Constituição de 1988, e, posteriormente, a contrastar esse legado com o negacionismo impulsionado pelo poder público federal, sob a figura de Jair Messias Bolsonaro, na pandemia de COVID-19.

O ESTADO COMO AGENTE SANITÁRIO (1904–1980)

Conforme já citado anteriormente, Hochman (2012) defende que a evolução da saúde como política pública nacional no Brasil começou a partir da virada do século XX, e esteve intimamente ligada ao esforço de constituição do Estado-nação. O movimento sanitarista da Primeira República (1889-1930) identificou o país, especialmente os "sertões", pela "concomitante ausência de poder público e onipresença das doenças que pegam" (Hochman, 2012, p. 17). A solução proposta por essa ideologia higienista era o "incremento substancial da penetração do Estado na sociedade e no território do país" (Hochman, 2012, p. 16).

Contudo, a implementação dessas políticas foi frequentemente coercitiva, culminando em revoltas populares como a Revolta da Vacina no Rio de Janeiro, em 1904. A população reagiu de forma veemente à intervenção estatal em suas vidas privadas e corpos. Lideranças da oposição, como o senador Lauro Sodré, alertavam que a lei de vacinação obrigatória possuía uma "feição despótica". Essa imposição era vista como uma violação da liberdade de consciência e da intimidade (Sevcenko, 2013). O historiador Nicolau Sevcenko ainda argumenta que a reação popular não foi apenas contra o imunizante em si, mas contra a "história" que lhes reservava um papel de opressão, privação e indignidade.

O modelo de provisão social que se seguiu à Revolução de 1930 acelerou a expansão dos direitos sociais, mas em um regime que José Murilo de Carvalho (2002) define pela "inversão da ordem de aquisição dos direitos", antecipando o social em relação aos direitos políticos. Nessa "cidadania regulada", os direitos sociais eram concedidos de forma paternalista, sendo vistos como "privilégio e não como direito" (Carvalho, 2002).

A CONSTITUIÇÃO DE 1988 COMO MARCO DO DIREITO À SAÚDE

A transição democrática culminou na promulgação da Constituição Federal de 1988, documento que consolidou uma "expansão final dos direitos políticos" e ampliou significativamente os direitos sociais

(Carvalho, 2002). A carta constitucional introduziu a saúde como um direito social fundamental no Artigo 6º (Brasil, 2024). Essa premissa é detalhada no Artigo 196 (Seção II da Saúde), que estabelece que

> A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (Brasil, 1988).

Este marco contrasta fortemente com o modelo da Primeira República, espelhado na Constituição de 1891. Naquele contexto, predominava o liberalismo ortodoxo (Carvalho, 2002), que desobrigava o Estado da interferência na assistência social e não previa direitos sociais abrangentes. A Constituição de 1891 proibia a União e os Estados de "estabelecer, subvencionar ou embaraçar o exercício de cultos religiosos" (Brasil, 1891, Art. 11, § 7º), demarcando o Estado secular, mas negligenciando a proteção social. O texto de 1988, ao contrário, reflete o objetivo de "construir uma sociedade livre, justa e solidária" e "reduzir as desigualdades sociais" (Brasil, 2024, Art. 3º, I, III).

O ESTADO COMO AGENTE DA DESINFORMAÇÃO (2020–2022)

Já no período da pandemia de COVID-19 (2020–2022), o Brasil assistiu a uma perigosa inversão do papel sanitarista e garantidor de direitos do Estado. O

poder público, sob a gestão de Jair Bolsonaro, adotou uma "posição negacionista diante da pandemia", minimizando os riscos do vírus e demonstrando "desprezo pela ciência e insensibilidade diante das vidas perdidas" (Dias; Nobre, 2023, p. 455).

Essa postura negacionista do governo encontrou um alinhamento narrativo com discursos de líderes religiosos, como o pastor Silas Malafaia (Dias; Nobre, 2023). O negacionismo científico e o nacionalismo religioso foram utilizados como estratégias para preservar hierarquias de poder e influenciar a opinião pública (Dias; Nobre, 2023).

O discurso negacionista se manifestou por meio do uso de "fake news e pós-verdades", ferramentas que apelam a "emoções e crenças pessoais em prejuízo aos fatos" (Fantini, 2016 apud Dias; Nobre, 2023). Um exemplo claro dessa estratégia foi o questionamento das medidas de restrição (como a proibição de cultos), apresentadas como "perseguição religiosa" (Malafaia, 2021). Essa prática discursiva buscava minar a autoridade sanitária dos governos estaduais e municipais, que tentavam conter a disseminação do vírus (Dias; Nobre, 2023).

A retórica negacionista federal também foi acompanhada pelo "desmonte da ciência no Brasil", que incluiu "cortes crescentes no orçamento, ataques à autonomia das universidades" e sanções indiretas a pesquisas que contradiziam posições governamentais (Galvão-Castro; Cordeiro; Goldenberg, 2022 apud Dias; Nobre, 2023).

Os efeitos dessa política de desinformação foram devastadores para a saúde coletiva. O Ministério da Saúde (2025) indica que o Brasil se tornou um polo de irradiação global do negacionismo vacinal, concentrando 40% de todo o conteúdo antivacina da América Latina e do Caribe (Ministério da Saúde, 2025). Entre 2019 e 2024, a desinformação associada ao autismo e às vacinas cresceu em 15.000% (Ministério da Saúde, 2025). Tais movimentos representam um risco palpável de ressurgimento de doenças já erradicadas, como o sarampo (Machado; Ferreira; Damasceno et al., 2020; Soares, 2021 apud Dias; Nobre, 2023).

O contraste entre 1904 e 2020 é notável: enquanto a Revolta da Vacina foi a resistência popular à violência estatal em nome da saúde, a crise da COVID-19 foi marcada pela ação governamental que, em alinhamento com interesses ideológicos e religiosos, utilizou a desinformação para minar a ciência e, consequentemente, o direito constitucional à saúde de sua própria população (Dias; Nobre, 2023).

O DIREITO, A SAÚDE E OS LIMITES DA AUTONOMIA INDIVIDUAL

A República Federativa do Brasil, em seu texto magno, estabelece a saúde como um direito social fundamental (BRASIL, 1988), garantido a todos e constituindo um dever prestacional do Estado, conforme previsto no Artigo 196 da Constituição Federal. Inserido no regime dos direitos e garantias

fundamentais, o direito à saúde exige a máxima efetividade da norma constitucional, o que demanda uma atuação estatal "expansiva" e concreta. O Sistema Único de Saúde (SUS) e o Programa Nacional de Imunizações (PNI) representam as materializações desse dever constitucional.

Contudo, crises de proporções globais, como a pandemia de COVID-19, funcionam como um analisador privilegiado das contradições sociais e políticas. Para Mike Davis (2020), a crise do coronavírus foi um "monstro alimentado pelo capitalismo", expondo a chocante diferença entre classes no que diz respeito ao acesso à saúde (pelo menos nos Estados Unidos).

> O surto expôs instantaneamente a divisão de classes na saúde americana. Aqueles com bons planos de saúde que também podem trabalhar ou ensinar de casa estão confortavelmente isolados, desde que sigam salvaguardas prudentes. Os funcionários públicos e outros grupos de trabalhadores sindicalizados com cobertura decente terão de fazer escolhas difíceis entre renda e proteção. Enquanto isso, milhões de trabalhadores com baixos salários, trabalhadores rurais, desempregados e sem teto estão sendo jogados aos lobos (Davis Mike. *et al:* Coronavírus e a luta de classes. Terra sem Amos: Brasil, 2020).

No Brasil, a resposta estatal exigiu medidas extremas, balizadas pela Lei n. 13.979/2020, que previu a possibilidade da "determinação de realização compulsória de [...] vacinação e outras medidas

profiláticas" (Brasil, 2020 apud Pires, 2024, p. 8). A constitucionalidade de tal determinação lança o direito sanitário no complexo debate dos limites da autonomia individual frente à proteção da coletividade.

A NOÇÃO DE "AUTONOMIA RELATIVIZADA"

O debate sobre a recusa à vacinação e a limitação dos direitos individuais perpassa o princípio da autonomia, que é um dos pilares estruturantes da bioética.

> Tal como a bioética, o biodireito tem a vida como seu objeto principal. Sua função é estabelecer juridicamente os limites ético-jurídicos ao tratamento da vida (Campos Júnior, 2012 apud Pires, 2024, p. 4).

Conforme define Maluf (2020), a autonomia "valoriza a vontade do paciente, ou de seus representantes, levando em conta, em certa medida, seus valores morais e religiosos", reconhecendo o domínio do indivíduo sobre seu corpo e mente. Juridicamente, a autonomia é compreendida como o elemento ético do princípio da dignidade da pessoa humana (Brasil, 1988, art. 1º, III).

Para que a autonomia seja validamente exercida, é imprescindível um consentimento livre e informado. Essa premissa é drasticamente comprometida em um cenário de "disseminação invencível de notícias falsas (as fake news)" (Pires, 2024, p. 4). A desinformação, ou o

consentimento "desinformado", enfraquece a autonomia, tornando-a um valor que pode ser restringido.

Diante do risco pandêmico, a autonomia individual deve ser relativizada, pois, como afirma Pires (2024), a liberdade de expressão deve ceder se estiver em confronto com outros direitos fundamentais de igual prestígio, como "o direito à integridade física (inerente ao direito à vida), o direito à saúde, individual ou coletiva".

A recusa injustificada à vacinação, mesmo invocando a liberdade de crença ou a integridade física, não se sustenta quando a imunização visa prioritariamente a saúde coletiva, o conceito de imunidade de rebanho. Conforme o Artigo 5º, VIII, da Constituição Federal, ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta.

O Supremo Tribunal Federal (STF) pacificou a questão, decidindo pela constitucionalidade da obrigatoriedade de imunização (STF, ARE 1.267.879). O Tribunal, em seu julgamento sobre a vacinação compulsória (ADI 6.586 e 6.587), reafirmou que a proteção da coletividade, "em especial dos mais vulneráveis" (STF, ADI 6.586), autoriza a restrição de direitos individuais.

Contudo, a Corte Constitucional fez uma ressalva crucial: a compulsoriedade não significa vacinação forçada (STF, ADI 6.586). Em vez disso, a obrigatoriedade deve ser implementada por meios indiretos e indutivos. Tais medidas incluem a restrição de acesso a locais que geram aglomerações (teatros,

cinemas, bares). Outras consequências práticas respaldadas pelo Judiciário incluem a dispensa por justa causa de empregados não vacinados, se ausente justificativa médica, especialmente em ambientes de risco, e a suspensão do direito de visitação de pais a filhos que se recusam à vacinação injustificadamente, em nome do interesse da criança ou adolescente (Brasil, 1988, art. 227).

DA (FALTA DE) RESPONSABILIDADE DO ESTADO; SOBRETUDO DO EXECUTIVO

O negacionismo da União manifestou-se por meio de três falhas capitais:

1. Desmonte da Estrutura Científica: Como já citado anteriormente, pesquisadores denunciaram o "desmonte da ciência no Brasil" (Galvão-Castro; Cordeiro; Goldenberg, 2022 apud Dias; Nobre, 2023), com cortes orçamentários e ataques à autonomia das universidades.
2. Promoção de Insumos Ineficazes: O governo recomendou e promoveu o uso indiscriminado de "medicamentos sem comprovação científica" (Bassani; Fabris; Junior, 2021 apud Dias; Nobre, 2023), como o "kit Covid" (cloroquina e ivermectina).
3. Necropolítica: O governo federal operou sob uma lógica de "Estado suicidário" (Safatle, 2020, p. 227), gerindo a morte de setores da população, tratando-a como "suprimento descartável" para a acumulação de capital.

> Um Estado como o nosso não é apenas o gestor da morte. Ele é o ator contínuo de sua própria catástrofe, ele é o cultivador de sua própria explosão. Para ser mais preciso, ele é a mistura da administração da morte de setores de sua própria população e do flerte contínuo e arriscado com sua própria destruição (Safatle, 2020, p. 227).

Essa postura foi acompanhada pelo alinhamento narrativo com líderes religiosos, como o pastor Silas Malafaia, que, segundo Dias e Nobre (2023), utilizaram o negacionismo científico e o "nacionalismo religioso" como estratégias para "preservar estruturas de poder e exercer influência sobre a opinião pública". Malafaia, que tem grande relevância no meio evangélico, chegou a questionar as medidas de restrição (como a proibição de cultos) como perseguição religiosa.

O MAPEAMENTO DA DESINFORMAÇÃO E A CORRELAÇÃO ENTRE POLARIZAÇÃO POLÍTICA E AGRAVOS SANITÁRIOS

A análise jurídica e social dos limites da autonomia individual no contexto da pandemia (4.1 e 4.2) não pode prescindir da base empírica que revelou a magnitude do risco coletivo e a influência direta da desinformação nos resultados de saúde. A crise de saúde global evidenciou que a vulnerabilidade sanitária, no Brasil, foi drasticamente agravada por fatores ideológicos e pela disseminação de narrativas anticientíficas.

Um levantamento minucioso realizado pelo Laboratório DesinfoPop/FGV, analisando mais de 80 milhões de mensagens em grupos de Telegram, lançou um alerta grave sobre a posição do Brasil no continente. O país não apenas lidera o volume de mensagens falsas, mas também o número de usuários ativos em comunidades de desinformação. O fenômeno não foi estático: as publicações antivacinas aumentaram mais de 680 vezes durante o período de 2019 a 2021, com a desinformação circulando, em 2025, 122,5 vezes mais do que em 2019.

A desinformação concentrou-se não só em questionar a segurança e a eficácia das vacinas, mas também em promover falsas soluções. As narrativas avaliadas pelo estudo recomendavam o uso de diversas substâncias e procedimentos, como: dióxido de cloro, ivermectina, zeólita, alho e práticas como o aterramento (ficar descalço no solo), insumos que desviavam a atenção de medidas profiláticas baseadas em evidências científicas e legitimavam o negacionismo estatal previamente discutido.

Outro ponto de intensa propagação de conteúdos enganosos foi a relação entre vacinas e autismo. Esses dados confirmam o desafio do Estado em assegurar o direito à saúde, uma vez que a autonomia individual, pilares da bioética, estava sendo minada por um "consentimento desinformado".

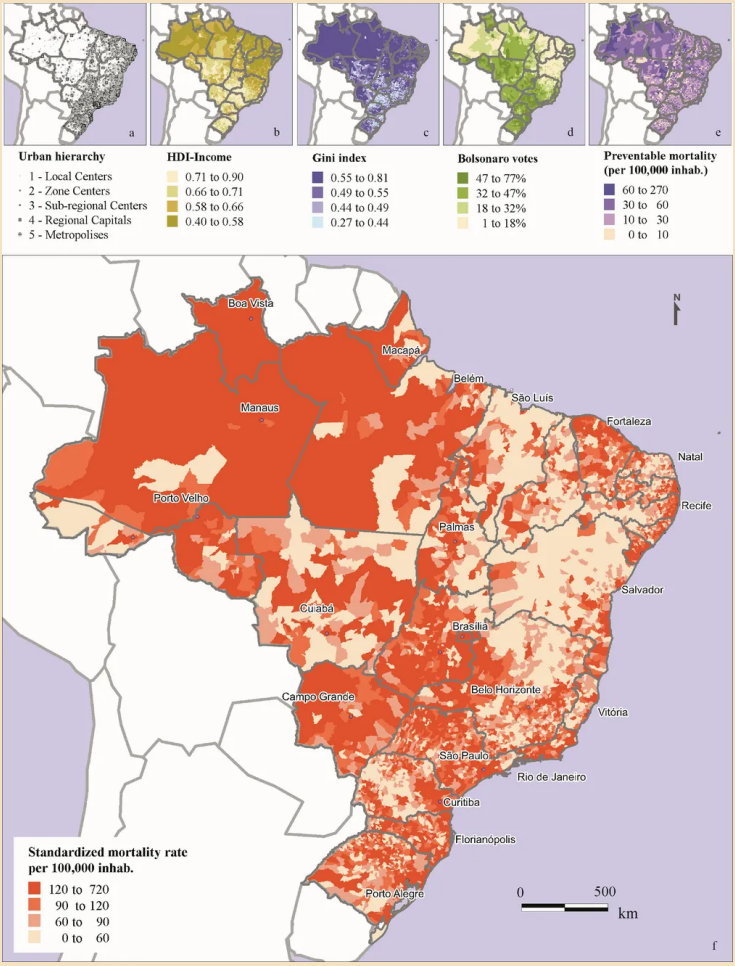
Além disso, outro estudo revelou que a adesão à ideologia negacionista teve um custo sanitário mensurável e trágico. Cientistas da Fiocruz e da

Universidade de Brasília (UnB) publicaram um estudo na revista "The Lancet" que estabeleceu uma correlação direta entre o apoio político ao ex-presidente e as taxas de mortalidade pela COVID-19.

A pesquisa constatou que as cidades que mais apoiaram Bolsonaro em 2018 tiveram as piores taxas de mortalidade por Covid em 2021. É crucial destacar que os pesquisadores observaram esse padrão mesmo após considerar as desigualdades estruturais entre os municípios, como hierarquia urbana, índice de Gini de desigualdade de renda e renda média.

O mapa de mortalidade por Covid-19 (em tom laranja) e o mapa de apoio eleitoral a Bolsonaro (em tom verde) demonstram graficamente que, quanto mais escuro o tom (maior o apoio político), maior foi a taxa de mortalidade padronizada para cada 100 mil habitantes.

Foto: Diego Ricardo Xavier, Eliane Lima e Silva, Flávio Alves Lara, Gabriel R.R. e Silva, Marcus F. Oliveira, Helen Gurgel e Christovam Barcellos



Essa conclusão robusta indica que a política negacionista praticada pelo governo federal, ao desafiar medidas de saúde pública e promover atitudes de risco, não se limitou à esfera retórica, mas gerou um impacto

direto e catastrófico na saúde e na vida da população, especialmente em regiões onde houve maior adesão à ideologia do Executivo. A negligência e a omissão estatal, combinadas com a desinformação, resultaram na quebra do dever constitucional de proteção à vida e à saúde coletiva, transformando a polarização política em um vetor de agravos sanitários.

Dessa forma, os estudos confirmam que o Estado, ao se alinhar com a desinformação e desprezar a ciência, operou em uma lógica de necropolítica (Safatle, 2020), gerando uma crise de saúde pública exacerbada por escolhas políticas. A judicialização da saúde, nesse contexto, foi uma resposta institucional necessária para que o Judiciário (em especial o STF) atuasse como fiador da ciência e do direito fundamental à vida.

DISCUTINDO A JUDICIALIZAÇÃO DA VACINA E O PAPEL DO STF

Diante da omissão e da atuação negacionista do Poder Executivo federal, o Poder Judiciário e, em especial, o Supremo Tribunal Federal (STF), foi acionado para garantir a efetividade do direito à saúde e à vida. Sendo assim, o STF estabeleceu a competência comum dos entes federativos (União, Estados e Municípios) para a promoção da saúde, impedindo que a União anulasse unilateralmente medidas de contenção adotadas por governadores e prefeitos.

No que tange à vacinação, o STF, ao analisar a compulsoriedade (ADI 6.586 e 6.587), atuou como

guardião da ciência e do bem coletivo. A Corte decidiu que, embora a vacinação não possa ser forçada (coativa), a recusa injustificada pode ser objeto de medidas coercitivas indiretas, como a imposição de restrições. O STF (ARE 1.267.879) reconheceu que a dignidade da pessoa humana é um valor comunitário, que autoriza a proteção do indivíduo, mesmo contra a sua própria vontade.

Portanto, a judicialização da pandemia evidenciou a necessidade de intervenção do Poder Judiciário como guardião dos direitos fundamentais diante das omissões do Executivo. Conforme Boaventura de Sousa Santos (2020), em tempos de crise, é papel das instituições democráticas construir um "Estado de exceção democrático", distinto daquele que suspende direitos e legitima o autoritarismo. Nessa perspectiva, a atuação do Supremo Tribunal Federal representou um marco na reafirmação de que as políticas públicas de saúde devem estar vinculadas à Constituição e orientadas pela ciência, e não por agendas ideológicas ou negacionistas. Como observa o jornalista Wilton Cardoso (2020), as crises apenas produzem transformações reais ou, ao menos, impedem o retrocesso — quando encontram forças sociais e institucionais capazes de converter a instabilidade em oportunidade de mudança. O STF, nesse contexto, configurou-se como uma dessas forças.

COMPARAÇÃO DE MOMENTOS DE RESISTÊNCIA (1904 E 2020)

O Brasil vivenciou momentos cruciais de conflito social em torno da saúde pública em 1904, com a Revolta da Vacina, e novamente em 2020, durante a pandemia de COVID-19, ambos expondo profundas disputas por legitimidade e pertencimento.

Em 1904, a Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro foi uma convulsão de dor, horror e indignação. Embora o pretexto imediato fosse a campanha de vacinação obrigatória contra a varíola, o movimento representou uma resistência popular mais ampla contra a opressão, a discriminação e o tratamento espúrio infligido pela administração pública da Primeira República. Em contraste, o contexto de 2020 foi marcado pela emergência da COVID-19 e por uma resistência populacional e institucional a medidas de saúde pública. O Brasil enfrentou a crise sanitária, agravada por condições de desigualdade social, e circulação de desinformação.

A resistência em 2020 baseou-se muitas vezes na invocação do direito à integridade física, à liberdade e à autonomia, princípios da bioética e elementos éticos da dignidade humana. Contudo, a autonomia pode ser restringida quando se opõe a outros direitos fundamentais de igual estatura, especialmente em casos de consentimento "desinformado" (Fuller; Fujita, 2021).

Em 1904, a resistência popular, violenta e desorganizada, pode ser considerada um movimento legítimo por expressar um sentimento de que o governo não podia usar da força para obrigar a população a se vacinar. O protesto lutava por um mínimo de respeito à condição humana e à dignidade contra um Estado que utilizava a repressão e a segregação. Em 2020, os protestos contramedidas de contenção da pandemia e a recusa vacinal pautaram-se em uma interpretação distorcida dos direitos fundamentais. Enquanto o direito ao protesto é fundamental para a democracia, o movimento que atacou a saúde pública, a ciência e as medidas profiláticas deve ser considerado ilegítimo, pois a saúde é um direito social e dever do Estado, com um alvo primário na saúde coletiva.

O direito à liberdade de manifestação do pensamento (Brasil, 1988, art. 5º, IV) proíbe o anonimato e deve conviver com um regime de responsabilidade. A oposição aos protocolos de saúde, à vacinação e o compartilhamento de fake news minaram a saúde coletiva. O STF (2021) observou que a obrigatoriedade vacinal é constitucional, pois afasta "escolhas individuais que afetem gravemente direitos de terceiros". A recusa vacinal, nesse contexto, fere o princípio da solidariedade e a "responsabilidade compartilhada" (Sarlet; Figueiredo, 2008) na proteção da saúde de todos. Portanto, os atos de resistência

em 2020 que se voltaram contra as políticas de saúde pública, como a recusa a vacinas e a disseminação de desinformação, foram ilegítimos por atacarem diretamente o bem-estar coletivo.

A MÍDIA E A INTERNET MOLDANDO A MEMÓRIA COLETIVA

A forma como as crises sanitárias são lembradas e interpretadas é profundamente moldada pelos meios de comunicação. Em ambos os períodos, a desinformação alimentou a resistência e influenciou a percepção social.

No início do século XX, a imprensa desempenhou um papel ambivalente na Revolta da Vacina. Jornais de oposição, junto com oradores populares, instigavam a rebeldia. Os críticos à vacina obrigatória disseminavam a ideia de que a imunização poderia causar outras doenças e de que a invasão domiciliar violava a honra. Tais informações e boatos, embora de natureza arcaica (boato de que o vacinado se pareceria com um boi), tinham grande impacto emocional em uma sociedade desprovida de informações.

Em 2020, o ambiente da pandemia de COVID-19 foi extremamente propício à divulgação de notícias falsas (fake news), em grande parte devido à proliferação de plataformas digitais. As redes sociais e aplicativos de mensagens, como WhatsApp e Telegram, tornaram-se vetores para a disseminação rápida e sem juízo crítico de conteúdo inverossímil.

O Brasil, em particular, como já abordado, tornou-se um epicentro de desinformação, concentrando 40% de todo o conteúdo antivacina na América Latina e no Caribe, com mais de 580 mil conteúdos circulando em comunidades próprias do Telegram no país. As narrativas falsas de 2020, como a associação entre vacinas e morte súbita, alteração de DNA, câncer ou autismo, refletem a mesma dinâmica de medo e desconfiança observada em 1904, mas amplificada pela tecnologia e frequentemente contaminada por "questões ideológicas e políticas". A desinformação impacta diretamente a "confiança" na eficácia e segurança das vacinas, um dos fatores que levam à hesitação vacinal (Sato, 2018).

Os algoritmos das redes sociais agravam a situação, pois tendem a manter os usuários em "bolhas" virtuais (filter bubbles), expondo-os apenas a postagens que reafirmam suas crenças pré-estabelecidas (Amaral; Santos, 2019), dificultando o acesso à informação de qualidade e minando a capacidade de discernimento.

O PARALELO ENTRE PANFLETOS DE 1904 E FAKE NEWS DE 2020

A comparação entre os panfletos e a agitação na imprensa de 1904 e as fake news de WhatsApp em 2020 revela a persistência da desinformação como arma política em crises sanitárias.

Em 1904, a oposição usou a comunicação para denunciar a violência e o arbítrio estatal, como o

caso da morte atribuída à vacina em julho, que gerou "enorme alarido" na Câmara e nos jornais. O boato sobre o risco moral às mulheres foi um catalisador decisivo. Os panfletos e discursos inflamados (como os de Lauro Sodré e Barbosa Lima, líderes da Liga contra a Vacina Obrigatória) transformaram o debate médico-sanitário em uma disputa de poder explícita contra a "ditadura sanitária".

Em 2020, a velocidade e o alcance das fake news de WhatsApp (e Telegram) superaram a capacidade de resposta das autoridades de saúde, gerando um "mercado lucrativo, impulsionado pela propagação do medo e desconfiança". A propagação de "antídotos" e "detox vacinal" (como dióxido de cloro, ivermectina, zeólita, alho e práticas como aterramento) ilustra a dimensão comercial e o pânico gerado pela desinformação, algo sem paralelo na escala e na sofisticação de 1904.

A negação científica e a desconfiança nas autoridades sanitárias em 2020 foram potencializadas pela internet, de forma que, mesmo em 2025 (data de um estudo analisado), as desinformações ainda circulavam 122,5 vezes mais do que em 2019.

CIDADANIA, DIREITO AO PROTESTO E DEMOCRACIA

O direito ao protesto e à manifestação do pensamento são pilares da democracia e direitos civis fundamentais. A Constituição de 1988 (Brasil, 1988,

art. 5º, IV e IX) garante a liberdade de expressão, mas impõe a responsabilidade, proibindo o anonimato.

Já a cidadania plena é definida pela titularidade dos direitos civis, políticos e sociais, sendo que a garantia dos direitos civis, como a liberdade de manifestação e a inviolabilidade do lar, serve de base para a consolidação dos demais (Carvalho, 2002, p. 8, 10). O exercício da resistência, historicamente, manifesta-se como um esforço por parte da população para assegurar esses direitos, sendo por vezes um esboço de cidadania, ainda que em negativo, como ocorreu em 1904.

Na Revolta da Vacina de 1904, o protesto, embora tenha sido violento (com 30 mortos e 945 prisões), foi uma forma de a população marginalizada reagir ao arbítrio de um Estado que se considerava acima da lei e que invadia a privacidade e a honra. Foi um movimento reativo, no qual os cidadãos em negativo lutavam contra o que consideravam uma ação ilegítima do governo (Carvalho, 2002).

No cenário de 2020, o direito ao protesto e o exercício da cidadania encontraram limites na proteção da saúde coletiva. Embora a democracia garanta a liberdade de manifestação, a disseminação de fake news e a promoção de protestos que incentivavam a desobediência a protocolos sanitários (como o uso de máscaras e o distanciamento) e a recusa à imunização constituíram um ataque direto ao direito à saúde pública.

A autonomia individual, invocada por aqueles que recusavam a vacinação, não é um valor absoluto. O direito à saúde é um dever estatal e coletivo, e a

Constituição não tolera a liberdade de pensamento que se traduza em abuso ou ofensa. Quando protestos e manifestações promovem atitudes (como a recusa de vacinas) que colocam em risco a vida de terceiros, comprometendo a imunidade de rebanho e a estabilidade sanitária, tais atos perdem sua legitimidade democrática (STF, 2021). A desinformação disseminada, que mina a confiança nas vacinas, coloca em risco a vida da população e a capacidade do Estado de cumprir seu dever fundamental de proteção à saúde.

Portanto, enquanto em 1904 a violência popular se opunha ao arbítrio de um poder que atacava os direitos civis e a dignidade humana, em 2020, a resistência (particularmente a que promovia o negacionismo e a desinformação) atacou um direito fundamental coletivo, a saúde, comprometendo a estabilidade democrática e a vida civilizada ao opor-se ao consenso médico-científico. A cidadania em 2020 exigia solidariedade e responsabilidade, valores que foram explicitamente desafiados por manifestações que, sob o manto da liberdade, fomentavam o caos sanitário.

CONCLUSÃO

A dicotomia histórica entre a Revolta da Vacina (1904) e o movimento antivacina da COVID-19 (2020–2022) revela uma inversão chocante na matriz de resistência sanitária nacional. Em 1904, a resistência popular, violenta e desorganizada, foi um grito legítimo

de indignação contra o Estado autoritário que impunha a vacinação de forma invasiva e violadora da honra e dos direitos civis básicos. Naquele cenário, o povo lutava por dignidade e contra o arbítrio.

Em contraste dramático, mais de um século depois, o próprio Estado federal se consolidou como o principal vetor de desinformação, instrumentalizando o negacionismo científico e o nacionalismo religioso para minar as políticas de saúde pública. Essa omissão e promoção de insumos ineficazes, aliadas ao "desmonte da ciência no Brasil", alinharam-se a uma lógica de "necropolítica", com pesquisadores comprovando uma correlação direta entre o apoio político ao Executivo negacionista e as piores taxas de mortalidade pela Covid-19 em 2021.

Frente à quebra do dever constitucional do Estado, o Direito Sanitário foi convocado. O Supremo Tribunal Federal (STF) interveio como guardião da ciência e do bem coletivo, pacificando o debate ao estabelecer a constitucionalidade da obrigatoriedade vacinal. A Corte reafirmou que a autonomia individual, enfraquecida pelo "consentimento desinformado" massificado via redes sociais, deve ser relativizada, pois a recusa injustificada compromete a imunidade de rebanho e fere o princípio da solidariedade.

Em última análise, enquanto a resistência popular de 1904 buscava direitos civis, a resistência impulsionada institucionalmente em 2020 foi ilegitimamente voltada contra o direito fundamental à saúde coletiva.

Em saúde pública, o negacionismo estatal se provou uma escolha política com impacto fatal: a cidadania moderna exige solidariedade, e a ciência é a única vacina contra o caos institucional.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Inês; SANTOS, Sofia José. **Algoritmos e redes sociais: a propagação de fake news na era da pós-verdade.** In: SANTOS, João Figueira (org.). **As fake news e a nova ordem (des) informativa na era da pós verdade: manipulação, polarização, filter bubbles.** Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019. p. 63-86.

ARAÚJO, Carolina; CARVALHO, Luciana; COSTA, Antônio; LOBATO, Jackeline; MACEDO, Laylla; PAIVA, Natália. Cadernos de Saúde Pública, 2024. Disponível em: https://www.scielosp.org/article/csp/2024.v40n11/e00217323/ . Acesso em: 15 out. 2025.

BRASIL. [Constituição (1891)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (De 24 de fevereiro de 1891): Emenda Constitucional de 3 de setembro de 1926.** Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1891.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, compilado até a Emenda Constitucional nº 135/2024**. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2025. 187 p. ISBN 978-65-5676-597-6 (PDF).

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi.** 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial.** 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. ISBN 978-85-359-3009-2.

CIDADES que mais apoiaram Bolsonaro em 2018 tiveram as piores taxas de mortalidade por Covid em 2021, aponta estudo na Lancet. In: G1. Rio de Janeiro, 16 mar. 2022. Disponível em: https://g1.globo.com/saude/coronavirus/noticia/2022/03/16/cidades-que-mais-apoiaram-bolsonaro-em-2018-tiveram-as-piores-taxas-de-mortalidade-por-covid-em-2021-aponta-estudo-na-lancet.ghtml. Acesso em: 07 set. 2025. DAVIS, Mike, *et al*: **Coronavírus e a luta de classes**. Terra sem Amos: Brasil, 2020.

DIAS, Kelvin; NOBRE, Fábio. **O negacionismo antivacina e o alinhamento nos discursos de Malafaia e Bolsonaro frente à pandemia de COVID-19 no Brasil.** Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/moncoes/article/view/17390/10307. Acesso em: 07 set. 2025.

FULLER, Greice Patrícia; FUJITA, Jorge Shiguemitsu. **Autonomia da vontade do paciente no consentimento informado em face da sociedade da informação.** Revista de Direito Civil Contemporâneo, v. 23, p. 237-265, 2021. Disponível em: https://ojs.direitocivilcontemporaneo.com/index.php/rdcc/article/view/768.

HOCHMAN, Gilberto. **A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2012.

PIRES, Renato Barth. **Recusa à vacina da covid-19 no regime jurídico dos direitos e garantias fundamentais.** Disponível em: https://revistas.usp.br/rdisan/article/view/205511/212818. Acesso em: 09 out. 2025.

SATO, Ana Paula Sayuri. Qual a importância da hesitação vacinal na queda das coberturas vacinais no Brasil? Revista de Saúde Pública, v. 52, n. 96, 2018. DOI: 10.11606/S1518-8787.2018052001199. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/rsp/article/view/152007. Acesso em: 23 out. 2025.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Cruel Pedagogia do Vírus.** Portugal. Ed: Almedina, 2020.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade (da Pessoa) Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988.** 10. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.

SARLET, Ingo Wolfgang; FIGUEIREDO, Mariana Filchtiner. **Algumas considerações sobre o direito fundamental à proteção e promoção da saúde aos 20 anos da Constituição Federal de 1988.** Revista de Direito do Consumidor, v. 67, p. 125-172, jul./set. 2008.

SEVCENKO, Nicolau. **A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes.** São Paulo: Cosac Naify, 2013. ISBN 978-85-405-0534-6.

TOSTES, Anjuli; MELO FILHO, Hugo (Org.). **Quarentena: reflexões sobre a pandemia e depois.** 1. ed. Bauru: Canal 6, 2020. Recurso digital. (Projeto Editorial Praxis). ISBN: 978-65-86030-14-3.

A GERAÇÃO DO FRACASSO

Ybis Daniel Pereira Silva[112]
Eduardo Sales da Silva[113]

A música "Não é Sério", lançada no ano de 2000 pela banda "Charlie Brown Jr", já denunciava o pensamento no fim do século XX sobre a imagem do jovem brasileiro: "Eu vejo na tv o que eles falam sobre o jovem não é sério, O jovem no Brasil nunca é levado a sério [...] sempre quis falar, nunca tive chance, tudo que eu queria estava fora do meu alcance" (CHARLIE BROWN JR., 2000). Partindo dessa provocação, este artigo terá como objetivo desmitificar a figura criada da Geração Z como a "Geração do fracasso" que está longe de ser uma característica intrínseca aos jovens nascidos entre meados da década de 1990 e 2010, defendemos que o aparente fracasso decorre de um processo histórico marcado por transformações estruturais do capitalismo e evidenciamos que o chamado "fracasso" se refere menos a uma falha geracional e mais a uma modernidade em crise, marcada por instabilidade econômica, política e identitária.

112 Graduando em Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Roraima - UERR. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - PIBID e do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica PIBIC/UERR.

113 Graduando no curso de Bacharelado em Direito pela Faculdade Cathedral – FACES.

GERAÇÃO E JUVENTUDE

O conceito de juventude não é fixo, ele é entendido de diversas maneiras a depender da sociedade e cultura em que está inserido, o conceito nem sempre foi o mesmo e sofreu muitas transformações em sua concepção ao longo do tempo. Falar de juventude não é uma coisa somente do mundo presente, sempre se falou de jovens em todas as épocas, Normose (2024) em seu vídeo aponta frases atribuídas a Sócrates e Hesíodo falando sobre a juventude;

> A nossa juventude é mal-educada, zomba da autoridade e não tem nenhuma espécie de respeito pelos mais velhos. As nossas crianças de hoje não se levantam quando um ancião entra numa sala, respondem aos pais e tagarelam em vez de trabalhar. São simplesmente más (SÓCRATES apud NORMOSE, 2024).
> Não tenho nenhuma esperança para o futuro do nosso país, se a juventude de hoje lhe assumir o comando amanhã, porque esta juventude é insuportável, sem compostura, simplesmente terrível (HESÍODO apud NORMOSE, 2024).

O período entre a infância e a vida adulta é confuso e indefinido, a depender das circunstâncias e cultura em que se vive. Conforme aponta Luís Antonio Groppo (2016), a juventude na sociedade moderna não deve ser compreendida como um fenômeno estritamente biológico ou natural, mas como uma categoria abstrata e universal construída historicamente pela ideologia

liberal-burguesa. Longe de ser homogênea, ela se fragmenta em múltiplos grupos atravessados por condicionantes como classe, gênero e território; porém, dialeticamente, resiste uma condição juvenil comum, que serve como eixo de diferenciação social entre as gerações. No cenário brasileiro, conforme aponta Mary Del Priore (2022), durante séculos as crianças pobres e escravizadas passavam diretamente para o mundo do trabalho adulto, tendo suas transições de idade marcadas apenas por ritos culturais ou biológicos. Foi somente após a década de 1940 que a "adolescência" ganhou força como um conceito consolidado.

Como elucida Mariane Cara (2013), a fragmentação da juventude em recortes temporais específicos acompanha a própria trajetória do conceito de geração, que migrou de uma concepção mecânica e biológica para um entendimento marcadamente sócio-histórico, transformando-se, a partir do pós-guerra, em uma ferramenta de rotulação mercadológica e midiática. De acordo com as formulações de Elena Cruz (2018), o período posterior à Segunda Guerra Mundial vinculou de forma definitiva a experiência juvenil aos aparatos da cultura de massa e aos processos de afirmação identitária. Amparada pela prosperidade econômica dos "anos dourados" do capitalismo, a sociedade ocidental converteu a juventude em um nicho de mercado central, mobilizando a publicidade, o cinema e os meios de comunicação para moldar um consumo estritamente juvenil. Longe de ser um processo estático, essa transição histórica reflete

a própria natureza da sociedade moderna que, ao alimentar mutações e tensões internas constantes, abriu caminhos para que os jovens tivessem suas possibilidades de agência e representação ampliadas.

A catalogação dessas coortes geracionais na segunda metade do século XX teve início com os chamados *Baby Boomers* (nascidos entre 1946 e 1964). Como afirma Mariane Cara (2013), por diversos motivos sociais e mercadológicos, essa foi a primeira geração minuciosamente analisada por profissionais como analistas de *marketing*, psicólogos, sociólogos e antropólogos. O termo, derivado do alto índice de natalidade do período, inaugurou uma lógica em que o conceito de geração passou a ser atrelado à vivência de indivíduos em períodos predeterminados, operando por meio de rótulos comerciais dinâmicos. Na sequência, a Geração X seguiu o caminho inverso. Conforme explica Don Tapscott (2008 apud CARA, 2013), caracterizada por um baixo número de nascimentos, essa coorte quase recebeu a alcunha inicial de "fracasso de bebês" (*baby bust*). Contudo, o termo definitivo consolidou-se após o romance ficcional de 1991, *Generation X: Tales for an Accelerated Culture*, de Douglas Coupland. Representados pela força da televisão, dos videoclipes e dos videogames, os jovens da Geração X foram frequentemente associados ao recolhimento doméstico em comparação aos seus antecessores, porém, no cenário brasileiro, essa juventude protagonizou grandes mobilizações de contestação política, como o movimento dos Caras-Pintadas.

Posteriormente, a transição para a virada do milênio trouxe a Geração Y, também amplamente denominada pela mídia e pela indústria de consumo como *Millennials*. Trata-se de uma coorte conceitualmente complexa devido à profusão de rótulos criados em torno dela pela publicidade, tais como "Geração 2.0", "Geração *Now*", "Geração Digital" e "*Echo Boomers*". Para Tapscott (2008 apud CARA, 2013), essa geração por ele denominada *Generation Net* diferencia-se fundamentalmente das anteriores por ter sido a primeira a se desenvolver com os meios digitais de comunicação. A tecnologia, integrada ao cotidiano com a mesma naturalidade de um eletrodoméstico comum, tornou-se o principal vetor pelo qual esses jovens passaram a articular e sobrepor sua própria cultura no tecido social.

Nesse processo histórico que se localiza a Geração Z, que é compreendida entre os nascidos de 1997 e 2012, cujo período é marcado por muitas mudanças sociais e pelo fato de terem nascido na era da internet e dos smartfones. No entanto, no *mainstream* midiático, a Geração Z é frequentemente rotulada como preguiçosa, desrespeitosa em relação às hierarquias e inconformada com o trabalho (Figuras 1, 2, 3 e 4). "Geração Nutella", "Geração Nem-Nem" (Nem trabalha, nem estuda), "Geração Tiktok" são algumas das expressões atribuídas a esse grupo. Essa forma superficial de julgar os jovens não é novidade e já acontecia com a geração anterior. Segundo Cruz (2018), os *millennials* também sofreram com análises rasas da mídia, que mudavam de acordo

com o interesse do momento. Ora os jovens eram elogiados como “heróis” que mudariam o país através da internet, ora eram criticados como preguiçosos, acomodados e viciados em redes sociais. A autora destaca que essas cobranças exageradas ignoram que a juventude é um período natural de testes, erros e aprendizado, preferindo criar rótulos fáceis para controlar o comportamento e o consumo dos jovens.

Figura 1: Revista Forbes



Fonte: https://forbes.com.br/carreira/2024/10/3-motivos-explicam-por-que-a-geracao-z-e-demitida-das-empresas/

Figura 2: IGN Brasil



Fonte: https://br.ign.com/tech/128954/news/nao-tem-etica-profissional-pesquisa-revela-por-que-gestores-nao-confiam-na-gen-z-para-trabalhar

Figura 3: Portal Terra



A Geração Z sabe que "não vão conseguir empregos"; eles decidiram resolver isso com pragmatismo

61% da Geração Z acredita que este é o fim dos jovens trabalhadores; Preocupar-se com o futuro no mercado de trabalho não é mais uma opção para muitos

Por: Fabrício Mainenti / Xataka

14 set 2025 - 07h13 (atualizado em 15/9/2025 às 15h19) Compartilhar Exibir comentários

Fonte: https://www.terra.com.br/noticias/educacao/carreira/a-geracao-z-sabe-que-nao-vao-conseguir-empregos-eles-decidiram-resolver-isso-com-pragmatismo,27af99853fb83fdfb7aebca692fe0208niymogm5.html

Figura 4: Revista Exame



exame.

Home > Carreira

Quem tem mais de 40 anos está ocupando o lugar da Gen Z no trabalho. Para onde vão os mais jovens?

Estudo mostra que 30% dos recrutadores preferem contratar trabalhadores mais velhos aos profissionais da nova geração; do outro lado, esses jovens não buscam por empregos tradicionais, querem mais flexibilidade – o futuro do trabalho chegou?

Fonte: https://exame.com/carreira/quem-tem-mais-de-40-anos-esta-ocupando-o-lugar-da-gen-z-no-trabalho-para-onde-vao-os-mais-jovens/

A HERANÇA DE UMA REORGANIZAÇÃO DO CAPITALISMO

As transformações econômicas que marcaram a segunda metade do século XX constituem elemento indispensável para compreender as condições materiais que moldaram a experiência da Geração Z. Embora a literatura sobre juventude frequentemente privilegie aspectos comportamentais ou culturais para explicar os desafios enfrentados por essa geração, tais dificuldades, especialmente aquelas relacionadas ao mercado de trabalho, ao acesso à moradia e à redução das perspectivas de mobilidade social, têm origem em transformações estruturais ocorridas décadas antes de seu nascimento. Entre essas mudanças, destaca-se o encerramento do sistema de Bretton Woods, evento que redefiniu o funcionamento da economia mundial e abriu espaço para uma nova etapa da dinâmica do capitalismo.

A ordem monetária internacional estabelecida após a Segunda Guerra Mundial foi formalizada durante a Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas, realizada em Bretton Woods, no estado de New Hampshire, em julho de 1944. O acordo instituiu um sistema baseado em taxas de câmbio fixas, porém ajustáveis, tendo o dólar norte-americano como principal moeda de referência, conversível em ouro à razão de US$35 por onça. Também foram criados o Fundo Monetário Internacional e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, instituições destinadas a promover a estabilidade monetária

internacional, estimular a cooperação financeira entre os países e contribuir para a reconstrução das economias no período posterior à Segunda Guerra Mundial (FEDERAL RESERVE HISTORY, 2023).

Durante aproximadamente vinte e cinco anos, esse sistema proporcionou relativa estabilidade às relações monetárias internacionais e favoreceu um período de crescimento econômico expressivo nas principais economias ocidentais. Contudo, ao longo da década de 1960, começaram a surgir desequilíbrios que comprometeram sua sustentabilidade. O aumento dos déficits externos dos Estados Unidos, impulsionado pelos elevados gastos públicos, pela Guerra do Vietnã e pela crescente circulação internacional de dólares, reduziu progressivamente a capacidade norte-americana de manter a conversibilidade da moeda em ouro. Os próprios mecanismos que haviam assegurado a estabilidade do sistema passaram a revelar seus limites.

Em 15 de agosto de 1971, o presidente Richard Nixon anunciou a suspensão unilateral da conversibilidade do dólar em ouro, medida que ficou conhecida como *Nixon Shock*. Conforme registra o *Office of the Historian* do Departamento de Estado dos Estados Unidos, a decisão representou uma resposta aos desequilíbrios acumulados pela economia norte-americana e marcou o início do desmantelamento do sistema monetário de Bretton Woods. Nos anos seguintes, a adoção de regimes de câmbio predominantemente flutuantes consolidou uma nova configuração da ordem monetária internacional.

O encerramento do sistema de Bretton Woods, entretanto, não explica isoladamente as transformações verificadas nas décadas seguintes. Ele constitui um marco institucional dentro de um processo mais amplo de reorganização do capitalismo. Para Belluzzo (1995), a ruptura desse regime monetário ampliou significativamente a liquidez internacional e favoreceu a expansão dos mercados financeiros, criando condições para uma nova dinâmica de acumulação. A crescente mobilidade do capital passou a reduzir a capacidade dos mecanismos tradicionais de regulação monetária, ao mesmo tempo em que fortalecia a autonomia dos mercados financeiros em relação às economias nacionais.

Nas décadas seguintes, esse movimento foi aprofundado pela liberalização financeira, pela abertura comercial e pela redefinição do papel do Estado na economia. Harvey (2008) interpreta esse processo como parte da consolidação do neoliberalismo, entendido não apenas como um conjunto de políticas econômicas, mas como um projeto político destinado a reorganizar as relações entre Estado, mercado e capital. A ampliação da liberdade de circulação financeira e a flexibilização dos mercados favoreceram a expansão das finanças e modificaram profundamente o funcionamento das economias contemporâneas.

No mesmo sentido, Chesnais (1996) demonstra que a "mundialização" do capital intensificou a internacionalização dos mercados financeiros e

consolidou a predominância da valorização financeira sobre a dinâmica produtiva. O capital passou a circular com maior velocidade entre diferentes países e mercados, ampliando a influência dos ativos financeiros sobre as decisões empresariais, as políticas econômicas e os investimentos.

Os efeitos dessa reorganização alcançaram também os países periféricos. No Brasil, o acesso ao crédito externo durante a década de 1970 favoreceu a expansão do endividamento internacional e sustentou parte do crescimento econômico daquele período. Entretanto, a elevação das taxas de juros internacionais no início da década de 1980 desencadeou a crise da dívida externa latino-americana, impondo sucessivos programas de ajuste econômico. Posteriormente, a abertura comercial, a liberalização financeira e a reestruturação produtiva aprofundaram a inserção da economia brasileira na nova dinâmica do capitalismo internacional.

Como observa Druck (2011), essas transformações alteraram profundamente o mercado de trabalho brasileiro ao ampliar a terceirização, a flexibilização contratual e a informalidade. Paralelamente, Sennett (2009) demonstra que tais mudanças produziram efeitos que ultrapassam a esfera econômica, influenciando a forma como os indivíduos constroem suas trajetórias profissionais, percebem a estabilidade no emprego e planejam o próprio futuro.

Foi nesse contexto histórico que a Geração Z iniciou sua inserção na vida adulta. Diferentemente das gerações anteriores, que ainda experimentaram

parte do ciclo de expansão econômica característico do período posterior à Segunda Guerra Mundial, esses jovens passaram a construir seus projetos de vida quando a reorganização do capitalismo já se encontrava consolidada. Ingressaram em um mercado de trabalho mais flexível, em uma economia fortemente financeirizada e em um ambiente no qual a aquisição da moradia, a formação de patrimônio e a mobilidade social tornaram-se progressivamente mais difíceis.

Essa constatação permite reinterpretar parte das críticas frequentemente dirigidas à Geração Z. Não é incomum que seus integrantes sejam descritos como menos comprometidos com o trabalho, pouco resilientes ou excessivamente exigentes em relação às condições profissionais. Tais interpretações, contudo, costumam utilizar como parâmetro uma realidade econômica substancialmente distinta daquela encontrada pelas gerações anteriores. Comparações dessa natureza desconsideram que cada geração inicia sua trajetória em contextos históricos próprios, marcados por oportunidades e limitações igualmente distintas.

Nesse cenário, a valorização da qualidade de vida, da saúde mental, do equilíbrio entre trabalho e vida pessoal e da busca por melhores condições de trabalho não deve ser compreendida, necessariamente, como rejeição ao esforço ou ao trabalho. Essas demandas podem ser interpretadas como respostas às condições objetivas encontradas por uma geração que ingressou em um mercado mais competitivo, menos previsível, mais oneroso e significativamente menos

capaz de oferecer as perspectivas de estabilidade experimentadas por seus pais e avós.

Sob essa perspectiva, a Geração Z pode ser compreendida como a primeira geração que não herdou o ciclo de expansão do capitalismo do pós-guerra. Herdou, predominantemente, os custos econômicos, sociais e institucionais da reorganização iniciada na década de 1970. As dificuldades relacionadas ao trabalho, ao acesso à moradia, à constituição de patrimônio e ao planejamento da vida familiar não decorrem exclusivamente de características geracionais ou comportamentais. Elas representam manifestações de um processo histórico iniciado décadas antes de seu nascimento e que redefiniu profundamente as condições de inserção social das novas gerações.

Compreender essa herança constitui o eixo central deste estudo. Mais do que explicar comportamentos específicos da Geração Z, busca-se demonstrar que suas escolhas, expectativas e formas de inserção social somente podem ser adequadamente analisadas quando situadas no contexto da reorganização do capitalismo contemporâneo. A geração frequentemente caracterizada como impaciente ou excessivamente exigente talvez seja, em realidade, a primeira a reconhecer que as promessas de estabilidade, ascensão social e segurança econômica que marcaram o período de expansão do pós-guerra deixaram de corresponder às condições objetivas do capitalismo do século XXI.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, a identidade da Geração Z não pode ser compreendida de maneira isolada ou puramente comportamental, mas sim em constante diálogo com processos históricos mais amplos, como a globalização neoliberal, a flexibilização produtiva e as novas formas de sociabilidade mediadas pela tecnologia. A investigação da ordem econômica pós-1970 revelou que as barreiras encontradas por esses jovens no mercado de trabalho e no acesso a direitos estruturais decorrem das transformações materiais do capitalismo contemporâneo. Portanto, as demandas atuais por equilíbrio e saúde mental não refletem uma recusa ao esforço, mas sim uma resposta racional às condições de um cenário marcado pela precarização e pela perda de garantias de estabilidade.

Ao mesmo tempo, é preciso considerar que a juventude brasileira não ocupa uma posição de passividade diante dessas estruturas, produzindo também resistências e revoluções simbólicas e práticas, seja ao reivindicar melhores condições laborais como a escala 6x1, seja ao questionar modelos tradicionais de liderança, consumo e família. Assim, ao situarmos a Geração Z no Brasil contemporâneo, evidenciamos que o chamado "fracasso" se refere menos a uma falha geracional e mais a uma modernidade em crise, marcada por instabilidade econômica, política e identitária. Portanto, o verdadeiro fracasso não

pertence aos jovens que tentam sobreviver ao tempo presente, mas sim a um modelo econômico que esvaziou as condições básicas para que eles pudessem planejar o próprio futuro.

REFERÊNCIAS

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados globalizados. **Economia e Sociedade**, Campinas, n. 4, p. 11-20, jun. 1995.

CARA, Mariane. A análise das juventudes sob a perspectiva dos signos midiáticos. In: ENCONTRO DE GRUPOS DE TRABALHO COMUNICON, 3., 2013, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: PPGCOM-ESPM, 2013.

CHARLIE BROWN JR. Não é sério. In: **Nadando com os tubarões**. São Paulo: Virgin Records, 2000. 1 faixa CD.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CRUZ, Elena Cristina Pinto. **A nova velha juventude**: modernidade, mudança social e questões geracionais nas representações dos Millennials. 2018. 165 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Departamento de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

DEL PRIORE, Mary. **História dos jovens no Brasil**. São Paulo: Unesp, 2022.

DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? **Cadernos CRH**, Salvador, v. 24, n. esp. 1, p. 37-57, 2011.

GROPPO, Luís Antonio. **Juventude**: ensaios sobre a sociologia e a história das juventudes. Alfenas: Universidade Federal de Alfenas, 2016.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2008.

NORMOSE. **A juventude tá perdida!?** A estranha Síndrome de Juvenoia. YouTube, 15 mar. 2024. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=vK6UctAXRl8. Acesso em: 21 set. 2025.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. 14. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

UNITED STATES. Department of State. Office of the Historian. **Nixon and the End of the Bretton Woods System, 1971-1973**. Disponível em: https://history.state.gov/milestones/1969-1976/nixon-shock. Acesso em: 10 jul. 2026.

UNITED STATES. Federal Reserve History. **Creation of the Bretton Woods System**. [S. l.]: Fed, 2023. Disponível em: https://www.federalreservehistory.org/essays/bretton-woods-created. Acesso em: 10 jul. 2026

JUVENTUDE EM MOVIMENTO: REPRESENTAÇÃO DO CORPO E RELAÇÕES DE GÊNERO NO COTIDIANO ESCOLAR - DIÁLOGOS NECESSÁRIOS

Eduarda Pereira Cardoso[114]
Raimunda Gomes da Silva[115]

INTRODUÇÃO

A escola, como espaço de múltiplas identidades e representações diversificadas, proporciona interações dinâmicas, sociais e emocionais, propondo às juventudes e aos profissionais presentes nos corredores e na sala de aula um ambiente propício à aprendizagem e transformações. Nesse contexto, o corpo e as relações de gênero assumem papel central na formação dos sujeitos, influenciando comportamentos, percepções e modos de se relacionar com o outro. O tema "Juventude

114 Formação de mestre do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), nível Mestrado Acadêmico, em associação entre a Universidade Estadual de Roraima -UERR e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima- IFRR. Boa Vista - Roraima. Brasil. E-mail: dudazinha_bv@hotmail.com.

115 Professora do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), nível Mestrado Acadêmico, em associação entre a Universidade Estadual de Roraima -UERR e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima- IFRR. Boa Vista – Roraima. Brasil. E-mail: silvaraimunda@uerr.edu.br.

em movimento: representação do corpo e relações de gênero no cotidiano escolar — diálogos necessários" propõe uma reflexão crítica sobre como as juventudes expressam e vivenciam suas identidades corporais e de gênero no ambiente escolar.

Então, ao nos referirmos a "juventude em movimento", no contexto escolar, expressamos a compreensão da juventude como uma categoria social dinâmica, múltipla e em constante construção. Segundo Dayrell (2003), ser jovem é um processo que se constrói a partir das experiências que vivemos e das relações que estabelecemos com a cultura e as instituições sociais, especialmente a escola. Nesse sentido, a escola se torna um espaço de troca, de disputa e de produção de significados (Dubet, 1994; Arroyo, 2014), onde os jovens afirmam suas identidades e encontram seu lugar no mundo.

Louro (2022) e Goellner (2019) aprofundam essa reflexão ao destacar que o "corpo" e o "gênero" são dimensões essenciais nesse movimento, ao mostrarem as formas pelas quais os/as jovens se expressam e desafiam as normas estabelecidas. Assim, a juventude em movimento representa sujeitos que, no dia a dia escolar, estão sempre em processo de mudança, negociação e criação de novas formas de existir.

Dessa forma, Cardoso e Camargo (2020, p. 84909) dizem que: "A juventude é, ao mesmo tempo, um dos conjuntos de grupo social e um tipo de representação." Logo, passam por transformações que caracterizam o ser biológico, psicológico e social. Nessa perspectiva,

é comum identificar nessa fase conflitos, que internalizam uma "juventude marcada por conflitos na sociedade", por vivenciarem mudanças corporais e se questionarem quanto à sua identidade e existência.

Com o objetivo de analisar as representações dos/as estudantes relacionadas às questões de gênero e do corpo no cotidiano escolar por meio de escritas e desenhos registrados nas salas de aula e nos corredores. Este capítulo tem como problema de pesquisa investigado: quais representações corporais e relações de gênero são identificadas pelos registros identificados nos corredores e na sala de aula? E a partir desses acervos quais diálogos a escola tem proporcionado no cotidiano dos/as estudantes?

Ao fundamentar-se nos aspectos etnográficos de André (1995), partindo dos estudos da prática escolar, permitiu compreender melhor a escola em seu cotidiano por meio das relações sociais culturais junto dos valores atribuídos sobre as diferentes identidades, as quais são construídas e vivenciadas pelos estudantes e demais profissionais. Na perspectiva da juventude em movimento, privilegia-se observar, interagir e realizar escutas e análises das representações de corpo e das relações de gênero vividas, negociadas e ressignificadas na escola.

A partir da abordagem de gênero, tendo como principal referência Louro (2022) em diálogo com Goellner (2019) e Rolnik (2004). Permitem entender como, em diferentes espaços e territórios, o corpo do/a sujeito é codificado, escolarizado e muitas vezes

invisibilizado, normatizado e classificado sobre padrões excludentes entre as relações de poder.

Discutir tais questões é fundamental para compreender de que maneira a escola pode contribuir para a valorização da diversidade, o respeito às diferenças e a promoção de práticas pedagógicas inclusivas. O corpo, muitas vezes visto somente sob a ótica biológica, é também um espaço simbólico e político, atravessado por normas sociais e culturais que moldam a forma como meninos e meninas são percebidos e tratados. Assim, é urgente promover diálogos necessários que problematizem estereótipos, rompam com preconceitos e incentivem uma educação que reconheça a pluralidade das experiências juvenis, fortalecendo o papel da escola como ambiente de formação cidadã, crítica e emancipadora.

Portanto, este capítulo estrutura-se em seções como: caminhos metodológicos direcionados ao procedimento da pesquisa; seguindo da juventude em movimento — relações de gênero nos corredores da escola, como primeira parte dos resultados e discussões encontrados a campo partindo dos registros de cartazes nos corredores e seguindo do segundo momento com o tópico: juventude em movimento — a sala de aula é um texto, como mostra a seguir.

CAMINHOS METODOLÓGICOS

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada nos princípios da pesquisa etnográfica (André, 1995) na abordagem de leituras de gênero (Louro, 2022; Goellner, 2019). Tal perspectiva permite compreender o cotidiano escolar como um espaço dinâmico, de múltiplas interações e significados, no qual se constroem e reconstroem identidades e culturas juvenis.

O trabalho de campo foi desenvolvido em uma escola pública de ensino médio localizada na Zona Leste da cidade de Boa Vista, estado de Roraima, Brasil, durante os meses de março, abril e maio de 2024, no período matutino, por meio da observação direta e do registro fotográfico de escritas e desenhos presentes nas paredes das salas de aula e corredores. Esses registros foram tratados como documentos culturais que expressam práticas, comportamentos e discursos dos/as estudantes.

A investigação é parte da pesquisa de dissertação intitulada "Corpo, identidade e relações de gênero: representação docente e discente no Ensino Médio" vinculada ao projeto de pesquisa da orientadora, intitulado "Experiência de professoras nos programas de Pós-Graduação em Educação: Formação e relações de gênero (Região Norte: 2010 – 2020)", sob o parecer do Comitê de Ética da UERR, n.º 4.881.788, visando analisar as trajetórias docentes que trabalham com

formação e relações de gênero, partindo de suas narrativas e experiências na Região Norte.

A análise dos dados seguiu a abordagem de gênero discutida por Louro (2022), Goellner (2019) e de leitura da cidade por Rolnik (2004). O processo analítico envolveu três etapas principais:

1. Leitura flutuante e descrição dos registros;
2. Identificação de unidades de significado (palavras, símbolos, códigos, expressões, emoções e gestos);
3. Construção de categorias temáticas, que emergiram dos dados, sendo interpretadas à luz do referencial teórico.

Para tanto, ao caminhar na escola, realizando as observações, diálogos (com a equipe pedagógica, docentes e discentes), registros fotográficos e escrita, oportunizaram refletir sobre esses espaços entre meninos e meninas, dos corredores à sala de aula.

1. **Os corredores:** com o objetivo de observar os espaços e movimentos dos/as alunos/as, partindo de registros escritos e fotográficos de cartazes visíveis em paredes em diferentes partes da escola, como na parede dos bebedouros, de acesso à quadra e sala de aula. Verificando as representações dos/as estudantes quanto ao corpo e às relações de gênero presentes.

2. **A sala de aula** teve como finalidade registrar nas salas de aula do Ensino Médio as gravuras, desenhos e códigos escritos desenhados nas paredes e janelas da sala de aula. Observando como as representações de gênero e a diversidade corporal foram representadas no ambiente escolar.

Para essas ações, seguiram-se os seguintes procedimentos: primeiro, a carta de anuência para autorização da pesquisa. Partindo da autorização da orientadora, coordenadora, gestor e do professor/a para entrar nas salas de forma aleatória, sem acompanhar especificamente um único docente, mas observando todas as turmas em cada dia da semana segundo seus respectivos horários do turno matutino das 07h15 às 11h30. Segundo os registros das observações, foram descritos por: data, horário, bimestre, turma, série, disciplina, quantidade de alunos/as presentes no dia divididos pelo quantitativo de meninas e meninos, observando a representação dos/as docentes e discentes quanto ao corpo, identidade e as relações de gênero presentes na sala de aula.

As turmas observadas no momento em sala de aula foram da 1ª à 3ª série/ano do Ensino Médio, em disciplinas e turmas aleatórias. Após um panorama geral da escola, estabelecemos uma categorização conduzida de forma indutiva, permitindo que as categorias emergissem do próprio material empírico (escritas e desenhos). Foram identificadas quatro

categorias principais que expressam as representações e vivências dos/as estudantes no cotidiano escolar: 1. Expressões emocionais juvenis; 2. Representações de linguagens corporais; 3. Tensões e afirmações de gênero e 4. Silêncio e invisibilidade.

Essas categorias orientaram a leitura interpretativa do material, possibilitando compreender como as representações do corpo e das relações de gênero são construídas, negociadas e silenciadas na escola. Assim, permitiu uma leitura aprofundada das práticas e expressões juvenis, contribuindo para refletir sobre a necessidade de ampliar os diálogos pedagógicos acerca das temáticas de corpo e gênero na escola.

JUVENTUDE EM MOVIMENTO — RELAÇÕES DE GÊNERO NOS CORREDORES DA ESCOLA

O corredor da escola possui múltiplos significados e representações ao ser analisado à luz da percepção de cada pessoa, na forma como cada sujeito percebe e percorre esses espaços. Nesse sentido, ao abordar os estudos sobre representações, Roger Chartier (1990) nos convida a refletir na perspectiva da História Cultural, a fim de "[...] identificar o modo como, em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler" (Chartier, 1990, p. 16–17), considerando a influência dessa realidade social na construção da identidade corporal juvenil.

A representação está na forma como algo representa e é representado, ou seja, os objetos, imagens, símbolos, pessoas e demais ações que são identificados, configurando a forma como o outro vê, o que Chartier (1990, p. 20) apresenta como instrumento de representação, "[...] capaz de o reconstituir em memória e de o figurar tal como ele é."

Ao mencionar nessa pesquisa os corredores da escola, durante os momentos de observação, foi perceptível visualizar, enquanto caminhava por eles, a riqueza de informações em mural, cartazes em paredes, produção de alunos/as e a diversidade cultural presente. Foi nesse processo que o estudo dos corredores nasceu, como mostra a imagem a seguir.

Figura 1: Corredor da escola de Zona Leste de Boa Vista – RR



Fonte: Acervo das autoras (2024)

Essa imagem refere-se à Escola Estadual de Zona Leste da cidade de Boa Vista (Roraima), no dia 8 de maio de 2024, às 8h55. No momento em que os/as estudantes estavam em sala de aula, portanto, foi bem significativo, ao realizar a leitura desse corredor em sua estrutura muito fechada e sóbria com pouca iluminação, como muitas partes da escola, o que lembrou os estudos de Fernandes (2023), que compara a "arquitetura da escola" com "o Panóptico de Bentham" (Foucault, 1987), referindo-se às escolas cívico-militares:

> O cenário está posto: a sala da direção escolar é a torre que tudo vê; as celas são as salas de aula, uma do lado da outra com poucas janelas que acolhem a luminosidade externa; o vigia é o monitor, no caso das escolas cívico-militares. Tudo isso para amparar o poder hierárquico da instituição escolar e seus efeitos nos corpos em processo de escolarização (Fernandes, 2023)[116].

A forma como Fernandes expõe sua experiência escolar, a estrutura arquitetônica e a formação da equipe pedagógica, revela a realidade atual das escolas militarizadas, sobre o vigiar, punir e disciplinar. A escola não deveria ser construída para excluir as diferenças e nem tampouco oprimir, mas transformar realidades sofridas e corpos negados, a formação do/a sujeito/a crítico/a, humanizador/a que respeite as diversidades.

Louro (2000, p. 60) diz que:

116 Fonte não paginada.

> Por outro lado, a história da educação nos mostra que tudo isso está muito longe da verdade: a preocupação com o corpo sempre foi central no engendramento dos processos, das estratégias e das práticas pedagógicas. O disciplinamento dos corpos acompanhou, historicamente, o disciplinamento das mentes. Todos os processos de escolarização sempre estiveram - e ainda estão - preocupados em vigiar, controlar, modelar, corrigir, construir os corpos de meninos e meninas, de jovens homens e mulheres.

Mediante esse corpo do/a estudante na escola, pensando nas mudanças educacionais, são questões a se pensar e analisar como docentes atuantes na escola, pois se fala de educação inclusiva, democrática, libertadora, são tantos assuntos, eventos e dentre outros, mas, na prática, a realidade educacional é outra, pois poucos conseguem modificar esse espaço. Nesse sentido, Louro argumenta que a organização e percepção do ambiente escolar nos permite ter um olhar diferenciado ao entrar na escola ao:

> "[...] esquadrinhar as paredes, percorrer os corredores e salas, deter-se nas pessoas, nos seus gestos, suas roupas; é preciso perceber os sons, as falas, as sinetas e os silêncios; é necessário sentir os cheiros especiais; as cadências e os ritmos marcando os movimentos de adultos e crianças. Atentas/os aos pequenos indícios, veremos que até mesmo o tempo e o espaço da escola não são distribuídos nem usados — portanto, não são concebidos — do mesmo modo por todas as pessoas (Louro, 1997, p. 59).

Entre os corredores da escola e a sala de aula, também tinham cartazes em algumas partes perto da escada, no bebedouro e no corredor de acesso à quadra, com frases coloridas, como mostra a seguir:

Figura 2: Cartaz no Corredor da escola I



Fonte: Registro das pesquisadoras (2024)

O cartaz do corredor I, no caminho de passagem na escada, tem como frase: “acima de qualquer look. Tenha uma atitude elegante.” No ponto de vista, a frase reflete o comportamento, sendo mais prudente que um indivíduo tenha seu posicionamento e o caráter. Muitas pessoas podem ter as melhores vestes, andar no padrão da moda, mas seu comportamento não é tão elegante. Pensando nisso, segundo Schemes, Silva e Araujo (2013, p. 56):

> Ao considerarmos o uniforme escolar um texto, percebemos que alguns significados comuns

> aos jovens estão presentes nessas roupas, tais como rebeldia, preocupação com o grupo, necessidade de individualização, criatividade, obediência às regras estéticas e de moda. Além disso, é constante o uso de roupas com logotipo de marcas usadas pelo público adolescente como acessório no uniforme escolar. Essa prática garante ao indivíduo o passaporte para a permanência no grupo social que valoriza tal grife, propiciando, assim, a companhia de outros adolescentes que compactuam com os mesmos valores, ou seja, há o compartilhamento de um imaginário entre esses jovens.

Nessa perspectiva, deve-se pensar na roupa como um texto que nos faz compreender a cultura, história, estilos e memórias cultivadas na escola, que promove a construção e representação de identidades. O próximo cartaz encontrava-se o corredor da escola II (figura 3).

Figura 3: Cartaz no Corredor da escola II

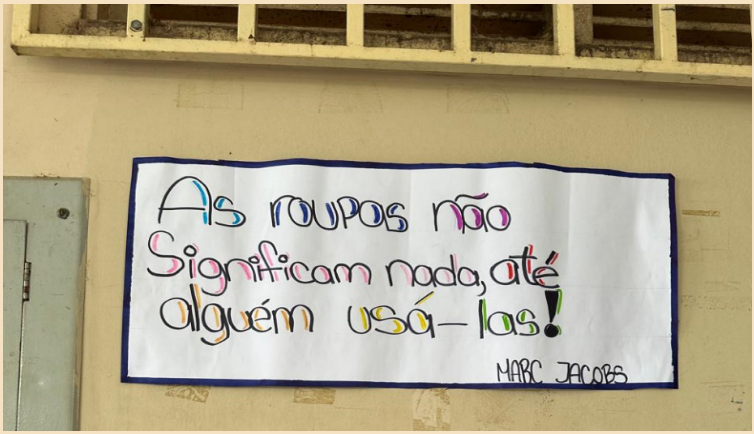


Fonte: Registro das pesquisadoras (2024)

O cartaz, próximo ao bebedouro da escola, tem a frase: “Estilo é uma maneira de dizer quem você é sem ter que fazer nada” (Rachel Zoe). Como vestimos, usamos acessórios, diz de fato quem somos? Ou até que grupo pertencemos? Schemes, Silva e Araujo (2013, p. 52) abordam que: “Os alunos se identificam através da vestimenta”, pois a vestimenta seria a forma pela qual o indivíduo se representa, seja individualmente ou em grupos coletivos.

O último cartaz estava no corredor III da escola (figura 4).

Figura 4: Cartaz no Corredor escola III



Fonte: Registro das pesquisadoras (2024)

Esse cartaz, próximo da quadra entre a sala dos materiais da Educação Física exposto na parede, dizia: “As roupas não significam nada, até alguém usá-las (Marc Jacobs)”. Visto que os/as alunos/as são representados na escola pelo uniforme, Schemes, Silva

e Araujo (2013, p. 52) dizem que "[ ] a identidade do uniforme reflete a identidade da escola, respeitando sua história e sua cultura." Mas, na escola, além do uniforme, alguns/as alunos/as às vezes vão com outras roupas que não são o uniforme, logo são encaminhados/as à sala de orientação da escola, que registra a falta do uniforme.

Segundo uma professora da escola, esses cartazes são um projeto de uma disciplina eletiva "Bazar Empreendedor", que uma professora do Ensino Médio coordenou.

JUVENTUDE EM MOVIMENTO – A SALA DE AULA É UM TEXTO

Ao se pensar no movimento da juventude e no contexto da sala de aula, a dinamização desses espaços nos movimentos corporais e representações pelos símbolos e códigos da juventude proporciona leituras diversificadas sobre o contexto inserido do cotidiano escolar.

A sala de aula, como texto, traz consigo muitos significados, memórias, sendo, portanto, um lugar de pesquisa. A reflexão de Raquel Rolnik (2004) permitiu a reflexão para escrever a sala de aula como um texto. A autora contextualiza a cidade como um lugar de experiências vividas por pessoas naquele lugar, que faz com que seja decifrada e lida. Por isso, destaco aqui, por meio de observações, leituras, escritas e registros fotográficos, as salas de aula da 1ª, 2ª e 3ª séries/anos da

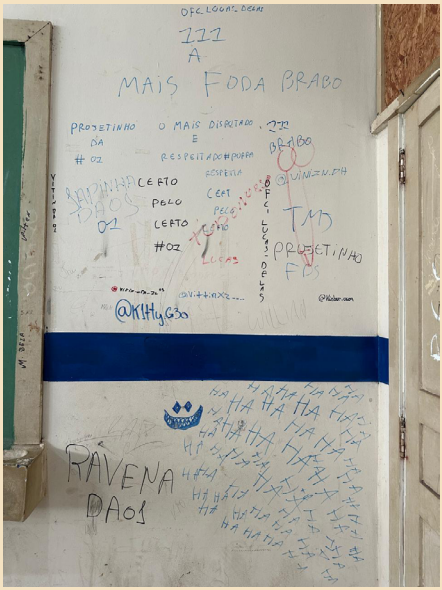
escola localizada na Zona Leste de Boa Vista-Roraima, território I.

Como texto, a sala de aula é representativa tanto da sua estrutura como pela presença de alunos/as e docentes. Seu ambiente promove sensibilidade, reflexão, transformação, construção e renovação, com significados históricos, sociais, identitários, culturais e como espaço de visibilidade.

No período de observações em cada sala do Ensino Médio da escola em estudo, foram registradas imagens, frases, palavras e grafismos dos/as alunos/as em paredes, portas, carteiras, mesas, quadro e janelas na sala de aula. Logo, essas imagens e palavras expressam sentimentos, emoções, conflitos, sexualidade, gênero, representação de corpo, identidade e grupos juvenis que promoveram diferentes leituras nessa pesquisa.

A figura 5 mostra um aspecto da parede da sala de aula 06, utilizada pela turma 104 (primeira série do ensino médio) no turno matutino e pela turma 204 no turno vespertino, registrada no dia 27 de maio de 2024:

Figura 5: Sala de aula 06, 1ª série/ano, turma 104



Fonte: Registro das pesquisadoras (2024)

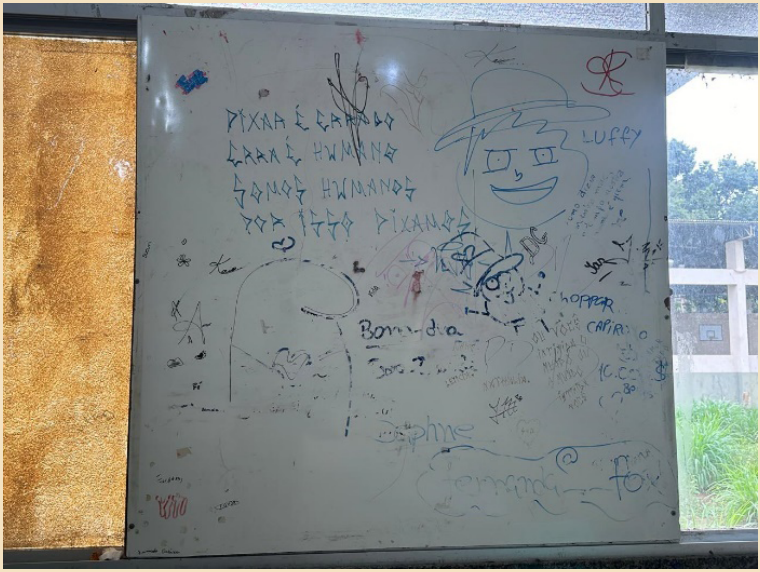
Na figura 5, a parte da frente da parede exibe um desenho abaixo da linha azul: um rosto sorridente com dentes assustadores, um desenho de órgão genital masculino e várias inscrições de nomes sociais, além de frases como “111 a mais foda bravo”, “projetinho da #01”, “certo pelo certo #01”, “TMJ projetinho”, “o mais disputado e respeitado #Puffa respeita CEET pelo Certo”. Em outra parte da parede, há a frase “NÃO SE PERCA TENTANDO SE ENCONTRAR”.

Durante a presença da pesquisadora realizando registros fotográficos nessa turma, alguns estudantes estavam presentes, resultando em uma interação em que duas alunas passaram a dialogar e explicar

à pesquisadora o significado por trás de algumas frases e desenhos presentes na sala de aula delas. Enquanto algumas tinham conhecimento sobre a autoria, outras não, porém todas expressaram sua interpretação sobre tais elementos. A partir da análise da primeira imagem mencionada, as alunas indicaram que as frases contendo “certo pelo certo” referem-se a grupos de facções que se empenham em lutar pelo que consideram certo, buscando serem respeitados.

No entanto, as imagens registradas da figura 6 são da sala de aula n.º 07 da 2ª e 3ª série/ano, turma 201 no turno matutino e turma 307 no turno vespertino. Como mostra a seguir:

Figura 6: Sala de aula 07, 2ª série/ano, turma 201 matutino



Fonte: Registro das pesquisadoras (2024)

A imagem 6, mostra um quadro branco junto à janela, são exibidas três figuras: um boneco sorridente com chapéu suspeito, um boneco completo com chapéu e expressão alegre e um terceiro segurando um coração. Entre as frases destacadas estão: “Errar é humano, por isso pichamos”, “Minha mãe costumava dizer que o tempo revela quem realmente somos” e “Você pode intimidar o mundo ou ser intimidado por ele”. O restante é somente rabisco, assinaturas com nomes e frases aleatórias.

No entanto, as imagens registradas da figura 07 são da sala de aula n.º 13 da 3ª série/ano, turma 301 no turno matutino e turma 307 no turno vespertino. Como descreve abaixo:

Figura 7: Sala de aula 13, 3ª série/ano, turma 301 - matutino



Fonte: Registro das pesquisadoras (2024)

A leitura que podemos fazer da imagem 7 é que, além dos nomes, mais uma vez vemos desenhos de bonecos como palhaço, caveira com cigarro na boca saindo fumaça, e muitas repetições de PCC15:33. Numa das frases está assim: "15:33 PCC ou Deus", isso faz refletir no ponto de escolha.

A leitura da sala de aula aos corredores da escola mostra o estado social, emocional, intelectual, representatividade de corpo, identidade e gênero de alunos/as e professores/as na escola em estudo. Com isso, Silva e Oliveira (2023) discutem que desenvolver trabalhos em sala de aula sobre as diferentes temáticas e diversidade no currículo escolar numa perspectiva pedagógica é desafiador e exige um certo rigor, visto que requer conscientização a respeito das diferenças para poder combater as desigualdades.

> Precisamos de uma escola e uma formação que envolva, reflita e nos ajude a entender sobre a cultura, as questões de gênero, etnia, raça, sexualidade. Que nos ajude a refletir sobre a situação de desigualdade social em que nos encontramos hoje e sobre a riqueza da diversidade. Refletir sobre o papel da escola e a quem ela serve (Silva e Oliveira, 2023, p. 39)

Portanto, precisamos refletir na formação docente, nas ações, em projetos, atividades colocadas em prática na escola, como também na forma de acolhimento realizada com os/as alunos/as. Dessa forma, reduziremos as violências e discriminações à diversidade no âmbito escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho remeteu-se às representações dos escolares presentes nos corredores da sala de aula, revelando no cotidiano escolar da presente escola em estudo os espaços marcados por múltiplas expressões corporais, emocionais e identitárias. Com o objetivo de analisar as representações dos/as estudantes relacionadas às questões de gênero e do corpo no cotidiano escolar por meio de escritas e desenhos registrados nas salas de aula e nos corredores. Os registros observados — escritos, desenhos, códigos e símbolos — evidenciam que a juventude se encontra em permanente movimento, negociando sentidos sobre si mesma, sobre o corpo e sobre as relações de gênero, produzindo significados que ultrapassam os conteúdos formais trabalhados em sala de aula.

A partir da abordagem etnográfica de André (1995) e dos referenciais teóricos de Louro (2022), Goellner (2019) e Rolnik (2004), foi possível compreender que tais expressões não são aleatórias: elas traduzem tensões, conflitos, afetos, silenciamentos e, ao mesmo tempo, processos afirmativos de identidade. Os materiais encontrados apontam para a presença de diferentes emoções como alegria, tristeza, raiva, entre outros, bem como para elementos que sugerem pertença a grupos, busca por visibilidade, contestação das normas e afirmação de modos próprios de existir.

No que se refere às relações de gênero, as evidências mostram tanto a reafirmação de estereótipos quanto

tentativas de ruptura e ressignificação. Em diversos momentos, percebe-se o distanciamento entre a escola e as vivências dos/as estudantes, o que se manifesta no silêncio institucional diante das questões que esses jovens expressam por meio de símbolos, frases e desenhos. Esse afastamento reforça a necessidade de que a escola desenvolva práticas pedagógicas que acolham e problematizem tais expressões, reconhecendo a pluralidade das juventudes.

Assim, compreender a escola como território de produção de significados implica reconhecer que os/as estudantes utilizam o corpo, a escrita e a visualidade para narrar suas experiências e elaborar suas identidades. Nesse sentido, torna-se indispensável que docentes e demais profissionais da educação ampliem seus olhares sobre o cotidiano escolar, incorporando discussões sobre corpo, gênero e diversidade nos processos formativos e nas práticas pedagógicas.

Conclui-se, portanto, que promover diálogos sobre corpo e gênero na escola não é apenas uma necessidade, mas um compromisso ético, voltado à construção de um ambiente mais democrático, inclusivo e sensível às realidades vividas pelos/as jovens. As manifestações analisadas neste estudo reforçam a urgência de fortalecer políticas educativas que considerem a juventude em sua complexidade, garantindo espaços de escuta, reconhecimento e participação que contribuam para uma educação verdadeiramente emancipadora.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Etnografia da prática escolar.** Campinas, SP: Papirus, 1995. p. 15-26.

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Imagens quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres.** 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CARDOSO, Eduarda Pereira. **Corpo, identidade e relações de gênero: representação docente e discente no Ensino Médio.** 2024. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Estadual de Roraima, Boa Vista, 2024.

CARDOSO, Eduarda Pereira; CAMARGO, Leila Maria. **A percepção corporal de estudantes do ensino médio em Boa Vista-RR: conflitos e pressões soci**ais. Brazilian Journal of Development, v. 6, n. 11, p. 84906-84928, 2020.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990.

DAYRELL, Juarez. **A escola "faz" as juventudes? Reflexões em torno de socialização juvenil. Educação & Sociedade, Campinas**, v. 24, n. 85, p. 1105–1128, set./dez. 2003.

DUBET, François. **Sociólogos da experiência.** Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

FERNANDES, Robson. **Corpos escolarizados, disciplinados e domados:** a Escola Cívico-Militar como redentora

da educação pública?. Palavras ABEHrtas, n. 7, n. p., nov. 2023.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: **nascimento da prisão**. Trad. Lígia M. Ponde Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1987.

GOELLNER, Silvana Vilodre. **Corpo e gênero na cultura contemporânea**. In: LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre (orgs.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 7. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 123 138.

GOELLNER, Silvana Vilodre. **Corpo**. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio. (Org.) **Dicionário crítico de gênero**. Pref. Michelle Perrot. – 2.ed. – Dourados, MS: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 141-144 p. 2019.

LOURO, Guacira Lopes. **Corpo, escola e identidade.** Educação & Realidade, v. 25, n. 2, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** 20. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: **Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

SCHEMES, Claudia; DA SILVA, Cristina Ennes; DE ARAUJO, Denise Castilhos. 5. **A Ressignificação do Uniforme Escolar na Contemporaneidade: Identidade e Representação**. Cadernos do Tempo Presente, n. 13, 2013.

SILVA, Edna Maria Lopes da; OLIVEIRA, Nayara de Lima. **Um olhar sobre currículo e diversidade: refletindo sobre as questões de gênero e sexualidade**. In: CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; MATA, Áurea Augusta Rodrigues da; CARVALHO, Flávia José de. (org.) **Educação, Direitos Humanos, gênero e sexualidade: Incluindo múltiplas vozes**. Curitiba: CRV, 2023. p. 33-40

NARRATIVAS: EGRESSOS DA LEDUCARR E OS DESAFIOS DO PROFESSOR INICIANTE

Maria de Nazaré da Silva Nunes
Sérgio Luiz Lopes

INTRODUÇÃO

A Educação do Campo[117] emerge como uma conquista histórica dos movimentos sociais e das populações camponesas que lutam pelo direito a uma educação que dialogue com suas realidades e modos de vida. No Brasil, essa modalidade educativa se consolidou como um campo de disputa política, epistemológica e pedagógica, enfrentando o desafio de romper com o modelo urbano e elitista que, historicamente, marginalizou os sujeitos do campo e desconsiderou seus saberes, culturas e territórios.

Portanto, a Educação do Campo representa uma conquista dos movimentos sociais no Brasil, firmando-se como um projeto emancipatório. Seu objetivo é desenvolver uma educação que esteja em sintonia com a realidade camponesa. Os cursos de Licenciatura em Educação do Campo (LEDOCs), implementados a partir dos anos 2000, são fundamentais para a formação de

117 A expressão *Educação do Campo* foi mantida com iniciais maiúsculas por configurar, atualmente, um campo de pesquisa (nota dos organizadores).

educadores. Em Roraima, a Universidade Federal de Roraima oferece a LEDUCARR (Licenciatura em Educação do Campo), que capacita professores para atuar em escolas do campo, enfatizando os saberes populares e a pedagogia da práxis.

Apesar dos avanços alcançados, a entrada dos egressos desses cursos no mercado de trabalho ainda enfrenta desafios significativos. A qualidade precária das escolas do campo, a falta de continuidade nas políticas públicas e a infraestrutura deficiente são fatores que dificultam a prática docente e comprometem o objetivo de uma educação relevante e transformadora. Adicionalmente, o início da carreira de professor, frequentemente marcado por insegurança, incerteza e excesso de trabalho, representa um período de grande vulnerabilidade, especialmente quando o profissional atua em contextos de desigualdade social e invisibilidade histórica.

Diante deste cenário, o estudo propõe-se a analisar os desafios enfrentados pelos egressos da Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Roraima (LEDUCARR) durante seus três primeiros anos de atuação docente. A pesquisa emprega uma metodologia narrativa, utilizando as histórias de vida e as experiências dos professores como fundamentais para compreender os percursos formativos e profissionais. Através de entrevistas com egressos da LEDUCARR, o estudo busca amplificar as vozes desses indivíduos, conferindo valor às suas memórias, percepções e ponderações acerca do exercício da docência.

Dessa forma, este estudo enriquece o debate sobre a formação de professores na Educação do Campo, abordando suas repercussões na prática pedagógica e na construção da identidade profissional dos educadores. Ao destacar as vivências dos egressos, a pesquisa visa aprofundar a reflexão crítica sobre as políticas de formação docente no Brasil. Reafirma, ainda, a Educação do Campo como um direito conquistado por meio de lutas coletivas e como um caminho para a emancipação social dos povos do campo, das florestas e das águas.

Para cumprir os objetivos propostos, este trabalho está estruturado da seguinte maneira: após a introdução, a primeira seção aborda a Educação do Campo como direito e dever do Estado, contextualizando o debate nas normas e políticas públicas. A segunda seção analisa o papel dos movimentos sociais na construção de uma proposta emancipatória para as escolas do campo. A terceira seção discute a formação de professores na Educação do Campo, destacando seus fundamentos teórico-políticos e os desafios formativos. A quarta seção detalha os procedimentos metodológicos, com foco na abordagem narrativa e no campo empírico. A quinta seção apresenta a análise dos resultados, conectando as narrativas dos egressos. Por fim, a sexta seção traz as considerações finais, apontando implicações para futuras políticas e para a formação continuada.

EDUCAÇÃO DO CAMPO: DIREITO NOSSO, DEVER DO ESTADO

A Educação do Campo emerge como um direito público e uma alternativa de emancipação, originada das lutas sociais dos trabalhadores do campo. Compreendê-la implica reconhecer sua relevância no processo educacional e na transformação da sociedade. A Educação do Campo considera os desafios enfrentados pelos discentes, bem como as alterações sociais e políticas. Ribeiro (2012) ainda acrescenta que ela, ao ser constituída pelos movimentos sociais de lutas pela terra, fundamenta-se na cooperação, sendo um modelo educacional que visa atender às particularidades dos povos do campo.

A Educação do Campo configura-se como um movimento político-pedagógico que valoriza os saberes locais, articula teoria e prática e promove uma integração dinâmica entre os contextos urbanos e rurais, transcendendo o espaço acadêmico formal. Conforme Caldart (2012, p. 257), ela "nomeia um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, com o objetivo de incidir sobre a política de educação, respeitando os interesses das comunidades camponesas." Ao ser compreendida como um projeto educativo e emancipatório, torna-se essencial destacar que seu objetivo primordial é superar a lógica capitalista que subordina os territórios camponeses, às demandas de expansão econômica. Para isso, a

proposta pedagógica deve centrar-se no indivíduo do campo como um sujeito histórico com potencial transformador, cujas práticas educativas estejam alinhadas às realidades de seus territórios.

A presença dos movimentos sociais na formulação da Escola do Campo é notável, sendo estes reconhecidos como agentes ativos no processo educacional. Nela, o trabalho é um princípio educativo fundamental, que valoriza o indivíduo do campo e propõe um Projeto Popular de Sociedade em contraposição ao modelo capitalista, enfatizando a coletividade. Esta é uma história coletiva, construída pela participação ativa dos sujeitos sociais do campo, por meio da articulação entre movimentos sociais, sociedade civil organizada e instituições públicas federais de ensino superior.

O contexto histórico permite identificar os precursores da Educação do Campo, especialmente no âmbito das lutas sociais. É crucial reconhecer o papel desses sujeitos na construção de políticas e práticas que a legitimaram no Brasil. Embora o campo tenha sido negligenciado nas políticas educacionais oficiais por um longo tempo, suas origens estão ligadas às raízes da educação brasileira.

O reconhecimento da Educação do Campo resultou de um longo processo histórico, impulsionado pela colaboração entre movimentos sociais, organizações civis e instituições governamentais. Um marco crucial foi a Resolução CNE/CEB nº 1, de abril de 2002, que estabeleceu as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Esse documento enfatiza

a importância de uma educação contextualizada, que valorize as particularidades sociais, culturais e territoriais das comunidades camponesas.

Lopes (2015, p. 79) destaca que a trajetória da Educação do Campo no Brasil é marcada por um histórico de exclusão e desigualdade social, afetando especialmente os camponeses, que foram, por muito tempo, estigmatizados como "atrasados". Contudo, a mobilização de entidades como o MST e a CPT impulsionou a criação de políticas públicas que visam à valorização das comunidades camponesas e ao desenvolvimento de uma educação específica para suas necessidades. Nesse cenário, o Movimento da Educação do Campo, em colaboração com o poder público, notadamente por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), tem formulado políticas educacionais que contestam a lógica educacional dominante. Essas políticas se fundamentam em uma perspectiva epistemológica que emerge das lutas sociais por acesso à terra, reforma agrária, trabalho digno, preservação cultural, soberania alimentar e defesa do território.

Ao longo de 25 anos, o Movimento tem se destacado por sua influência na criação e execução de programas e iniciativas contra-hegemônicas. Exemplos notáveis incluem o PRONERA, PROCAMPO, Projovem Campo Saberes da Terra, Programa Escola da Terra e PIBID-Diversidade e Equidade. Esses programas, ao enfatizarem a importância dos indivíduos do

campo, tiveram um impacto significativo na política educacional brasileira (Hage; Silva, 2024).

A Educação do Campo é entendida como um esforço coletivo fundamentado no diálogo emancipatório, onde alunos e educadores se formam mutuamente como indivíduos históricos e autônomos, aptos a analisar criticamente a realidade. Nesse contexto, a educação no campo vai além da simples obtenção de espaços físicos para escolas; ela abrange a valorização do próprio ambiente camponês e a criação de contextos que incentivem os sujeitos a adotarem uma postura crítica diante da sociedade capitalista (Leonarde *et al.*, 2021).

A consolidação da Educação do Campo no Brasil deve-se em grande parte às mudanças legislativas que visam reconhecer as necessidades específicas das populações do campo e garantir o seu direito à educação como ferramenta para a emancipação social. Esse processo ganhou força com a Constituição Federal de 1988, que estabeleceu a educação como um direito fundamental, levando em consideração as particularidades culturais, sociais e territoriais para sua efetivação. Seus artigos 6º e 205 esclarecem essa abordagem:

> Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

> Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (Brasil, 1988).

A Constituição Federal de 1988 representou um marco para as políticas educacionais no Brasil, especialmente ao reconhecer a educação como um direito fundamental (artigo sexto) e, consequentemente, impulsionar a criação de políticas que considerassem as especificidades dos povos do campo, das florestas e das águas, conforme destacado por Vilhena Júnior e Mourão (2015). Essa abordagem permitiu avanços significativos para populações historicamente marginalizadas, como indígenas, quilombolas e os povos do campo. Aragão (2020) ressalta que a inclusão desses grupos como protagonistas na formulação de políticas públicas foi crucial para a emergência de um modelo de escola do campo mais democrático e participativo.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996 introduziu, em seu artigo 28, a previsão de que os sistemas de ensino adaptem a oferta de educação básica às particularidades da vida rural e de cada região. No entanto, mesmo com a promulgação da LDB em 1996, foram necessários quase dez anos de mobilização dos movimentos sociais do campo até que surgisse uma legislação educacional que de fato reconhecesse o conceito de

Educação do Campo. Esse reconhecimento veio com a Resolução CNE/CEB n.º 1, de 3 de abril de 2002, que estabeleceu as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.

Aragão (2020) destaca que a Resolução CNE/CEB nº 1/2002 estabeleceu diretrizes para adaptar projetos pedagógicos de escolas do campo, visando uma educação de qualidade social, sustentável e justa, alinhada às especificidades rurais. Essas escolas devem fundamentar sua identidade na realidade local, considerando saberes, memórias e interação com movimentos sociais. Já a Resolução nº 2/2008 organiza a Educação Básica do Campo em suas etapas, direcionada a populações do campo diversas, sendo a responsabilidade do ensino dos Entes Federados (Brasil, 2008).

A Resolução nº 2 de 2008 é fundamental para a compreensão do público-alvo da política de Educação do Campo, sublinhando a importância de considerar suas particularidades, conforme apontado por Hoeller, Fagundes e Faria (2012). Essa resolução também evidencia a preocupação com a formação dos professores das escolas do campo, atendendo às demandas dos movimentos sociais do campo.

É, portanto, evidente que as normativas preveem a necessidade de processos formativos específicos que respeitem as particularidades dos sujeitos do campo, da floresta e das águas. Nesse contexto, os movimentos sociais são cruciais para o reconhecimento desses direitos.

MOVIMENTOS SOCIAIS E SUA IMPORTÂNCIA NA CONSTRUÇÃO DE UMA PROPOSTA EMANCIPATÓRIA PARA AS ESCOLAS DO CAMPO

Caldart (2012) enfatiza que a Educação do Campo é fruto de um esforço coletivo para uma educação que atenda às especificidades dos indivíduos que vivem no campo. Nesse processo, são destacadas as contribuições da Comissão Pastoral da Terra e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. É fundamental ressaltar a importância de compreender o papel dos movimentos sociais na construção de uma proposta pedagógica que contemple as particularidades de cada território.

Vilhena Júnior e Mourão (2015) destacam que as precárias condições de vida no campo impulsionaram os camponeses a se organizarem em sindicatos, cooperativas, associações, partidos políticos e movimentos religiosos. Consequentemente, o reconhecimento da educação no campo resultou das ações de movimentos sociais, ONGs, pastorais e instituições de assistência técnica e pesquisa, que foram fundamentais para sua concretização.

Conforme as contribuições de Arroyo (2012, p. 362), "Os movimentos sociais, ao se afirmarem como sujeitos de políticas de formação, trazem suas marcas políticas à formação." Diante disso, é fundamental destacar as iniciativas da Comissão Pastoral da Terra (CPT), do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, do Fórum de Educação do Campo, de sindicatos

e de associações. Essas entidades atuam na capacitação e acompanhamento de trabalhadores camponeses, visando à formação de lideranças e à promoção da emancipação social.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT), ao considerar a formação do indivíduo do campo essencial para a emancipação, preocupava-se em construir um pensamento crítico por meio da análise da realidade, conforme as contribuições de Canuto (2012). Freire (2023) também destaca a importância da criticidade na formação do indivíduo, ressaltando que, ao refletir sobre a realidade, é possível intervir nela, propor mudanças e, assim, tornar-se protagonista da própria história.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), originado da luta pela Reforma Agrária, visa ao reconhecimento dos trabalhadores do campo, das florestas e das águas. Conforme Caldart (2012), o MST é um símbolo de contestação social, refletindo o contexto político, econômico e sociocultural que o gerou. Através de um processo formativo, o movimento busca desenvolver um novo sujeito social que compreende a questão agrária e as questões do campo, garantindo o reconhecimento e a existência dos Sem Terra.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um dos principais idealizadores da proposta pedagógica da Educação do Campo, contrastando com o modelo tradicional de educação rural. A obra de Roseli Salete Caldart, "Pedagogia do Movimento Sem Terra", é fundamental para compreender essa proposta. Este livro é uma adaptação de sua tese de

doutorado, defendida em 1999 no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

A formação de professores dessa modalidade atende às particularidades socioculturais e territoriais. Movimentos como MST, CPT e Fórum Nacional de Educação do Campo foram cruciais na criação de práticas pedagógicas e currículos que promovem cooperação, emancipação e justiça social. Caldart (2012) afirma que essa formação vai além do técnico, incorporando história, valores e saberes comunitários.

Devido à urgência da existência de escolas no campo, o MST passou a incorporar a educação como bandeira de luta. De acordo com Caldart (2012), era necessário ocupar as escolas. Segundo as contribuições da autora, é possível identificar dois momentos entrelaçados que foram de suma importância para a construção da proposta pedagógica da Educação do Campo. O primeiro momento foi a luta pela escola na luta pela terra, onde era necessário garantir a escola para os filhos dos trabalhadores Sem Terra. O segundo momento foi assegurar que a escola fosse uma escola do campo, cuja proposta pedagógica estivesse baseada nos princípios do movimento social de base. Era necessário, portanto, uma escola do MST.

Percebe-se então, que o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, ao agregar a educação como bandeira de luta, contribui para fortalecer a luta social pelo direito a uma educação específica, respeitando as particularidades do sujeito do campo.

Freire (2023) ressalta que é necessário que a educação seja adaptada às realidades dos sujeitos, para que então consiga transformar a suas próprias realidades, para que então seja possível:

> Se quisermos que o homem aja e seja reconhecido como sujeito,
> Se quisermos que ele tenha consciência de seu poder de transformar a natureza e responder aos desafios por ela apresentados,
> Se quisermos que ele estabeleça com os outros homens e com Deus relações de reciprocidade,
> Se quisermos que ele seja, por meio de seus atos, criador de cultura,
> Se quisermos realmente que ele esteja inserido no processo histórico: que ele, então, "descruzando os braços, renuncie à expectativa e exija a ingerência",
> Se quisermos, em outras palavras, que ele faça história, em vez de ser levado por ela, e sobretudo tenha uma participação ativa e criativa nos períodos de transição (períodos particularmente importantes, pois exigem opções fundamentais, escolhas vitais para o homem),
> Se for isso que queremos, é indispensável preparar o homem para tanto, mediante uma educação autêntica: uma educação que liberta, não uma educação que molda, doméstica, subjuga.
> Isso obriga que se revejam completamente os sistemas tradicionais de educação, seus programas e métodos. O homem só pode participar ativamente da história, da sociedade e da transformação da realidade se for ajudado a tomar consciência da realidade e de sua própria capacidade de transformá-la (Freire, 2023, p. 75).

É possível entender a educação do campo como um processo que visa ao desenvolvimento de uma sociedade coesa, baseada no respeito às particularidades e no diálogo. Nesse contexto, os movimentos sociais desempenham um papel crucial ao assegurar políticas públicas de qualidade para as populações do campo, das florestas e das águas. Como destaca Arroyo (2012), ao lutar por uma educação diferenciada, esses movimentos buscam uma formação que integre as múltiplas dimensões da luta por uma Reforma Agrária democrática.

Dessa forma, o direito à Educação do Campo, no contexto nacional, depende intrinsecamente da participação social. Essa participação se manifesta por meio dos movimentos das populações tradicionais e de organizações que lutam pela terra. Entende-se, então, que a Educação do Campo representa uma conquista histórica e social, fruto de lutas coletivas que estabeleceram diretrizes e práticas para valorizar as populações camponesas, suas histórias e saberes.

FORMAÇÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

A Educação do Campo tem como pilar fundamental a formação humana emancipatória, apresentando-se como uma alternativa à lógica predominante do agronegócio. Enquanto o modelo do agronegócio, segundo Menezes Neto (2009), visa formar trabalhadores que perpetuem o capital, a

educação camponesa, por meio do trabalho, busca desenvolver indivíduos completos. Estes são capazes de compreender criticamente as relações sociais, culturais e econômicas.

A formação de professores para as escolas do campo é crucial para o desenvolvimento de uma educação que respeite a diversidade e que esteja apta a compreender os desafios enfrentados pelos camponeses. Essa formação deve formar os educadores a contribuir para a conscientização dos estudantes. Conforme Freire (2023), é essencial "estar no mundo" e reconhecer a própria realidade para poder compreendê-la e transformá-la.

Nesse contexto, o professor tem um papel fundamental: criar oportunidades para que os indivíduos reflitam sobre suas condições, entendam seus territórios e identifiquem suas potencialidades. A partir dessa conscientização, torna-se viável a ação coletiva, visando a superação das injustiças sociais presentes em suas vidas.

Hage e Silva (2024) denunciam que a formação docente é capturada por uma lógica que não atende às necessidades reais da escola do campo nem às lutas coletivas, mas sim a uma racionalidade técnica a serviço do capital. Além disso, Molina *et al.* (2022) alertam para o risco das estratégias políticas atuais que buscam redefinir o papel do Estado na garantia do direito à educação escolar. Essa reconfiguração enfraquece o princípio constitucional que assegura

a educação como direito universal, transferindo responsabilidades estatais para a esfera do mercado.

A formação docente deve ir além de uma única dimensão, considerando as particularidades do campo. Para Arroyo (2013), isso exige adaptações em horários e modalidades. Gerone Júnior e Hage (2013) reforçam que o objetivo da Educação do Campo é uma "educação relevante e emancipatória", viabilizada por uma pedagogia libertadora baseada no diálogo.

A pedagogia nas escolas do campo tem no professor uma figura essencial para a valorização da diversidade, dos saberes locais e da prática coletiva. Conforme Gerone Júnior e Hage (2013), essa abordagem pedagógica deve se fundamentar no diálogo, na escuta ativa e na criação de currículos que se adequem às realidades de cada comunidade. Nesse sentido, os autores afirmam que "A ação pedagógica libertadora parte do pressuposto de que se deve conhecer a realidade social em que os educandos estão envolvidos, e isso demanda conversa, interação, diálogo." (Gerone Junior, Hage, 2013, p. 17).

Hage e Silva (2024) enfatizam a importância de uma reflexão aprofundada sobre a formação docente, considerando as disputas de projetos educacionais no contexto das imposições do sistema capitalista global. Paralelamente, defendem a necessidade de fortalecer um modelo de formação contra-hegemônico. Este modelo, nascido da experiência da Licenciatura em Educação do Campo, é resultado direto das lutas e conquistas dos povos do campo, das águas e das

florestas no Brasil. A formação em alternância, a estruturação por áreas do conhecimento, a auto-organização e o trabalho coletivo são princípios fundamentais que guiam e aprimoram a prática pedagógica neste curso.

Menezes Neto (2009) argumenta que a formação de professores para o campo, em meio à hegemonia do agronegócio, representa uma estratégia para subverter a lógica reprodutora do capitalismo. Nesse sentido, a qualificação do indivíduo do campo está intrinsecamente ligada a uma reorientação de paradigmas e ao desenvolvimento da consciência crítica. Conforme Freire (2023, p. 19) postula: "sua imersão na realidade, da qual não sair, nem se distanciar para admirá-la e, assim, transformá-la, faz dele um ser fora do tempo ou sob o tempo ou, ainda, num tempo que não é o seu." Assim sendo, a pertinência de uma formação específica para os educadores do campo é inquestionável, pois visa formar indivíduos que compreendam as particularidades do campo e retornem após sua formação.

É evidente a importância da formação de profissionais que atuam no campo, visto que, com frequência, professores sem a devida qualificação para escolas do campo não se reconhecem como agentes transformadores nesses ambientes. Consequentemente, torna-se difícil expandir a compreensão de uma escola do campo que sirva à comunidade e valorize as particularidades dos indivíduos. Freire (2023) enfatiza que a ausência de

contato genuíno com o território impede o sujeito de propor e efetivar mudanças significativas na realidade. Menezes Neto (2009) destaca que a Educação do Campo promove uma formação interdisciplinar e transdisciplinar, tendo a terra como eixo transversal. Sua proposta pedagógica visa uma práxis humana emancipatória, buscando proporcionar uma formação crítica aos sujeitos do campo. Arroyo (2013) complementa essa perspectiva ao salientar que:

> A lógica dominante até nos cursos de formação de professores críticos, reflexivos e transformadores tem sido em que currículos formam professores com essa capacidade crítica, reflexiva para transformar a realidade. Essa tem sido a lógica legitimante de tantas propostas críticas de formação docente. Na medida em que os(as) militantes educadores(as) dos movimentos que chegam a esses cursos carregam radicalidades políticas, culturais e educativas, acumuladas nas lutas dos movimentos, eles passam a exigir dos cursos de formação o reconhecimento desses saberes, valores, concepções de mundo, de educação, como ponto de partida de sua formação (Arroyo, 2013, p. 363).

É crucial formar professores críticos e reflexivos, capazes de transformar a realidade. Essa formação é enriquecida pela participação de militantes de movimentos sociais do campo, que, ao compreenderem seus territórios e potencialidades, identificam as necessidades das escolas do campo.

Conforme Freire (2023) a capacidade de refletir e propor mudanças na realidade está intrinsecamente ligada à práxis, indicando que a transformação surge de uma prática concreta.

Hage e Silva (2024) destacam que a Licenciatura em Educação do Campo busca uma matriz formativa própria, baseada na alternância, formação por área, auto-organização e trabalho coletivo, visando uma práxis humana e emancipadora. Assim, a Educação do Campo é crucial na luta anticapitalista, oferecendo uma formação que considera as múltiplas dimensões do indivíduo. Caldart (2023) complementa, descrevendo sete tarefas educativas essenciais: acolhimento, organicidade com foco no trabalho socialmente necessário, auto-organização para uma cultura política emancipatória, valorização da criação artística, construção de métodos de estudo que garantam a apropriação da ciência, e sistematização dos conteúdos orientada pelas próprias tarefas.

A formação de professores para atuar no campo exige uma reestruturação profunda do paradigma educacional. Conforme Arroyo (2013) destaca, é imperativo romper com o modelo de formação urbano e generalista, que falha em considerar as especificidades dos territórios camponeses. Frequentemente, professores são transferidos de áreas urbanas para escolas do campo, sem estabelecer conexão com as necessidades locais e sem reconhecer os povos do campo como protagonistas de seu próprio processo educativo. Essa desconexão gera um distanciamento

entre a escola e a comunidade, enfraquecendo os laços essenciais para a construção de um ambiente educacional verdadeiramente transformador. Portanto, a formação de professores na Educação do Campo é crucial para valorizar as potencialidades dos sujeitos do campo. É fundamental que os movimentos sociais do campo participem ativamente na formulação de uma proposta pedagógica que contemple e enalteça as diversas nuances e potencialidades dos territórios camponeses.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Ao concluir a Licenciatura em Educação do Campo (LEDUCARR), no final de 2022, tinha como objetivo ingressar no Mestrado em Educação para aprofundar conhecimentos sobre a formação docente. No entanto, a vivência prática como professora da educação básica, lecionando Sociologia para turmas do ensino médio em uma escola pública de Roraima, despertou reflexões mais profundas sobre os desafios enfrentados nos primeiros anos de docência. A experiência inicial revelou-se um momento de intensas angústias e incertezas, culminando no desejo de investigar como outros egressos do curso vivenciavam os primeiros anos do exercício profissional. Foi então que nasceu a temática proposta neste estudo, surgiu em mim o desejo de reencontrar meus colegas egressos da licenciatura, para que pudéssemos compartilhar nossos desafios e

anseios vividos durante os primeiros anos de atuação docente. Dessa forma, o presente estudo apresenta um recorte da dissertação realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Roraima (PPGE/UFRR), e se insere nos debates contemporâneos sobre políticas de formação docente, com ênfase nos desafios da docência em contextos de Educação do Campo em Roraima e na Amazônia. A investigação orientou-se pela pergunta-problema: Quais os desafios vivenciados pelos egressos da LEDUCARR/UFRR nos três primeiros anos de atuação docente? O objetivo geral consiste em analisar esses desafios no início da trajetória profissional dos egressos da LEDUCARR. Como objetivos específicos, buscou-se: (i) compreender o processo de formação inicial de professores da Educação do Campo, considerando seus fundamentos teóricos, políticos e pedagógicos; (ii) descrever as particularidades da Licenciatura em Educação do Campo a partir de seu Projeto Pedagógico de Curso (PPC) e sua importância para os povos do campo, das florestas e das águas; e (iii) identificar as percepções e experiências dos egressos quanto às dificuldades e aprendizagens no início da carreira docente.

A metodologia adotada, baseada na narrativa, busca compreender os desafios iniciais da carreira docente por meio de relatos pessoais, memórias e percepções dos professores. Conforme Bertaux (2010, p. 47), a narrativa de vida é uma ferramenta essencial para a compreensão

de fenômenos sociais, especialmente quando o sujeito compartilha suas experiências.

Para este estudo, foram conduzidas entrevistas narrativas com cinco egressos do curso, visando acessar diretamente suas experiências profissionais e os significados atribuídos aos desafios iniciais na docência. Conforme Paiva (2008) enfatiza, a narrativa é crucial para desvendar experiências por meio da sequência de eventos, contribuindo significativamente para a compreensão da formação da identidade docente no contexto da Educação do Campo.

Apesar dos esforços, não foi possível entrevistar os 29 egressos inicialmente previstos, devido a dificuldades de comunicação e disponibilidade. Desses, 10 não puderam ser contatados; 8 agendaram, mas não compareceram devido a problemas logísticos; 5 recusaram a participação; e 1 docente estava impossibilitada por motivos de saúde. Assim, a pesquisa contou com a efetiva participação de 5 egressos. Importante ressaltar que a própria autora do estudo é egressa da LEDUCARR. Contudo, optou por não ser formalmente entrevistada, participando apenas na fase de análise de dados, onde compartilhou suas percepções e reflexões sobre os desafios vivenciados pelos demais egressos do curso.

Dada a relevância do contexto individual dos participantes, a pesquisa optou por explorar a diversidade territorial no campo empírico. Roraima, com seus 15 municípios, apresenta realidades urbanas e rurais distintas que impactam a prática

docente e os desafios dos professores iniciantes. Essa particularidade justificou a inclusão dos aspectos territoriais no estudo. No grupo final de participantes, duas professoras atuavam em educação formal em Boa Vista e Caroebe, enquanto os demais compartilharam experiências em outros espaços educacionais.

Barros (2023, p. 64), ao discutir os fundamentos teóricos da narrativa, afirma que, sob um primeiro aspecto, ela pode ser caracterizada como transcultural, ou seja, independentemente das transformações históricas e da diversidade das experiências temporais humanas, a narratividade constitui um procedimento relativamente perene que orienta os relatos produzidos por diferentes sujeitos em múltiplas circunstâncias. No presente estudo, as narrativas reveladas oferecem subsídios importantes para o aprimoramento da formação docente no campo. Os dados coletados podem auxiliar o curso de Educação do Campo da UFRR a reconhecer possíveis lacunas em sua formação inicial, fortalecer práticas já consolidadas e propor melhorias significativas. Dessa forma, a relevância da pesquisa não se restringe aos sujeitos diretamente envolvidos, mas contribui para a valorização da Educação do Campo em Roraima, abrindo caminhos para novas reflexões, políticas e ações voltadas à formação docente.

As narrativas deste estudo aprimoram a formação docente no campo, auxiliando o curso de Educação do Campo da UFRR a identificar lacunas, fortalecer práticas e propor melhorias. A pesquisa valoriza a

Educação do Campo em Roraima, inspirando novas reflexões e políticas.

Por meio da abordagem narrativa, foi possível acessar as vivências de cinco professores egressos, cujos relatos revelam aspectos estruturais e emocionais que marcam o início da carreira docente. Apesar das dificuldades enfrentadas na coleta de dados, como a alta evasão e problemas de contato com os egressos, os resultados desta pesquisa oferecem significativas contribuições para o campo da educação, especialmente no que diz respeito à formação de professores para as escolas do campo no estado de Roraima. Este estudo, por meio da análise documental e relatos narrativos, busca compreender os principais desafios enfrentados pelos professores iniciantes formados pela LEDUCARR nos primeiros três anos de docência. A pesquisa contribui para suprir lacunas existentes sobre a formação docente no campo, gerando conhecimentos que auxiliem tanto na identificação de fragilidades no processo formativo quanto no fortalecimento das boas práticas pedagógicas. Além disso, os dados coletados oferecem subsídios para melhorias significativas no curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFRR, ajudando a alinhar as propostas formativas às realidades e desafios dos educadores em seus contextos socioterritoriais.

Este estudo explorou as experiências de cinco professores egressos, revelando desafios estruturais e emocionais no início da carreira docente. Apesar das dificuldades na coleta de dados, a pesquisa contribui para a educação, focando na formação

de professores para escolas do campo em Roraima. Através de análise documental e relatos narrativos, o estudo identifica desafios nos primeiros três anos de docência, preenchendo lacunas sobre a formação no campo. Os dados subsidiam melhorias no curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFRR, alinhando a formação às realidades dos educadores.

DISCUSSÃO

Esta seção foca nas experiências iniciais de professores egressos LEDUCARR. A fase de iniciação à docência é fundamental para o desenvolvimento profissional e para aprimorar as práticas pedagógicas às realidades do campo. Conforme Garcia (1992), o começo da carreira docente é um período de "aprender e ensinar", uma transição da formação inicial para a prática. O autor descreve essa "iniciação ao ensino" como uma fase de tensões, intenso aprendizado e novos desafios na adaptação ao exercício da docência.

Os desafios enfrentados incluem a desmotivação dos alunos e o uso excessivo de celulares em sala de aula, prejudicando a interação e a participação. Isso exige que os educadores adaptem suas práticas pedagógicas, buscando abordagens mais envolventes para superar as dificuldades de aprendizagem. A formação pela LEDUCARR promoveu a valorização da realidade dos estudantes e a implementação de metodologias que contextualizam o ambiente local ao

planejamento pedagógico. Os relatos indicam que essa formação ressignificou a prática docente, incentivando o uso de espaços informais, como o próprio território, como recurso pedagógico. Assim, o ambiente do campo não é apenas um local de aprendizagem, mas uma parte integrante do processo de ensino. Essa experiência encontra respaldo nos ensinamentos de Huberman (2013), que analisa os dois a três primeiros anos da carreira docente como uma fase de aprendizado intensivo, caracterizada por descobertas e confrontos com a realidade. Essa etapa, descrita como "entrada na carreira", implica tensões e uma transição que permite ao professor moldar sua identidade profissional.

Conforme observado por Carvalho, Sousa e Tavares (2021), a fase inicial da docência, que compreende os três primeiros anos de atuação, apresenta um notável contraste entre a teoria acadêmica e a prática em sala de aula. Este período é decisivo para a construção da identidade profissional do professor. Nóvoa (2022) complementa essa ideia, salientando que a transição do ambiente universitário para o escolar deve ser vista como uma chance de aprendizado e adaptação, na qual o docente inicia a definição de seu papel em um contexto ainda em exploração.

No contexto da Educação do Campo, os desafios para os professores em início de carreira são particularmente complexos. A inserção em escolas do campo exige dos egressos não apenas o conhecimento teórico e metodológico adquirido na formação, mas também uma sensibilidade para integrar as

particularidades socioculturais, históricas e produtivas do campo às suas práticas pedagógicas.

Nesse cenário, o impacto do "choque de realidade" é amplificado pelas condições adversas das escolas do campo, como infraestrutura deficiente, falta de recursos e isolamento geográfico. Embora programas como o PIBID e a Residência Pedagógica busquem aproximar o licenciando da realidade escolar, eles muitas vezes não abrangem plenamente as especificidades do campo, o que limita sua eficácia em mitigar o estranhamento inicial.

Contudo, essa fase formativa é crucial, pois proporciona aos futuros educadores a chance de aplicar e adaptar o aprendizado acadêmico à realidade local. Isso permite a construção de um perfil profissional moldado pela prática diária e pela interação direta com as comunidades camponesas.

Compreender as experiências iniciais dos professores egressos da LEDUCARR com a prática docente é crucial para analisar a eficácia formativa do curso e seu impacto na superação dos desafios iniciais. A inserção na docência representa um período de transição, adaptação e amadurecimento profissional, onde o entusiasmo se alia à responsabilidade. Assim, este estudo visa descrever como essas vivências moldaram não só as abordagens pedagógicas, mas também a identidade dos educadores no campo.

Relatos indicam uma transformação na prática pedagógica de uma professora, que, embora já atuante com metodologia tradicional, adotou uma

abordagem crítica e contextualizada após sua formação em Educação do Campo pela LEDUCARR. Essa formação possibilitou a integração dos conteúdos escolares com o território, a natureza e as experiências vivenciadas no campo. Conforme Freire (2023), a educação, compreendida como prática da liberdade, é um ato de conhecimento e uma análise crítica da realidade. Assim, a formação docente é essencial para promover um ensino que valorize os saberes locais e as particularidades socioculturais dos alunos, construindo um processo educativo comprometido com essa realidade.

Conforme destacado por Hage, Silva e Costa (2020), as Licenciaturas em Educação do Campo articulam suas práticas educativas com a trajetória dos movimentos sociais do campo, transformando a escola em um espaço de luta e resistência. Essa conexão permite que o trabalho pedagógico responda diretamente às particularidades do território e às necessidades dos alunos, imersos em suas realidades locais.

Apesar dos benefícios da formação, os egressos da LEDUCARR enfrentam desafios de adaptação ao Tempo da Comunidade. Esse cenário corrobora as reflexões de Hage, Silva e Costa (2020), que enfatizam a necessidade de alinhar a formação às reais condições e demandas sociais e culturais dos educandos. Torna-se crucial, portanto, aprimorar os programas educacionais para que contemplem e dialoguem com as especificidades do campo, reconhecendo-o não apenas como espaço físico,

mas como um território de significados e identidades que merecem ser preservados e valorizados.

É importante mencionar que, conforme os relatos, a formação inicial de professores do campo revela desafios que extrapolam o domínio teórico-metodológico. A ausência de infraestrutura básica para os estudos reflete as desigualdades persistentes nos territórios camponeses, comprometendo não apenas o desempenho acadêmico, mas também a construção da identidade profissional desses estudantes. No contexto da Educação do Campo, a formação docente deve não só abranger os saberes teóricos e as práticas pedagógicas, mas também dialogar com as condições de vida reais dos educandos. Segundo Hage, Silva e Costa (2020), é fundamental que os programas formativos considerem as experiências dos sujeitos como ponto de partida para estruturar uma pedagogia contra-hegemônica. Isso implica uma pedagogia que reconheça e enfrente as desigualdades, valorizando os conhecimentos locais e incorporando práticas pedagógicas alinhadas às necessidades do campo e à luta por justiça social.

A formação oferecida pela LEDUCARR alinha-se à pedagogia libertadora de Freire (2023), que propõe uma educação crítica da realidade para a emancipação e autonomia dos indivíduos. Na Educação do Campo, essa abordagem ganha um caráter transformador ao considerar as particularidades de um território historicamente marginalizado.

É necessário que a construção da identidade docente leve em conta não apenas as dificuldades enfrentadas, mas também a forma como essas experiências moldam uma prática docente mais sensível, contextualizada e comprometida com a transformação social. Uma entrevistada relata experiências significativas e transformadoras vivenciadas durante sua participação na Residência Pedagógica e no PIBID. No início, enfrentou sentimentos de insegurança e medo ao assumir a condução de uma turma, mas destaca, com entusiasmo, que o acolhimento de professores e colegas da escola foi fundamental para fortalecer sua confiança e impulsionar seu processo de formação docente. Esses primeiros contatos com o ambiente escolar foram fundamentais para o fortalecimento de sua identidade como futura educadora, sobretudo ao mostrar na prática a importância do planejamento colaborativo e do trabalho em equipe. Segundo Nísia, compreender a realidade dos alunos e a dinâmica escolar foi crucial para seu desenvolvimento:

É imperativo considerar as trajetórias, desafios e triunfos dos professores recém-formados. A construção da identidade docente deve abranger não só as adversidades enfrentadas, mas também como essas vivências moldam uma prática pedagógica mais empática, contextualizada e engajada na transformação social. Experiências significativas e transformadoras foram vivenciadas durante a Residência Pedagógica e o PIBID. Inicialmente, houve insegurança e receio ao assumir a condução de uma turma. Contudo, o

acolhimento de professores e colegas da escola foi essencial para fortalecer a confiança e impulsionar o processo de formação docente.

Os primeiros contatos de Nísia com o ambiente escolar foram essenciais para a construção de sua identidade como futura educadora. Essa experiência prática demonstrou a importância do planejamento colaborativo e do trabalho em equipe. Para ela, a compreensão da realidade dos alunos e da dinâmica escolar foi fundamental para seu desenvolvimento profissional. A formação docente é, portanto, um processo contínuo e transformador, que vai além da simples preparação técnica. De acordo com Fávero (2010), ao se preparar para uma função profissional, o indivíduo também se prepara para uma nova inserção social e um novo conjunto de relações, o que demanda novas adesões, ações, escolhas e reflexões.

A preparação de professores no contexto da Educação do Campo exige que os futuros educadores compreendam as particularidades territoriais, culturais e sociais das comunidades camponesas. Isso implica reconhecer as desigualdades e desafios locais, mas também valorizar os saberes e promover o engajamento político nas lutas sociais. Essa abordagem alinha-se à proposta da Licenciatura em Educação do Campo (LEDOC), que, conforme Hage, Silva e Costa (2020, p. 134), visa formar educadores com um forte compromisso ético, político e cultural. A LEDOC busca, através do "Tempo Comunidade", capacitar o estudante-pesquisador a vivenciar a realidade,

engajando-se de forma social, cultural e política nesse contexto complexo dos territórios amazônicos.

A formação da LEDOC adota uma pedagogia contra-hegemônica, que rompe com a educação bancária. Em vez de um currículo universal, a proposta articula prática e teoria enraizada nas lutas sociais do campo. O Tempo Comunidade, parte estruturante do curso, permite aos discentes o contato direto com as comunidades, compreendendo sua realidade para atuar de forma ética e transformadora. Essa imersão forma educadores críticos, capazes de "ler o mundo" e intervir com práticas pedagógicas inovadoras, conectando saberes acadêmicos e populares.

Por meio das narrativas analisadas ao longo desta seção, torna-se evidente que a LEDUCARR foi um elemento central na transformação das práticas pedagógicas dos professores egressos. A formação, profundamente enraizada nos princípios da Educação do Campo, promoveu o fortalecimento de uma prática docente que valoriza o território, os saberes locais e os sujeitos do campo como protagonistas do processo educativo. Um dos pontos mais marcantes destacados pelos relatos foi a capacidade da LEDUCARR de construir um olhar mais sensível e crítico às realidades locais. Esse olhar fez com que os educadores repensassem suas abordagens pedagógicas, valorizando as experiências, culturas e histórias das comunidades camponesas e transformando elementos do cotidiano do campo em recursos educativos e significativos.

As narrativas evidenciam que a LEDUCARR foi fundamental para a transformação das práticas pedagógicas dos professores egressos. A formação, embasada nos princípios da Educação do Campo, fortaleceu uma prática docente que prioriza o território, os saberes locais e os sujeitos do campo como protagonistas do processo educativo. Um dos aspectos mais relevantes destacados nos relatos foi a capacidade da LEDUCARR de desenvolver uma perspectiva mais sensível e crítica em relação às realidades locais. Essa perspectiva levou os educadores a reavaliar suas abordagens pedagógicas, valorizando as experiências, culturas e histórias das comunidades camponesas e convertendo elementos do cotidiano do campo em recursos educativos significativos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As narrativas dos egressos evidenciam que o início da trajetória docente é um período marcado por incertezas, inseguranças e desafios estruturais, especialmente no campo, onde as condições materiais e pedagógicas são frequentemente precárias. Contudo, revelam também a solidez de uma formação comprometida com a realidade do campo, capaz de fomentar nos educadores uma percepção sensível e crítica sobre os territórios e as relações sociais que os constituem. A experiência formativa vivenciada na LEDUCARR, fundamentada nos princípios da alternância, da interdisciplinaridade e da práxis, demonstrou ser

essencial para o fortalecimento da identidade docente e da consciência política desses educadores.

Os resultados da pesquisa permitem inferir que, embora a formação inicial seja um alicerce importante, os desafios enfrentados pelos professores egressos apontam para a necessidade de políticas públicas permanentes de apoio à docência no campo. Entre as demandas mais prementes, destacam-se: a valorização dos professores, a melhoria das condições de trabalho, a ampliação das formações continuadas específicas para o campo e o fortalecimento da relação entre universidade e escola do campo.

Adicionalmente, o estudo reafirma o papel crucial dos movimentos sociais na consolidação da Educação do Campo, não apenas como agentes políticos, mas também como formadores de educadores e produtores de conhecimento. É nesse intercâmbio entre universidade, movimentos sociais e comunidades camponesas que se edifica uma educação verdadeiramente libertadora, comprometida com a transformação da realidade.

A Educação do Campo forma professores críticos que contribuem significativamente para a resistência contra o agronegócio e as políticas neoliberais. A experiência dos egressos da LEDUCARR demonstra a viabilidade de práticas pedagógicas transformadoras, baseadas no diálogo e na valorização dos saberes populares. Assim, a Educação do Campo se consolida como um direito e um projeto de futuro, reinventando-se nas escolas e comunidades camponesas.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Felipe Pedro Leite de. **O Ensino de História no Contexto da Educação do Campo:** experiências, saberes e fazeres das populações do campo no espaço escolar. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

ARROYO, Miguel Gonzales. Formação de educadores do campo. In: CALDART, Roseli Salete et al. (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 362-367.

BARROS, Leonardo Canuto de. **Paul Ricœur: possibilidades e impasses da narrativa.** 2. ed. São Paulo: Edições 70, 2023. E-book. p. 69. ISBN 978-65-5427-114-1. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786554271141/. Acesso em: 28 jun. 2025.

BERTAUX, Daniel. **Histórias de vida**: o método biográfico na sociologia. 2. ed. Natal: EDUFRN, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002.** Estabelece as Diretrizes Operacionais para a Educação

Básica nas Escolas do Campo. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 9 abr. 2002.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008.** Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de Educação do Campo. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 29 abr. 2008.

CALDART, Roseli Salete; KOLLING, Edgar Jorge; VARGAS, Maria Cristina. MST e Educação. In: CALDART, Roseli Salete (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular; Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2012.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2023.

CALDART, Roseli Salete. Pedagogia do movimento. In: CALDART, Roseli Salete (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular; Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2012.

CALDART, Roseli Salete. **Sobre as tarefas educativas da escola e a atualidade.** São Paulo: Expressão Popular, 2023.

CANUTO, Antônio. Comissão Pastoral da Terra. In: CALDART, R. S. *et al.* (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 273-275.]

CARVALHO, Antonia Dalva França; SOUSA, Jucyelle da Silva; TAVARES, Andrezza Maria Batista do Nascimento. Inserção profissional e carreira docente: refletindo sobre o princípio do tornar-se professor. In: BRANDT,

Andressa Graziele; MAGALHÃES, Nadja Regina Sousa; RODRIGUES, Filomena Lucia Gossler (org.). **Didática e formação de professores:** desafios e perspectivas da articulação entre teoria e prática. v. 1. Curitiba: Editora Bagai, 2021.

FÁVERO, Altair Alberto. **Educar o educador:** reflexões sobre a formação docente. Campinas: Mercado de Letras, 2010.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 77. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

GARCIA, Carlos Marcelo. **A formação de professores:** para uma mudança educativa. Porto: Porto Editora, 1992.

GERONE JUNIOR, Acyr de; HAGE, Salomão Antonio Mufarrej. Ação pedagógica de professores em escolas ribeirinhas da Amazônia. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 33, p. 17, 2013. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/24362. Acesso em: 30 jun. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa soci**al. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HAGE, Salomão Mufarrej; SILVA, Hellen do Socorro de Araújo; COSTA, M. C. Santos. Formação de professoras e professores na Amazônia Paraense: regulação, resistências e experiências contra-hegemônicas. **Humanidades & Inovação,** Palmas, v. 7, n. 16, p. 126-141, 2020. Disponível em: https://revista.unitins.br/

index.php/humanidadeseinovacao/article/view/2949. Acesso em: 30 jun. 2025.

HAGE, Salomão Mufarrej; SILVA, Hellen do Socorro de Araújo. **Formação de professores e professoras nas Amazônias com a Licenciatura em Educação do Campo e seus princípios estruturantes.** Revista Cocar, Belém, edição especial, n. 29, p. 1-19, 2024.

HOELLER, Silvana Cassia; FAGUNDES, Maurício Cesar Vitória; FARIAS, Maria Isabel. **Educação do campo popular e a Geografia:** uma construção dialógica. Inter Saberes, Curitiba, 2019.

HUBERMAN, Michael. O ciclo de vida profissional dos professores. In: NÓVOA, António. **Vida de professores.** 2. ed. Lisboa: Porto, 2013. p. 11-61.

JUNIOR VILHENA, Waldemar Moura; MOURÃO, Arminda Raquel Botelho. Aspectos sócio-históricos da Educação do Campo: a participação do movimento social camponês e a especificidade amazônica. In: SANTOS, Miquéias Ambrósio dos; SILVA, Janecley Martins (org.). **História da Educação do Campo:** os processos educativos e formativos no contexto do campo em Roraima. Boa Vista: Editora da UFRR, 2015.

LEONARDE, Charlinni da Rocha; SIMÕES, Renata Duarte; VIEIRA, Alexandro Braga; PAIVA, Jacyara Silva de. **Licenciatura em Educação do Campo na Universidade Federal do Espírito Santo**: trajetória, organização e funcionamento. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 47, e227206, 2021.

LOPES, Sérgio Luiz. A prática pedagógica na Educação do Campo com foco na formação profissional. In: LOPES, Sérgio Luiz (org.). **Práticas educativas na Educação do Campo:** desafios e perspectivas na contemporaneidade. Boa Vista: Editora da UFRR, 2015.

MENEZES NETO, Antônio Júlio de. Formação de professores para a Educação do Campo: projetos sociais em disputa. In: MARTINS, Aracy A.; ANTUNES-ROCHA, Maria I. (org.). **Educação do Campo** :desafios para a formação de professores. São Paulo: Grupo Autêntica, 2009. E-book. ISBN 978-85-82170-06-9. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582170069/. Acesso em: 21 jul. 2024.

NÓVOA, António. **Escolas e professores:** proteger, transformar, valorizar. Salvador: SEC IAT, 2022.

RIBEIRO, Marlene. Educação rural. In: CALDART, Roseli Salete (org.). Di**cionário da Educação do Campo.** São Paulo: Expressão Popular; Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2012.

NEOZAPATISTAS: DESCENDENTES MAIAS EM UMA "GUERRA PÓS-MODERNA"[118] HÁ 3 DÉCADAS

Ésta es la verdad, hermanos. Deben saberla, no morirá ya más en nuestra vida, en la muerte nuestra vive ya y para siempre. Votán, guardián y corazón del pueblo. Sin nombre se nombra, cara sin rostro, todos y ninguno, uno y muchos, vivo muerto. Votán, guardián y corazón del pueblo. Pájaro Tapacamino, siempre delante nuestro, tras de nosotros anda. Votán, guardián y corazón del pueblo.
EZLN- abril 1994[119].

Adrián Padilla Fernández[120]

O conflito de Chiapas tem sido chamado de "guerra pós-moderna" pela ocupação do espaço virtual das redes eletrônicas, entre outras características. O uso das tecnologias digitais da comunicação tem tido um peso marcante no desenvolvimento do conflito chiapaneco.

118 O escritor mexicano Carlos Fuentes (1994) definiu o levante dos neozapatistas em Chiapas, iniciado em 1994, como uma "guerra pós-moderna". Com essa expressão, Fuentes destacou o caráter inusitado do conflito: liderado por indígenas e camponeses, articulado por meio de uma narrativa simbólica e midiática, e travado mais no campo da comunicação do que no campo militar tradicional.

119 Comunicado Votán Zapata do EZLN, 10 de abril de 1994. Ver https://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/04/10/votan-zapata/

120 Docente-pesquisador do CEPAP-UNESR (Venezuela). Membro do GEIFRON-UFRR. Bolsista de pós-doutorado pela Capes no PPGE-UFRR. Mestre e Doutor em Ciências da Comunicação pela ECA-USP.

Além disso, a partir da experiência *neozapatista,* as lutas de outros movimentos sociais e políticos têm encontrado na rede mundial de computadores um espaço de articulação e contestação política[121].

No conflito de Chiapas, tratando-se de um movimento indígena, destaca-se, sobretudo, sua força como fenômeno político, comunicacional e simbólico. Ainda hoje, após 30 anos do levante armado do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), o tema chiapaneco continua ocupando a agenda de intelectuais e políticos, tanto do México como de outras latitudes, que desenvolvem intensos debates sobre os pontos centrais levantados pelos *neozapatistas*. Por um lado, a partir de uma visão clássica revolucionária, se traz à tona o velho dilema de *Reforma ou Revolução*. Pelo outro, a questão das relações de poder, o discurso e a forma de fazer política dos *neozapatistas* levariam o foco das análises para um deslocamento teórico que convida a repensar categorias e conceitos políticos, sociais e históricos da modernidade para entender a essência de uma proposta que vai além de Chiapas e do México. Nessa linha, nos alinhamos com reflexões como as de Massimo Di Felice (2002), que referem:

121 Entre os grupos que praticam a *cibermilitância* destacam-se os chamados *globalifóbicos*. Sublinha-se que a partir do levante zapatista em 1994 nenhum conflito social ou político deixou de ser registrado na Internet já que como nova dimensão tecnológica de comunicação, tem sido um suporte fundamental para a informação e uma ferramenta indispensável para o jornalismo. Talvez, a chave do grande sucesso deste meio seja que a estrutura da Internet é descentralizada, horizontal, multidirecional e, sobretudo, interativa.

> Ao contrário, a lógica da política moderna é a lógica da identidade binária e da dialética, que contrapõe o 'um' ao 'um': 'uma' identidade, 'uma' ideologia, 'um' partido, 'um' líder, 'um' outro, num movimento transitório e sempre idêntico. A lógica zapatista não é a dos 'uns', mas dos sete: é múltipla e não singular. Por isso não está baseada numa identidade, mas em 'devires' pós-identitários. É indígena, mestiça, eletrônica, mexicana, 'glocal', mundial, plural, híbrida e dinâmica (p. 31).

Consideramos que estudar o *neozapatismo* como fenômeno político e cultural pode contribuir para sistematizar um importante processo que tem apresentado impactos na dinâmica política mexicana e que poderia gerar importantes mudanças no desenvolvimento das lutas sociais da América Latina. Nesse sentido, avaliamos que a singularidade política dessa experiência permite refletir sobre possíveis saídas a um vazio de referente histórico-teórico que marcou a esquerda latino-americana quando, no começo da década de 90, entrou, de forma geral, em uma fase de refluxo[122]. Além disso, procuramos produzir conhecimentos que possam servir para futuras pesquisas sobre este ou outros processos sociais que coloquem em discussão a relação política, comunicação e cultura como marca das sociedades contemporâneas.

122 Após a queda do Muro de Berlim, que representou o fim do Bloco Socialista, na América Latina aconteceram fatos como a derrota eleitoral dos sandinistas na Nicarágua, as saídas negociadas da guerra em El Salvador e Guatemala, entre outros, que abalaram aos setores de esquerda, colocando-os em uma situação desfavorável perante a hegemonia do modelo neoliberal.

Estudar o conflito de Chiapas, sobretudo seus componentes políticos e comunicacionais, pode esclarecer pontos-chave do processo, que são referências muito importantes não só para entender a realidade mexicana, mas também para tentar ver as tendências dos movimentos sociais nos demais países latino-americanos, especialmente no Brasil, onde se destaca a experiência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Assim como para os *neozapatistas* a luta pela terra é um elemento central de sua ação política, também está na raiz da luta do MST, que também ocupa o "ciberespaço"[123] para defender as suas propostas políticas nas dimensões do mundo globalizado.

Consideramos que, no contexto do *mundo pós-muro*, a reflexão sobre a experiência política e cultural do movimento *neozapatista* abre espaço para, entre outras possibilidades, uma discussão sobre uma nova perspectiva em teoria da história. Essa perspectiva, inspirada na proposta de Walter Benjamin (2008), convida-nos a ler a história a contrapelo — isto é, a partir do ponto de vista dos vencidos, dos silenciados e das experiências subalternizadas —, rompendo com as narrativas lineares e triunfalistas do progresso[124].

123 O site do MST é **http://www.mst.org.br**

124 Benjamin propõe uma visão retrospectiva, resgatando do passado aquilo que foi silenciado, esquecido ou marginalizado pela história oficial. Esta abordagem procura desenterrar as vozes dos vencidos, as experiências marginais e as possíveis alternativas que foram descartadas pela narrativa dominante.

Nesse sentido, o *neozapatismo* não apenas reativa memórias históricas apagadas ou marginalizadas, mas as reinscreve no presente como potências vivas para a transformação social. Assim, o passado deixa de ser um repositório fechado de eventos concluídos e passa a ser um campo de disputa simbólica, capaz de revelar possibilidades emancipatórias latentes e de reinvenção política no agora.

UM PERCURSO DE TRÊS DÉCADAS DE TENSÕES NO TERRITÓRIO MEXICANO

O período de 1994 a 2025 no México foi marcado por intensas transformações políticas que refletiram mudanças profundas na sociedade, economia e na dinâmica de poder no país. O ciclo se inicia com o fim do regime monopartidário do Partido Revolucionário Institucional (PRI), passa pela ascensão de novos partidos e culmina na chegada ao poder de um movimento político totalmente distinto, o MORENA, presidido por Andrés Manuel López Obrador (AMLO). Esse processo de transição reflete não apenas a evolução das forças políticas, mas também a resposta do povo mexicano às desigualdades e crises que marcaram o país nas últimas décadas.

Até o final do século XX, o PRI dominava a política mexicana com um sistema autoritário e centralizado, caracterizado pela coação de seus oponentes e pelo controle das instituições do Estado. A partir da

década de 1990, no entanto, começaram a surgir pressões para democratização do país, impulsionadas por movimentos sociais, opositores políticos e pela crescente insatisfação popular com a corrupção e a falta de mudanças significativas. O ano 1994 foi um marco relevante para o governo de Carlos Salinas de Gortari pela confluência de dois importantes fatos contrapostos. Por um lado, a implementação do NAFTA (Tratado Norte-Americano de Livre Comércio) trouxe benefícios macroeconômicos e desafios com a aceleração da abertura econômica do México e o aumento das desigualdades. Pelo outro, a emergência do EZLN no estado de Chiapas que evidenciou as contradições do sistema de desigualdades socioeconômicas no país. Além disso, o ano 1994 culminou com uma depreciação da moeda mexicana, que afetou a legitimidade do partido de governo. Em 2000, o PRI finalmente perdeu o poder presidencial, após 71 anos de domínio ininterrupto, com a vitória de Vicente Fox, do Partido Ação Nacional (PAN). Essa mudança política representou a introdução de um sistema mais plural, embora o PRI continuasse a ter forte influência nas instituições, especialmente no nível estadual.

O período pós-PRI foi dominado pelo Partido Ação Nacional (PAN), que, apesar de ter significado uma mudança no cenário político, não transformou de maneira significativa a estrutura de poder. Vicente Fox (2000-2006) e Felipe Calderón (2006-2012) lideraram governos que continuaram políticas econômicas

neoliberais, também enfrentaram críticas severas em relação à segurança pública e ao combate ao narcotráfico. A "Guerra contra o Narcotráfico", lançada por Felipe Calderón, teve um impacto devastador na sociedade mexicana, com o aumento da violência e do número de mortos relacionados ao crime organizado. As dificuldades econômicas e a falta de progresso nas reformas estruturais também fizeram o governo do PAN perder popularidade.

Em 2012, o PRI retornou à presidência com Enrique Peña Nieto, mas o contexto político havia mudado profundamente. Embora seu governo tenha se alinhado a uma agenda reformista, com ações nas áreas energética e de educação, a corrupção e os escândalos de impunidade – como o caso Ayotzinapa, em 2014, que resultou no desaparecimento de 43 estudantes – minaram a confiança da população. A percepção de que o PRI ainda representava o sistema de impunidade e clientelismo gerou crescente descontentamento. O governo de Peña Nieto também enfrentou protestos de diferentes setores da sociedade, incluindo movimentos estudantis e sindicatos, que acusavam o presidente de aprofundar as desigualdades e a falta de democracia no país.

Em 2018, com a ascensão de Andrés Manuel López Obrador (AMLO) e seu partido MORENA (Movimento Regeneração Nacional), o cenário político mexicano registrou uma mudança de rumo. AMLO, um ex-membro do PRI e depois fundador do PRD (Partido da Revolução Democrática), conseguiu canalizar

o descontentamento popular com a corrupção, a violência e a desigualdade social para ganhar uma vitória histórica nas eleições presidenciais. MORENA se tornou o partido dominante, com um discurso de regeneração moral e transformação do país. López Obrador é visto por alguns setores políticos como um líder populista, que, ao assumir o governo, procurou romper com as políticas neoliberais e fortalecer o papel do Estado na economia. Seu governo implementou programas sociais de grande escala, como bolsas para estudantes e idosos, e buscou simplificar a burocracia governamental. Contudo, ele também foi criticado por supostas posturas autoritárias e pela concentração de poder nas mãos do Executivo. Ao mesmo tempo, a sua administração tem se deparado com sérios desafios econômicos e de segurança. A violência do narcotráfico e a corrupção nas esferas governamentais continuam a ser questões centrais.

A transição política do México entre 1994 e 2024 revela um processo complexo de alternância partidária que, embora aparente ruptura, expõe a resiliência de muitas das estruturas e práticas herdadas do antigo regime. O PRI, que dominou a cena política por mais de sete décadas, mostrou-se incapaz de uma renovação autêntica após sua derrota histórica em 2000. Seu retorno ao poder em 2012, com Enrique Peña Nieto, foi sustentado por uma base popular cética e por um discurso de modernização que rapidamente perdeu credibilidade diante de escândalos de corrupção e da persistência da violência endêmica. A alternância

entre PRI, PAN e, mais recentemente, a ascensão do MORENA, reflete um processo de esgotamento dos partidos tradicionais e de crescente insatisfação popular com a classe política estabelecida. A chegada de Andrés Manuel López Obrador ao poder, em 2018, representou uma inflexão significativa no cenário político nacional: não apenas uma mudança de governo, mas uma tentativa de redefinir o projeto de nação. O triunfo do MORENA foi interpretado como uma resposta contundente ao fracasso dos modelos anteriores em enfrentar os problemas estruturais do país — como a desigualdade social, a insegurança e a corrupção sistêmica.

A retórica e as políticas de AMLO colocaram em xeque o consenso neoliberal que havia moldado a economia mexicana desde os anos 1990. Sob sua presidência, o discurso em favor da "*Quarta Transformação*"[125] buscou apresentar uma alternativa de governo centrada na justiça social, na revalorização do papel do Estado e na crítica frontal ao neoliberalismo, acusado de ter aprofundado as disparidades sociais e concentrado os benefícios econômicos em poucos setores privilegiados. Entretanto, a natureza da

125 A "Quarta Transformação" (4T) é o nome dado ao projeto político liderado por Andrés Manuel López Obrador (AMLO) e pelo partido MORENA, que busca posicionar seu governo como uma nova etapa histórica de grande ruptura e renovação nacional. Inspirada em três momentos fundacionais do México — a Independência (1810), a Reforma liberal (1857) e a Revolução Mexicana (1910) —, a Quarta Transformação propõe-se como uma reconfiguração profunda da vida pública, centrada na justiça social, no combate à corrupção e na rejeição do modelo neoliberal.

governança de AMLO e os impactos de suas reformas seguem sendo objeto de debate. Se por um lado há avanços no combate à pobreza e na visibilidade de grupos historicamente marginalizados, por outro lado persistem críticas quanto à centralização do poder, à fragilidade institucional e à complexa relação entre o governo federal e os poderes locais. A eleição de Claudia Sheinbaum como presidenta do México em 2024 marca um momento inédito na história política do país, não apenas por ser a primeira mulher a ocupar o cargo, mas também por representar a continuidade de um projeto político encarnado por Andrés Manuel López Obrador e pelo partido MORENA. Herdeira direta da chamada "*Quarta Transformação*", Sheinbaum assume o governo com a tarefa de preservar os avanços sociais promovidos sob a gestão de AMLO — especialmente nas áreas de combate à pobreza, programas sociais e maior presença do Estado na economia —, ao mesmo tempo em que enfrenta a expectativa de imprimir um estilo próprio de liderança.

O período entre 1994 e 2024 pode, portanto, ser compreendido como uma trajetória marcada por tentativas sucessivas de renovação democrática e, simultaneamente, por fortes resistências das velhas estruturas de poder que continuam a moldar a política mexicana. As dinâmicas interconectadas desses processos revelam um país em permanente tensão entre mudança e continuidade, num esforço ainda inacabado de construir uma transformação política e social duradoura.

NOVA POLÍTICA E NOVOS ATORES

Na virada do século, as condições de exclusão social –impostas pelo modelo econômico global- foram terreno fértil para o surgimento de movimentos de protestos, tanto nos principais centros urbanos do planeta como na periferia do chamado terceiro mundo. Nesse cenário novos atores políticos ganharam destaque. Os *macro-sujeitos* tradicionais da política cederam espaço para os *micro-sujeitos,* representados pelas organizações locais, as minorias, os cidadãos e cidadãs que assumiram um papel principal no quadro político. A experiência da *luta zapatista* de Chiapas, localiza-se neste contexto. Nos dias da marcha zapatista para a Cidade de México[126], em março de 2001, o Subcomandante Marcos, porta-voz do EZLN, afirmou em entrevista com o escritor colombiano Gabriel García Márquez, que na esquerda latino-americana tradicional tinha alguns grandes vazios e um deles era precisamente os povos indígenas. Por sua parte, Michael Löwy (2000) ao falar sobre o zapatismo utiliza, muito apropriadamente, uma metáfora. Ele define o movimento como um tapete tecido com fios coloridos, antigos e novos, que se entretecem em uma forma maravilhosa, com um segredo que só é conhecido pelos indígenas maias. Um primeiro

126 *La Marcha del Color de la Tierra*, assim chamaram os zapatista essa mobilização que fizeram até o Congresso da República de México.

fio –ou tradição- é o *guevarismo*[127], o marxismo em sua forma revolucionária latino-americana. Essa afirmação vem do fato de que o primeiro núcleo do EZLN, fundado em 1983, era *guevarista*. A expressão mais clara dessa tradição é opção pela luta armada no seu projeto, a qual ficou clara nas ações de janeiro de 1994. Um segundo fio estaria representado pela *herança histórica de Emiliano Zapata*, com seu componente de luta camponesa, programa agrário e organização comunitária. Um terceiro fio –do qual os zapatistas não falam muito- é a *teologia da libertação*, concretizado no trabalho de conscientização e auto-organização das comunidades indígenas, promovido pelo bispo Dom Samuel Ruiz, depois dos anos 70. Embora esse trabalho não tivesse uma vocação violenta, do ponto de vista político, filosófico, teológico, ético e espiritual, nutriu as bases do zapatismo. O quarto fio, com um peso considerável, é a cultura maia dos indígenas de Chiapas, onde se destaca sua relação com a natureza, sua solidariedade comunitária e sua resistência à modernidade neoliberal. O último fio, incorporado

127 O Guevarismo constitui uma das mais emblemáticas tradições revolucionárias da América Latina no século XX. Inspirado na vida e pensamento de Ernesto "Che" Guevara, esse ideário combina marxismo, anti-imperialismo e internacionalismo com uma ênfase na ação direta, no sacrifício pessoal e na figura do "exemplo" como motor da transformação social. No centro do Guevarismo está a concepção do "homem novo" — um sujeito forjado na luta, guiado por valores coletivistas e disposto a romper com as estruturas opressoras do capitalismo e do colonialismo. A luta armada é vista não apenas como estratégia, mas como prática ética e pedagógica, capaz de despertar a consciência revolucionária das massas.

após 1994, seria o das exigências democráticas da sociedade civil mexicana, representado pelo apoio e pela identificação de uma imensa rede de organizações, grupos e indivíduos.

Pablo González Casanova (2009) foi um dos primeiros intelectuais mexicanos a reconhecer e valorizar a experiência do *neozapatismo*. Para ele, os zapatistas representavam mais do que uma insurgência local: eram a expressão concreta de um novo paradigma político que confrontava tanto o Estado-nação tradicional quanto a globalização neoliberal. Entendeu a experiência do EZLN como uma forma inédita de *autonomia expandida* — uma proposta que articula autogoverno comunitário, defesa do território, democracia direta, justiça própria e uma crítica radical à modernidade excludente. Ele destacou que os zapatistas, ao invés de disputar o poder estatal, constroem alternativas a partir de baixo, com base em práticas cotidianas e saberes ancestrais. Sua luta, portanto, é não apenas contra a opressão, mas por outras formas de viver e governar, fora das lógicas coloniais, capitalistas e patriarcais. No México atual, mesmo com as promessas de renovação política feitas pelo governo da "Quarta Transformação" (4T), liderado pela presidenta Claudia Sheinbaum, o EZLN mantém uma posição crítica e autônoma. Denuncia o extrativismo disfarçado de progresso, os megaprojetos que ameaçam territórios indígenas e a persistência da militarização. A crítica de

Casanova ao *desenvolvimentismo autoritário* continua pertinente, mostrando como o Estado muitas vezes coopta ou reprime movimentos que fogem à sua lógica de controle.

Quando García Canclini (1997) fala da *mobilização dos agentes sociais da periferia*, diz que a eficiência desses movimentos depende da *reorganização do espaço público*. Suas ações têm pouco eco quando limitadas a formas tradicionais de comunicação (orais, de produção artesanal ou em textos escritos que circulam de mão em mão). De igual forma afirma que o poder desses movimentos cresce se atuam nas redes massivas de comunicação. O movimento zapatista de Chiapas encaixa nesta visão do autor argentino. As estratégias de comunicação do EZLN tem sido o arsenal mais valioso desta organização que converte sua fraqueza militar em fortaleza simbólica, quando desafia aos fatores de poder do Estado mexicano, no espaço mediático. Como produto de suas ações, que com seus altos e baixos já têm 30 anos, os zapatistas são interlocutores no jogo político mexicano colocando no centro do debate nacional a situação dos povos indígenas.

Segundo Paul Virilio (1996), a massa não é um povo, uma sociedade, é uma multidão de passantes. Para ele um contingente revolucionário não atinge sua forma ideal nos locais de produção e sim na rua, quando deixa de ser, durante um tempo, substituto técnico da máquina e torna-se, ele próprio, motor (máquina de assalto), isto é, produtor de velocidade. Podemos ler a ideia do autor francês pensando na capacidade

de mobilização e, sobretudo, de comunicação dos sujeitos sociais que marcam presença no *espaço público mediático*. No caso do movimento zapatista de Chiapas, a noção de velocidade pode-se localizar na conexão com a rede mundial de computadores. Transmissão em tempo real, lista de discussões, correios eletrônicos, sites atualizados diariamente, são algumas das ferramentas que as redes de comunidades virtuais de solidariedade põem ao serviço da causa zapatista, em uma ação política global sem precedentes.

IMAGINÁRIOS E O MITO NEOZAPATISTA

As dinâmicas políticas das últimas duas décadas do século XX e primeiras décadas do século XXI na América Latina, geraram mudanças na geopolítica, na correlação de força da hegemonia/contra-hegemonia, na construção simbólica e nos imaginários sociais ao redor da ideia de revolução. Algumas construções teóricas de autores como José Carlos Mariátegui (2010) e José Lezama Lima (1977), desde campos diferenciados, em diálogo com algumas contribuições das tradições teóricas sobre os *imaginários sociais* e o pensamento simbólico, são de muita importância para estudar a temática dos *mitos emancipatórios* no território da Abya Yala. Nesse contexto e com esses referentes focalizamos nosso olhar no México com a experiência do *neozapatismo*.

No território onde habitam os descendentes dos maias,[128] o *mito* sai dos parâmetros da literatura e vai para a política para criar e recriar os discursos e práticas de um movimento político-social sui generis que desde o sudeste mexicano assinala a força dos imaginários em uma luta que tem acontecido, fundamentalmente, no campo da comunicação. Desde a sua emergência no espaço público em 1994, a escrita dos *neozapatistas* se contrapõe a alguns dos traços demarcatórios do pós-modernismo na arte e na literatura que é a perda de historicidade[129]. Contrariamente, nos textos *neozapatistas* estão presentes vários tempos.

O tempo indígena é intimamente ligado ao do consenso comunitário e ao das estações, assim

128 A *civilização maia* foi uma cultura mesoamericana pré-colombiana, notável por sua língua escrita (único sistema de escrita do novo mundo pré-colombiano que podia representar completamente o idioma falado no mesmo grau de eficiência que o idioma escrito no velho mundo), pela sua arte, arquitetura, matemática e sistemas astronômicos. Inicialmente estabelecidas durante o período pré-clássico (1000 a.C. a 250 d.C.), muitas cidades maias atingiram o seu mais elevado estado de desenvolvimento durante o período clássico (250 d.C. a 900 d.C.). Atualmente, os povos descendentes dos maias habitam no sudeste mexicano, na Península de Yucatán, no estado de Chiapas e na fronteira com a Guatemala, onde quase o 40% da população se reconhece como descendentes dos maias como os K'iche', Tz'utujil, Q'eqchi' e Mam. Localizam-se também em Belize, oeste de Honduras e El Salvador.

129 O processo do *neozapatismo* tem sido trabalhado pelos campos do jornalismo e as ciências sociais, gerando referentes como Fuser (1996), Di Felice e Muñoz (1998), Arellano (2002), Holloway (2001), Ortiz (1997), Fernández (2003) Karam (2000) e González Casanova (2009), entre tantos outros e outras.

como o tempo mítico dos códices – livros sagrados – maias. Essa escrita não é somente um conjunto de textos cuja heterogeneidade não permite nenhuma verdadeira unidade, mas nestes apresentam-se sempre elementos de uma heterogeneidade coletiva e social envolventes. Das múltiplas metáforas utilizadas pelo Subcomandante Marcos, um dos principais porta-vozes do movimento, para tentar traduzir os conceitos que estão sendo construídos no *discurso neozapatista*, desde antes de 1994, apresenta-se com força a figura do *caleidoscópio*. A unidade dentro da heterogeneidade do *caleidoscópio*, símbolo de nosso universo, mas também de uma grande rede multicor de pontes de todo tipo; de uma rede global de pontes, não somente virtuais, mas também orgânicas, de vivos e mortos, vegetais e animais. Uma rede que aprende a conjugar os verbos na primeira pessoa do plural (Fernández, 2003).

O conflito de Chiapas, que é caracterizado pelo seu forte traço comunicacional, é, ao mesmo tempo, um conflito de sentidos, que supera as categorias políticas tradicionais. Ele abrange o nível cultural e a concepção da sociedade em forma geral. Por exemplo, na significação atribuída à Terra e a seu uso pelos atores envolvidos no processo, o contraponto é muito claro. Para as comunidades indígenas a Terra é o lugar onde estão os antepassados e, portanto, parte integrante do espaço que dá identidade à comunidade, o lugar onde se vive e onde se procura o sustento e não um simples lugar de trabalho e de produção. Além disso, para os descendentes dos maias, a Terra é parte

do tríplice de repartição do universo, o lugar onde se juntam os mortos e as sementes, o passado e o futuro. Por sua parte, para os grandes proprietários a Terra é o instrumento por meio do qual se podem fazer negócios e incrementar a própria riqueza. O sentido da terra na cosmovisão maia é recolhido na luta de Emiliano Zapata durante a Revolução Mexicana (1910-1917); assim ficou evidenciado no Plano de Ayala[130], sendo incorporado na constituição da república mexicana na figura das terras comunitárias e *ejidales* no seu Artigo 27[131]. O mito da Mãe-Terra fortalece a luta das comunidades indígenas organizadas ao redor da proposta do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), que emerge no espaço público em 1º de janeiro de 1994 com um levantamento político-militar; o dia que iniciava a validade do Tratado de Livre Comércio (TLC) entre os governos dos Estados Unidos, México e Canadá.

Para o pesquisador mexicano Tanius Karam (2000), o EZLN e Marcos – primeiro porta-voz da organização –, em concreto, têm conseguido, em uma linguagem inovadora, sintética, canalizar não

130 O Plano de Ayala foi uma proclamação política, promulgada e assinada pelo líder revolucionário Emiliano Zapata em 28 de novembro de 1911. Nesse plano, os zapatistas desconhecem o governo de Francisco Madero e convocavam as armas para restabelecer a posse das terras aos camponeses, pois se argumentava que as terras haviam sido tiradas do povo pelos latifundiários e que deveriam ser devolvidas aos seus donos originais.

131 Nesse artigo referido à propriedade da terra se estabelece o direito dos povos indígenas de seus territórios originários.

só as demandas da região, mas, com essa linguagem irônica e política, souberam recolher ao mesmo tempo a ferida histórica de movimentos sociais, rurais e urbanos sistematicamente reprimidos e exprimir a dor indígena com mais de 500 anos de clamor. Ele assinala que desde a "*Primera Declaración de la Selva Lacandona*" estão presentes quatro demandas e eixos temáticos fundamentais: recuperação da terra, consideração do regime de autonomia, luta pela justiça e reivindicação do papel da mulher.

Por sua parte, Mássimo Di Felice e Cristóbal Muñoz (1998) afirmam que no interior da simbologia mística dos descendentes dos maias, a palavra pode assumir um valor profético, revelador de novos acontecimentos, criando uma nova perspectiva, uma nova visão da realidade e das coisas.

> A própria constituição do movimento se dá em uma realidade sincrética; a componente branca, embora minoritária, desenvolve, sobretudo em nível político, um papel importante no seu interior. O sincretismo do movimento exprime-se também em seus objetivos: a busca de uma sociedade multicultural... (Di Felice e Muñoz, 1998, p. 22).

Por outro lado, Jaime Vilchis[132] propõe uma série de "horizontes" como elementos metodológicos para ler os comunicados do Subcomandante Marcos. O porta-

132 Citado por Karam (2000).

voz do EZLN até maio de 2014[133], por sua vez, sugere ver esses "horizontes" como linhas que não acabam, mas que, conforme avançamos, alastram-se mais e mais, que se sobrepõem, encontram-se e complementam-se. Por exemplo, o *horizonte da esperança* está caracterizado pelo *sentido da temporalidade*.

> Es el valor de la paciencia como rasgo de la militancia. Marcos es capaz de ver la yerba crecer, y sabe de los ciclos y rituales de la naturaleza. Su sentido de la temporalidad escapa a toda temporalidad. En medio de la debacle de las ideologías, Marcos pone de pie el sentido de ellas. Al mismo tiempo representa en algunos modos cotidianos de actuar (de acuerdo a como se le ha visto en videos y en algunas crónicas periodísticas) una dialéctica de la quietud que es reflexiva y activa, pensante y militante al mismo tiempo (Karam, 2000, p. 47).

Subcomandante Marcos, na sua textualidade, percorre os caminhos míticos dos maias, reflete e constrói com a ajuda de imagens, de metáforas, um referencial que diz respeito à visão, ao universo simbólico, a esse movimento,

> [...] pero cuando hay un momento de reposo – *vem escrevendo dos indígenas-*, que los hay todavía, escuchan otra voz, no la que viene de arriba, sino la que trae el viento de abajo y que nace del corazón indígena de las montañas, las que

133 Em 2014, Marcos deixou de ter a responsabilidade de Subcomandante e passou a usar o codinome de Galeano, como combatente zapatista.

> les habla de justicia y libertad, la que les habla de socialismo, la que les habla de esperanza... la única esperanza de este mundo terrenal. Y cuentan los más viejos entre los viejos de las comunidades que hubo un tal Zapata que se alzó por los suyos y que su voz cantaba, más que gritar, ¡'Tierra y Libertad!' y cuentan estos ancianos que no ha muerto, que Zapata ha de volver (Primera Declaración de La Selva Lacandona, 1994)[134].

Nos meses de fevereiro e março de 2001, a comandância do EZLN e suas bases de apoio fizeram uma mobilização, desde o estado de Chiapas até Cidade do México, capital da república mexicana, que ficou conhecida como "*Marcha del color de la tierra*", com o propósito de exigir ao parlamento mexicano a aprovação da Lei de Direitos Indígenas. Em 11 de março, na sua chegada ao *El Zócalo*, no centro histórico da cidade, em uma concentração de milhares de pessoas, no discurso da Comandanta Ramona mostraram-se palavras proféticas: *"Siete voces traemos para traerte siete palavras. Siete veces siete rostros detrás de nuestro estar sin rostro se iluminan*" (Fernández, 2003).

O levantamento armado de 1994 abriu passo para um processo de diálogo que tem marcado os ritmos das dinâmicas políticas do EZLN e as bases zapatistas que têm lugar em seus territórios, fundamentalmente na *Selva Lacandona, Las Cañadas* e *Oventik* (no estado de Chiapas), onde tem desenvolvido as experiências

134 As *Declarações da Selva Lacandona* (seis em total) são os manifestos fundamentais do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN).

dos *Caracoles* e *Las Juntas de Buen Gobierno*[135]. O peso mítico e simbólico reflete-se no discurso ético-político em palavras de ordem como "*mandar-obedeciendo*" e na estética dos *neozapatistas* com seus murais que mostram as tradições dos maias e a memória da revolução camponesa de 1910 com a figura de Emiliano Zapata.

CONSIDERAÇÕES -AINDA NÃO- FINAIS

A vitalidade da dimensão mítica e a imaginação coletiva na América Latina são fundantes nas dinâmicas políticas de sujeitos coletivos que, em um contexto de tensões hegemônicas/ contra-hegemônicas, configuram os projetos sócio-históricos que estão em disputa secular nesses territórios. Nessas confrontações tem um peso significativo a estruturação dos discursos midiáticos. Os conglomerados corporativos transnacionais servem de plataforma para a construção da percepção do desenvolvimento do capitalismo globalizado como destino manifesto do planeta e como modelo inexorável a seguir para todas as sociedades. Seus operadores políticos e midiáticos, em todos os países, trabalham intensamente, apoiados na hegemonia estruturante que tem sido instalada por mais de um século, para alimentar um *senso comum*

135 As Juntas de Bom Governo são formas autônomas de organização política criadas pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) nos territórios rebeldes de Chiapas, no sul do México. Estabelecidas em 2003, essas juntas representam uma estrutura coletiva de autogestão, nascida do princípio de "mandar obedecendo", que guia a luta zapatista desde o levante de 1994.

que favorece a dominação dos centros de poder. Por outro lado, movimentos populares latino-americanos durante décadas têm se apropriado de diversos recursos tecnológicos comunicacionais como os impressos, radiofônicos, televisivos e os transmidiáticos, com o desenvolvimento das tecnologias digitais, para dizer de suas lutas, de seus projetos alternativos perante o capitalismo global, motivados pelos mitos mobilizadores como uma força simbólica constitutiva dos projetos de emancipação.

As experiências dos projetos alternativos dos movimentos sociais na América Latina estão atravessadas por mitos ancestrais e contemporâneos, *utopias provisórias que servem para caminhar* – no dizer de Eduardo Galeano (1994), imaginários coletivos que são configuradores dos sujeitos políticos na sua caminhada pela construção de projetos sócio-históricos outros. A dimensão do simbólico, da imaginação, torna-se um território fundamental para as confrontações táticas e estratégicas que visam à emergência de novas relações de poder, novos modos de fazer e *sonhar mundos possíveis*.

REFERÊNCIAS

BENJAMÍN, Walter. **Tesis sobre Filosofía de la Historia y otros fragmentos**. México: Editorial Itaca, 2008

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas** - estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: EDUSP, 1997.

DI FELICE, M. **Votán-Zapata**. A marcha Indígena e a sublevação temporária. São Paulo: Xamã, 2002.

DI FELICE, Massimo; MUÑOZ, Cristóbal. **A revolução invencível**. São Paulo, Boitempo, 1998.

FERNANDEZ, A. J. P. **Dimensões da luta neozapatista**. Tese de doutorado. São Paulo: ECA-USP, 2003.

FUENTES, Carlos. **Nuevo Tiempo Mexicano**. México, D.F., Nuevo Siglo/ Aguilar, 1994

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. Los zapatistas del siglo XXI. **De la sociología del poder a la sociología de la explotación: pensar América Latina en el siglo XXI**. Siglo del Hombre Editores. CLACSO. Buenos Aires, 2009.

KARAM, Tanius. *El subcomandante Marcos y el horizonte de la traducción intercultural*. In: revista on-line **Razón y Palabra** N. 18, da Universidad de Monterrey, México,2000 (http://razonypalabra.org.mx).

LEZAMA LIMA, J. **Obras Completas**. México: Aguilar, 1977.

LÖWY, Michael. **Marxismo, modernidade e utopia**. São Paulo: Xamã, **2000**

MARIÁTEGUI, J. C. **Defensa del marxismo y otros escritos**. Caracas: Editorial El Perro y La Rana, 2010

VIRILIO, Paul. **Velocidade e política**. Estação Liberdade. São Paulo, 1996.

GALEANO, E. **¿Las palabras andantes?** México: Siglo XXI, 1994.

PARTE IV:

AUTORITARISMO E JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

DITADURA, ANISTIA E HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE NA AMAZÔNIA

César Augusto B. Queirós[136]

Este texto foi produzido especialmente para ser apresentado na conferência de abertura do I Simpósio de História da Universidade Estadual de Roraima (UERR), ocorrido em Boa Vista, entre os dias 22 e 24 de setembro de 2025, tendo como tema "*Revoltas e Revoluções na América Latina*". Minha fala recebeu o título de "*Ditadura, Anistia e História do Tempo Presente na Amazônia*", tendo como objetivo analisar as estratégias de dominação e exploração do Estado autoritário brasileiro sobre a região amazônica, enfatizando a) a História do Tempo Presente como ponto de partida para a interpretação desses fenômenos; b) a invisibilidade e o silenciamento dos efeitos duradouros da ditadura sobre a região; e c) a atualidade da discussão em torno do conceito de anistia.

Neste sentido, dois pontos aparecem com destaque: a) os impactos da ditadura sobre a região e b) a continuidade entre os discursos de ocupação/exploração da Amazônia no passado e no presente, com incentivo para a exploração ambiental e com

136 César Augusto Bubolz Queirós é professor associado da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Coordenador do Laboratório de Estudos sobre História Política e do Trabalho na Amazônia (LABUHTA). É bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq. E-mail: cesardequeiros@ufam.edu.br

a desregulação do uso de seus territórios ("passar a boiada"). Procuraremos demonstrar que o discurso autoritário persiste, mesmo em tempos de democracia, como legado institucional e ideológico. Da mesma forma, buscaremos fazer uma reflexão sobre como a compreensão da dinâmica da ditadura militar na região e dos processos de anistia e reconstrução democrática podem auxiliar na análise dos eventos mais recentes.

A HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE COMO CHAVE EXPLICATIVA E FERRAMENTA DE ANÁLISE

Vivemos um período em que o negacionismo científico tornou-se uma das expressões mais marcantes da crise contemporânea na racionalidade pública. Em meio à abundância de informações e à circulação acelerada de dados, cresce a desconfiança em relação aos saberes especializados, revelando uma contradição entre a facilidade de acesso às informações e a proliferação de desinformações e *fakenews, numa* proliferação de discursos que questionam consensos científicos consolidados. Nos últimos anos, o Brasil experimentou uma acelerada ampliação desse processo, em meio a um cenário de desigualdade social, precarização das universidades e instrumentalização política da ignorância (Lynch, 2022). Mais do que um fenômeno de desinformação, o negacionismo é um sintoma social e político que reflete disputas por poder simbólico e pela definição do que se considera verdadeiro (Bourdieu, 1983).

As recentes e aceleradas transformações tecnológicas transformam o modo de circulação das informações, uma vez que plataformas como YouTube, Telegram e WhatsApp tornaram-se espaços centrais para a disseminação de desinformação. No Brasil, o governo de Jair Bolsonaro evidenciou a institucionalização do negacionismo, ao desacreditar vacinas, promover medicamentos ineficazes e atacar universidades e institutos de pesquisa (Duarte, 2024). Esse processo não se limitou à área da saúde: alcançou a História, o meio ambiente e os direitos humanos, com uma retórica anti-intelectual que opõe o 'povo' às 'elites acadêmicas', sendo utilizada como estratégia para deslegitimar o conhecimento crítico e consolidar um imaginário político (Pinheiro-Machado, 2025). Almada destaca algumas características que podem ser atribuídas ao fenômeno do negacionismo:

> uma visão simplificadora e maniqueísta de processos históricos (sobre os quais há ampla historiografia e pesquisa constituídas ao longo dos anos); o falseamento e o mau uso das fontes históricas; constante revanchismo e menção a "feridas" que não podem ser abertas, inversão de vítimas e algozes; defesa perversa da liberdade de expressão, mesmo quando se defendem posições não democráticas ou de infração dos direitos humanos; tradução da fatualidade histórica em fábula de historiadores ou de especialistas guiados por interesses exclusivamente políticos e ideológicos; operacionalização de teorias da conspiração quanto ao apoio e financiamento de grupos de esquerda, entre outros aspectos (Almada, 2023, p. 15).

Observam-se tentativas de rejeição de narrativas históricas consolidadas e o estabelecimento de "novas versões" para os acontecimentos, versões que representam "tentativas acintosas de distorções de fatos para o uso político e de mobilização da opinião pública" (Almada, 2022, p. 240). O engajamento recebido por estas narrativas através das redes sociais e algoritmos confere-lhes uma falsa credibilidade e um *status* de equivalência com os saberes academicamente produzidos.

Para Rodrigo Patto Sá Motta,

> A história está no centro da chamada guerra cultural, ou seja, ela é alvo de grandes grupos que entendem ser necessário dominá-la a fim de alcançar o controle da opinião política dos brasileiros. O conhecimento da história encontra-se no olho do furacão, disputado palmo a palmo por grupos hostis ao universo acadêmico (Motta, 2021, p. 14).

Diante de um contexto caracterizado pelo avanço de discursos reacionários que fazem forte enfrentamento à ciência a partir de uma perspectiva negacionista, a **História do Tempo Presente** pode servir como chave interpretativa e uma importante ferramenta de análise sobre a realidade social.

A História do Tempo Presente consolidou-se como um dos campos mais dinâmicos da historiografia contemporânea. Ela se volta para a análise de processos em curso ou muito recentes, enfatizando tanto a experiência vivida quanto a memória coletiva. Segundo Pierre Nora, historiador francês recentemente falecido,

toda história contemporânea deve ser entendida como "uma linha que separa a história hoje viva da história hoje morta". A história do tempo presente torna-se, portanto, uma história "que fere, que faz sangrar, porque rema fatalmente na contracorrente da imagem que uma sociedade tem necessidade de construir acerca de si mesma para sobreviver" (Nora, 1989, p. 53).

Para Nora, a História do Tempo Presente deve ser pensada como um campo de tensão permanente entre o imediato e a longa duração, entre a memória viva e a narrativa historiográfica. Essa tensão não é um obstáculo, mas sim a condição mesma de produção de conhecimento histórico em sociedades marcadas pela aceleração, pela globalização e pela multiplicidade de vozes. O historiador, nesse sentido, não apenas interpreta o passado recente, mas se insere em debates sociais, culturais e políticos em curso.

Assim, falar sobre os tempos da Ditadura Militar implica abordar um passado repleto de memórias, afetos e sensibilidades. Tal passado é rememorado de forma idílica e nostálgica, opondo-se diametralmente a um presente fustigado pelo tempo. O surgimento e o visível impulso alcançado pela História do Tempo Presente se dão, em grande medida, pela necessidade de recuperar o sentido do termo História Contemporânea (Lourenço Neto; Ramos, 2014, p. 21). Para Hobsbawm (2005, p. 132), a História do Tempo Presente é aquela que corresponde ao tempo de vida do próprio historiador, sendo uma "história inacabada" e, por natureza, uma história em construção. Carlos Fico

(2012, p. 49) salienta que um dos problemas da História do Tempo Presente é a pressão dos contemporâneos, isto é, "a possibilidade desse conhecimento histórico ser confrontado pelo testemunho dos que viveram os fenômenos que busca narrar e/ou explicar".

Nesta direção, Rodrigo Patto Sá Motta ressalta a "centralidade dos eventos ocorridos em 1964 no debate público recente", destacando que "os eventos relacionados ao golpe e à ditadura se tornaram moeda corrente no debate público recente, servindo de baliza para orientar os projetos políticos em conflito, e não apenas no campo eleitoral" (Motta, 2021, p. 9-11). No entanto, se a História entra em cena de forma determinante no debate público, não se pode dizer o mesmo dos historiadores que, em virtude de um discurso negacionista e conspiracionista que se tornou bastante representativo em alguns grupos sociais, passaram a ser vistos com ceticismo e acusados de "doutrinação comunista".

Neste ponto, eu gostaria de utilizar um diálogo do filme **Madres Paralelas**, de Pedro Almodóvar, a fim de exemplificar a densidade dos argumentos que estou levantando e demonstrar a relevância da História do Tempo Presente, a profundidade do tema e as permanências destes eventos traumáticos. O filme se passa na Espanha e retrata a luta de uma mulher – Janis Martinez – para recuperar os restos mortais de seus familiares assassinados durante a ditadura de Francisco Franco. No decorrer da história, ela

estabelece um relacionamento com Ana Manso, com quem trava o seguinte diálogo:

> - Ana: Você está obcecada por essa fossa. E esse cara está se aproveitando disso.
> - Janis: Como?
> - Ana: Você tem que olhar para o futuro. O passado só serve para abrir feridas antigas.
> - Janis: Quem te falou isso? Seu pai?
> - Ana: Foi.
> - Janis: E você também pensa assim?
> - Ana: Não sei. Nunca pensei nessas coisas.
> - Janis: Então já está na hora de entender o país em que vive.
> Não gosto que você fale assim.
> - Janis: Eu acho que na sua família ninguém lhe contou a verdade sobre o nosso país. Tem mais de 100.000 desaparecidos enterrados por aí em valas ou perto de cemitérios. Os netos e bisnetos gostariam de desenterrar os restos de seus familiares para poder dar uma sepultura digna, porque prometeram isso às mães e às avós deles. Enquanto não fizermos isso, a guerra ainda não terminou. Você ainda é muito jovem, mas já está na hora de saber em que lado estavam seu pai e a família do meu pai. Durante a guerra. É importante saber para poder decidir em que lado você quer estar.

O diálogo dá centralidade a um debate central da sociedade espanhola após o fim da ditadura de Francisco Franco: o direito à memória e à verdade diante da tentativa de silenciamento das violências cometidas durante a Guerra Civil e o franquismo. Enquanto Ana manifesta um discurso de esquecimento, que defende a ideia de "olhar para o futuro" e evitar

a reabertura de "feridas antigas", Janis insiste que o passado não está encerrado, pois a ausência de sepulturas dignas para os mortos mantém viva a ferida coletiva. Para ela, a guerra "ainda não terminou" enquanto as vítimas não forem reconhecidas. Esse embate dramatiza duas posições históricas: a do pacto de silêncio que marcou a transição espanhola para a democracia e a da luta dos movimentos de memória que, a partir dos anos 2000, reivindicam a abertura das fossas comuns e a reparação às famílias. Do ponto de vista da História do Tempo Presente, a cena mostra como a sociedade continua a elaborar o trauma do franquismo mesmo décadas depois. O que está em jogo não é apenas a lembrança dos mortos, mas a construção de uma narrativa pública sobre o que foi a ditadura e qual legado ela deixou. O filme mostra como os traumas coletivos não desaparecem com o tempo, mas se reconfiguram e se atualizam através das gerações.

O APAGAMENTO E A INVISIBILIZAÇÃO DA MEMÓRIA DA DITADURA NA AMAZÔNIA

A Amazônia foi tratada pelo regime militar não apenas como fronteira econômica, mas como laboratório político e social. Os militares viam a região como espaço privilegiado para levar a cabo um projeto de modernização conservadora, em que a abertura de rodovias, a colonização dirigida e os grandes projetos (mineração, agropecuária e hidrelétricas) articulavam

segurança nacional e acumulação capitalista. Esse processo não era neutro: implicava o apagamento das populações tradicionais e a imposição de um modelo de desenvolvimento autoritário, baseado em violência, expulsões e controle político. A Amazônia se converteu, assim, em vitrine do autoritarismo desenvolvimentista.

A Amazônia foi concebida pelo regime como espaço estratégico, tanto pela sua posição geopolítica quanto pelos recursos naturais. A ditadura implementou projetos de integração — como a abertura de rodovias (BR-230, BR-163, BR-364) e a expansão da fronteira agrícola — que tinham como contrapartida o fortalecimento da repressão contra populações indígenas, camponeses, militantes sindicais e opositores políticos. No entanto, ao contrário de outras regiões, esses episódios foram frequentemente silenciados: a violência contra populações indígenas (caso Waimiri-Atroari, por exemplo), a perseguição a lideranças sindicais e a destruição de comunidades camponesas raramente ganharam espaço nas narrativas oficiais do regime ou mesmo na memória pública posterior.

Nesta direção, podemos identificar pelo menos três dimensões deste apagamento: uma dimensão institucional, na qual o Estado produziu narrativas de "integração nacional" e "desenvolvimento" que obscureceram os custos humanos e sociais da ocupação da Amazônia, encobrindo as violações cometidas através de discursos de progresso. Uma dimensão social, onde a fragmentação social da região, marcada

por desigualdades profundas e pela marginalização das populações indígenas e camponesas, dificultou a consolidação de uma memória coletiva da repressão. E, por fim, uma dimensão historiográfica, uma vez que, por muito tempo, a historiografia priorizou os centros urbanos do Sudeste e os casos mais visíveis de repressão (estudantes, intelectuais, guerrilha do Araguaia), relegando a Amazônia a um espaço periférico. Esse triplo apagamento contribuiu para a invisibilização dos traumas, dificultando processos de reconhecimento, justiça e reparação.

A historiografia brasileira sobre a ditadura civil-militar (1964–1985) consolidou-se, em grande medida, a partir das experiências do Sudeste e do Sul do país, deixando em segundo plano a análise das especificidades regionais. Todavia, com a expansão dos Programas de Pós-Graduação na região, os estudos da ditadura militar brasileira a partir da Amazônia vêm ganhando grande dinamismo na última década e têm sido fundamentais para desconstruir narrativas homogêneas sobre o período, revelar as especificidades regionais do autoritarismo e descortinar as políticas de apagamento dos impactos da ditadura sobre a região.

Neste sentido, trabalhos como os de Edilza Fontes, Pere Petit, Jane Beltrão e Thiago Broni de Mesquita (Pará), Sidney Lobato, Maura Leal e Higor Pereira (Amapá), Jaci Guilherme Vieira, Maria José dos Santos e Eduardo Gomes (Roraima), Valdir Aparecido de Souza e Daniel Alves de Almeida (Rondônia), Francisco Bento da Silva, Francisca Janaína Souza e Reginâmio Lima

(Acre) e César Augusto Queirós, Thiago Queiroz, Tiago Santos, Vinícius Alves do Amaral, Leonardo Bentes (Amazonas) evidenciam não apenas a presença de graves violações dos direitos humanos na região, mas também a luta e a resistência e os mecanismos de invisibilização e apagamento da memória das violações que marcaram profundamente os territórios amazônicos. Tais trabalhos contribuem decisivamente para dar visibilidade às experiências locais e para demonstrar que os efeitos da ditadura na Amazônia não se encerraram em 1985: as marcas da violência permanecem nas comunidades atingidas, na luta pela terra, na precarização do trabalho e no esvaziamento de direitos sociais.

Apesar da transição democrática, as práticas herdadas da utopia autoritária permanecem. Grandes obras de infraestrutura, como Belo Monte, e a expansão da mineração reiteram o padrão de intervenção centralizada e destrutiva, legitimado pelo mesmo discurso desenvolvimentista (QUEIRÓS, 2019c). Assim, a utopia autoritária sobrevive no presente como matriz adaptada ao neoliberalismo globalizado: ainda se pensa a Amazônia como fronteira de recursos, e não como território de sujeitos históricos.

Para superar essa visão excludente e predatória, precisamos reconhecer que a Amazônia não é um "vazio", mas um território de povos que resistem e propõem alternativas de sustentabilidade e autonomia. É urgente a construção de um projeto que respeite a diversidade cultural, os direitos sociais e a preservação

ambiental, rompendo com a herança autoritária. (QUEIRÓS, 2022). É fundamental a superação dessas permanências autoritárias e da ideologia desenvolvimentista, para que a Amazônia deixe de ser tratada apenas como fronteira de exploração, em detrimento de seus povos e ecossistemas.

Devemos ter em mente que a memória sobre a repressão na Amazônia é um campo de disputas e que reconhecer esses traumas não é apenas um exercício de recuperação da memória passado, mas uma exigência ética e política. O apagamento e a invisibilização da memória da repressão configuram uma segunda violência: a negação do direito à lembrança e à reparação das vítimas.

A ANISTIA E O SILÊNCIO DA TRANSIÇÃO

Ontem, dia 21 de setembro de 2025, ocorreram por todo o país manifestações de protesto contra a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição conhecida como PEC da Blindagem e contra a Anistia para os envolvidos nas conspirações golpistas de Oito de janeiro de 2023. Neste cenário, torna-se necessário buscar em nossa mais recente anistia elementos para compreender o atual momento.

Em 28 de agosto de 1979, a lei n° 6.683/79, que ficou conhecida como a Lei da Anistia, foi sancionada pelo então presidente João Batista Figueiredo. Sua aprovação foi o resultado de ampla mobilização popular e da ação

de organizações como o Movimento Feminino pela Anistia, o Comitê Brasileiro pela Anistia, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que clamavam por uma "anistia geral, ampla e irrestrita". Essa lei representou um importante passo no processo de redemocratização do país, tendo permitido o retorno de pelo menos 5.000 exilados políticos ao país, a libertação de presos políticos e a reintegração ao serviço público de pessoas que haviam sido cassadas. O país comemorava esperançoso "a volta do irmão do Henfil" e, junto com ele, de importantes lideranças políticas, intelectuais, artistas, ativistas e estudantes.

No entanto, essa lei que tanta esperança trouxe ao povo brasileiro também veio carregada de frustrações. Primeiramente porque excluía os que tivessem sido condenados de forma definitiva por atos de "terrorismo", conferindo à lei um caráter excludente e restritivo. E, em segundo lugar, porque estendia a anistia aos militares que cometeram abusos em nome do Estado durante a ditadura. Isso foi um mecanismo que garantiu que todas as atrocidades perpetradas pelos agentes do Estado, todas as torturas, assassinatos, estupros, genocídios e todas as abomináveis violações cometidas durante o período contariam com a certeza da impunidade! A própria Corte Interamericana de Direitos Humanos manifestou-se, em dezembro de 2010, condenando a Lei de Anistia brasileira, que

impedia o dever internacional do Estado de investigar e sancionar as graves violações de Direitos Humanos.

A não punição ou não responsabilização dos agentes da repressão pelos crimes cometidos no país contrasta com a forma como a Justiça de Transição foi promovida em países vizinhos que sofreram agruras semelhantes: a **Argentina** pode ser tomada como um exemplo, tendo punido mais de 200 militares e civis pelo envolvimento em prisões, torturas, desaparecimentos e mortes durante a ditadura ocorrida entre 1976 e 1983, e condenado à prisão perpétua o general Jorge Rafael Videla, presidente do país entre 1976 e 1981. Mesmo sem a celeridade e o dinamismo da Justiça de Transição argentina, países como **Uruguai** e **Chile** também colocaram os algozes da ditadura no banco dos réus.

Voltando ao caso (ou caos) brasileiro, somente no ano de 1995, já no governo FHC, com a aprovação do Decreto 9.140/95 (a chamada Lei dos Mortos e Desaparecidos), o Estado brasileiro passa a reconhecer sua responsabilidade sobre as violações dos Direitos Humanos ocorridas entre 1961 e 1988, reconhecendo como mortas as pessoas desaparecidas após detenção pelos mecanismos de repressão. Este decreto previa ainda a criação de uma Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos. No entanto, embora consideremos que o reconhecimento da responsabilidade do Estado sobre as violações perpetradas durante a ditadura seja um importante avanço, essa lei não buscava a averiguação das circunstâncias destas violações e muito menos

responsabilizar os agentes da repressão que praticaram tais atos. É a permanência da lógica do "perdão e do esquecimento". A Lei 10.875/2004 ampliava os critérios para a identificação dos desaparecidos políticos, incluindo mortos em manifestações políticas e sociais.

Todavia, a principal iniciativa brasileira na direção de uma efetiva Justiça de Transição talvez tenha sido a criação da Comissão Nacional da Verdade, através da Lei 12.528/2011, tendo como objetivo examinar e esclarecer as graves violações de Direitos Humanos praticadas pelo Estado brasileiro entre 1946 e 1988, buscando consolidar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional. A CNV publicou o relatório com os resultados dos trabalhos desenvolvidos em dezembro de 2014. Mesmo que consideremos que a criação da CNV tenha sido um primeiro passo em direção ao reconhecimento efetivo das violações cometidas e que as recomendações do relatório devam ser efetivadas, outros desdobramentos são necessários (como a criação da Comissão da Verdade para os Povos Indígenas), e a necessidade de reconhecer os limites desta lei, que teve que se amoldar à recusa da revisão da Lei da Anistia. Ou seja, foi uma Comissão da Verdade sem que fosse possível a responsabilização dos agentes da repressão pelos crimes do passado, deixando um gosto amargo na boca e uma sensação de que ela poderia ter ido além.

Embora, em sua introdução, o relatório da CNV destaque o "firme desejo de que os fatos descritos nunca mais venham a se repetir", ele não poderia imaginar a

rápida ascensão da extrema direita no país e de uma visão negacionista, autoritária e saudosista da ditadura militar. Foram anos de retrocesso e de autoritarismo, provocando um esvaziamento do debate sobre os Direitos Humanos nas instâncias do Estado. E, no dia 8 de janeiro de 2023, acordamos com movimentações antidemocráticas com intuitos golpistas que colocaram em xeque a democracia do país.

Anistia deriva do termo grego "*Amnestia*", que significa esquecimento. Anistia costuma ser concedida a indivíduos e, eventualmente, agentes do Estado como forma de perdão a atos ilícitos ou crimes eventualmente cometidos. Costuma ser aplicada sobretudo nos contextos marcados pela justiça de transição, momentos em que ocorrem processos de redemocratização e saídas de regimes autoritários e ditatoriais. Nestes contextos, os cidadãos que se opõem à ditadura, que manifestam a sua oposição ao autoritarismo, têm os seus direitos feridos, são perseguidos, são presos e, muitas vezes, exilados. Nesses casos, a anistia significa uma reparação, um ato de justiça contra as violências cometidas por um Estado autoritário. No atual momento, quando militares envolvidos nos atos conspiratórios de Oito de janeiro estão sendo investigados e condenados pelo STF, é um momento inédito da história brasileira. Pela primeira vez, militares envolvidos em conspirações golpistas estão sendo julgados, condenados e podem ser punidos, em um desfecho inédito para militares envolvidos em tramas golpistas.

No entanto, alguns parlamentares e grupos políticos têm se movimentado no sentido de aprovar uma anistia às pessoas que participaram do Oito de Janeiro. Neste caso, a anistia não seria uma reparação a uma injustiça, e sim um prêmio aos envolvidos e um estímulo a novos atentados contra a democracia a partir da certeza da impunidade. O julgamento, condenação e punição dos envolvidos representam um ato pedagógico, exemplar, uma demonstração de justiça com a democracia e com as instituições brasileiras ameaçadas por aqueles atos de Oito de janeiro. Por isso que a anistia, neste momento, não se justifica.

Não é possível que toleremos novos ataques à democracia! Não à anistia aos golpistas de ontem e de hoje!

Muito obrigado!

REFERÊNCIAS

ALMADA, Pablo Emanuel Romero. A memória e o negacionismo: Considerações sobre a pesquisa em sociologia histórica. Estudos de Sociologia, Araraquara, v. 28, 2023.

ALMADA, Pablo. O negacionismo além da história: um olhar sobre a alt-history. Projeto História, São Paulo, v. 74, pp. 238-243, Mai.-Ago., 2022.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (org.). Pierre Bourdieu: sociologia. São Paulo: Ática, 1983.

DUARTE, A. J. O negacionismo científico do tempo presente e os desafios para as ciências humanas e sociais. Revista Educativa - Revista de Educação, Goiânia, Brasil, v. 26, n. 1, p. 22 páginas, 2024.

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. Varia história[online]. Belo Horizonte, 2012, vol. 28, nº 47.

HOBSBAWM, Eric. O Presente como história. In.: HOBSBAWM, Eric. Sobre História. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

Lourenço Neto, Sydenham, e Vinícius da Silva Ramos. 2014. "História Do Tempo Presente, diálogos Com a História Pública E Com O Ensino De História: Uma Experiência exploratória". Revista Aedos 6 (15).

LYNCH, Christian Edward Cyril; CASSIMIRO, Paulo Henrique Paschoeto. O populismo reacionário no poder: uma radiografia ideológica da presidência Bolsonaro (2018-2021). Aisthesis Revista Chilena de Investigaciones Estéticas, [S.L.], n. 70, p. 223-249, dez. 2021.

LYNCH, Christian; CASSIMIRO, Paulo H. O populismo reacionário: ascensão e legado do bolsonarismo. São Paulo: Contracorrente, 2022.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Passados presentes: o golpe de 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NAPOLITANO, M. Negacionismo e revisionismo histórico no século XXI. In: PINSKY, J. (org.). Novos combates pela história: desafios ensino. São Paulo: Contexto, 2021.

NETO, Odilon Caldeira. Memória e justiça: o negacionismo e a falsificação da história. Antíteses, Volume 2, Número 4, 2009.

NORA, Pierre. O acontecimento e o historiador do presente. In: LE GOFF, Jacques (et al). A nova história. 2. ed. Lisboa: Edições 70, 1989.

PINHEIRO-MACHADO, R. . Raiva, sonhos e insubordinação: como a extrema direita e as mídias digitais mobilizam a classe trabalhadora plataformizada. Horizontes Antropológicos (online) , v. 73, p. 1, 2025.

QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. "Que fizeram com meu pai?": sindicalismo e ditadura no Amazonas. Escritas do Tempo, v. 2, n. 4, p. 183-206, 2020.

QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. A Amazônia e a "utopia autoritária": integração, ocupação e exploração ontem e hoje. Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. 48, n. 1, 2022.

QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. Amazônia em Armas: luta e resistência contra a Ditadura Militar no Amazonas. Labirinto, v. 31, n. 1, p. 38-57, jul./dez. 2019a.

QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. O golpe de 1964 no Amazonas e a deposição do governador Plínio Ramos Coelho. Antíteses, Londrina, v. 11, n. 22, p. 542-562, jan./jul. 2019b.

ROLLEMBERG, Denise; CORDEIRO, Janaina Martins. Revisionismo e negacionismo: controvérsias. História, histórias, vol. 9, nº 17, jan./jun. 2021.

MEMÓRIA, POLÍTICA E REPARAÇÃO: A UNIVERSALIDADE DOS DIREITOS HUMANOS, REGRESSÃO NORMATIVA E AMEAÇAS AOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

Rômulo Terminelis da Silva[137]

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 representou um marco histórico na consolidação dos direitos dos povos indígenas ao reconhecer, em seu artigo 231, os direitos originários às terras tradicionalmente ocupadas. Esse reconhecimento rompeu com políticas assimilacionistas anteriores e estabeleceu um novo paradigma de cidadania, pautado na diversidade cultural e na dignidade humana. No entanto, observa-se um movimento de regressão normativa

137 Mestre e Doutor em Educação, Logos University Internacional, Unilogos e Universidade Federal de Alagoas - UFAL. PhD em Psicologia da Saúde - Université des Sciences de L'homme de Paris/França (ULSHP). Pós-doutor em Educação. Pós-doutor em Neurociências, Pós-doutor em Educação com Ênfase em Educação Física E-mail: drromuloterminelis@hotmail.com, https://orcid.org/0000-0001-8911-5880. Professor efetivo Nível D-I da Educação Básica da Secretaria de Educação e Desporto de Roraima (SEED-RR) e professor horista da Universidade Estadual de Roraima (UERR).

que ameaça esses avanços, especialmente por meio de interpretações judiciais restritivas e propostas legislativas como a Lei nº 14.701/2023 e o Projeto de Lei 6050/2023.

Essas medidas, ao incorporar a tese do marco temporal e permitir a exploração econômica de terras indígenas, colocam em risco não apenas os direitos territoriais, mas também a integridade física, cultural e espiritual dos povos originários. A tensão entre a universalidade dos direitos humanos e a regressão legislativa se torna evidente quando se observa que tais iniciativas desconsideram compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, como a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas. Como afirma Piovesan (2022, p. 45), os direitos humanos são "universais, interdependentes e inalienáveis", não podendo ser relativizados por interesses conjunturais.

Diante desse cenário, a presente pesquisa parte da seguinte problemática: como conciliar o princípio da universalidade dos direitos humanos com a crescente regressão normativa que afeta os direitos territoriais dos povos indígenas no Brasil?

O objetivo geral deste estudo é analisar criticamente os impactos das recentes medidas legislativas sobre os direitos territoriais dos povos indígenas, à luz do princípio da universalidade dos direitos humanos e do artigo 231 da Constituição Federal. Para isso, foram definidos os seguintes

objetivos específicos: (1) investigar como a tese do marco temporal foi incorporada ao ordenamento jurídico e seus efeitos sobre a demarcação de terras indígenas; (2) examinar a relação entre memória histórica, políticas públicas e reparação dos povos originários; (3) avaliar a atuação das instituições indígenas e da sociedade civil frente à regressão normativa; e (4) refletir sobre o papel dos tratados internacionais na proteção dos direitos indígenas.

A metodologia adotada é qualitativa, com base em análise documental e normativa. Foram examinados dispositivos constitucionais, projetos legislativos, decisões judiciais, manifestações institucionais e relatórios de organizações indígenas. A abordagem interdisciplinar articula fundamentos do direito constitucional, dos direitos humanos e da antropologia política, permitindo uma leitura crítica das tensões entre o ordenamento jurídico e os interesses econômicos que permeiam a política indigenista brasileira.

A estrutura do artigo está organizada em seis tópicos principais. O primeiro apresenta os fundamentos constitucionais dos direitos indígenas e a ruptura com o modelo assimilacionista. O segundo analisa a tese do marco temporal e sua incorporação à Lei nº 14.701/2023. O terceiro discute os riscos do Projeto de Lei, PL 6050/2023 e a tentativa de constitucionalizar práticas violadoras. O quarto aborda a universalidade dos direitos humanos e os compromissos internacionais do Brasil. O quinto

articula memória, política e reparação como dimensões essenciais da luta indígena. Por fim, o sexto tópico apresenta as considerações finais, reafirmando que os objetivos da pesquisa foram plenamente alcançados e destacando a relevância do tema para pesquisadores, instituições indígenas, organismos internacionais e a comunidade científica.

Este estudo contribui para o fortalecimento da reflexão crítica sobre os direitos dos povos indígenas, oferecendo subsídios teóricos e jurídicos para a defesa da dignidade, da diversidade e da justiça social. Em tempos de retrocesso normativo, reafirmar a universalidade dos direitos humanos é um gesto político e ético de resistência.

DISCUSSÃO

MEMÓRIA, POLÍTICA E REPARAÇÃO: A UNIVERSALIDADE DOS DIREITOS HUMANOS E A REGRESSÃO INDÍGENA

A tese do marco temporal, que condiciona o reconhecimento de terras indígenas à ocupação física em 5 de outubro de 1988, tem se consolidado como um dos principais instrumentos de regressão normativa no campo dos direitos territoriais dos povos originários. Embora tenha sido inicialmente utilizada como referência jurídica no julgamento da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, sua aplicação extrapola os limites da jurisprudência e passa a influenciar diretamente

a formulação legislativa, como se observa na Lei nº 14.701/2023 e o Projeto de Lei, 6050/2023.

No plano teórico, essa tese representa uma ruptura com o princípio da ancestralidade, que reconhece os direitos indígenas como originários e não dependentes da ocupação contínua ou da comprovação documental. Conforme aponta Barroso (2021), a interpretação que vincula o direito à terra à presença física em uma data específica desconsidera os ciclos históricos de expulsão, violência e deslocamento forçado que marcaram a trajetória dos povos indígenas no Brasil. Essa crítica é reforçada por Santilli (2001), ao afirmar que os direitos indígenas são anteriores à própria formação do Estado nacional, sendo, portanto, imprescritíveis e inalienáveis.

A luta dos povos originários no Brasil é marcada por uma profunda relação entre memória, política e reparação. A memória indígena não é apenas um registro histórico: é um território simbólico de resistência, ancestralidade e pertencimento. Frente às constantes violações de direitos, a articulação política dos povos indígenas tem se fortalecido por meio de instituições representativas como a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), o Conselho Indígena de Roraima (CIR), o Movimento dos Povos Indígenas (MPI), entre outras redes que atuam na defesa dos direitos humanos, da terra e da dignidade dos povos originários.

Essas instituições não apenas denunciam retrocessos legislativos e violências institucionais, mas também constroem caminhos de reparação histórica. A universalidade dos direitos humanos, embora proclamada em tratados internacionais, ainda encontra barreiras estruturais quando aplicada à realidade indígena. A regressão normativa dos povos indígenas, entendida como o conjunto de políticas, omissões e discursos que fragilizam os direitos conquistados, revela a persistência de um modelo colonial que nega o protagonismo dos povos originários na construção da sociedade brasileira.

A APIB, por exemplo, tem desempenhado papel central na articulação nacional e internacional das pautas indígenas, promovendo campanhas de visibilidade, ações judiciais e incidência política junto aos órgãos governamentais. A COIAB, com foco na Amazônia, atua na defesa dos territórios, da saúde indígena e da educação diferenciada, enfrentando os impactos do desmatamento, da mineração e da militarização. O CIR, com forte presença em Roraima, tem sido referência na organização comunitária, na formação de lideranças e na resistência contra projetos que ameaçam a integridade dos territórios indígenas. Já o MPI tem ampliado o diálogo entre os povos e promovido ações de base que fortalecem a autonomia e a identidade cultural.

Essas instituições operam como guardiãs da memória coletiva, preservando saberes ancestrais e denunciando as rupturas provocadas por políticas

regressivas. A memória, nesse contexto, é também instrumento político: ela revela os traços da violência histórica, mas também aponta para a possibilidade de reparação. A reparação não se limita à compensação material, ela exige reconhecimento, escuta, protagonismo e transformação das estruturas que perpetuam a exclusão.

A universalidade dos direitos humanos, para ser efetiva, precisa dialogar com a diversidade dos modos de vida. Os povos indígenas não reivindicam apenas inclusão: reivindicam respeito às suas cosmologias, línguas, formas de organização e relação com a terra. A regressão normativa ocorre quando o Estado ignora essas especificidades e tenta impor modelos homogêneos de cidadania, desenvolvimento ou educação. Nesse cenário, as instituições indígenas tornam-se espaços de resistência epistemológica, jurídica e política.

A atuação dessas organizações também tem sido fundamental na construção de políticas públicas que respeitem os direitos originários. A luta por demarcação de terras, por saúde intercultural, por educação bilíngue e por representatividade política são expressões concretas da busca por justiça. A memória dos massacres, das remoções forçadas, das epidemias e da negação de direitos é transformada em ação política, em mobilização e em construção de alternativas.

Portanto, discutir memória, política e reparação no contexto indígena é reconhecer que os direitos humanos só são universais quando respeitam a

pluralidade dos povos. A regressão normativa que afeta os povos indígenas não é apenas um retrocesso jurídico, é uma ameaça à própria democracia. As instituições representativas dos povos originários são pilares dessa resistência, e sua atuação é essencial para que o Brasil avance na direção de uma sociedade mais justa, plural e comprometida com a dignidade de todos os seus povos.

Em Roraima, os efeitos da tese do marco temporal evidenciam a regressão jurídica e ameaças aos povos indígenas. O estado, marcado por uma geografia de fronteira e por interesses econômicos ligados ao agronegócio e à mineração, tem sido palco de disputas territoriais que colocam em risco a integridade física e cultural de comunidades como os Macuxi, Wapichana, Taurepang e Ingarikó. A tentativa de aplicar o marco temporal como critério de exclusão territorial tem gerado insegurança jurídica e fomentado conflitos entre indígenas e não indígenas, especialmente em áreas onde há sobreposição de interesses fundiários.

Além disso, a incorporação da tese ao ordenamento jurídico por meio da Lei nº 14.701/2023 representa uma institucionalização da violação dos direitos originários. A norma, ao flexibilizar garantias constitucionais e ambientais, afronta o princípio da vedação ao retrocesso, conforme argumenta Sarlet (2006), ao afirmar que direitos fundamentais já consolidados não podem ser suprimidos por normas infraconstitucionais. Essa perspectiva é essencial para compreender que a legislação recente não apenas

ameaça os direitos indígenas, mas compromete a própria estabilidade constitucional.

O Projeto de Lei, PL 6050/2023, por sua vez, amplia os riscos ao propor a exploração econômica de terras indígenas, sob o argumento de promover desenvolvimento e integração ao mercado. No entanto, como observa Souza Filho (apud Almeida, 2023), essa proposta representa um retrocesso sem precedentes, pois constitucionaliza a violação de tratados internacionais e da própria Carta de 1988. Em Roraima, onde a pressão por recursos naturais é intensa, a aprovação dessa emenda poderia abrir caminho para a legalização de atividades extrativas em territórios tradicionalmente ocupados, colocando em risco não apenas o meio ambiente, mas a sobrevivência cultural dos povos indígenas.

A mobilização indígena tem sido uma resposta contundente a essas ameaças. O Acampamento Terra Livre (ATL), realizado anualmente em Brasília, tornou-se um espaço de articulação política e cultural, reunindo milhares de lideranças em defesa dos direitos territoriais. Em Roraima, essa mobilização se expressa por meio de ações organizadas pela COIAB, pela Hutukara Associação Yanomami e por coletivos locais que articulam resistência jurídica, política e simbólica. A articulação com universidades, ONGs e entidades de direitos humanos tem ampliado a visibilidade da causa e pressionado o Estado brasileiro a cumprir seus compromissos constitucionais e internacionais.

Por fim, é necessário reafirmar que a universalidade dos direitos humanos não pode ser relativizada por interesses econômicos ou interpretações jurídicas restritivas. Como destaca Comparato (2010), a dignidade humana é um valor inerente à condição humana, e não uma concessão estatal. A regressão normativa (representada pela tese do marco temporal, pela Lei nº 14.701/2023, pelo Projeto de Lei, PL 6050/2023 e PL 2159/2021 – considerado o PL da devastação, já aprovado no Congresso Nacional, mas que pode ser vetado pelo presidente da república) compromete não apenas os direitos dos povos indígenas, mas a credibilidade do Brasil como Estado democrático de direito. Em Roraima, essa ameaça se materializa na disputa cotidiana por território, memória e sobrevivência, exigindo uma resposta institucional que esteja à altura dos princípios constitucionais e dos pactos internacionais de que o país é signatário.

Tabela 1: Marco Teórico da Pesquisa

Autor(a)	Contribuição Teórica	Aplicação na Pesquisa
Barroso (2021)	Crítica à interpretação restritiva da Constituição quanto aos direitos indígenas	Fundamenta a análise jurídica da tese do marco temporal como violadora de direitos originários
Santilli (2001)	Defesa do caráter originário e imprescritível dos direitos indígenas	Sustenta a argumentação sobre a anterioridade dos direitos indígenas ao Estado brasileiro
Sarlet (2006)	Princípio da vedação ao retrocesso em matéria de direitos fundamentais	Base para questionar juridicamente a constitucionalidade da Lei nº 14.701/2023
Comparato (2010)	Dignidade humana como valor universal e incondicional	Fundamenta a crítica à regressão normativa e à violação dos tratados internacionais
Souza Filho (2023)	Análise crítica do Projeto de Lei, PL 6050/2023 como retrocesso constitucional	Apoia a discussão sobre os riscos de constitucionalização de interesses econômicos
OIT (1989)	Convenção nº 169 – direito à posse das terras tradicionalmente ocupadas	Referência internacional para a proteção dos territórios indígenas

Fonte: desenvolvida pelo próprio pesquisador

Tabela 2: Explicação da Tese do Marco Temporal

Elemento	Descrição	Implicações Jurídicas e Sociais
Data de Corte (5/10/1988)	Estabelece que apenas terras ocupadas nessa data podem ser reconhecidas como indígenas	Ignora expulsões históricas e desconsidera o caráter originário dos direitos indígenas
Origem da Tese	Julgamento da PET 3388/RR (Raposa Serra do Sol)	Criou precedente jurídico controverso, posteriormente incorporado à Lei nº 14.701/2023
Críticas Jurídicas	Viola princípios constitucionais e tratados internacionais (ex.: Convenção nº 169 da OIT)	Pode ser considerada inconstitucional por restringir direitos fundamentais
Impacto Territorial	Reduz drasticamente o número de terras passíveis de demarcação	Aumenta conflitos fundiários e insegurança jurídica para comunidades indígenas
Reação dos Movimentos Indígenas	Mobilizações como o Acampamento Terra Livre (ATL) e ações da APIB, COIAB e CIMI	Reivindicam a revogação da tese e a proteção dos territórios ancestrais

Fonte: desenvolvida pelo próprio pesquisador

A LEI Nº 14.701/2023: REGRESSÃO NORMATIVA E AMEAÇAS AOS DIREITOS INDÍGENAS

A promulgação da Lei nº 14.701/2023, em outubro de 2023, representa um marco controverso na política indigenista brasileira. Ao incorporar a tese do marco temporal ao ordenamento jurídico, a norma estabelece critérios restritivos para o reconhecimento de terras indígenas, condicionando esse direito à ocupação física comprovada na data da promulgação da Constituição Federal de 1988. Essa mudança legislativa tem sido amplamente criticada por juristas, movimentos sociais e organizações indígenas, que apontam seu caráter regressivo e sua incompatibilidade com os princípios constitucionais e internacionais de proteção aos povos originários.

Do ponto de vista jurídico, a lei afronta diretamente o princípio da vedação ao retrocesso em matéria de direitos fundamentais. Esse princípio, amplamente reconhecido na doutrina constitucional, estabelece que direitos já conquistados não podem ser suprimidos por normas infraconstitucionais. Sarlet (2006), argumenta que a proteção dos direitos fundamentais exige não apenas sua preservação formal, mas também a garantia de sua efetividade material. Nesse sentido, a Lei nº 14.701/2023, ao restringir o acesso à terra por meio de um marco temporal arbitrário, compromete a efetividade dos direitos territoriais indígenas assegurados pelo artigo 231 da Constituição.

Além da dimensão jurídica, a lei também apresenta implicações ambientais e culturais significativas. Ao flexibilizar os critérios de proteção territorial, abre espaço para a legalização de ocupações irregulares e para a exploração econômica de áreas tradicionalmente ocupadas por povos indígenas. A APIB (2023), em nota pública, denuncia que a norma "legaliza invasões históricas e fragiliza a proteção ambiental e cultural dos territórios indígenas". Essa crítica é reforçada por estudos que apontam a interdependência entre território, identidade e sustentabilidade nas comunidades indígenas. Segundo Almeida (2021, apud Mendes, 2019), o território não é apenas um espaço físico, mas um elemento constitutivo da cultura, da espiritualidade e da organização social dos povos originários.

No contexto de Roraima, os efeitos da Lei nº 14.701/2023 são particularmente preocupantes. O estado abriga diversas terras indígenas, entre elas a Raposa Serra do Sol e áreas ocupadas por povos como os Yanomami, Macuxi, Wapichana e Taurepang. A aplicação da lei pode gerar insegurança jurídica sobre demarcações já consolidadas e dificultar novos processos, favorecendo interesses econômicos ligados ao agronegócio e à mineração. Souza Filho (2023, apud Lima, 2024) alerta que a norma cria um ambiente propício à judicialização de conflitos fundiários, intensificando disputas entre indígenas e não indígenas e colocando em risco a integridade física e cultural das comunidades.

A mobilização indígena tem sido uma resposta contundente à promulgação da lei. Em Roraima, lideranças locais têm articulado ações jurídicas e políticas para contestar a norma, com apoio de organizações como a COIAB, a Hutukara Associação Yanomami e entidades de direitos humanos. O Acampamento Terra Livre (ATL), realizado anualmente em Brasília, tornou-se um espaço de resistência e denúncia, reunindo milhares de indígenas em defesa de seus territórios. Essa mobilização evidencia a centralidade da luta indígena na agenda nacional e a necessidade de reafirmar os compromissos constitucionais com os povos originários.

Em síntese, a Lei nº 14.701/2023 representa uma inflexão regressiva na política de reconhecimento territorial indígena. Ao incorporar a tese do marco temporal, a norma desconsidera a historicidade dos direitos originários, fragiliza a proteção ambiental e cultural dos territórios e compromete os compromissos constitucionais e internacionais do Brasil. No estado de Roraima, onde a disputa por terra é marcada por interesses geopolíticos e econômicos, os efeitos da lei são potencializados, exigindo uma resposta institucional firme e ética em defesa da dignidade dos povos indígenas.

O DIREITO IMEMORIAL E AS PECS 48 E 36

A Proposta de Emenda à Constituição nº PEC 48, de 2023 do Senador Hiran e a Proposta de Emenda à Constituição nº PEC 36 de 2024, do senador Mecias

(encerrada pelo próprio senador, em vista das manifestações que estavam acontecendo no estado de Roraima pelos Povos originários e instituições representativas) ferem o direito dos povos indígenas. Segundo o acórdão do STF (2009, p. 09) da Pet 3.388/RR sobre os direitos dos povos originários:

> DIREITOS "ORIGINÁRIOS". Os direitos dos índios sobre as terras que tradicionalmente ocupam foram constitucionalmente "reconhecidos", e não simplesmente outorgados, com o que o ato de demarcação se orna de natureza declaratória, e não propriamente constitutiva. Ato declaratório de uma situação jurídica ativa preexistente. Essa a razão de a Carta Magna havê-los chamado de "originários", a traduzir um direito mais antigo do que qualquer outro, de maneira a preponderar sobre pretensos direitos adquiridos, mesmo os materializados em escrituras públicas ou títulos de legitimação de posse em favor de não-índios. Atos, estes, que a própria Constituição declarou como "nulos e extintos" (§6º do art. 231 da CF).

O direito imemorial, garantido pela Constituição, não é um privilégio concedido pelo Estado, mas sim um direito originário, ou seja, anterior a qualquer norma ou ato jurídico. Por essa razão, ele possui caráter mais antigo e fundamental do que outros direitos posteriores, prevalecendo inclusive sobre aqueles que são considerados direitos adquiridos de forma pretensa ou derivada.

O chamado direito imemorial corresponde àquelas prerrogativas que existem antes mesmo da criação

do Estado ou da promulgação de normas escritas. Diferentemente de outros direitos que são reconhecidos posteriormente por meio de leis ou contratos, o direito imemorial é considerado originário, pois nasce da própria existência dos povos, das práticas sociais e da tradição histórica.

A Constituição não "concede" esse direito, mas apenas o reconhece e protege, uma vez que sua validade independe da vontade estatal. Por estar enraizado em uma antiguidade que ultrapassa os limites formais do direito positivo, o direito imemorial assume caráter fundamental e superior, devendo prevalecer sobre direitos adquiridos de forma derivada ou que entrem em conflito com sua natureza.

O Supremo Tribunal Federal, ao julgar a Petição 3.388/RR (caso Raposa Serra do Sol, 2009), consolidou esse entendimento ao afirmar que o direito indígena às terras tradicionalmente ocupadas é de natureza originária, imemorial e indisponível, prevalecendo inclusive sobre pretensos "direitos adquiridos" por particulares. O STF reforçou que a Constituição não concede um novo direito, mas apenas reconhece juridicamente uma situação preexistente.

Assim, qualquer proposta legislativa que busque limitar esse reconhecimento como as PECs 48 e 36, incorre em violação ao núcleo essencial do direito constitucional indígena, além de comprometer a segurança jurídica estabelecida pela Carta Magna e pela jurisprudência consolidada do STF.

Dessa maneira, o direito imemorial histórico dos povos originários, fundado na anterioridade e na continuidade de sua presença nos territórios, deve ser compreendido como preponderante e inalienável, não podendo ser restringido ou condicionado por normas infraconstitucionais que neguem sua natureza originária.

A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº PEC 48, DE 2023 - SENADOR HIRAN GONÇALVES

Altera o §1º do art. 231 da Constituição Federal para definir marco temporal de demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas. O art. 231 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

> § 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições, *sendo-lhes garantida a sua posse permanente, ESTABELECIDO O MARCO TEMPORAL em 05 de outubro de 1988." (NR)* (**proposta de alteração em negrito**).

A proposta de alteração constitucional que insere a frase "estabelecido o marco temporal em 05 de outubro de 1988" busca restringir o reconhecimento das terras indígenas àquelas que estavam ocupadas

ou em disputa judicial na data da promulgação da Constituição Federal.

Segundo o senador Hiran Gonçalves, essa medida visa garantir segurança jurídica para proprietários rurais e evitar o que ele chama de "insegurança fundiária provocada por demarcações retroativas". Em audiência pública no Senado, ele afirmou: "Não se trata de retirar direitos dos povos indígenas, mas de estabelecer um critério objetivo para evitar conflitos e proteger quem adquiriu terras de boa-fé." (Hiran Gonçalves, Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, 2023).

Indiretamente, o senador sustenta que o direito indígena à terra deve ser condicionado à ocupação física comprovada em 1988, ignorando os contextos históricos de expulsão, violência e omissão estatal que impediram muitos povos de permanecer em seus territórios.

Esse posicionamento foi rejeitado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADPF 709, uma ação constitucional ajuizada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) em 2020 e da tese do marco temporal em 2023. O ministro Edson Fachin, relator da ação, declarou: "Os direitos territoriais indígenas são originários, anteriores à formação do próprio Estado brasileiro, e não podem ser limitados por um marco temporal arbitrário." (STF, ADPF 709, voto do relator, 2023).

O STF reafirmou que o §1º do artigo 231 da Constituição deve ser interpretado conforme os usos, costumes e tradições dos povos indígenas, e que a

ocupação tradicional não se limita à presença física em uma data específica, mas inclui vínculos históricos, espirituais e culturais com o território.

A proposta defendida por Hiran Gonçalves representa uma tentativa de revisar o conceito constitucional de terra indígena, transformando um direito originário em um direito condicionado a uma data. Embora apresentada como uma solução jurídica, ela desconsidera os traumas históricos da colonização, da ditadura militar e das políticas de remoção forçada, além de contrariar a jurisprudência consolidada do STF.

PROPOSTA E RETIRADA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº PEC 36 DE 2024 - SENADOR MECIAS DE JESUS

Altera o art. 231 da Constituição Federal para garantir aos indígenas o direito de exercer quaisquer atividades produtivas nas suas terras e substitui o uso do termo "índios" por "indígenas." (proposta de alteração em negrito). Art. 1º O art. 231 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

> § 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, *sendo-lhes garantido o direito de nelas exercer, diretamente ou mediante arrendamento, quaisquer atividades produtivas e comercializar seu produto, respeitadas as disposições constitucionais e legais aplicáveis* (proposta de alteração em negrito).

A Proposta de Emenda à Constituição nº 36/2024, apresentada pelo senador Mecias de Jesus (Republicanos-RR), propunha alterar o §2º do artigo 231 da Constituição Federal para permitir que os povos indígenas pudessem exercer diretamente ou mediante arrendamento atividades produtivas em suas terras, incluindo a comercialização de seus produtos, respeitadas as normas constitucionais e legais.

Segundo o texto da PEC, o objetivo era flexibilizar o regime jurídico das terras indígenas, permitindo:

> O arrendamento das terras a terceiros, inclusive não indígenas. A realização de atividades econômicas produtivas, como agricultura, pecuária e extrativismo. A inserção dos povos indígenas no mercado formal, sob o argumento de promover autonomia econômica e desenvolvimento regional. O senador Mecias justificou que a proposta buscava "garantir aos indígenas o direito de produzir e comercializar com liberdade, respeitando sua cultura e os marcos legais" (JESUS, 2024).

Contudo, a PEC 36/2024 foi retirada pelo próprio autor após intensa mobilização dos povos indígenas em todo o país. As paralisações e manifestações organizadas pelas instituições de defesa dos direitos dos povos originário e por lideranças locais denunciaram que a proposta representava uma ameaça à integridade territorial e cultural dos povos originários.

Durante reunião com representantes indígenas em Brasília, o senador cumpriu o compromisso assumido publicamente de retirar a proposta, reconhecendo que ela havia sido mal recebida pelas comunidades

e que não avançaria sem diálogo prévio. “Atendendo ao apelo das lideranças indígenas e respeitando o compromisso firmado durante as paralisações, retirei a PEC 36/2024 para que possamos construir alternativas com participação dos povos originários.” (JESUS, 2024).

A proposta foi criticada por juristas, antropólogos, historiados, biólogos, professores, lideranças indígenas, comunidades, entre outros, por colidir com o princípio da inalienabilidade das terras indígenas, previsto no §4º do mesmo artigo constitucional. A antropóloga Manuela Carneiro da Cunha alerta que iniciativas como essa podem “desfigurar o sentido constitucional da proteção territorial indígena, transformando-a em ativo econômico vulnerável à pressão externa” (CUNHA, 2021, p. 87).

Além disso, o Supremo Tribunal Federal, ao julgar a tese do marco temporal em 2023, reafirmou que os direitos indígenas são originários, coletivos e protegidos contra interferências externas, o que reforça a incompatibilidade da PEC com o entendimento constitucional consolidado.

A FRAGILIDADE DOS DIREITOS INDÍGENAS FRENTE AO PL 6050/2023: CONSTITUCIONALIZAÇÃO DA VIOLAÇÃO TERRITORIAL E OS RISCOS À DIGNIDADE INDÍGENA

A tramitação do Projeto de Lei nº 6050/2023 no Senado Federal, de autoria da senadora Damares Alves, reacende o debate sobre os limites da exploração econômica em terras indígenas e os riscos

que tal proposta representa à integridade dos direitos originários. O projeto visa regulamentar atividades como mineração, agricultura comercial, produção de energia e turismo em territórios tradicionalmente ocupados por povos indígenas, sob o argumento de promover segurança jurídica e desenvolvimento socioeconômico.

Embora a proposta afirme não criar novas permissões, mas apenas normatizar práticas já existentes, especialistas apontam que sua aprovação pode representar uma flexibilização indevida do usufruto exclusivo garantido constitucionalmente aos povos indígenas (Constituição Federal, art. 231). A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), por meio de nota técnica, destaca que o PL 6050/2023 se insere em um contexto político de desmonte das políticas indigenistas, promovendo uma narrativa que retrata os indígenas como entraves ao progresso nacional (APIB, 2023).

A proposta também levanta preocupações quanto aos impactos socioambientais decorrentes da legalização de atividades extrativistas em áreas de alta sensibilidade ecológica. Estudos técnicos demonstram que a mineração e o agronegócio em terras indígenas têm potencial de causar danos irreversíveis à biodiversidade, além de comprometer modos de vida tradicionais e sistemas de gestão ambiental próprios dessas comunidades (APIB, 2023).

Do ponto de vista jurídico, o projeto apresenta inconstitucionalidades materiais ao confrontar tratados internacionais como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que exige consulta

livre, prévia e informada às comunidades afetadas. Ainda que o texto mencione tal consulta, há dúvidas sobre sua efetividade diante da pressão econômica e política que permeia tais decisões.

Em síntese, o PL 6050/2023 representa uma inflexão preocupante na proteção dos direitos indígenas, ao priorizar interesses econômicos em detrimento da autodeterminação e da sustentabilidade dos territórios originários. A sua eventual aprovação pode consolidar uma agenda desenvolvimentista que ignora os compromissos constitucionais e internacionais assumidos pelo Estado brasileiro, fragilizando os pilares de um Estado Democrático de Direito comprometido com a justiça socioambiental.

MOBILIZAÇÃO INDÍGENA E SOCIEDADE CIVIL: RESISTÊNCIA POLÍTICA E DEFESA DOS TERRITÓRIOS

Diante das ameaças legislativas que fragilizam os direitos territoriais dos povos indígenas, observa-se uma intensificação da mobilização política e cultural dessas comunidades, articulada com setores da sociedade civil. Essa mobilização não se limita à contestação jurídica, mas envolve ações coletivas que reafirmam a dignidade, a ancestralidade e a autonomia dos povos originários frente ao Estado e ao mercado.

O Acampamento Terra Livre (ATL), realizado anualmente em Brasília, tornou-se um dos principais espaços de articulação política indígena no Brasil. Segundo a APIB (2024), "o ATL é um momento de

denúncia, formação e construção de estratégias de resistência frente às ameaças legislativas e institucionais que colocam em risco os direitos dos povos indígenas". A presença de milhares de lideranças de diferentes etnias demonstra a força da articulação nacional e a capacidade de organização dos povos originários.

Além da mobilização direta, há uma articulação estratégica com universidades, ONGs e entidades de direitos humanos. Essa rede de apoio tem sido fundamental para ampliar a visibilidade das pautas indígenas e garantir respaldo técnico e jurídico às ações de defesa territorial. A COIAB (2023) destaca que "a luta indígena é coletiva e exige alianças com todos os setores comprometidos com a justiça social e a proteção dos territórios". Essa cooperação fortalece a produção de conhecimento, a incidência política e a atuação em espaços institucionais.

Em Roraima, o Conselho Indígena de Roraima (CIR) tem desempenhado papel central na resistência às propostas legislativas que ameaçam os territórios tradicionais. Em nota pública, o CIR (2024) afirma que "o Projeto de Lei, PL 6050/2023 e a Lei nº 14.701/2023 são instrumentos de legalização da violação dos nossos direitos originários e da destruição dos nossos modos de vida". A entidade atua em diversas frentes, incluindo ações judiciais, campanhas de conscientização e formação de lideranças, reafirmando o vínculo ancestral com a terra e a centralidade da luta territorial.

Do ponto de vista teórico, a mobilização indígena pode ser compreendida como expressão da agência

política dos povos originários. Oliveira (2021) argumenta que "a resistência indígena não é apenas uma reação, mas uma forma de produção política que desafia estruturas coloniais e reivindica novos paradigmas de cidadania". Essa perspectiva rompe com a visão passiva atribuída historicamente aos povos indígenas e os posiciona como sujeitos ativos na construção do Estado democrático de direito.

A atuação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) também contribui para a consolidação de uma frente ampla de defesa dos direitos indígenas. O relatório anual da entidade documenta sistematicamente casos de violência, omissão estatal e violações de direitos, oferecendo suporte jurídico e político às comunidades afetadas. Segundo o CIMI (2024), "a violência contra os povos indígenas é estrutural e institucional, e exige respostas articuladas entre os movimentos sociais e os órgãos de justiça".

A mobilização indígena, portanto, evidencia a capacidade de organização, resistência e produção política dos povos originários. Em estados como Roraima, onde os territórios estão sob constante pressão, essa resistência assume contornos urgentes e profundos. A articulação entre lideranças indígenas, organizações sociais e instituições acadêmicas fortalece a luta por justiça, dignidade e respeito à diversidade cultural, reafirmando o papel dos povos indígenas como protagonistas na defesa da Constituição e dos tratados internacionais de direitos humanos.

UNIVERSALIDADE VERSUS REGRESSÃO: AMEAÇAS AOS DIREITOS INDÍGENAS E À ORDEM CONSTITUCIONAL

A universalidade dos direitos humanos constitui um dos pilares fundamentais do Estado democrático de direito, sendo reconhecida tanto pela Constituição Federal de 1988 quanto por tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário. Esse princípio pressupõe que todos os indivíduos, independentemente de origem étnica, cultural ou social, são titulares de direitos inalienáveis, entre eles o direito à terra, à identidade cultural e à dignidade. No caso dos povos indígenas, essa universalidade se expressa no reconhecimento de sua condição como sujeitos coletivos de direitos, com vínculo ancestral aos seus territórios e modos de vida.

Contudo, medidas recentes como a Lei nº 14.701/2023 e a Proposta de Emenda à Constituição nº 45/2023 têm representado uma ruptura preocupante com esse paradigma. Ao incorporar a tese do marco temporal e permitir a exploração econômica de terras indígenas, essas iniciativas legislativas subordinam direitos fundamentais a interesses econômicos, contrariando os compromissos constitucionais e internacionais assumidos pelo Brasil. Como afirma Comparato (2010, p. 23), "a dignidade humana não é um atributo concedido pelo Estado, mas um valor inerente à condição humana". A tentativa de relativizar esse valor em nome do desenvolvimento revela uma lógica regressiva que ameaça não apenas os povos indígenas, mas a própria integridade da ordem jurídica.

A Constituição Federal, em seu artigo 231, reconhece aos povos indígenas os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, assegurando-lhes o usufruto exclusivo dos recursos naturais nelas existentes. Esse reconhecimento não está condicionado à ocupação física em determinada data, mas à relação histórica e cultural com o território. A Lei nº 14.701/2023, ao incorporar a tese do marco temporal, impõe uma leitura restritiva da Constituição, desconsiderando os processos históricos de expulsão e violência que marcaram a trajetória dos povos originários. Essa interpretação, além de juridicamente questionável, viola o princípio da vedação ao retrocesso, que impede a supressão de direitos fundamentais já consolidados.

Do ponto de vista internacional, o Projeto de Lei, PL 6050/2023, ao propor a exploração mineral e energética em terras indígenas sem garantir mecanismos efetivos de consulta, contraria frontalmente a Convenção nº 169. Segundo a COIAB (2023), "a proposta representa uma tentativa de institucionalizar a violação dos direitos indígenas e de legitimar a invasão dos territórios em nome de interesses econômicos".

Em Roraima, os efeitos dessas medidas são particularmente graves. O estado abriga terras indígenas de grande extensão e relevância ambiental, como a Raposa Serra do Sol e a Terra Yanomami, que já enfrentam pressões constantes de garimpeiros, fazendeiros e grupos políticos locais. A aplicação da tese do marco temporal e a flexibilização das garantias

territoriais podem abrir caminho para a legalização de atividades extrativas em áreas protegidas, intensificando os conflitos fundiários e colocando em risco a sobrevivência física e cultural das comunidades indígenas. O Conselho Indígena de Roraima (CIR), em nota pública, afirmou que "a dignidade dos povos indígenas não pode ser negociada; nossos territórios são espaços de vida, não de lucro".

A regressão normativa observada nas propostas legislativas recentes revela uma tendência preocupante de subordinar os direitos humanos a interesses econômicos, em especial no campo da política indigenista. Essa lógica contraria os fundamentos do constitucionalismo democrático, que se baseia na proteção dos grupos vulneráveis e na promoção da justiça social. Como observa Sarlet (2006), os direitos fundamentais não podem ser relativizados por normas infraconstitucionais, sob pena de comprometer a estabilidade jurídica e a legitimidade do Estado.

A resposta institucional a essa regressão exige firmeza e compromisso ético. É necessário que os órgãos do sistema de justiça, o Congresso Nacional e a sociedade civil atuem de forma articulada para garantir a efetividade dos direitos indígenas e a preservação dos princípios constitucionais. A mobilização dos povos indígenas, por meio de ações políticas, jurídicas e culturais, tem sido fundamental para denunciar as violações e reivindicar a proteção dos territórios. Essa resistência, como destaca Oliveira (2021), "é expressão da agência política dos povos originários,

que se posicionam como protagonistas na defesa da democracia e da justiça".

Os povos indígenas em Roraima contam com 13 etnias indígenas distribuídas em 32 territórios reconhecidos oficialmente, o que coloca o estado como o quinto com a maior população indígena no Brasil, totalizando aproximadamente 97.320 pessoas, segundo o Censo do IBGE (2022). Cada uma dessas etnias possui características culturais e tradições próprias que enriquecem a diversidade da região.

Entre os grupos indígenas presentes no estado estão os Yanomami, Ninam, Sanoma, Yanoma, Yaroame, Ingarikó, Macuxi, Taurepang, Waimiri-Atroari, entre outros. A população indígena representa cerca de 15,29% do total de habitantes do estado, que soma 636.303 pessoas, o que faz de Roraima a unidade federativa com a maior proporção de indígenas em relação à sua população total — ou seja, aproximadamente uma em cada sete pessoas que vivem no estado se declara indígena.

Dentre as 13 etnias que habitam Roraima, destacam-se como as principais os povos Yanomami, Macuxi e Wapichana, que têm grande relevância cultural e social na região.

MEMÓRIA E RESISTÊNCIA INDÍGENA SOB A PERSPECTIVA ZETÉTICA DE MIGUEL REALE

A palavra **"zetética"** tem origem no grego antigo **ζητητική (zētētikḗ)**, que significa "arte de investigar", "busca" ou "investigação". Deriva do verbo **ζητέω (zēteó)**, que quer dizer "procurar", "investigar" ou "buscar a verdade". (CHANTRAINE, 1968-1980; ABBAGNANO, 2007). No contexto filosófico, histórico, antropológico, biológico e jurídico, a zetética representa uma abordagem que valoriza a investigação crítica e a busca constante pela compreensão da realidade, integrando diferentes dimensões do fenômeno estudado. Assim, a zetética jurídica de Reale legitima a história e a memória indígena como fundamentos essenciais para a construção do direito, reconhecendo que a luta por direitos territoriais e culturais é uma expressão da busca por justiça e reconhecimento social.

A memória dos povos originários está profundamente ligada à oralidade, às práticas culturais e à preservação de tradições. Segundo Monteiro (1994), o processo colonial não apenas tentou escravizar e catequizar, mas também buscou desarticular as formas de transmissão cultural. Apesar disso, os povos indígenas mantiveram formas próprias de lembrar e ressignificar a história, o que revela uma dimensão normativa e valorativa que ultrapassa o registro histórico convencional.

Ailton Krenak (2019) argumenta que a memória indígena é inseparável da relação com a terra, pois a ancestralidade se manifesta no território. O apagamento da memória indígena, portanto, esteve associado à expropriação territorial, enquanto as lutas atuais pela demarcação de terras são também lutas pela preservação da memória coletiva.

Essa perspectiva encontra respaldo na teoria tridimensional do direito de Miguel Reale, que propõe a articulação entre três elementos: o fato, o valor e a norma. A zetética jurídica, nesse sentido, não se limita à aplicação técnica da norma, mas busca compreender o direito como fenômeno cultural e histórico, sensível às transformações sociais e aos conflitos éticos. "O direito não é apenas norma, mas também fato social e valor histórico. A compreensão jurídica exige a integração desses três aspectos." (REALE, 2002, p. 60).

Aplicando essa concepção à história dos povos indígenas, observa-se que:

a. O fato é a presença histórica dos povos originários e sua resistência frente à colonização.
b. O valor é a dignidade cultural, a ancestralidade e a memória coletiva que sustentam suas reivindicações.
c. A norma é a positivação dos direitos indígenas na Constituição de 1988 (art. 231), que reconhece sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições.

A historiografia brasileira, como aponta Almeida (2003), por muito tempo relegou os povos indígenas a uma posição marginal, como se fossem apenas personagens do passado colonial. No entanto, as pesquisas mais recentes vêm enfatizando o protagonismo indígena e sua permanência na formação da sociedade contemporânea. Assim, a memória não é apenas lembrança, mas também uma estratégia de resistência e de construção identitária — e, sob a ótica zetética, uma fonte legítima de produção jurídica.

A mobilização indígena por direitos territoriais, culturais e políticos representa, portanto, uma expressão concreta da articulação entre fato, valor e norma. A luta pela demarcação de terras não é apenas uma demanda fundiária, mas uma afirmação constitucional da memória e da dignidade dos povos originários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tese do marco temporal representa uma inflexão jurídica que desconsidera a ancestralidade dos povos indígenas e ignora os processos históricos de expulsão e violência que marcaram sua trajetória. A incorporação dessa tese ao ordenamento jurídico por meio da Lei nº 14.701/2023 e sua possível constitucionalização pela PL 6050/2023 evidenciam uma tendência de regressão normativa que ameaça os fundamentos do Estado democrático de direito. A pesquisa também evidenciou que tais medidas violam compromissos internacionais

assumidos pelo Brasil, como a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e os princípios consagrados pela Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

A relevância deste estudo transcende os limites acadêmicos e alcança diretamente os interesses das instituições indígenas, como o Conselho Indígena de Roraima (CIR), a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB). Essas entidades têm desempenhado papel fundamental na resistência às propostas legislativas que fragilizam os direitos territoriais, e os resultados desta pesquisa oferecem subsídios teóricos e jurídicos para fortalecer suas ações políticas, jurídicas e culturais. Ao reafirmar a centralidade dos direitos originários e a necessidade de proteção dos territórios tradicionais, o estudo contribui para a construção de estratégias de enfrentamento e para o fortalecimento da cidadania indígena.

Para os pesquisadores e estudiosos do campo jurídico, antropológico e das ciências sociais, o tema tratado nesta pesquisa apresenta elevada relevância, pois permite compreender as tensões entre o direito constitucional e os interesses econômicos que permeiam a política indigenista brasileira. A análise crítica das normas recentes e das decisões judiciais oferece uma base sólida para o aprofundamento de estudos sobre direitos humanos, justiça social e pluralismo jurídico. Além disso, a pesquisa dialoga com os debates contemporâneos sobre a universalidade dos

direitos humanos, mostrando que a proteção dos povos indígenas é uma condição necessária para a efetivação desses direitos em sua plenitude.

A comunidade científica, especialmente aquela voltada para os estudos sobre povos tradicionais, encontra neste trabalho uma contribuição significativa para o entendimento das dinâmicas legislativas e judiciais que afetam diretamente os territórios indígenas. Ao articular teoria, legislação e realidade social, a pesquisa reafirma o papel da ciência como instrumento de denúncia, reflexão e transformação. A defesa dos direitos indígenas, neste contexto, não é apenas uma questão jurídica, mas uma exigência ética e política que interpela toda a sociedade.

Por fim, reafirma-se que a luta pela efetividade dos direitos humanos universais permanece urgente e desafiadora. A resistência dos povos indígenas, a atuação do Supremo Tribunal Federal e o engajamento da sociedade civil são elementos fundamentais para conter os retrocessos e garantir que os princípios constitucionais não sejam relativizados por interesses econômicos. A pesquisa conclui que a reafirmação dos direitos originários, a proteção dos territórios tradicionais e o respeito à diversidade cultural são condições indispensáveis para a construção de um Brasil mais justo, plural e comprometido com a dignidade humana.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia.** 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras indígenas e territórios ribeirinhos: memória, resistência e direitos**.** In: ALMEIDA, A. W. B. (Org.). **Direitos territoriais e saberes tradicionais.** Manaus: UEA Edições, 2003.

APIB – ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL. (2023). **Nota pública sobre a Lei nº 14.701/2023**. Brasília.

APIB – ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL. ADPF 709: **ação no STF para proteger os povos indígenas durante a pandemia**. Brasília, 2020. Disponível em: https://apiboficial.org/2020/07/08/adpf-709-stf/. Acesso em: 26 set. 2025.

APIB – ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL. **Relatório Terra Livre 2024**. Brasília: APIB, 2024.

ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL – APIB. **Nota Técnica AJUR/APIB sobre os Projetos de Lei nº 1331/2022 e nº 6050/2023**. Brasília: APIB, 2023. Disponível em: https://apiboficial.org/files/2025/08/2023.pdf. Acesso em: 21 set. 2025.

BARROSO, L. R. (2021). **O direito constitucional à terra indígena**. In: Direitos fundamentais e jurisdição constitucional. São Paulo: Saraiva.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 14.701, de 20 de outubro de 2023. **Regulamenta o art. 231 da Constituição Federal, para dispor sobre o reconhecimento, a demarcação, o uso e a gestão de terras indígenas**; e altera as Leis n.º 11.460, de 21 de março de 2007, 4.132, de 10 de setembro de 1962, e 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 out. 2023.

BRASIL. **Proposta de Emenda à Constituição nº 45/2023**. Senado Federal.

CHANTRAINE, Pierre. **Dictionnaire étymologique de la langue grecque: histoire des mots**. Paris: Klincksieck, 1968-1980.

CIMI – CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Relatório de Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil** – Dados de 2023. Brasília: CIMI, 2024.

CIR – CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA. **Manifesto contra a Lei nº 14.701/2023.** Boa Vista: CIR, 2024.

COIAB – COORDENAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA. **Relatório de Violações aos Direitos Indígenas na Amazônia Legal**. Manaus: COIAB, 2023.

COIAB – COORDENAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA. **Nota pública sobre a PEC nº 45/2023**. Manaus: COIAB, 2023.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2010.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Direitos indígenas e a Constituição: entre o usufruto e a soberania**. In:

CUNHA, M. C. (Org.). Os direitos dos povos indígenas. São Paulo: Companhia das Letras, 2021. p. 75–92.

FOLHA BV. **Senador Hiran afirma que marco temporal não retira direitos de indígenas no Brasil**. Boa Vista, 2023. Disponível em: https://www.folhabv.com.br/politica/senador-hiran-afirma-que-marco-temporal-nao-retira-direitos-de-indigenas-no-brasil. Acesso em: 26 set. 2025.

GONÇALVES, Hiran. Senador Hiran afirma que marco temporal não retira direitos de indígenas no Brasil. *Folha BV*, 2023. Disponível em: https://www.folhabv.com.br/politica/senador-hiran-afirma-que-marco-temporal-nao-retira-direitos-de-indigenas-no-brasil. Acesso em: 26 set. 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022: Primeiros Resultados sobre a População Indígena no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/biblioteca/visualizacao/periodicos/3103/cd_2022_indigenas.pdf. Acesso em: 22 set. 2025.

JESUS, Mecias de. **Proposta de Emenda à Constituição nº 36, de 2024. Altera o §2º do art. 231 da Constituição Federal para permitir atividades produtivas e arrendamento em terras indígenas.** Brasília: Senado Federal, 2024. Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/167890. Acesso em: 26 set. 2025.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Povos indígenas e a política no Brasil**: **agência, resistência e direitos**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 36, n. 105, p. 1–20, 2021.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). (1989). **Convenção nº 169 sobre Povos Indígenas e Tribais**. Genebra: OIT, 1989.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Convenção nº 169 sobre Povos Indígenas e Tribais**. Genebra: OIT, 1989.

PIOVESAN, F. (2022). Direitos humanos e constitucionalismo democrático. **Revista dos Tribunais**.

REALE, Miguel. **Lições preliminares de direito**. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

SANTILLI, J. (2001). **Socioambientalismo e direitos dos povos indígenas.** Revista Direito Ambiental, 22(1), 45–58.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

SENADO FEDERAL. **Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2023. Altera o §1º do art. 231 da Constituição Federal para definir marco temporal de demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas.** Brasília, 2023. Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/160148. Acesso em: 26 set. 2025.

SOUZA FILHO, C. F. (2023). **A PEC 45/2023 e o retrocesso constitucional**. Revista Brasileira de Direito Constitucional, 31(2), 65–80.

SOUZA FILHO, C. F. M. (2023). **Terras indígenas e retrocessos constitucionais.** Revista de Direito Agrário, 45(2), 75–90.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **ADPF 709 – Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. Ação ajuizada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib)**. Brasília, 2020. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=514552&ori=1. Acesso em: 26 set. 2025.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **RE 1017365 – Repercussão Geral. Julgamento da tese do marco temporal.** Relator: Min. Edson Fachin. Brasília, 2023. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=514552&ori=1. Acesso em: 26 set. 2025.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **STF rejeita tese do marco temporal para demarcação de terras indígenas**. Portal STF, 21 set. 2023. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=514552&ori=1. Acesso em: 26 set. 2025.

UOL NOTÍCIAS. **Entenda os votos do STF sobre o marco temporal para terras indígenas**. UOL, 30 ago. 2023. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/08/30/votos-marco-temporal-julgamento-indigenas.htm. Acesso em: 26 set. 2025.

NARRATIVAS HISTÓRICAS DIGITAIS NA AMAZÔNIA: PROFESSORES-HISTORIADORES E A REINVENÇÃO DA IMPRENSA CULTURAL NO INSTAGRAM

Hudson Rezende de Araújo[138]

INTRODUÇÃO

A inserção de professores-historiadores amazônidas nas redes sociais reflete as dinâmicas e desafios da educação contemporânea, especialmente no que se refere à circulação do conhecimento histórico. Nascido do chão da escola, esse movimento se expande para a esfera pública digital, onde o professor assume o papel de autor, mediador e difusor de saber histórico, transformando a tecnologia em etnotecnologia, isto é, em prática ressignificada por sentidos, linguagens e territorialidades locais. Vinculado à linha de pesquisa Linguagens e Narrativas Históricas: Produção e Difusão, este trabalho dá continuidade ao percurso iniciado no mestrado, que investigou o potencial pedagógico do Instagram. Agora, o olhar se amplia: busca compreender como

138 Mestre em Ensino de História. Professor efetivo da Educação Básica da Secretaria de Educação e Desporto de Roraima (SEED-RR) e professor horista da Universidade Estadual de Roraima (UERR). E-mail: profhudsonaraujo@gmail.com

professores-historiadores da Amazônia produzem e difundem saberes históricos no Instagram e de que modo essas narrativas digitais se enraízam em um território historicamente silenciado, convertendo a docência em gesto de memória e resistência.

Anita Lucchesi (2014) observa que vivemos uma passagem entre a cultura alfabética e a digital, o que implica "novas formas de escrita da História" (p. 45). Na Amazônia, essa passagem é atravessada por desigualdades materiais, mas também por uma criatividade singular: professores transformam a precariedade em linguagem, a escassez em invenção. O que antes era visto como improviso, hoje se revela como potência narrativa. Em cada postagem, vídeo ou relato, há um gesto de autoria sobre o próprio território, uma tentativa de construir uma História Pública amazônida.

De acordo com Napolitano (2018), a História Pública Digital amplia o diálogo entre historiadores e a sociedade, democratizando o acesso às narrativas e provocando novas disputas de memória. Quando esse diálogo acontece nas redes, o professor deixa de ser apenas transmissor de conteúdos e passa a atuar como curador e criador de sentidos. A produção de vídeos, textos e imagens sobre História torna-se então uma forma de ensinar, mas também de se posicionar politicamente no debate público sobre o passado e o presente.

Como afirma Cerri (2010), o Ensino de História deve abrir "novas portas para a capacidade de pensar e atribuir sentido ao tempo" (p. 270). É exatamente

isso que fazem esses professores quando transformam o cotidiano em narrativa e o digital em espaço de reflexão. Eles reconfiguram o tempo da escola, o tempo da História e o tempo da Amazônia, afirmando que o conhecimento histórico pode nascer também das margens, das telas e das experiências compartilhadas.

O conceito de etnotecnologia, desenvolvido em minha dissertação, reaparece neste trabalho como eixo central para compreender as relações entre professores-historiadores amazônidas e o ambiente digital. A etnotecnologia parte da premissa de que toda tecnologia é atravessada por cultura, linguagem e memória, não é neutra, mas moldada por quem a usa e ressignifica. Na Amazônia, as redes sociais, frequentemente vistas como ferramentas externas, tornam-se espaços de invenção pedagógica e tradução simbólica, onde o professor ajusta ritmo, sotaque, imagem e narrativa ao contexto local, transformando o digital em território de memória e resistência. Nessa perspectiva, as práticas docentes amazônidas que combinam oralidade, visualidade e afeto, expressam modos próprios de narrar o passado e o presente. Cada postagem é também um ato de tradução entre saber local e técnica contemporânea, um gesto que desloca a tecnologia de sua dimensão instrumental para a cultural e política, afirmando a Amazônia como lugar de produção autônoma de saber histórico.

O presente trabalho parte da compreensão de que a docência histórica na Amazônia contemporânea ultrapassa os limites físicos da escola, expandindo-

se para o território simbólico e político das redes sociais, onde professores-historiadores produzem e difundem saberes em meio às potências e desafios da região. Essa atuação digital, marcada por autoria, improviso e pertencimento, constitui uma forma de História Pública Amazônida que ressignifica o ensino e a memória. A pesquisa dá continuidade às reflexões iniciadas no mestrado, quando investiguei o potencial pedagógico do Instagram para o ensino de História, e agora volta o olhar para o coletivo docente: professores que, de forma autônoma, constroem e legitimam narrativas sobre o passado e o presente amazônico. O problema que se coloca é compreender como essas práticas configuram etnotecnologias, isto é, tecnologias culturalmente apropriadas que expressam modos próprios de narrar o mundo e o tempo na Amazônia.

As redes sociais, nesse sentido, podem ser entendidas como arenas de mediação entre diferentes regimes de historicidade. Enquanto a historiografia acadêmica tende a privilegiar a linearidade, a cronologia e o distanciamento crítico, as narrativas digitais operam pela fragmentação, pela imagem e pela emoção compartilhada. Napolitano (2018) observa que, na História Pública Digital, "o passado é acionado em múltiplas temporalidades, ora como lembrança afetiva, ora como argumento político" (p. 27). Quando um professor amazônida transforma uma vivência local em postagem, ou uma memória escolar em conteúdo histórico, ele reconfigura o tempo da História, articulando o cotidiano e o público, o regional

e o global. O problema, portanto, envolve investigar essas mediações e compreender como o Ensino de História, ao migrar para o espaço digital, adquire novas linguagens e sentidos.

Essa questão ganha ainda mais complexidade quando situada no contexto amazônico, marcado por desigualdades estruturais e por uma longa tradição de narrativas produzidas "de fora". A produção de conteúdo histórico por professores da região desafia esse padrão, reposicionando o docente como autor de sua própria representação e a Amazônia como sujeito de sua própria História. Nesse processo, as redes funcionam como espaços de contracolonização simbólica, onde as vozes locais se afirmam diante das grandes narrativas hegemônicas. A investigação se propõe, portanto, a compreender como essas práticas se organizam, quais linguagens mobilizam, e de que forma constroem vínculos de pertencimento entre o professor, o território e o público que o acompanha.

A partir dessas reflexões, emergem as questões que orientam esta pesquisa: de que modo professores-historiadores amazônidas produzem e difundem saberes históricos nas redes sociais digitais? Quais linguagens e estratégias narrativas utilizam para construir sentido histórico e promover engajamento com o público? Em que medida essas práticas podem ser compreendidas como etnotecnologias, isto é, como formas culturais e simbólicas de apropriação das tecnologias de comunicação? Que concepções de História, de ensino e de Amazônia se revelam

nessas narrativas digitais produzidas por docentes da região? E, por fim, de que modo a sistematização dessas experiências em um Observatório Digital de Professores-Historiadores da Amazônia pode contribuir para o fortalecimento da docência e para a consolidação de uma História Pública Amazônida, plural e enraizada em seu território?

Responder a essas questões significa compreender a docência amazônida como prática narrativa, e o digital como território de memória e criação. Como apontam Nicolau, Zampa e Wanderley (2021), a História Pública "não está apenas na difusão do saber histórico, mas na escuta das vozes que constroem novos sentidos para ele" (p. 19). É justamente nessa escuta, na escuta dos professores que habitam o digital com seus sotaques, seus ritmos e suas histórias, que este trabalho se ancora. O problema de pesquisa, portanto, não é apenas teórico: é ético e político. Trata-se de reconhecer que as narrativas históricas da Amazônia não precisam ser trazidas de fora, mas podem, e devem, ser contadas por quem as vive, ensina e compartilha.

DISCUSSÃO

Pensar o Ensino de História na Amazônia contemporânea exige compreender o professor como um intelectual que atua em meio às disputas de memória, linguagem e poder. Essa constatação

atravessa os debates mais recentes sobre o papel social do ensino de História, especialmente no que diz respeito às novas mediações tecnológicas e à circulação pública do conhecimento histórico.

Para Circe Maria Fernandes Bittencourt "Ensinar História é, antes de tudo, um exercício de interpretação do tempo e de construção de significados que orientam a vida social." (2023, p. 37), isto é, a História escolar não é mera transmissão do saber historiográfico, mas um espaço de criação de sentidos e de construção de identidades coletivas. Essa visão desloca o foco da aula como repositório de conteúdos e a reposiciona como lugar de autoria, onde o professor-historiador produz narrativas que interpretam o presente à luz do passado.

A atuação do professor-historiador, especialmente no ambiente digital, constitui uma forma contemporânea de História Pública, pois ele é visto não apenas como mediador, mas como produtor de conhecimento histórico. Esse é um ponto defendido por Selva Guimarães Fonseca e Marcos Silva (2010), que enfatizam que a docência, ampliada para as redes sociais, exige um intenso trabalho de tradução do discurso acadêmico para as experiências cotidianas, realizado em arenas abertas e em diálogo com múltiplos públicos. Nesse contexto, a História Pública Digital se torna uma categoria essencial para compreender a atuação dos professores na Amazônia, pois, conforme afirmam Nicolau, Zampa e Wanderley (2021), ela implica o reconhecimento de que o saber histórico se constrói em espaços de diálogo, colocando-

se, ao historiador, a exigência de "aprender a escutar as múltiplas vozes que também narram o passado" (2020, p. 92), o que transforma as redes em um território de disputa de sentidos e de democratização do saber.

O professor-historiador amazônida, ao ocupar o Instagram, e até outras redes sociais como YouTube ou o TikTok, não apenas divulga conteúdos: ele recria modos de narrar o passado, em diálogo com o imaginário, as linguagens e as formas de pertencimento da região. Essa mediação digital pode ser pensada a partir das etnotecnologias, conceito que, como discuto em minha dissertação (Araújo, 2024), diz respeito à capacidade de ressignificar as tecnologias globais com marcas culturais locais. As postagens de professores amazônidas trazem sotaques, oralidades e visualidades que rompem com a padronização dos discursos históricos, afirmando a Amazônia como sujeito de sua própria história.

Ao abordar a Amazônia, que José Ribamar Bessa Freire (2004, p. 56) define como um "território de palavras antigas e de silêncios impostos, onde as histórias sempre precisaram ser contadas muitas vezes para não desaparecer," as narrativas digitais nas redes sociais emergem como um espaço crucial para as vozes de seus povos, memórias e epistemologias, em um território que Edna Castro (2012) vê como plural e relacional, com coexistência de temporalidades. Nesse cenário, as mídias sociais funcionam como espaços etnotecnológicos que articulam tradição e inovação, oralidade e digitalidade, promovendo uma "inteligência

coletiva", conceito antecipado por Pierre Lévy (1999) para o ciberespaço, onde professores-historiadores transformam o ambiente digital em arena de ensino e de representação, reconstruindo o passado em diálogo com suas comunidades.

Ao analisar essas práticas, é inevitável dialogar também com as reflexões de Mario Carretero (2010) e Flávia Eloisa Caimi (2006), que abordam a Didática da História como campo voltado à formação da consciência histórica e à compreensão do tempo vivido. Para Carretero, ensinar História é formar sujeitos capazes de interpretar e intervir no mundo; para Caimi, é "educar para a sensibilidade histórica". Essa sensibilidade, quando levada às redes, exige novas estratégias narrativas, visuais e afetivas, dimensões que se tornam parte da linguagem docente digital.

Podemos entender o uso das redes como uma extensão do espaço escolar, em que o professor se torna um mediador cultural entre a historiografia e o público ampliado. As práticas docentes digitais não apenas comunicam o passado, mas também elaboram identidades e pertencimentos. Isso reforça a ideia de que o Ensino de História, na Amazônia e nas redes, é uma forma de produção cultural, marcada por relações afetivas, territoriais e políticas.

O papel da linguagem, aqui, é central. Marcos Napolitano (2019) lembra que toda narrativa histórica envolve escolhas estéticas e ideológicas, e que compreender o passado é também compreender as formas pelas quais ele é narrado. Nas produções

digitais docentes, essas escolhas se revelam nos enquadramentos, nas trilhas sonoras, nos roteiros e nas formas de interação com o público. Recuero (2011) contribui para esse entendimento ao analisar as redes como sistemas de sociabilidade mediados tecnologicamente, em que cada postagem é um ato de comunicação e de pertencimento.

A análise das produções digitais de professores-historiadores amazônidas requer uma abordagem que articule a História Pública, a Didática da História e a Comunicação Digital, reconhecendo que a expansão do ensino de História para o ambiente digital gera novas linguagens e modos de construir a narrativa histórica, mantendo sua dimensão ética e política. Essa docência, vista como prática narrativa e gesto político, representa, segundo Gilson Pedroso dos Santos (2018), uma disputa de sentidos sobre o passado, que se estende aos territórios digitais e afirma o Norte como produtor de conhecimento histórico. Essa centralidade do professor como narrador se conecta às reflexões de Flávia Eloisa Caimi (2006) e Mario Carretero (2010) sobre a formação da consciência histórica, pois no universo digital o professor atua como curador e autor de narrativas, auxiliando o aluno a perceber o passado como algo que é interpretado, e não apenas recordado.

Em um contexto de divulgação digital e mediação cultural, o historiador nas redes sociais, especialmente na Amazônia, enfrenta o desafio de traduzir o rigor da pesquisa acadêmica para uma linguagem acessível e plural, conforme pontuado por Diogo de Calasans

Andrade (2020), que vê essa prática como essencial para criar pontes com públicos não especializados. Complementarmente, Marcella Albaine Farias Costa (2021) descreve a docência em espaços não convencionais como uma ressignificação na qual a subjetividade e a experiência do professor legitimam o discurso histórico, transformando-o em prática vivida ao atuar como pesquisador e testemunha. Este processo, ao ter a Amazônia como cenário, resulta em narrativas que se entrelaçam com o território e o cotidiano, configurando o que Edna Castro (2012) chama de "cartografia da experiência".

Nesse cenário, as reflexões de Lucchesi (2014) e Lima (2018) são essenciais para compreender o impacto das novas tecnologias sobre a escrita e a leitura histórica. Lucchesi propõe que o historiador precisa aprender a lidar com "as formas plurais de textualidade" inauguradas pelo digital, onde imagem, som e palavra coexistem em novos modos de representação. Lima, por sua vez, observa que o ambiente digital não apenas altera as formas de expressão, mas também redimensiona a autoria e a temporalidade, permitindo que a narrativa histórica se torne mais fragmentada, colaborativa e rizomática.

Nesse sentido, Pierre Lévy já havia antecipado que o conhecimento no ciberespaço é produzido de forma coletiva, fluida e descentralizada ao afirmar que "a inteligência coletiva é uma inteligência distribuída por toda parte, constantemente valorizada, coordenada em tempo real, que resulta em uma mobilização

efetiva das competências." (1999, p. 29), sendo assim, o professor-historiador amazônida se insere justamente nessa dinâmica de produção colaborativa do saber, em que cada postagem, comentário ou interação constitui um microato de construção da memória social. As redes, portanto, não são apenas vitrines da docência, mas laboratórios vivos de experimentação narrativa, nos quais o conhecimento histórico circula de forma horizontal e partilhada.

As contribuições de Recuero (2011) ajudam a entender esse processo como parte da lógica das "redes de sociabilidade mediadas", nas quais os sujeitos estabelecem vínculos e legitimidades a partir de interações simbólicas. No caso dos professores amazônidas, essas interações têm também uma dimensão territorial e identitária, pois transformam o digital em extensão do espaço comunitário. Assim, ao compartilhar uma postagem sobre a memória indígena, uma celebração local ou uma resistência cultural, o professor rearticula as fronteiras entre História e vida cotidiana, escola e território, presencial e virtual.

Essa dimensão territorial é central na proposta deste trabalho. José Ribamar Bessa Freire (2004) enfatiza que o conhecimento histórico produzido na Amazônia precisa ser pensado a partir de suas especificidades linguísticas, culturais e políticas. A História que emerge das margens — e agora também das telas —, não busca reproduzir narrativas consagradas, mas propor novas formas de pensar o tempo e o

pertencimento. Nesse ponto, as contribuições de João Batista Ferreira (2015) e Maynard (2011) dialogam com o trabalho ao tratarem da escola como espaço de criação e experimentação social, onde o professor é, simultaneamente, pesquisador e protagonista das práticas de transformação.

O campo metodológico da pesquisa, portanto, deve refletir essa complexidade. Em consonância com Cordeiro e Lopes (2020), que discutem metodologias participativas em contextos digitais, este estudo se estrutura a partir da pesquisa-ação como estratégia principal, entendendo que a produção de conhecimento deve envolver os sujeitos como coautores. As etapas de mapeamento, análise e construção do Observatório Digital de Professores-Historiadores da Amazônia serão conduzidas de forma colaborativa, garantindo que o produto final seja também resultado da reflexão coletiva sobre as práticas docentes.

Por fim, Corrêa e Silveira (2016) lembram que a prática de pesquisa em contextos digitais exige ética e responsabilidade com os sujeitos envolvidos. As narrativas produzidas pelos professores nas redes são expressões de sua autoria e identidade, devendo ser analisadas com o mesmo cuidado que se dedica às fontes históricas tradicionais. Nesse sentido, a metodologia adotada neste trabalho parte do princípio de que a análise das postagens e entrevistas não se restringe ao conteúdo, mas considera também as dimensões simbólicas, afetivas e comunitárias que estruturam a docência amazônida.

A natureza híbrida da pesquisa que engloba ensino, história pública e cultura digital demanda uma metodologia plural que combine rigor científico e engajamento social, estruturada em três eixos: netnografia, análise multimodal e pesquisa-ação. A netnografia, baseada nos estudos de Saad e Andrade (2019), adapta a etnografia ao ambiente digital, sendo crucial para compreender a rotina digital dos professores-historiadores amazônidas, observando suas interações, narrativas e construção de autoridade. Essa abordagem, que reconhece as redes como espaços de produção simbólica e sociabilidade (Recuero, 2011; Lévy, 1999), permitirá entender como o professor transforma o digital em um espaço pedagógico e afetivo.

Já a análise multimodal se justifica pela natureza das fontes: as postagens nas redes combinam texto, imagem, som e performance. Inspirada em Lucchesi (2014) e Lima (2018), essa abordagem entende que o discurso histórico, nas mídias digitais, se manifesta em múltiplas camadas narrativas e sensoriais. A interpretação das postagens docentes exigirá, portanto, um olhar ampliado, capaz de identificar as dimensões visuais, sonoras e emocionais que compõem o ato de ensinar História no digital. Essa análise não busca hierarquizar linguagens, mas reconhecer como cada elemento contribui para o sentido histórico produzido.

A pesquisa-ação, conforme propõem Cordeiro e Lopes (2020), Ferreira (2015) e Maynard (2011), será o eixo estruturante do trabalho. Ela parte do princípio de que o pesquisador atua junto com os

sujeitos e não sobre eles. “A pesquisa-ação rompe com a lógica do pesquisador distante: ela convida os sujeitos a produzirem, junto com o pesquisador, o conhecimento que os transforma” (Cordeiro; Lopes, 2020, p. 118). No caso deste trabalho, isso significa que os professores-historiadores amazônidas participarão ativamente das etapas de análise e construção do produto final, o Observatório Digital de Professores-Historiadores da Amazônia. Essa escolha metodológica está alinhada com o caráter profissional do doutorado, pois transforma a pesquisa em espaço de formação continuada e de devolutiva social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As narrativas históricas digitais produzidas por professores-historiadores amazônicos no Instagram revelam um movimento de reconfiguração do próprio fazer histórico e das formas de circulação do conhecimento. No contexto das redes sociais, o ensino de História deixa de ser restrito ao espaço escolar e assume contornos públicos, dialógicos e participativos. O que se observa é uma ampliação do campo da História Pública, que, segundo Napolitano (2018), consiste em pensar a História para além da academia, compreendendo-a como prática social em disputa permanente de sentidos. No ambiente digital, essa disputa se intensifica, pois a narrativa histórica é compartilhada em formatos múltiplos como vídeos,

postagens, *reels*, infográficos, e em linguagem acessível, sem perder o compromisso com o rigor histórico e a formação crítica.

Esses professores-historiadores, ao ocuparem o Instagram, constroem uma espécie de imprensa cultural contemporânea, na qual a História se apresenta como experiência sensível e identitária. Lucchesi (2014) já apontava que o ambiente digital não é apenas um novo suporte para a historiografia, mas um campo epistemológico que exige novas linguagens e formas de mediação. Na Amazônia, essas mediações ganham contornos próprios: emergem das vivências regionais, das memórias locais e das resistências culturais. Ao utilizar o espaço digital como extensão da sala de aula, esses docentes incorporam o que Boaventura de Sousa Santos (2010) chama de epistemologias do Sul, traduzindo saberes locais em diálogo com as tecnologias globais, sem submeter-se completamente às lógicas hegemônicas das plataformas.

Nesse processo, o professor não é apenas um divulgador, mas um mediador cultural que articula memória, identidade e pedagogia. Cerri (2010) e Bittencourt (2023) defendem que o ensino de História deve promover o letramento histórico, permitindo ao estudante compreender as narrativas, suas intencionalidades e disputas. No ambiente das redes, esse letramento se amplia para o campo do letramento histórico-digital, como propõe Silva (2020), no qual o sujeito aprende a ler criticamente as representações do passado circulantes no ciberespaço. Assim, o

professor-historiador amazônico que cria conteúdo digital realiza um ato pedagógico e político, pois disputa a representação da Amazônia em um território simbólico amplamente dominado por discursos externos e exóticos.

A inserção dos professores-historiadores amazônicos nas redes sociais pode ser compreendida como uma forma de etnotecnologia, conceito que, conforme Laymert Garcia dos Santos (2003), descreve os modos pelos quais diferentes culturas se apropriam das tecnologias e as ressignificam a partir de suas próprias lógicas simbólicas. No contexto amazônico, isso significa transformar ferramentas globais, como o Instagram, em espaços de expressão local, onde saberes, memórias e identidades regionais são transmitidos por meio de linguagens digitais. A prática docente se funde com a prática cultural, e o professor torna-se produtor de um conhecimento histórico que atravessa fronteiras entre o erudito e o popular, o acadêmico e o cotidiano.

Essa dimensão etnotecnológica manifesta-se na forma como os professores narram a História da Amazônia, incorporando elementos da oralidade, das tradições comunitárias e das visualidades regionais em suas produções. Ao fazê-lo, constroem uma narrativa que não apenas comunica conteúdos históricos, mas também performa uma identidade amazônica em diálogo com o mundo. A História, nesse cenário, é uma narrativa viva, encarnada em vozes e imagens que comunicam pertencimento, resistência e orgulho

regional. Boaventura de Sousa Santos (2010) argumenta que a justiça cognitiva depende da valorização dos saberes locais e das epistemologias silenciadas. Ao criar conteúdos históricos no Instagram, esses professores reconfiguram as relações entre centro e periferia, subvertendo a lógica de consumo passivo das narrativas sobre a Amazônia e transformando-se em autores e curadores de sua própria memória coletiva.

A produção digital desses docentes, portanto, é também um gesto político. Ao ocupar o espaço digital, afirmam-se como sujeitos de conhecimento e como representantes de uma História que não se limita aos grandes centros acadêmicos. Essa prática desafia as fronteiras tradicionais da historiografia e amplia o campo da História Pública ao situá-lo em um território amazônico, híbrido e tecnológico. Como aponta Lucchesi (2014), o historiador contemporâneo precisa lidar com as novas condições de mediação da memória e do discurso histórico. No caso amazônico, tais mediações estão profundamente entrelaçadas às experiências locais, ao tempo da floresta, às memórias de resistência indígena e afrodescendente e às lutas por reconhecimento cultural.

A presença dos professores-historiadores amazônicos nas redes sociais, especialmente no Instagram, representa um movimento de resistência simbólica e epistemológica. Ao ocupar esse espaço, eles não apenas difundem conteúdos históricos, mas também disputam a legitimidade da própria narrativa sobre o que é a Amazônia e quem tem o direito de

contá-la. Essa disputa é central na contemporaneidade, marcada pela circulação massiva de informações e pela banalização de discursos simplificadores sobre a região. Nesse contexto, o trabalho docente digital torna-se uma forma de insurgência, uma resposta crítica às ausências e distorções históricas que ainda permeiam o imaginário nacional e internacional sobre a Amazônia.

Essa produção também redefine o papel social do professor. Mais do que um transmissor de conhecimento, o docente emerge como um agente público que se movimenta entre a sala de aula e o espaço virtual, mobilizando narrativas, imagens e afetos. Como propõe Napolitano (2018), a História Pública Digital exige novas posturas diante da memória e da comunicação, exigindo que o historiador dialogue com públicos ampliados e use linguagens diversas. Na Amazônia, esse diálogo é marcado por uma forte dimensão de pertencimento, em que a docência se torna um exercício de cidadania e de afirmação cultural.

A reinvenção da imprensa cultural através das redes sociais reforça a potência do professor-historiador como produtor de sentidos. Ao narrar a Amazônia, esses docentes criam um contraponto às narrativas externas que historicamente exotizaram ou invisibilizaram a região. Suas produções digitais são herdeiras de uma tradição oral e comunitária que agora encontra novos suportes técnicos, sem perder sua força coletiva. Lucchesi (2014) observa que a digitalização da história não elimina o caráter humano da narrativa, mas amplia suas possibilidades de compartilhamento,

permitindo que diferentes vozes ocupem o espaço da memória pública.

Essas práticas contribuem ainda para repensar o ensino de História no século XXI. A incorporação das redes sociais às práticas pedagógicas não se resume ao uso de tecnologias, mas envolve a construção de uma consciência crítica sobre o papel do historiador na sociedade. Como defende Cerri (2010), ensinar História é formar sujeitos capazes de compreender as múltiplas temporalidades do presente. Ao levar essa reflexão para o ambiente digital, os professores amazônicos promovem uma pedagogia da presença, em que o ensino ultrapassa as paredes da escola e alcança as redes, conectando o saber histórico à vida cotidiana e às lutas sociais do território amazônico.

Por fim, as narrativas históricas digitais produzidas na Amazônia afirmam-se como uma nova forma de imprensa cultural, construída a partir da escuta, da memória e da resistência. Ao transformar o Instagram em espaço de produção histórica, esses professores dão visibilidade a histórias marginalizadas e reafirmam o valor do conhecimento local como instrumento de emancipação. O que emerge dessas experiências é uma História viva, pluriversal e sensível, que dialoga com o mundo sem perder suas raízes. A prática dos professores-historiadores amazônicos, portanto, é mais que um gesto pedagógico: é um ato político de sobrevivência e de autoria, que reinscreve a Amazônia no mapa da História Pública Digital como território de saber, voz e criação.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Diogo de Calasans. A História e suas linguagens: desafios e perspectivas para o ensino contemporâneo. São Paulo: Cortez, 2020.

ARAÚJO, Hudson Rezende de. #SACASÓNESSAHISTÓRIA – As possibilidades do Instagram para o Ensino de História. Boa Vista, 2024. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1256yKXimBLjx0fCCpYQyempzeRqV9H5-/view?usp=drivesdk . Acesso em: 30 set. 2025.

BESSA FREIRE, José Ribamar. Rio Babel: a história das línguas na Amazônia. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História: fundamentos e métodos. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2023.

CAIMI, F. E.. Por que os alunos (não) aprendem História? Reflexões sobre ensino, aprendizagem e formação de professores de História. **Tempo**, v. 11, n. 21, p. 17–32, jun. 2006.

CARRETERO, Mario. **Documentos de identidade: a construção da memória histórica em um mundo globalizado**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CASTRO, E.. Amazônia: sociedade, fronteiras e políticas. **Caderno CRH**, v. 25, n. 64, p. 9–16, jan. 2012.

CORDEIRO, L. Z.; LOPES, R. Uma experiência de educação híbrida no interior da Amazônia: entre práticas, aprendizagens e contradições. Revista Prâksis, v. 2, p. 138–161, 2020. DOI: 10.25112/rpr.v2i0.2177.

Disponível em: https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistapraksis/article/view/2177. Acesso em: 19 maio 2026.

CORRÊA, Elizabeth Saad; SILVEIRA, Stefanie C. da (org.). Tendências em comunicação digital. São Paulo: Escola de Comunicações e Artes/USP, 2016. DOI: https://doi.org/10.11606/9788572051569.

COSTA, Marcella Albaine Farias. História pública digital: narrativas e desafios no ensino contemporâneo. Brasília: Editora da UnB, 2022.

FERREIRA, João Batista. Etnotecnologia na educação escolar indígena: um estudo de caso na aldeia Tiracambu dos Wapixana. 2015. 215 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LIMA, F. O patrimônio cultural sob a ótica da indústria cultural e da educação patrimonial. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RS, 14., 2018, Porto Alegre. Anais [...]. Porto Alegre: ANPUH-RS, 2018.

7. LUCCHESI, A. Conversas na ante-sala da Academia: o presente, a oralidade e a História Pública Digital. **História Oral**, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 39–69, 2014. Disponível em: https://www.revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/341. Acesso em: 20 maio. 2026.

MAYNARD, Dilton Cândido Santos. **Escritos sobre história e internet**. Rio de Janeiro: Luminária Academia, 2011.

NAPOLITANO, Marcos. Como usar a música na sala de aula. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2021.

NICOLAU, G. P.; ZAMPA, V. C.; WANDERLEY, S. M. Aprendizagem escolar de História em tempos de pandemia no CAp/UERJ: um olhar didático-histórico sobre o tempo presente. Revista TransVersos, Rio de Janeiro, n. 23, p. 242-262, 2021.

OLIVEIRA, Priscila Patrícia Moura. O YouTube como ferramenta pedagógica. Anais CIET:Horizonte, São Carlos-SP, v. 3, n. 1, 2024. Disponível em: https://ciet.ufscar.br/submissao/index.php/ciet/article/view/1671. Acesso em: 20 maio. 2026. RECUERO, Raquel. Redes sociais na internet. 2ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

SANTOS, Gilson Pedroso dos. A linguagem da docência: narrativas, saberes e identidades. Curitiba: CRV, 2020.

SILVA, Marcos Antônio da; FONSECA, Selva Guimarães. Ensino de História hoje: errâncias, conquistas e perdas. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 30, n. 60, p. 13-33, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbh/a/BNrRjXq9PSpHSvJYRmf83hS/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 20 maio 2026.



FORMAS DE LIBERDADE E RESISTÊNCIA NA AMÉRICA LATINA

Este e-book é o resultado do Primeiro Simpósio de História da Universidade Estadual de Roraima (UERR), um projeto idealizado pelo Centro Acadêmico de História, juntamente com a Coordenação do Curso de História e Colegiado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Roraima (FAPERR). Com o tema “Revoltas e Revoluções na América Latina”, o evento promoveu um espaço de diálogo e reflexão sobre os processos históricos de contestação, resistência e transformação social no continente.

Reunindo pesquisadores, professores e estudantes, o simpósio estimulou o debate crítico em torno de cinco eixos temáticos que abordaram desde as expressões culturais e políticas da América Latina até as lutas por memória, identidade e justiça.

Os textos aqui publicados registram parte desse encontro de saberes, representando o compromisso da UERR com a produção e a circulação do conhecimento histórico na região amazônica. Esta obra é, portanto, mais do que um registro — é um convite à continuidade da reflexão e da pesquisa histórica sobre as revoluções e os movimentos que moldam o nosso continente.

CAHIS
UERR EDIÇÕES
FAPERR FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE RORAIMA
GOVERNO DE RORAIMA